

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História

Dissertação

**“COM PERÓN ATÉ A MORTE!”: REVISTA *EL CAUDILLO DE LA TERCERA*  
*POSICIÓN* E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA  
(ARGENTINA, 1973-1975)**

Taillan Rivail Ismael de Miranda

Mariana – MG

2023

Taillan Rivail Ismael de Miranda

**“COM PERÓN ATÉ A MORTE!”: REVISTA *EL CAUDILLO DE LA TERCERA*  
*POSICIÓN E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA*  
(ARGENTINA, 1973-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha: Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis.

Mariana – MG

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M672c Miranda, Taillan Rivail Ismael de.  
"Com Perón até a morte!" [manuscrito]: Revista El Caudillo de la Tercera Posición e a cultura política da direita peronista (Argentina, 1973-1975). / Taillan Rivail Ismael de Miranda. - 2023.  
175 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Mateus Fávaro Reis.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Peronismo. 2. Argentina - História - Séc. XX. 3. Cultura política. I. Reis, Mateus Fávaro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(82)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Taillan Rivail Ismael de Miranda**

**“Com Perón até a morte!”: Revista El Caudillo de ta Tercera Posición e a cultura política da direita peronista (Argentina, 1973-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre

Aprovada em 27 de fevereiro de 2023

### Membros da banca

Dr. Mateus Fávaro Reis - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Universidade Federal de Minas Gerais  
Dr. Alfredo Nava Sánchez - Universidade Federal de São João Del Rei

Mateus Fávaro Reis, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 14/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Favaro Reis, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/03/2023, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0490796** e o código CRC **4A85DA4D**.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Marta, gratidão pelo seu amor que atravessa toda a minha vida. À minha avó, Therezinha, gratidão por deixar como legado as expressões mais altas de integridade, serviço e perseverança. Um agradecimento especial à tia Maisa e Carolina Machado, colega dos tempos de graduação, pela solidariedade no início do curso de mestrado.

Ao prof. Dr. Mateus Fávaro Reis, orientador desta dissertação, gratidão por sua paciência, contribuição científica e seu profissionalismo. Mateus, meu caro, um forte abraço! A Universidade Federal de Ouro Preto eu agradeço por ter me recebido como seu fosse um filho e por, generosamente, conceder a bolsa institucional de mestrado. A prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriane Vidal (UFMG), de quem fui aluno na licenciatura, eu agradeço sua generosa disposição em me ajudar a construir o projeto do mestrado e por aceitar o convite para compor a banca de defesa desta dissertação. Ao prof. Dr. Alfredo Sánchez (UFSJ), minha gratidão por aceitar gentilmente o convite para a banca de defesa. Também sou grato a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Leite (IFMG) e ao prof. Dr. Alfredo Galthiere (IFMG), que participaram da banca de qualificação oferecendo preciosas contribuições para a elaboração da pesquisa.

Os meus amigos Ana Paula, Eliene, Luciana, Maria, Rúbia, Raione, Alex, Rodrigo, Victor, José Márcio, Firmínia, Ellen, Ana Cristina e Aline eu agradeço a companhia na viagem da vida. Gratidão aos meus sobrinhos Lucas, Emanuelle, Davi e Liz por me levarem de volta à leveza da infância, tornando mais fácil o meu caminho, e a Lorraine, minha irmã, eu agradeço suas orações.

Ao Dr. Gustavo Bastos, meu médico, o meu muito obrigado por cuidar da minha saúde com respeito e sensibilidade. Representando os meus primos, eu agradeço o Wesley e a Lilian pela torcida e o carinho. Finalmente, as minhas equipes de trabalho no Núcleo Pedagógico da Fundação CDL BH e na Escola Municipal Hélio Pellegrino, deixo um afetuoso agradecimento pela colaboração em meu desenvolvimento profissional e pessoal.

“A morte e a vida estão no poder da língua...”

*Provérbios 18:21*

## RESUMO

Esta dissertação analisa a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, publicada na Argentina entre 1973 e 1975 e produzida pelas militâncias à direita do movimento peronista. O contexto histórico no qual a publicação circulou corresponde o triênio de governo constitucional do peronismo (1973-1976) que antecedeu o golpe militar de 1976. Nesse triênio, a Argentina atravessou um processo de repressão política intensiva sobre um vasto conjunto de atores sociais em estado de insurgência ou contestação da ordem capitalista vigente no país, como as diversas organizações guerrilheiras, setores combativos dos movimentos estudantil e operário, movimentos de gênero-sexualidade, artistas, intelectuais e políticos progressistas e a esquerda socialista do peronismo denominada de Tendência Revolucionária, cujo centro de gravidade era a guerrilha dos Montoneros. Sobre esse conjunto de atores sociais mobilizados avançou um complexo contra insurgente composto por atores reacionários do Estado e da sociedade civil, provocando a escalada da violência política em uma repressão desproporcional que se valeu de mecanismos legais e ilegais para perseguir e exterminar a insurgência social. No interior desse complexo encontravam-se as militâncias da chamada “direita peronista”. O presente trabalho tem como objetivo compreender como a direita peronista mobilizou sua cultura política para atuar no processo repressivo contra os setores insurgentes na Argentina de 1973-1976. Para atingir tal objetivo, examinamos as representações e práticas da direita peronista divulgadas por *El Caudillo*. A análise põe em diálogo a materialidade e o substrato ideológico da revista, abrindo-se a diferentes aportes teóricos, tais como os conceitos de cultura política, representação, imaginário e violência, como também as propostas metodológicas para análise de revistas culturais latino-americanas. Desse modo, é possível identificar a mobilização feita por *El Caudillo*, para fins repressivos e contra insurgentes, do arcabouço de representações anticomunistas, antiliberais, antisemitas e ultranacionalistas da direita peronista.

**Palavras-chave:** Direita peronista; Direitas latino-americanas; Cultura política; Peronismo.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the magazine *El Caudillo de la Tercera Posición*, published in Argentina between 1973 and 1975 and produced by the Peronist right-wing militancy. The historical context in which the publication had been publicized corresponds to the three-year constitutional Peronist government (1973-1976) that preceded the military coup of 1976. In this three-year period, Argentina endured a process of intensive political repression against a vast group of social actors in a state of insurgency or contestation of the prevailing capitalist order in the country, such as the various guerrilla organizations, combative sectors of the student and labor movements, gender-based and sexuality movements, artists, intellectuals, progressive politicians, and the Peronist socialist left wing called the Revolutionary Tendency, whose center of gravity was the *Montonero* guerrilla. Upon this set of mobilized social actors, a counter-insurgent complex composed of reactionary actors from the State and civil society advanced, causing the escalation of political violence in a disproportionate repression that used legal and illegal mechanisms to persecute and exterminate the social insurgency. Within this complex, militancy of the so-called “Peronist right wing” could be found. This study aims to understand how the Peronist right wing mobilized its political culture to act in the repressive process against the insurgent sectors in Argentina from 1973 to 1976. In order to achieve this objective, the representations and practices of the Peronist right wing publicized by *El Caudillo* were analyzed. The analysis establishes a relation between the magazine’s materiality and ideological substrate, expanding it to different theoretical frameworks, such as the concepts of political culture, representation, imaginary and violence, as well as methodological proposals for the analysis of Latin American cultural magazines. Therefore, it is possible to identify the mobilization proposed by *El Caudillo* toward repressive and counter insurgent purposes of the system of anticommunist, antiliberal, antisemitic, and ultranationalist representations of the Peronist right wing.

**Keywords:** Peronist Right Wing; Latin American Rights; Political Culture; Peronism.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proposta metodológica para a análise de revistas culturais latino-americanas .....	22
Tabela 2: A cultura política da direita peronista .....	54
Tabela 3: Informações gráficas de <i>El Caudillo</i> : zona de difusão .....	150
Tabela 4: Seções de <i>El Caudillo</i> .....	159
Tabela 5: Séries de <i>El Caudillo</i> .....	160

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLÍTICA NA ARGENTINA DO TRIÊNIO PERONISTA (1973-1976) .....</b>	<b>25</b>
1.1. O processo repressivo do triênio peronista .....	25
1.1.1. Repressão estatal/legal .....	42
1.1.2. Repressão paraestatal/ilegal .....	46
1.2. A direita peronista: cultura política e atuações no processo repressivo .....	50
1.2.1. História e cultura política .....	50
1.2.2. Atuações no processo repressivo .....	59
3.3. Revista <i>El Caudillo</i> : vetor de cultura política e agente de repressão .....	63
<b>2. “COM PERÓN ATÉ A MORTE!”: REVISTA <i>EL CAUDILLO DE LA TERCERA POSICIÓN</i> E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA .....</b>	<b>72</b>
2.1. Visões de Perón e do peronismo .....	72
2.2. Imaginário político .....	82
2.3. Violência política .....	100
2.4. Gênero e sexualidade .....	125
<b>3. A MATERIALIDADE DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> .....</b>	<b>132</b>
3.1. Considerações prévias .....	132
3.2. Aspectos técnicos .....	134
3.3. Aspectos de conteúdo .....	153
3.4. “Geografia humana” .....	163
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>172</b>
Bibliográficas .....	172
Documentais .....	176

## INTRODUÇÃO

“Se querem sangue, terão!”

(Felipe Romeo)

A presente dissertação analisa a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, publicada semanalmente na Argentina entre 16 de novembro de 1973 e 18 de dezembro de 1975<sup>1</sup>. Produzida por indivíduos e organizações politizados à direita do movimento peronista, *El Caudillo* socializava representações anticomunistas, antiliberais, antimperialistas e antisemitas associadas com a prática da violência política. A revista marcava-se por uma linguagem truculenta, por vezes irônica e cômica, visível nas constantes ofensas e ameaças contra seus adversários políticos, estes que eram alvos de discurso de ódio, ataques a honra e juramentos de morte e linchamento, algo congruente com o *slogan* principal do semanário: “o melhor inimigo é o inimigo morto”. Longe de ser apenas um jogo de retórica, o *slogan* de *El Caudillo* refletia a trama de violência política na qual atuavam seus produtores.

Do ponto de vista de seu parentesco político, *El Caudillo* mantinha vínculos com esquadrões paramilitares de extrema direita, especialmente os grupos terroristas que atuavam sob o emblema da Aliança Anticomunista Argentina<sup>2</sup> (AAA ou Triple A). Alguns dados são eloquentes dessa familiaridade de *El Caudillo* com o terrorismo paramilitar: 1) a direção da revista a cargo de Felipe Romeo – um jovem admirador de Hitler e militante de organizações radicais da direita nacionalista<sup>3</sup> – responsável pelo setor de propaganda da Triple A<sup>4</sup>; 2) o financiamento com a maior parte dos recursos provenientes do Ministério do Bem Estar Soci-

<sup>1</sup> Esse período corresponde as duas primeiras fases da revista, que totalizaram 74 edições publicadas. Segundo informações obtidas na pesquisa de Matías Buduba, *El Caudillo* contou com uma terceira e efêmera fase em 1982, no contexto da Guerra das Malvinas. Pela falta de acesso as fontes históricas correspondentes a essa última fase, a presente dissertação se limitará ao período de 1973-1975. Ver: BUDUBA, Matías. Las miradas precedentes. **Leales y traidores**. Los peronismos antagónicos de los años setenta leídos en dos revistas de la época: *El Descamisado* y *El Caudillo*. 2014. 116 f. Monografía (Licenciatura em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

<sup>2</sup> Conjunto de esquadrões paramilitares atuante na Argentina entre os finais de 1973 e de 1975. A Triple A praticava atentados com bombas, seqüestros, torturas e assassinatos contra pessoas qualificadas como subversivas, particularmente militantes revolucionários. Sua estrutura orgânica era composta por membros das forças de segurança, agentes públicos, militantes de direita e criminosos mercenários, ou seja, havia uma confluência entre o Estado e a sociedade civil na conformação da Triple A. Embora não estivesse incluída no organograma do Estado por ser um aparato clandestino, a Triple A recebia recursos financeiros e humanos da administração pública por meio de seus comandantes, o ministro do Bem Estar Social, José Lopez Rega, e o chefe da Polícia Federal, Alberto Villar. Para uma análise da estrutura da Triple A, ver: ROSTICA, Julieta. *Apuntes Triple A. Argentina, 1973-1976*. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 2, pp. 21-51, jul./dez. 2011.

<sup>3</sup> Para uma análise da trajetória militante de Romeo, ver: BESOKY, Juan Luis. Anexo biográfico. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 298.

<sup>4</sup> GASPARINI, Juan. Anexo. **La fuga del brujo**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2011, p. 302-305.

al<sup>5</sup>, que entre 1973 e 1975 esteve nas mãos de José Lopez Rega, um dos comandantes da Triple A; 3) o amplo espaço aberto pela revista para apoiar Lopez Rega e as ações criminosas do aparato paramilitar comandado pelo ministro; 4) o fato de que várias figuras públicas ameaçadas e perseguidas por *El Caudillo* sofreram atentados terroristas, tiveram que se exilar ou foram assassinadas pela Triple A<sup>6</sup>.

O contexto histórico em que *El Caudillo* circulou também é uma amostra eloqüente da linha truculenta adotada pela publicação. O semanário de Romeo situa-se no quadro político da Argentina de 1973-1976, triênio em que o peronismo governou o país platino em meio à escalada da violência política. Embora tenha sido um período de regime constitucional, o triênio de 1973-1976 marcou-se pela repressão política sobre um vasto conjunto de atores sociais em estado de insurgência ou contestação da ordem capitalista vigente na Argentina<sup>7</sup>. Esse conjunto de atores mobilizados elencava uma série de guerrilhas, correntes classistas do sindicalismo, o movimento estudantil, artistas, intelectuais, movimentos de gênero-sexualidade e a juventude politizada nas frentes combativas da Tendência Revolucionária<sup>8</sup>.

A partir do final de 1973 esse conjunto de atores sociais em ativação no campo de lutas populares tornou-se o alvo de repressão política orquestrada pelo Estado e pelas franjas mais reacionárias do peronismo. O início dessa repressão situou-se na campanha de depuração

<sup>5</sup> SIMONETTO, Patricio. *El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975)*. **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 133-138.

<sup>6</sup> BESOKY, Juan Luis. *La revista El Caudillo de la Tercera Posición: órgano de expresión de la extrema derecha. Conflicto Social*, Buenos Aires, n. 3, pp. 7-28, jun. 2010, p. 19-24.

<sup>7</sup> A partir do final da década de 1960 e na primeira metade dos anos 1970, a Argentina tornou-se o cenário de uma intensa mobilização política da sociedade civil que consolidou diversas práticas e organizações políticas de caráter antisistêmico, reativas ao autoritarismo e às opressões estruturais do capitalismo. Enquanto diferentes segmentos sociais se mobilizavam em protestos de rua radicalizados, uma diversificada esquerda armada se constituía dentro e fora do peronismo com a atuação igualmente radicalizada de várias guerrilhas, entre as quais estavam os Montoneros. Também foi marcante nesse período o fortalecimento de sindicatos classistas que, para além das lutas salariais, questionavam a ordem capitalista e desafiavam a liderança peronista da Confederação Geral do Trabalho, ao mesmo tempo em que a parte da Igreja Católica aberta à Teologia da Libertação se ativava em uma militância político-religiosa alinhada com valores de justiça social e com as lutas populares. Não menos importante foi a politização das sexualidades não hegemônicas que, desde uma perspectiva revolucionária e marxista, construíram a Frente de Libertação Homossexual, lutando por direitos civis para os corpos dissidentes, pela emancipação feminina e propondo que a revolução social fosse também uma revolução sexual. Na esteira dessa radicalização social o peronismo venceu democraticamente as eleições de março de 1973, voltando a ser Governo após dezessete anos mantido sob proscrição. Para uma análise dessa sociedade civil contestatória que emerge na Argentina no início dos anos 1970, ver: TORTTI, María Cristina. *Protesta social y Nueva Izquierda en la Argentina del Gran Acuerdo Nacional*. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **La primacía de la política**. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 205-230.

<sup>8</sup> Capiteada pela guerrilha dos Montoneros e a Juventude Peronista (JP), a Tendência representava o campo à esquerda do peronismo. Suas bases doutrinárias firmavam-se em um marxismo heteróclito e o seu projeto político era construir o socialismo na Argentina pela via da revolução. Para uma análise da Tendência, ver: BOETTO, María Belén. **Cámpora y la Tendencia Revolucionaria: entre la normalización partidaria y el regreso de Perón a la Argentina (1971-1972)**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Avançados e Investigação em História) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2019.

ideológica convocada por Juan Domingo Perón<sup>9</sup> em outubro de 1973 com vistas a obstruir o espaço de atuação da Tendência Revolucionária no peronismo, sob a prédica de que as dissidências marxistas haviam se infiltrado no movimento para destruí-lo. Quando, em janeiro de 1974, a guerrilha trotskista do Exército Revolucionário do Povo (ERP) atacou um regimento militar na cidade de Azul, o que era uma questão interna do peronismo se desdobrou numa repressão estendida a outras militâncias políticas, sob a prédica do combate a subversão.

Tendo o equipamento jurídico e militar do Estado em suas mãos, o governo peronista aplicou uma **repressão estatal** mediante leis que visavam conter a atuação de sindicatos mais combativos e ensejavam perseguição ideológica no funcionalismo público; além disso, o governo peronista respaldou golpes institucionais e promoveu intervenções federais em províncias administradas por governadores apoiados pela Tendência. Também acionou o dispositivo constitucional do estado de sítio para controlar o avanço da violência guerrilheira e convocou as Forças Armadas para desarticularem focos revolucionários no interior do país. Com os militares em cena a repressão estatal adquiriu um aspecto genocida ao viabilizar o funcionamento dos primeiros centros clandestinos de detenção, gerenciados pelo Exército e direcionados à tortura e ao assassinato sistemático de presos políticos. Concomitantemente, os esquadrões paramilitares, notoriamente a Triple A, aplicaram uma **repressão paraestatal** que empregou o uso desproporcional e clandestino da violência política com o mesmo objetivo de combater as organizações revolucionárias e demais atores sociais mobilizados. Operando de forma a complementar uma a outra, as modalidades de repressão estatal e paraestatal<sup>10</sup> resultaram em números extraordinários de prisões políticas, seqüestros, torturas e mortes.

É nesse enquadre de violência e repressão política na Argentina de 1973-1976 que *El Caudillo* promoverá suas intervenções na cena pública, em estreito alinhamento com as práticas repressivas do Estado e do terrorismo paramilitar. Esse alinhamento montou na revis-

---

<sup>9</sup> Militar do Exército argentino, Perón governou a Argentina por duas vezes consecutivas entre 1946 e 1955, exercendo um terceiro mandato presidencial entre outubro de 1973 e julho de 1974. Em torno de sua figura e de seu projeto nacional-popular organizou-se um movimento político heterogêneo, o peronismo, cujas propostas centrais eram a justiça social, a conciliação entre as classes sociais e a independência econômica da Argentina. Seus governos foram marcados por uma agenda desenvolvimentista, de dirigismo estatal e nacionalização dos setores estratégicos da economia, de concessão de direitos sociais e mediação do Estado nos conflitos entre a classe trabalhadora e o patronato.

<sup>10</sup> Para uma análise da dinâmica repressiva no triênio de 1973-1976 na Argentina, ver: FRANCO, Marina. La represión estatal en la historia argentina reciente: problemas, hipótesis y algunas respuestas tentativas. MERELE, Hernán. El proceso represivo en los años setenta constitucionales. De la “depuración” interna del peronismo al accionar de las organizaciones paraestatales. In: ÁGUILA, Gabriela (org.); GARAÑO, Santiago (org.); SCATIZZA, Pablo (org.). **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina**. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2016, p. 15-43 e 99-123.

ta um discurso cujo tópico central era a violência política. Se, por um lado, *El Caudillo* se mostrava contrária a violência exercida pelas organizações guerrilheiras e defendia uma ordem nacional apaziguada, por outro lado a revista agitava uma propaganda de violência repressiva para dirimir a atividade “subversiva”. Tratava-se de uma ambivalência discursiva na qual se demarcava uma “violência válida” e uma “violência inválida”, sendo a primeira praticada pelo Estado, o terrorismo paramilitar e os grupos mais reacionários do peronismo. Conforme assinala Patricio Simonetto,

*El Caudillo* se movia em um discurso entre duas posturas que, apesar de contrapostas, constituíam no terreno político duas faces da mesma moeda. (...) Ou seja, rejeitou uma violência alheia a vida do país para lhe conferir um status naturalizado ao qual a publicação e seus produtores se dedicavam.<sup>11</sup>

A correnteza de violência política que atravessava *El Caudillo* trouxe à baila uma das características principais do semanário: a construção de uma alteridade inimiga. A propósito dessa questão, Maria Clara Iribarne<sup>12</sup> identifica duas grandes tipologias de inimigo político presentes na revista: a que a autora denomina de “universo comunista” e os dirigentes do ramo político do peronismo. Na categoria do “universo comunista”, Iribarne distingue duas subdivisões de inimigo: 1) as correntes do marxismo-leninismo, abarcando organizações como o ERP e outras variantes trotskistas, e 2) as militâncias que compunham a Tendência Revolucionária do movimento peronista: os Montoneros e suas organizações satélites. Já no ramo político do peronismo, *El Caudillo* direcionava seus ataques aos políticos alinhados com a esquerda peronista, a exemplo do ex-presidente Héctor Cámpora e dos governadores provinciais apoiados pela Tendência Revolucionária.

Essa política de inimizade estava posta em um peronismo cujo desenho ideológico marcava-se por diacronias e antagonismos enfaticamente irreconciliáveis. O movimento peronista no início da década de 1970 abrigava um combativo campo de esquerda – a Tendência Revolucionária – que tinha o socialismo como projeto político, o marxismo como base ideológica e a luta armada como tática, ao mesmo tempo em que abarcava um complexo de organizações nacionalistas e militâncias, algumas com contornos fascistas, que assumiam posturas contrárias ao marxismo e à luta armada. Esse último campo, convencionalmente chamado de **direita peronista**, partilhava uma cultura política<sup>13</sup> anticomunista, antiliberal, an-

<sup>11</sup> SIMONETTO, Patricio. *El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975)*. **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 133, tradução nossa.

<sup>12</sup> IRIBARNE, Maria Clara. Los semanarios “El Descamisado” y “El Caudillo”: antagonismos y filones de una cultura política compartida. **Estudios**, Buenos Aires, n. 34, pp. 51-78, jul./dez. 2015, p. 68.

<sup>13</sup> Sobre o conceito de cultura política, ver páginas 18 a 20 desta introdução.

timperialista e antisemita orientada ao exercício da violência<sup>14</sup>. Com o retorno do peronismo ao Governo em maio de 1973, esquerda e direita peronistas colidiram-se em uma disputa pelo poder do Estado e o controle do movimento. A colisão entre as dissidências peronistas resultou de uma escalada de tensões que começam a tomar a forma de um conflito aberto no Massacre de Ezeiza<sup>15</sup>, ocorrido em 20 de junho de 1973, e atingem o ápice com o assassinato de José Ignacio Rucci<sup>16</sup> pelos Montoneros em 25 de setembro do mesmo ano. Em resposta à morte de Rucci, Perón convocou, no início de outubro, a depuração ideológica no peronismo com o objetivo de eliminar do movimento a Tendência Revolucionária. Expressão e agitadora dessa conflitividade, a revista *El Caudillo* declarou guerra contra seus inimigos da esquerda peronista, incentivando a violência e defendendo a repressão para eliminá-los.

*El Caudillo de la Tercera Posición* funcionou como porta voz da direita peronista e, estando nessa condição, socializou as representações e práticas da cultura política partilhada por essa dissidência do peronismo. Na época em que a revista apareceu, no início dos anos 1970, o peronismo já contava com um campo à direita bem consolidado, formado ao longo das décadas anteriores. Em sua tese de doutorado *La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones* (2016), Juan Luis Besoky sustenta que a direita peronista enquanto uma cultura política específica se originou nos anos 1940 da simbiose entre as culturas políticas do nacionalismo conservador<sup>17</sup> e do peronismo, desenvolvendo-se nas décadas de 1950 e de 1960 em reação ao surgimento de uma cultura política de esquerda no movimento peronista<sup>18</sup>. Afirma Besoky:

---

<sup>14</sup> Sobre a cultura política da direita peronista, ver: BESOKY, Juan Luis. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones** (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

<sup>15</sup> Como ficou conhecido o tiroteio ocorrido no Aeroporto Internacional de Ezeiza (Buenos Aires), na ocasião do retorno de Perón à Argentina após dezoito anos em que o líder do peronismo esteve exilado na Europa. Os tiros foram disparados por militantes da direita peronista contra as colunas da Tendência Revolucionária, causando a morte de dezenas de pessoas e deixando outras centenas feridas. Na crônica jornalística de Horacio Verbitsky, *Ezeiza* (1985), o tiroteio foi premeditado e minuciosamente organizado por forças reacionárias do Estado e do peronismo para repelir a Tendência do ato de recepção a Perón no aeroporto. Ver: VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986.

<sup>16</sup> Dirigente nacional da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e um dos principais representantes da direita peronista. Rucci construiu uma trajetória importante de liderança no sindicalismo, atuando em negociações na cúpula do poder estatal em benefício da classe trabalhadora e articulou o retorno de Perón à Argentina em 1973.

<sup>17</sup> Também chamado de “nacionalismo tradicionalista” ou “nacionalismo de direita”. Patricia Orbe definiu esse nacionalismo como “uma visão de mundo antiliberal e antidemocrática, anticomunista e antisemita, nostálgica da ordem hierárquica da sociedade pré-moderna e com a veemente crença de que a nacionalidade argentina repousa sua essência sobre os fundamentos da hispanidade e da religião católica, os quais se concebem ameaçados por uma rede conspirativa integrada por diversos inimigos (marxistas, liberais, democratas, maçons e judeus). Devido a esses aspectos, observamos que a denúncia de um suposto “complô anti argentino” e a convocatória para empreender uma “cruzada pelo resgate da Nação” constituíram os temas mais recorrentes dentro das fileiras deste movimento.” (ORBE, Patricia. *El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por un territorio en exploración. PolHis*, Buenos Aires, n. 8, pp. 27-35, jul./dez. 2011, p. 28).

A hipótese que sustento é que a cultura política da direita peronista pode datar-se desde 1943, como produto da combinação entre a cultura da direita nacionalista e o nascente movimento peronista. Esta cultura política da direita [peronista] cobrou forças na década de sessenta em resposta à consolidação de um setor de esquerda no movimento peronista. A convivência de uma cultura política de esquerda e outra de direita adquiriu um caráter violento e irreconciliável a partir da década de setenta com a volta do peronismo ao poder.<sup>19</sup>

A tese de Besoky é uma radiografia histórica desse campo direitista que se desenvolve no peronismo em meados do século XX. Nela, o autor apresenta uma riqueza de fontes históricas e bibliográficas que reconstituem o percurso de militantes, intelectuais, impressos e grupos desse “peronismo de direita” entre a origem do movimento peronista (1943/1946) e o golpe civil-militar de 1976, abarcando, portanto, o contexto histórico de circulação da revista *El Caudillo*, ou seja, o triênio de governo do peronismo (1973-1976). Assim, o trabalho de Besoky constitui-se em referência central para a minha análise sobre *El Caudillo* como vetor da cultura política da direita peronista. Mas, afinal, que representações e práticas compuseram essa cultura política?

De forma sintética, pontuamos a seguir os principais elementos da cultura política da direita peronista, com base nas análises de Besoky<sup>21</sup>.

*Doutrina política*: as militâncias à direita do peronismo se referenciavam na doutrina política do movimento, o justicialismo, formulada a partir dos discursos de Perón e que se pautava pelos princípios da justiça social, da harmonia entre as diferentes classes sociais e do peronismo enquanto um projeto alternativo ao capitalismo e ao socialismo. Esse último princípio, chamado de “terceira posição”, foi potencializado pela direita peronista em chave anticomunista e antiliberal. *Leituras do passado*: em oposição à leitura liberal do passado argentino, a direita peronista elaborou uma narrativa histórica revisionista que reivindicava José de San Martín, Juan Manuel de Rosas e Juan Domingo Perón como grandes líderes da nação. *Concepção de sociedade ideal*: para a direita peronista, a arquitetura da sociedade argentina deveria ser baseada na colaboração entre as classes e na justiça social. *Discurso codificado*: a direita peronista possuía um vocabulário político composto por certas palavras-chaves, como libertação nacional, anticomunismo, antiliberalismo, antimperialismo, conspiração judaico-maçônica e justiça social. *Rituais e símbolos*: os grupos da direita per-

<sup>18</sup> Sobre a cultura política de esquerda que se desenvolveu no peronismo a partir dos anos 1950, ver: ALTAMIRANO, Carlos. **Peronismo y cultura de izquierda**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

<sup>19</sup> BESOKY, Juan Luis. Introducción general. **La derecha peronista**: prácticas políticas y representaciones (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 14, tradução nossa.

<sup>20</sup> Idem, p. 33 e 34.



nista participavam de atos do Dia do Trabalhador, reivindicavam o dia 20 de novembro como o Dia da Soberania nacional e celebravam certos mártires do peronismo.

Ao percorrer as páginas de *El Caudillo*, saltam aos nossos olhos esse vasto acervo de representações e práticas da cultura política da direita peronista. A começar pelo título da revista, “*de la Tercera Posición*”, que faz referência a um dos princípios elementares da doutrina justicialista, o já mencionado princípio da “terceira posição” do peronismo. Interpretado sob a ótica da rejeição ao socialismo e ao capitalismo, esse princípio doutrinário forneceu a *El Caudillo* o ingrediente às representações anticomunistas e antiliberais. Entre tais representações aparecia um imaginário político habitado pela figura da Sinarquia, uma suposta conspiração tramada pelos Estados Unidos e a União Soviética, em parceria com os judeus e os maçons, para implantar um Governo Mundial que subjugassem as nações do Sul global<sup>21</sup>. Destarte, o cenário geopolítico da Guerra Fria, de disputas entre o bloco capitalista e o bloco soviético, era lido por *El Caudillo* como uma grande armação das superpotências com objetivos imperialistas<sup>22</sup>.

Alguns trabalhos recentes sobre a revista *El Caudillo* começaram a adentrar no terreno da cultura política da direita peronista socializada pelo semanário. Vale mencioná-los a título de uma breve revisão bibliográfica. O artigo de Simonetto<sup>23</sup> traz à baila duas questões que, do meu ponto de vista, são fundamentais: as representações de gênero e sexualidade e o financiamento de *El Caudillo*. Sobre a primeira questão, o autor discute a construção de um discurso androcêntrico, estruturado a partir de uma masculinidade hegemônica, homofóbica e machista, que, por um lado, articulava o exercício político da violência e a militância política no peronismo como atividades essencialmente reservadas aos homens *cisgênero* e, por outro lado, utilizava a homossexualidade e o feminino como elementos pejorativos, persecutórios e difamadores para desqualificar o inimigo político de esquerda. A outra questão concerne ao que o autor denomina de uma “economia política” de *El Caudillo*, isto é, as fontes de financiamento da revista, estas que indicam quem sustentava financeiramente o discurso da violência repressiva na Argentina de 1973-1976. Realizando um balanço percentual das instituições que pagavam para ter espaço na publicidade de *El Caudillo*, Simonetto descobriu

---

<sup>21</sup> Sobre o mito da Sinarquia no imaginário da direita peronista, ver: LADEUIX, Juan Iván. El general frente a la Sinarquia. El discurso de Carlos Disandro en la formación de la Concentración Nacionalista Universitaria y su impacto en el peronismo. **XI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia**, Tucumán, p. 1-21, set. 2007.

<sup>22</sup> No tópico 2.2 do capítulo 2 eu desenvolvo uma análise mais aprofundada sobre a leitura de *El Caudillo* do cenário geopolítico da Guerra Fria, sob a lente do mito da conspiração sinárquica.

<sup>23</sup> SIMONETTO, Patricio. El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975). **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015.

que algo em torno de 80% da renda do semanário era proveniente do Ministério do Bem-Estar Social, nas mãos de Lopez Rega, uma das cabeças da Triple A. A conclusão que me parece ser possível chegar com esse dado é a de que o Estado argentino sustentou, em grande medida, o discurso da violência repressiva ilegal exercida pelo terrorismo paramilitar.

Outro trabalho importante sobre a cultura da direita peronista em *El Caudillo* é o artigo de Besoky<sup>24</sup>, que analisa a seção de humor político da revista. Essa seção, *Chismes y Entretenimientos*, trazia palavras cruzadas, adivinhações, poesias, caricaturas e tirinhas cômicas, com destaque para a tirinha de Ortodoxio e Tendencio, dois personagens que representam, respectivamente, a direita e a esquerda peronistas. Besoky observa nessa seção os estereótipos construídos pela revista sobre os militantes de esquerda, mas evidencia, principalmente, a estratégia de *El Caudillo* para divulgar, por meio do humor político, as representações e práticas da direita peronista. Assim, *Chismes y Entretenimientos* funcionou como um espaço de socialização de representações anticomunistas, antiliberais, antisemitas e conspiratórias que constituíam o repertório cultural das organizações à direita do peronismo. Há também o artigo de Maria Clara Iribarne<sup>25</sup>, cuja riqueza analítica repousa na comparação entre *El Caudillo* e *El Descamisado*, este último o órgão de expressão da guerrilha dos Montoneros, que circulou entre 1973 e 1974. Notável por mostrar o conflito violento entre esquerda e direita peronista no terreno da linguagem impressa, o artigo de Iribarne elucida como essas duas alas do peronismo compartilhavam culturas políticas semelhantes, particularmente na concepção que ambas tinham da luta política como guerra e do exercício da violência como meio legítimo de disputar o poder. Colocadas uma ao lado da outra, as revistas *El Caudillo* e *El Descamisado* revelam antagonismos que se cruzam num peronismo que funcionava como vaso comunicante para diferentes culturas políticas. Especificamente sobre *El Caudillo*, Iribarne destrinchou os principais aspectos das intervenções sistemáticas do semanário que aludem à cultura política da direita peronista. Nesse sentido, a autora identificou nas intervenções de *El Caudillo* os valores ultranacionalistas, hispanistas, anticomunistas, antiliberais e os mitos conspirativos que pertenciam ao universo cultural da direita peronista e, no limite, endossavam a violência contra o inimigo de esquerda.

Contando com esse aparato bibliográfico, a presente dissertação se propõe a levar adiante a discussão sobre a cultura política da direita peronista nas páginas de *El Caudillo*.

---

<sup>24</sup> BESOKY, Juan Luis. La derecha también ríe. El humor gráfico en la revista El Caudillo de la Tercera Posición. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, pp. 291-316, mai./ago. 2016.

<sup>25</sup> IRIBARNE, Maria Clara. Los semanarios “El Descamisado” y “El Caudillo”: antagonismos y filones de una cultura política compartida. **Estudios**, Buenos Aires, n. 34, pp. 51-78, jul./dez. 2015.

Objetivamente, a questão que eu tento pensar é a seguinte: como a direita peronista mobilizou sua cultura política para lutar contra a Tendência Revolucionária e os demais atores sociais em movimento no campo de lutas populares, no contexto do processo repressivo na Argentina de 1973-1976? Sendo a revista *El Caudillo* uma das porta-vozes das organizações à direita do peronismo, a análise de sua atuação militante no terreno da linguagem impressa certamente ajuda na empreitada de responder a tal questão. Destarte, a pesquisa se estrutura a partir de dois vetores: 1) a análise da revista *El Caudillo* como canal de socialização da cultura política da direita peronista e 2) a análise do lugar e do papel desempenhados pela direita peronista no processo repressivo de 1973-1976.

O primeiro vetor é riscado pelas propostas teórico-conceituais de Serge Berstein e de Rodrigo Motta, que fornecem um enquadre analítico bastante promissor aos estudos de cultura política na História. Aqui, importa-me considerar a definição de cultura política elaborada por Berstein, qual seja:

(...) uma visão dividida do mundo em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte da vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura política e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.<sup>26</sup>

Da proposta teórico-conceitual de Motta, eu me valho principalmente da ideia de que as representações e as práticas políticas constituem, nas palavras do autor, uma “via de mão dupla”, ou seja, ambas são elaboradas em um processo de interdependência, não sendo possível dissociar as representações, situadas no campo do simbólico, das ações políticas dos indivíduos, estas que estariam no campo da realidade material. Conforme assinala Motta,

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade. Como sabemos, elas são inevitavelmente incompletas e imperfeitas; no entanto, algumas implicam distorção maior da realidade, devido a interesse, paixão política ou sentimentos como o medo. Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por

---

<sup>26</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350 e 351.

paixões que cegam.<sup>27</sup>

A perspectiva de Motta me é particularmente cara no sentido de que endossa a análise sobre como o discurso extremista de *El Caudillo* aponta para o comportamento igualmente extremista de certos grupos à direita do peronismo e, no limite, dos contingentes incorporados na Triple A, durante o processo repressivo de 1973-1976 contra as lutas sociais. Não há como separar as representações de extrema direita disseminadas pela revista e as ações de violência política exercidas pelo coletivo produtor do semanário.

Concernente o segundo vetor desta pesquisa, eu recorro à teoria do *complexo contra insurgente* discutida por Vilma Liliana Franco. Conforme assinala Franco,

O sistema contra insurgente apresenta, além disso, estas duas características: em primeiro lugar, a responsabilidade da formação desse sistema não é exclusiva do aparato de Estado, admitindo a participação de grupos de interesse da sociedade dominante (o dos proprietários e/ou a elite política), os quais articulam (...) os interesses particulares ameaçados a princípio pela dissidência, no desenho das estratégias contra insurgentes. Essa participação ocorre através de diversas formas de pressão (persuasão, corrupção ou intimidação) e de mecanismos de representação funcional. Em segundo lugar, o que se busca preservar não é somente a integridade institucional, mas também a continuidade no controle do poder político e a preservação da hegemonia.<sup>28</sup>

A autora prossegue dizendo que o complexo contra insurgente possui um caráter dual, isto é, combina estratégias legais e ilegais, ou para-legais, em seu funcionamento repressivo. Essa estrutura dual se configura de acordo com o tamanho da ameaça e do desafio que a insurgência oferece ao poder estatal, ou de outros fatores contextuais, como o grau de apego ao Estado de Direito e a intensidade das disputas ideológicas, entre outros. Nas palavras de Franco,

O sistema contra insurgente, ao ter como finalidade a preservação do poder estatal nas situações críticas, leva a um *estado de repressão intensiva*. A estratégia repressiva, sob tais condições, se desenha de acordo com a caracterização da ameaça interna e varia no tempo segundo a intensidade da situação crítica. Se no desafio ao poder estatal se faz o uso de estratégias irregulares, ou a oposição excede o limite do que é permitido e incorre à desobediência da ordem jurídica, é provável que esse poder estatal recorra à construção de uma estrutura dual que combine mecanismos legais com dispositivos ilegais-para-legais com o fim de habilitar um uso excessivo ou arbitrário da força.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 23.

<sup>28</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 60, tradução nossa.

<sup>29</sup> Idem, p. 61, tradução nossa.

Analisar por esse prisma a dinâmica repressiva na Argentina do triênio peronista (1973-1976) permite observar a configuração de uma frente contra revolucionária que uniu o Estado governado pelo peronismo, as forças reacionárias do movimento peronista e a máquina de terrorismo paramilitar sob o mesmo propósito de desarticular e exterminar (política e fisicamente) as esquerdas revolucionárias e demais atores sociais mobilizados no campo de lutas populares. Desse modo, torna-se visível um processo repressivo que combinou violência do Estado e violência paraestatal ou ilegal, o que nos ajuda a compreender a capilaridade geográfica e institucional da repressão, assim como o seu impressionante grau de truculência e genocídio. Ademais, a teoria do complexo contra insurgente permite observar o trânsito da direita peronista entre as estratégias legais e ilegais do processo repressivo. Se, por um lado, a direita peronista cedeu parte de seus contingentes mais extremistas ao terrorismo paraestatal da Triple A, envolvendo-se, portanto, na violência ilegal da repressão, ela apelou a estratégias típicas da militância, como o ativismo sindical e político, a publicação de impressos, a disputa por espaços na condução do movimento peronista e das lutas sociais, apoiando também o governo peronista no combate à dissidência revolucionária.

No que se refere à metodologia para a análise da fonte histórica, eu me apoio na proposta metodológica de Alejandra Pita González e María del Carmen Grillo que apresenta categorias analíticas para o estudo de revistas culturais latino-americanas. As autoras partem do ponto de que é necessário “decompor” uma revista analisando as diferentes e muitas variáveis materiais e imateriais que estruturam sua espacialidade gráfica, de modo a obter compreensão da revista como um objeto dinâmico. Essa decomposição, conforme sugerem Grillo e González,

(...) implica definir certas unidades de leitura próprias do periodismo, dispostas em polaridade: estabilidade e regularidade (periodicidade, desenho, composição) frente à variação (vai-vens na periodicidade proposta, redesenho, renovação periódica de seu conteúdo); o individual (a autoria pessoal dos artigos) frente ao coletivo (a revista como produto de um grupo editor, a produção como uma tarefa integrada de redatores, editores, ilustradores, desenhistas, impressores etc.); singularidade (cada texto, cada número) e totalidade (a coleção completa); harmonia (a monologia de um discurso unificado a partir do coletivo “revista”) frente à discordância (as vozes em divergência); o lingüístico frente ao não lingüístico (o icônico, como ilustrações, fotografias); o publicado frente ao implícito (especialmente quando se trata da atualidade imediata, que dar-se por conhecida somente para o leitor); o conceitual (as ideias) frente ao material (papel, uso de cor, impressão, encadernação). Estas polaridades podem sobrepor-se, alinhar-se harmonicamente, complementar-se e se opor. Por tratar-se de um objeto dinâmico a revista representa tensões, equilíbrios e oposições entre um pólo e outro, às vezes publicamente, a partir de suas páginas.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 6, tradução nossa.

Nesse processo metodológico de decomposição a revista vai sendo recomposta em categorias e variáveis dispostas em três dimensões: a dimensão material, a dimensão imaterial e uma dimensão intermediária que abarca aspectos das duas primeiras. Segundo as autoras,

A primeira [categoria] faz referência ao material por meio das seguintes variáveis: o lugar de edição, formato, quantidade de páginas e desenho, a impressão, papel e encadernação, lugar, quantidade de números e etapas, periodicidade, preço e venda, tiragem e zona de difusão. A segunda categoria, que participa de ambas as dimensões [material e imaterial], pelas características das variáveis a ser estudadas, responde aos conteúdos. Estes não podem ser considerados como sinônimos do que é expresso nos textos e é necessário abrir a visão aos aspectos formais. Esta categoria inclui como variáveis: título e subtítulo, manifestos, programas e notas editoriais, índice, seções e distribuição de páginas, temas e problemas, ornamentação, publicidade e novidades. Por último, a categoria que se refere à dimensão imaterial, nos remete ao grupo humano que fez a publicação e que se conforma em uma rede intelectual: diretor, comitê editorial e administração, amigos e impressor, colaboradores (de textos e gráficos), corresponsáveis e distribuidores, leitores e/ou assinantes, tradutores e referentes.<sup>31</sup>

A tabela 1 permite visualizar melhor essa proposta metodológica.

**Tabela 1.** Proposta metodológica para a análise de revistas culturais latino-americanas

<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Variáveis</b>
Material	Aspectos técnicos	Repositório / formato / quantidade de páginas / desenho / impressão / papel / encadernação / lugar de origem / quantidade de números / etapas / preço / venda / periodicidade / tiragem / zona de difusão
Material e imaterial	Aspectos de conteúdo	Título e subtítulo / manifestos / programas / editoriais / índice / seções / distribuição de páginas / problemas e temas / ornamentação / publicidade e novidades
Imaterial	“Geografia humana”	Diretor / comitê editorial / administração / amigos / impressor / colaboradores / assinantes e leitores / corresponsáveis / distribuidores / tradutores / referentes

**Fonte:** González e Grillo.

Esta dissertação é organizada em três capítulos. O primeiro capítulo abre a discussão sobre a revista *El Caudillo*, contextualizando-a historicamente. O triênio peronista<sup>32</sup>, isto é, o

<sup>31</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 6 e 7, tradução nossa.

<sup>32</sup> Utilizarei esse termo nesta dissertação para me referir aos três anos de governo do peronismo na década de 1970, ou seja, os anos correntes entre 1973 e 1976.

contexto histórico do semanário, será abordado sob a ênfase no processo de repressão política contra as esquerdas revolucionárias, de forma que seja possível observar a montagem e operação de um complexo contra insurgente, do qual fizeram parte *El Caudillo* e a direita peronista como agentes repressivos, que colaborou para aniquilar (política e fisicamente) a militância de movimentos armados e, no limite mais dramático do processo, colocar em funcionamento o terrorismo de Estado em pleno regime constitucional. O capítulo também apresenta os principais elementos do que se denomina de cultura política da direita peronista e apresenta *El Caudillo* como vetor dessa cultura política.

O capítulo 2 é a espinha dorsal da dissertação. Nele a abordagem se dará mediante tópicos que assinalam as formas de atuação da direita peronista no processo repressivo, mobilizando sua cultura política. No tópico de abertura do capítulo, eu discuto a visão que *El Caudillo* construiu sobre Perón e o peronismo no contexto de uma disputa com a Tendência pelos símbolos, os significados e as narrativas do movimento peronista. *El Caudillo* e a direita peronista também enxergavam Perón e o peronismo como revolucionários, mas qual era o sentido de revolução para a revista e seus produtores? Que lugar ou quais os papéis assumidos por Perón nesse peronismo predestinado a revolucionar a sociedade argentina? O segundo tópico se atém ao imaginário político da direita peronista, que ganhou força nas páginas de *El Caudillo* com o mito da Sinarquia. Este, talvez, tenha sido o fio condutor de toda a energia conspirativa do semanário, galvanizando uma prédica de combate contra supostas forças internacionais ao serviço do imperialismo americano e soviético que tramavam para subjugar a Argentina. Se, como afirmou Raoul Girardet<sup>33</sup>, o mito político mobiliza os sujeitos para ação, o imaginário conspirativo de *El Caudillo* pode fornecer informações sobre as engrenagens que moveram a direita peronista em sua ação de violência repressiva contra a Tendência, esta que foi representada pelo semanário como agente ao serviço da Sinarquia. Em seguida, o terceiro tópico do capítulo investe na discussão sobre a violência política em *El Caudillo*. Renunciando a hipótese da violência como ato de pura crueldade e adotando uma perspectiva que a entende como fenômeno cruzado por categorias simbólicas, o tópico aborda as noções de violência legítima e ilegítima assimiladas por *El Caudillo*: quem tinha a suposta prerrogativa de exterminar o *outro*? Conectada a essa questão, a imagem fantasmagórica atribuída pela revista aos adversários políticos, que delineou uma alteridade inimiga passível de ser eliminada, também será um elemento em debate na temática do tópico. *El Caudillo* fa-

---

<sup>33</sup> GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

lou sem constrangimentos de matar seus inimigos, e isso é um indicativo da relação que a revista manteve com o terrorismo paramilitar no contexto de repressão ilegal. Portanto, a discussão do tópico recupera, em alguma medida, a dimensão das imagens, dos significados, das sensibilidades que alimentaram um afeto de morte nos indivíduos que apostaram na violência repressiva clandestina. O quarto tópico embarca numa discussão sobre gênero e sexualidade, adentrando no território do discurso homofóbico, machista e misógino de *El Caudillo*. Não sendo possível pensar a linguagem violenta da revista sem levar em conta o seu paradigma de masculinidade hegemônica, o tópico aborda a associação que a revista estabeleceu entre o masculino heteronormativo e o exercício da violência, ao passo que analisa a homossexualidade e o feminino como dispositivos de qualificação do inimigo.

A dissertação se encerra no capítulo 3 com a análise da materialidade de *El Caudillo*. Nesse capítulo, opera-se a aplicação da metodologia elaborada por González e Grillo, exposta na tabela 1, cuja proposta é a de desmontar ou “decompor” a revista para analisar as dimensões e categorias que a estruturam, ou seja, os aspectos técnicos relativos à estrutura física da revista (tipo de papel, encadernação, número de páginas, *design*, lugar de produção, zona de circulação etc.); os aspectos de conteúdo que fazem interseção entre a espacialidade gráfica e a dimensão ideológica do semanário (títulos e subtítulos, seções, os grandes temas políticos aos quais se dedicou a revista, as seções, os editoriais e a ornamentação); e, por fim, o aspecto do elemento humano que colocou a revista em funcionamento, isto é, as pessoas que se envolveram na produção de *El Caudillo*, seja como membros do comitê editorial ou como apoiadores e financiadores. Esse último aspecto é importante porque torna possível a identificação dos indivíduos, grupos e das instituições que sustentaram o discurso da violência política repressiva na Argentina dos anos 1970.

Espero que este trabalho emita uma mensagem ao nosso tempo. Não é casual a minha escolha por pesquisar as direitas latino-americanas, particularmente suas versões mais radicais ou autoritárias, no momento em que o Brasil e outros países optaram por realizar experiências com o conservadorismo e a extrema direita. Há na escolha do meu tema um reflexo da angústia política com relação aos caminhos tortuosos de autoritarismo que a nossa época decidiu trilhar. A História mostra com todas as letras a tragédia humanitária de projetos políticos que, à extrema direita, tentaram estabelecer paradigmas autoritários e totalitários de sociedade. Certamente, se nós quisermos ser a geração que livrará o mundo do colapso que se aproxima, não é retrocedendo ao nosso passado de autoritarismo, extremismos e violência política que obteremos algum sucesso.



# 1 VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLÍTICA NA ARGENTINA DO TRIÊNIO PERONISTA (1973-1976)

“Aniquilar o quanto antes esse terrorismo criminoso é uma tarefa que compete a todos que desejam uma Pátria justa, livre e soberana (...)”.

*(Juan Domingo Perón)*

## 1.1. O processo repressivo do triênio peronista

Entre 1973 e 1976 o peronismo governou a Argentina no contexto de um regime constitucional<sup>1</sup>. Todavia, o período marcou-se pela repressão contra dissidências políticas insurgentes e atores sociais mobilizados em um campo de lutas populares. Quando os peronistas chegaram ao Governo com Héctor Cámpora, em 25 de maio de 1973, a sociedade argentina encontrava-se em estado de intensa mobilização política<sup>2</sup> e o movimento peronista possuía um caráter radicalizado, com a presença em seu interior de uma esquerda marxista e revolucionária<sup>3</sup> que tinha como centro de gravidade a guerrilha Montoneros. Esse enquadre fixado na sociedade civil e no peronismo demarcava uma aguda conflitividade política e impunha desafios à concretização da agenda de reformas do governo peronista, como também

<sup>1</sup> Chamaremos esse período de “triênio peronista”. Embora temporalmente breve, o período marcou-se por alternâncias na presidência da República. Sucessivamente governaram a Argentina: Héctor Cámpora (25/05 a 13/07/1973), Juan Domingo Perón (12/10/1973 a 01/07/1974) e Maria Estela Martínez, conhecida como Isabel Perón (01/07/1974 a 24/03/1976). Houve governos interinos: o de Raúl Lastiri (13/07 a 12/10/1973) e o de Ítalo Lúder (13/09 a 16/10/1975).

<sup>2</sup> A partir do final dos anos 1960 e nos primeiros anos da década de 1970, a sociedade argentina entrou em um ciclo de ativação política, dando forma a ativismos contestatórios e revolucionários. Movimentos armados de esquerda passaram a atuar sob apoio social, ao mesmo tempo em que o sindicalismo abriu espaço a organizações classistas e uma sequência de protestos populares ocorria em diversas regiões do país com enorme potência de rebelião social contra a ordem vigente. Na ala progressista da Igreja se fortaleceu uma militância alinhada com a Teologia da Libertação e no peronismo, uma nova esquerda revolucionária e marxista passou a atuar ao redor da guerrilha dos Montoneros. Uma das grandes inovações desse momento é a politização de sexualidades não hegemônicas, que se organizaram uma militância revolucionária, com inspirações marxistas e feministas, na Frente de Libertação Homossexual. De modo geral, a sociedade civil passou a reivindicar o uso político da violência como estratégia de mudança social, o que impôs um desafio às classes dominantes em matéria de sustentação no poder. Para uma análise desse cenário, ver: TORTTI, María Cristina. Protesta social y Nueva Izquierda en la Argentina del Gran Acuerdo Nacional. In: PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **La primacía de la política**. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 205-230.

<sup>3</sup> Denominada de Tendência Revolucionária, essa esquerda peronista defendia a construção do socialismo na Argentina pela via da revolução proletária. Para uma análise do surgimento, da composição e do ativismo da Tendência Revolucionária, ver: BOETTO, María Belén. **Cámpora y la Tendencia Revolucionaria: entre la normalización partidaria y el regreso de Perón a la Argentina (1971-1972)**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Avançados e Investigação em História) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2019.

ao funcionamento da ordem capitalista, já que os atores sociais mobilizados se inspiravam em pautas antisistêmicas e ações radicalizadas.

Em resposta ao enquadre descrito, um processo repressivo se desencadeou a partir do final de 1973. De modo geral, a repressão objetivava conter expectativas anticapitalistas e dissipar a energia de radicalização política das parcelas mobilizadas da sociedade civil. Isso se evidenciou na própria marcação do alvo a ser reprimido: militantes das organizações armadas de esquerda, sindicatos classistas do movimento operário, a intelectualidade e a juventude mobilizada nas universidades, artistas e religiosos progressistas, entre outras militâncias contestatórias a exemplo dos coletivos defensores de causas emancipatórias para o gênero feminino e as sexualidades não hegemônicas. Em síntese, todo um espírito rebelde e antisistêmico da sociedade argentina, imbuído na abstrata categoria da “subversão”, foi combatido por meio de diversas medidas legais e ilegais, cujos resultados foram dramáticos em termos de fechamento da esfera democrática e violação dos direitos humanos.

O peronismo constituiu-se em ponto de partida e eixo do processo repressivo. Sua topografia ambivalente, marcada pelo antagonismo entre o mencionado campo de esquerda – a Tendência Revolucionária – e um campo de direita<sup>4</sup> contrário ao marxismo e à luta armada, provocou uma escalada de tensões internas que foram respondidas com a repressão sobre a dissidência insurgente do movimento. O processo que levaria a essa repressão deitou raiz na política de “institucionalização” do peronismo colocada em marcha por Perón, imediatamente após ter retornado à Argentina de um longo exílio na Espanha<sup>5</sup>. Tal política consistia em desradicalizar o movimento peronista e promover integração das facções internas, alinhando-as com os princípios doutrinários do justicialismo<sup>6</sup> e impondo-lhes a supremacia de sua liderança, de maneira que as tensões intrapartidárias fossem solucionadas e o governo peronista pudesse encaminhar sua cartilha de reformas nos limites constitucionais. De acordo com Maristela Svampa<sup>7</sup>, a iniciativa da institucionalização implicou em excluir todo o setor rebelde do peronismo, ou seja, a Tendência Revolucionária, a partir do combate às ideias marxistas e estratégias insurgentes no interior do movimento e das instituições estatais.

---

<sup>4</sup> Ver tópico 1.2 do presente capítulo.

<sup>5</sup> Perón estava exilado desde 1955, quando um golpe civil-militar o derrubara da presidência da República. Em 20 de junho de 1973, o novo governo peronista o trouxe de volta à Argentina.

<sup>6</sup> Doutrina política baseada nos discursos públicos de Perón. Tinha como princípios fundamentais a construção de uma sociedade sem conflitos de classe e pautada pela justiça social; a soberania econômica e internacional da Argentina frente às potências mundiais; e a ideia da “terceira posição” do peronismo, isto é, o peronismo como uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo.

<sup>7</sup> SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores, 1973-1976. In: JAMES, Daniel (org.). **Nueva Historia Argentina: violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 406-409.

Essa exclusão da Tendência Revolucionária se deu em caráter progressivo, começando no trágico episódio do Massacre de Ezeiza<sup>8</sup> e, em seguida, passando por uma sequência de reconfigurações na cúpula do Governo e do Partido Justicialista<sup>9</sup> (PJ), que obstruíram o espaço de ação institucional da esquerda peronista e beneficiaram a direita do movimento<sup>10</sup>. Sem levar em conta a importância capital das atitudes e decisões de Perón<sup>11</sup> nesse processo de excluir o setor insurgente do peronismo, a Tendência Revolucionária imaginou a existência de um “cerco” da direita ao redor de Perón para afastá-lo das massas. Na tentativa de “romper o cerco”, a esquerda peronista apostou na violência aberta: em 25 de setembro de 1973, os Montoneros assassinaram José Ignacio Rucci, dirigente da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e uma das principais figuras da direita peronista.

A morte de Rucci provocou a ofensiva de Perón contra a Tendência Revolucionária. Em 02 de outubro de 1973, o general se reuniu com a cúpula do PJ para organizar uma campanha de **de puração ideológica** no peronismo que consistia em expurgar o movimento das influências marxistas e fazer frente à violência executada pela militância insurgente. Da reunião saiu o *Documento Reservado*, uma espécie de circular interna que selecionava o alvo a ser combatido, isto é, a dissidência de esquerda, e estabelecia os parâmetros para a depuração ideológica. Dizia o documento:

---

<sup>8</sup> Ocorreu em 20 de junho de 1973, dia em que Perón retornava do exílio espanhol. Na ocasião, milhões de pessoas estavam no Aeroporto Internacional de Ezeiza à espera de Perón quando, repentinamente, tiros foram disparados de cima do palco em que o general discursaria para o povo. Os autores dos disparos eram militantes da direita peronista, que procederam com tal violência para impedir a Tendência Revolucionária de protagonizar o ato de recepção a Perón. Dezenas de pessoas morreram e centenas ficaram feridas. O episódio não foi um conflito contingencial entre as facções peronistas; pelo contrário, tratou-se de uma operação de guerra contra insurgente, estrategicamente montada por autoridades da segurança pública e do Governo, estas que mobilizaram e transformaram a militância civil da direita peronista em um autêntico esquadrão paramilitar. Nesse sentido, o Massacre de Ezeiza representou um ensaio de repressão paraestatal contra dissidências revolucionárias, no contexto do triênio peronista. Ver: VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 151 p.

<sup>9</sup> Partido do peronismo.

<sup>10</sup> Entre as reconfigurações no centro do poder após o Massacre de Ezeiza, que afetaram a Tendência Revolucionária, se destacam: a renúncia forçada de Héctor Cámpora em 13/07/1973, este que havia sido eleito com amplo apoio da Tendência, e a exoneração de ministros de Estado provenientes da esquerda peronista, promovida pelo presidente interino Raúl Lastiri. Outra reconfiguração importante era a formação do Conselho Superior do PJ pelo próprio Perón. O Conselho Superior funcionaria como um órgão central do movimento peronista, respondendo dessa maneira à política de institucionalização do peronismo, e em sua direção foram empossados militantes das organizações à direita do movimento. Para uma análise da composição direitista do Conselho Superior e como isso ampliou o poder da direita peronista, ver: BESOKY, Juan Luis. *El tercer gobierno peronista. La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 215 e 216.

<sup>11</sup> Perón não apenas encabeçou os trâmites para a formação do Conselho Superior do PJ, abrindo mais espaço na liderança do movimento para a direita, como também dirigiu uma série de rechaços e repreensões à Tendência Revolucionária, a exemplo do que fez em seu discurso proferido no dia seguinte ao Massacre de Ezeiza. Nesse discurso, Perón chamou os militantes da Tendência de “infiltrados” e “camuflados” no peronismo, além de reforçar o seu compromisso com os “velhos peronistas”, isto é, os militantes mais antigos do movimento que representavam a direita peronista.

O assassinato do nosso companheiro José Ignacio Rucci, e a forma traiçoeira de sua realização, marcam o ponto culminante de uma escalada de agressões ao Movimento Nacional Peronista que vem sendo cumprida, sistematicamente, pelos grupos marxistas terroristas e subversivos e que representa uma verdadeira guerra desencadeada contra a nossa organização e contra nossos dirigentes. (...) Esse estado de guerra que nos é imposto não pode ser desconsiderado e nos obriga não apenas a assumir nossa defesa, como também a atacar o inimigo em todas as frentes e com a maior decisão.<sup>12</sup>

A maneira como se daria essa “guerra” contra a dissidência revolucionária do peronismo foi apresentada pelo *Documento Reservado* em uma série de diretrizes, entre as quais são notáveis:

II. Diretrizes:

1. (...)
2. Reafirmação doutrinária: realizar-se-á uma intensa campanha para difundir e reafirmar os princípios doutrinários do Movimento, esclarecendo suas diferenças fundamentais com o marxismo. (...)
3. (...)
4. (...)
5. (...)
6. Inteligência: em todos os distritos se organizará um sistema de inteligência a serviço desta luta, que estará vinculado a um organismo central a ser criado.
7. Propaganda: será impedida toda propaganda dos grupos marxistas que, para confundir, se apresentam como se fossem peronistas. (...)
8. (...)
9. Meios de luta: serão utilizados todos os meios considerados eficientes, em cada lugar e oportunidade. (...)
10. Ação de governo: a atuação dos companheiros peronistas nos governos nacional, provincial ou municipais, sem prejuízo de suas funções específicas, devem se ajustar aos propósitos e desenvolvimento desta luta. (...) Nesse sentido: a) deverão impulsionar de imediato o cumprimento de medidas tendentes a dar vigência aos princípios do justicialismo; (...) c) deverão participar na luta iniciada, mobilizando todos os elementos de que dispõe o Estado para impedir os planos do inimigo e para reprimi-lo com todo vigor (...).
11. (...).<sup>13</sup>

De acordo com Hernán Merele<sup>14</sup>, a depuração ideológica marcava a primeira etapa do processo repressivo no triênio peronista. Nessa etapa, a repressão política estaria direcionada a solucionar as tensões internas do peronismo a partir do combate à dissidência revolucionária do movimento. Importa notar que os pilares dessa etapa repressiva consistiam em diferenciar doutrinariamente o peronismo e o marxismo, como também em mobilizar os setores mais reacionários do movimento, isto é, a direita peronista, e o próprio equipamento do Estado para

<sup>12</sup> CONSEJO SUPERIOR PERONISTA. Documento Reservado. 1º de octubre de 1973. *Online*. Disponível em: [http://www.elortiba.org/old/pdf/documento\_reservado.pdf]. Acesso em: 17/09/2022. Tradução nossa.

<sup>13</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>14</sup> MERELE, Hernán. Dicen que somos bolches. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, p. 41.

levar adiante o processo de exclusão da Tendência Revolucionária. Também é notória a afirmação do *Documento Reservado* de que seriam utilizados todos os meios de luta considerados eficientes (ver diretriz nº 9), o que sugere que a repressão sobre a dissidência insurgente não conheceria limites institucionais. Isso se revelou nas estratégias de violência clandestina e ilegal, executadas principalmente por esquadrões paramilitares que começaram a atuar no contexto da depuração ideológica. O maior e mais letal desses esquadrões era a Aliança Anticomunista Argentina (AAA ou Triple A), cuja primeira operação terrorista ocorreu em novembro de 1973. Segundo Juan Luis Besoky<sup>15</sup>, a formação da Triple A já estava implícita na diretriz do *Documento Reservado* que versava sobre a organização de um “sistema de inteligência” paraestatal (diretriz nº 6). Adiante, trataremos da Triple A.

Em janeiro de 1974, a guerrilha trotskista Exército Revolucionário do Povo (ERP) promoveu atentado contra um regimento militar na cidade de Azul, província de Buenos Aires, matando um coronel do Exército argentino. Para Merele<sup>16</sup>, o atentado do ERP abriu uma segunda fase do processo repressivo, “de maior alcance, destinada ao combate da “subversão” em todos os âmbitos (político, social, cultural, tanto dentro como fora do movimento [peronista])”<sup>17</sup>. Após o episódio de Azul, Perón proferiu um discurso em que dizia enfaticamente: “Aniquilar o quanto antes esse terrorismo criminoso é uma tarefa que compete a todos que desejam uma Pátria justa, livre e soberana (...)”<sup>18</sup>. Com isso, a repressão se deslocava do interior do peronismo para outras formas de ativismos revolucionários e contestatórios, ou mesmo aos civis sem envolvimento com a militância política. Também adquiria um caráter aniquilador, expresso no aumento em curva ascendente dos assassinatos políticos no campo de lutas populares.

A brutalidade e o sentido contra insurgente do processo repressivo no triênio peronista são observáveis no percentual de militantes de esquerda mortos, presos e desaparecidos no período. Segundo as análises de Inéz Izaguirre<sup>19</sup>, entre a chegada do peronismo ao poder em 1973 e o golpe militar de março de 1976, cerca de 1100 pessoas foram assassinadas e outras 775 foram presas, seqüestradas ou desapareceram. Esses números se acentuam ao longo dos

---

<sup>15</sup> BESOKY, Juan Luis. Perón y la Triple A. Una relación necesaria? **VI Jornadas de Sociología de la UNLP**, La Plata, 2010, *online*. Disponível em: [<https://www.aacademica.org/000-027/141>]. Acesso em: 02 jan. 2023.

<sup>16</sup> MERELE, Hernán. Dicen que somos bolches. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, p. 41.

<sup>17</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>19</sup> IZAGUIRRE, Inés. El mapa social del genocidio. In: IZAGUIRRE, Inés (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**. 1973-1983. Antecedentes. Desarrollo. Complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 93.

anos de 1974 e 1975, precisamente quando o processo repressivo assume a forma de uma aniquilação física. Izaguirre<sup>20</sup> também evidencia que, além da identidade política dos alvos reprimidos ser claramente de esquerda, a repressão cortou dimensões de classe, ocupação profissional e faixa etária: nas classes sociais mais altas a porcentagem de pessoas aniquiladas era significativamente inferior a das classes baixas, uma tendência que acompanhou a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, grande parte dos presos, mortos ou desaparecidos provinha da classe operária com menor grau de especialização, enquanto nas franjas de trabalhadores aburguesados e especializados o percentual de desaparecimentos e prisões era menor. Esses dados sugerem que o processo repressivo do triênio peronista canalizou sua energia de violência nos estratos subalternos da hierarquia social. Além disso, a juventude personificou o alvo principal da aniquilação física e política, já que a maioria dos presos e desaparecidos eram pessoas abaixo dos 30 anos de idade, politizadas e com formação universitária<sup>21</sup>. Conforme assinala Izaguirre, “A presença massiva de jovens e estudantes universitários entre a população aniquilada remete a um campo de reflexão diretamente relacionado com a interrupção dos processos de aprendizagem e de transformação social”<sup>22</sup>. Em outras palavras, a repressão impedia a sociedade de se renovar.

A violência contra mulheres constituiu outra faceta do processo repressivo do triênio peronista. Um estudo de Laura Agüero<sup>23</sup> descreve essa faceta ao analisar a atuação de esquadrões paramilitares e agentes da segurança pública em Mendoza, no ano de 1975, contra trabalhadoras do sexo. Nessa cidade atuou o Comando Moralizador Pio XII. Os homens desse esquadrão paramilitar saíam às ruas para ameaçar, agredir, estuprar e assassinar trabalhadoras do sexo, condicionando-as a uma situação de terror e perdas financeiras. Também a polícia local agia no sentido da violência de gênero. Presas, essas mulheres recebiam tratamento humilhante em delegacias que funcionavam como centros clandestinos de detenção para presos políticos, alguns dos quais tiveram seu assassinato testemunhado por elas.

O processo repressivo também se valeu da violência homofóbica<sup>24</sup>. Nos anos de 1974 e 1975, os militantes da Frente de Libertação Homossexual<sup>25</sup> (FLH) eram atacados pela Triple

---

<sup>20</sup> IZAGUIRRE, Inés. Los desaparecidos: recuperacion de una identidad expropiada. **Cuadernos**, Buenos Aires, n. 9, pp. 1-42, 1992, p. 28.

<sup>21</sup> Idem, p. 29.

<sup>22</sup> Idem, tradução nossa.

<sup>23</sup> AGÜERO, Laura Rodríguez. Represión ilegal y mujeres em prostitución en la Mendoza predictatorial: el caso del Comando Moralizador Pío XII (1974-1976). **Labrys Études Feministes**, *online*, jan. / dez. 2009. Disponível em: [<https://www.labrys.net.br/labrys15/laura.htm>]. Acesso em: 13/09/2022.

<sup>24</sup> Ver tópico 2.4 do capítulo 2.

<sup>25</sup> Coletivo político LGBT+ atuante em Buenos Aires entre 1971 e 1976. Baseava-se em pautas anticapitalistas, antipatriarcais e antimperialistas e propunha que a revolução social também fosse uma revolução sexual.

A com ofensas, desqualificações, ameaças e assassinatos. O clima de terror que os esquadrões paramilitares impunham à FLH fez com que alguns de seus membros se exilassem. Patricio Simonetto afirma que

A relação estreita entre a injúria e a violência física eram uma constante na vida da FLH. Seus integrantes viviam ameaçados por sua condição política e sexual. Uma página inteira da revista *Somos* (1974) reproduzia notas de diários em que se detalhavam casos de assassinatos de “ímorais e homossexuais”. Em 1974 já se anunciava que “o aparato repressivo leva uma política inteligente, a do terror em diferentes doses e recipientes”.<sup>26</sup>

Outro ponto a ser notado sobre o processo repressivo de 1973-1976 é a sua extensão geográfica. A repressão se estendeu a toda a Argentina, não se limitando ao centro político do país, isto é, a capital Buenos Aires. Conforme assinala Merele,

(...) apesar de ter se tratado de um processo impulsionado desde o alto do governo nacional, seu exercício foi instrumentalizado a nível local segundo o critério das autoridades de cada distrito, imprimindo-lhe assim características particulares de acordo com as condições e recursos próprios de cada lugar.<sup>27</sup>

Em várias províncias e cidades do interior, os mecanismos de repressão contra a sociedade civil mobilizada atuaram segundo as configurações políticas regionais. Agüero<sup>28</sup> estuda o caso de Mendoza, província da fronteira com o Chile, e mostra como a repressão ilegal operada por esquadrões paramilitares teve um longo alcance na região: além do já mencionado Comando Moralizador Pio XII, atuaram em Mendoza o Comando de Operações Anticomunistas José Ignacio Rucci, a Juventude Peronista Autêntica, o Comando Fernando Abal Medina e o Comando Anticomunista de Mendoza, todos eles funcionaram como tentáculos da Triple A na província. A autora observa que Mendoza tinha uma posição estratégica, em razão de fazer fronteira com o Chile. Após o golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, em setembro de 1973, milhares de chilenos fugiram e se exilaram em Mendoza. Esse fluxo migratório representou um fator determinante para a larga atuação da repressão ilegal por meio dos esquadrões paramilitares, estes que atuaram não ape-

<sup>26</sup> SIMONETTO, Patricio. Emergencia, apogeo y ocaso. **Entre la injuria y la revolución**. El Frente de Liberación Homosexual. Argentina, 1967-1976. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2017, p. 55, tradução nossa.

<sup>27</sup> MERELE, Hernán. Dicen que somos bolches. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, p. 41, tradução nossa.

<sup>28</sup> AGÜERO, Laura Rodríguez. Violencia paraestatal e construcción del “enemigo interno”. El caso de Mendoza (Argentina, 1973-1976). **A Contracorriente**, Carolina do Norte, v. 11, n. 1, pp. 191-218, 2003, p. 200.

nas para combater a “subversão” local, mas também atuaram como estratégia preventiva para conter a “subversão” oriunda do exterior<sup>29</sup>. Na cidade de Bahía Blanca, província de Buenos Aires, a repressão funcionou com base em uma rede de centrais de inteligência operada pelas Forças Armadas, a polícia e o sistema penitenciário<sup>30</sup>. Essa rede, denominada de “comunidade informativa”, ensejava o intercâmbio de informações, a definição de um quadro de problemas e a projeção de esquemas de ação para o combate às dissidências insurgentes. Na província de Tucumán, norte do país, o processo repressivo demonstrou a sua face mais genocida e terrorista com a Operação Independência de 1975. Comandada pelo Exército a mando do governo peronista, com o objetivo de desarticular o foco guerrilheiro montado pelo ERP na província, a Operação Independência inaugurou os primeiros centros clandestinos de detenção para a tortura e o assassinato sistemático de presos políticos. Adiante, voltaremos ao caso de Tucumán.

As condições que possibilitaram o processo repressivo do triênio peronista ganhar toda essa extensão social e capilaridade geográfica, como também produzir um elevado grau de letalidade e violência política, estão relacionadas com o próprio funcionamento da repressão. Merele<sup>31</sup> sustenta que o processo repressivo de 1973-1976 funcionou com base na aplicação de duas modalidades de violência política repressiva: estatal e paraestatal. A propósito dessas duas modalidades, o autor escreve que

Do ponto de vista de uma concepção weberiana, podemos pensar o Estado em termos de construção social desenhada para manter a ordem. (...) De acordo com essa definição, o Estado guarda para si a potestade do exercício da violência física, que é legítima enquanto não há um questionamento à legitimidade do Estado, ou seja, existe um consenso majoritário entre a população que assegura a obediência à autoridade sem que seja necessário recorrer à força. Por outro lado, o exercício dessa violência levada a cabo pelo Estado está sujeita a preceitos, normas, estatutos vigentes, segundo procedimentos usuais e formalmente corretos. Em outros termos, seu exercício ocorre de acordo com a ordem legal positiva em vigência. Além deste exercício legal da violência repressiva, o Estado pode atuar de maneira ilegal, seja diretamente a partir da utilização de suas forças por fora do marco legal vigente, ou indiretamente a partir da utilização de terceiros. Nos casos em que o Estado descentraliza a repressão, ou a deixa em mãos de grupos com certa autonomia, estamos diante do paraestatal, isto é, quando os grupos que exercem a violência ope-

<sup>29</sup> AGÜERO, Laura Rodríguez. Violencia paraestatal e construcción del “enemigo interno”. El caso de Mendoza (Argentina, 1973-1976). *A Contracorriente*, Carolina do Norte, v. 11, n. 1, pp. 191-218, 2003, p. 196.

<sup>30</sup> MONTERO, María Lorena. El rol de la “comunidad informativa” en la represión en Bahía Blanca (1975-1977): prácticas, acuerdos y disputas. In: ÁGUILA, Gabriela (org.); GARAÑO, Santiago (org.); SCATIZZA, Pablo (org.). **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina**. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2016, p. 341-366. Libro digital. Disponível em: [<http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/63>].

<sup>31</sup> MERELE, Hernán. Introducción. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, p. 26-32.



ram por fora da estrutura formal do Estado.<sup>32</sup>

Parece que há uma distinção ou um limítrofe mais ou menos demarcado entre as violências repressivas estatal e paraestatal, tendo o Estado como agente central da repressão que utiliza sua prerrogativa legal para executar a violência como forma de impor a ordem, mas que, em certos momentos, abre espaço para grupos autônomos exercerem uma violência repressiva à margem da lei. Merele não discorda dessa concepção, mas entende que ela não tem o crédito de toda a verdade, no sentido de que o Estado não é uma entidade pessoal auto consciente e auto determinante, sendo, pelo contrário, o conjunto das pessoas que executam formalmente as atividades das instituições públicas. Isso provoca um deslocamento conceitual importante no momento de definir o que é a violência estatal e o que é a violência paraestatal. Quando termina uma e começa a outra? Há uma diferença operacional de fato entre essas modalidades de repressão política? Seus territórios e agentes estão bem assinalados? Nas palavras do autor,

A questão central para entender a natureza da violência repressiva é, então, estabelecer claramente quais são os limites do próprio Estado. Nesse sentido, Bohoslavsky e Soprano apresentam uma série de propostas de grande valor para se levar em conta: em primeiro lugar, defendem a necessidade de “não personalizar o Estado”. Ou seja, deixar de pensar o Estado como se fosse um ator unívoco e auto consciente, comparável a personalidade de uma pessoa. Pelo contrário, é necessário “personalizar o Estado” no sentido de reconhecer que, além das normas que o configuram e o determinam, o Estado também são as pessoas que produzem e atualizam suas práticas cotidianas dentro de suas formações institucionais e em interlocução com outras pessoas. Ou seja, vale perguntar-se e averiguar sobre quem “são” o Estado em um determinado tempo e lugar. Em terceiro lugar, defendem a ideia de “revalorizar a importância das relações e tensões intraestatais na ação estatal”, com o propósito de não o olhar para o Estado tal e qual o mesmo se apresenta (autônomo em relação às forças e aos grupos sociais nacionais e internacionais; autocentrado, regulando segundo normas impessoais, burocráticas e permanentes), nem considerar aquelas ações que diferem desta concepção como desvios, anormalidades, formas aberrantes ou corruptas. Uma última questão (...) é a proposta de “descentralizar o Estado”. Ou seja, deixar de olhar para o Estado desde suas cidades capitais e agências do poder nacional. Isso nos convoca a estudar as margens e particularidades, apreciando as incapacidades, incoerências e renúncias que também compõem o Estado, mostrando não somente seu “poder e majestade”, e sim oferecendo uma representação do que este não pode fazer, dos lugares aos quais não pode chegar ou alcançar.<sup>33</sup>

Há duas questões que me parecem ser relevantes no fragmento citado. A primeira concerne a ideia de que há um intercâmbio entre Estado e sociedade civil, ou melhor, entre o

---

<sup>32</sup> MERELE, Hernán. Introducción. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, p. 29, tradução nossa.

<sup>33</sup> Idem, p. 29 e 30, tradução nossa.

conjunto de pessoas que operam formalmente as instituições públicas e o conjunto de pessoas que estão sob a égide dessas instituições. A segunda questão tem a ver com a ideia de que o Estado tem limites e incapacidades em seus alcances, não podendo chegar a determinados lugares. No triênio peronista, a repressão sobre as dissidências insurgentes e demais ativismos contestatórios funcionou com base em acordos, trocas e alianças firmadas entre agentes do poder público e as franjas mais reacionárias da sociedade civil. Isso se percebe em vários momentos do processo repressivo, mas não esteve tão evidente como na atividade paramilitar, haja vista que os esquadrões paramilitares eram compostos por civis, militares e outros agentes públicos, sendo também comandados por integrantes civis do Governo e por autoridades das forças de segurança pública<sup>34</sup>. A atividade paramilitar também nos remete à segunda questão: a repressão ilegal e à margem do Estado, aplicada clandestinamente pelos esquadrões paramilitares, funcionou como complemento das medidas legais do governo peronista e das ações institucionais das forças de segurança e demais agentes públicos. Ou seja, o paramilitarismo chegava onde o Estado não podia chegar, seja porque realizava um trabalho ilegal de perseguição e assassinato que o Estado legalmente não podia fazer, ou porque as próprias instituições públicas não dispunham de recursos humanos e técnicos suficientes para gerenciar repressão sobre uma espessa camada social e um vasto território.

Essa trama de violência repressiva que envolve Estado e sociedade, que distribui o poder de matar e perseguir entre governantes e cidadãos e que combina a legalidade com o ilegal, pode ser compreendida à luz do que Vilma Liliana Franco chama de “complexo contra insurgente”. Para melhor entender o significado conceitual e a aplicabilidade histórica do termo, vale mencionar o que Franco denomina como complexo:

Falar de *complexo* supõe a existência de uma forma de ordenação do poder que propicia o antagonismo em relação aos setores identitários insurretos e a existência articulada de múltiplas dimensões, estruturas organizativas e estratégias de atuação que excedem o âmbito do propriamente militar.<sup>35</sup>

Nesse sentido, um “complexo contra insurgente” se constitui primeiro a partir da distinção em relação às dissidências políticas, ou seja, essa “forma de ordenação do poder” aparece, se consolida ou atua quando emerge na sociedade civil algum grupo ou ator político que contesta, se rebela ou ameaça o funcionamento de uma determinada ordem vigente. Em

<sup>34</sup> Ver o caso da Triple A em: ROSTICA, Julieta. Apuntes Triple A. Argentina, 1973-1976. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 2, pp. 21-51, jul. / dez. 2011.

<sup>35</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 59, tradução nossa.

seguida, é conformado por diversas instituições, agentes, organizações e grupos além da tradicional aparelhagem repressiva estatal, isto é, as Forças Armadas, as forças policiais e/ou os sistemas penitenciários. Finalmente, se constitui pela multiplicidade de estratégias e ações que não, necessariamente, seja uma operação castrense ou policial. Tendo essa configuração, o complexo contra insurgente possui “uma dupla função: preservar a integridade do aparato estatal em relação com a natureza do regime, centralismo ou unidade e indivisibilidade territorial, conforme cada caso; e garantir a continuidade da hegemonia política, entendida em termos gramscianos”<sup>36</sup>. Posto isso, Franco define as características desse fenômeno:

O sistema contra insurgente apresenta, além disso, estas duas características: em primeiro lugar, a responsabilidade da formulação do dito sistema não é exclusiva do aparato de Estado; admite a participação de grupos de interesse da sociedade dominante (a dos proprietários e/ou a elite política), os quais articulam (...) seus interesses particulares ameaçados a princípio pela dissidência, no desenho das estratégias contra insurgentes. Essa participação se obtém através de diversas formas de pressão (persuasão, corrupção ou intimidação) e de mecanismos de representação funcional. Em segundo lugar, o que se busca preservar não é apenas a integridade institucional, como também a continuidade no controle do poder político e a preservação da hegemonia. Embora o desafio que representa uma força insurgente recair fundamentalmente sobre os sistemas coercitivos e governamentais do moderno aparato estatal, não é possível afirmar que estes são os únicos âmbitos colocados em risco por qualquer uma das situações mencionadas.<sup>37</sup>

Se o complexo contra insurgente é multidimensional em sua composição humana e institucional, assim como em sua estratégia de combate à dissidência política, nesse sentido o Estado – com seus agentes públicos, dispositivos legais e aparelhos coercitivos – não atua sozinho, ou de forma autônoma e auto consciente, para fazer frente à ameaça provocada pela insurgência social. De fato, não há como negar a participação contundente do estatal nas situações em que reprimir atores sociais insurretos ou contestatórios demanda a mobilização dos mecanismos institucionais de controle e força. Mas essa participação pode estar acompanhada de outras participações: a dos “grupos de interesse da sociedade dominante”, isto é, as elites políticas e/ou econômicas. Decerto, poderíamos incluir nesses “grupos de interesse” os setores subalternos da sociedade civil que, seja por convicção ideológica, oportunismo ou mercenarismo, se dispõem a atuar no combate às dissidências políticas. Em todo caso, o complexo contra insurgente denota a distribuição do poder de violência repressiva entre quem está no controle das instituições públicas (o estatal) e quem não detém esse controle (o não estatal, o paraestatal ou, simplesmente, o social).

---

<sup>36</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 59 e 60, tradução nossa.

<sup>37</sup> Idem, p. 60, tradução nossa.

Aqui cabe um parêntese. A configuração do complexo contra insurgente nos remete diretamente ao campo de reflexão sobre como Foucault pensava o poder. Partindo do ponto em que o poder circula e se distribui em rede<sup>38</sup>, atravessando o corpo social em um jogo de relações de força entre os indivíduos, Foucault sugeria uma “analítica do poder” que confluía nas seguintes preocupações de método:

(...) esta primeiro: não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do centro do poder (...). Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar (...). Segunda instrução: tratava-se de não analisar o poder no nível da intenção e da decisão, de não procurar considerá-lo do lado de dentro (...). Mas sim de estudar o poder, ao contrário, do lado em que sua intenção (...) está inteiramente concentrada no interior de práticas reais e efetivas; estudar o poder, de certo modo, do lado de sua face externa, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode dominar (...). Terceira preocupação de método: não tomar o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (...). O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. Quarta consequência no plano das preocupações de método: quando eu digo “o poder é algo que se exerce, que circula, que forma rede” (...) não creio que seja preciso concluir, a partir daí, que o poder seria (...) a coisa mais bem distribuída do mundo (...). Não é uma espécie de distribuição democrática ou anárquica do poder através do corpo. (...) Em suma, é preciso desvencilhar-se do modelo do Leviatã (...). É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação.<sup>39</sup>

Nada mais apropriado para se pensar a conformação e o funcionamento do complexo contra insurgente do que a “analítica do poder” de Foucault. Primeiro porque a metodologia foucaultiana permite inferir que as diferentes técnicas e táticas de violência repressiva, postas em marcha pelo complexo contra insurgente, são aplicadas desde e pelo centro do poder político (o estatal), mas também são administradas pelos lineamentos externos, representados por outros agentes (não estatais) do complexo. Em segundo lugar, a “analítica do poder” foucaultiana abre o caminho para observar que a decisão e a intenção de matar e perseguir já não são mais prerrogativas ou funções exclusivas do aparato coercitivo do Estado, sendo que os grupos de interesse da sociedade civil que compõem o complexo contra insurgente, estando em relação mais próxima e direta com a dissidência política, podem tomar essa mesma decisão de violência. Finalmente, a analítica foucaultiana deixa entrever que a rede do poder

<sup>38</sup> FOUCAULT, Michel. Aula de 07 de janeiro de 1976. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 35.

<sup>39</sup> Idem, p. 32-40.

de violência repressiva que costura o complexo contra insurgente, faz com que esse poder de morte, perseguição e silenciamento passe pela mão do Estado e seja exercido através de mecanismos institucionais de controle ou coerção, da mesma maneira que passa pela mão dos outros agentes e é exercido por mecanismos extra institucionais, no mais das vezes ilegais. Desse modo, são distribuídas e circulam entre os elementos do complexo contra insurgente as condições e possibilidades para dominar ou combater a dissidência política. Não que o Estado perca ou “democratize” sua força nesse processo distributivo do poder de violência repressiva, e sim que a sociedade civil se apropria da violência política para os mesmos fins repressivos.

Isso também se evidencia no que Franco chamou de um “caráter dual” do complexo contra insurgente. De acordo com a autora,

Se no desafio ao poder estatal são utilizadas estratégias irregulares, é provável que esse poder estatal recorra à construção de uma estrutura dual que combine mecanismos legais com dispositivos ilegais-para-legais com objetivo de habilitar um uso excessivo ou arbitrário da força. A adoção, o desenvolvimento e a importância da dita dualidade, que varia em cada caso, depende de fatores contextuais, tais como: apoio externo consistente, capacidade financeira, coesão e capacidade de pressão de grupos de interesse, intensidade da disputa ideológica internacional, magnitude militar e política do desafio interno, tradição e grau de apego ao estado de direito, equilíbrio – ou desequilíbrio – na relação dos ramos do poder público, grau de subordinação das forças armadas ao poder civil etc.<sup>40</sup>

A combinação de mecanismos legais e ilegais se materializará na distribuição do poder de violência repressiva entre os agentes do complexo. Não podendo o Estado, em tese, exercer arbitrariamente a força, essa arbitrariedade será distribuída entre aqueles que exercerão a violência repressiva de forma clandestina ou paralela ao Estado. É nessa partilha de poder que a repressão política se bifurca, operando em um âmbito de legalidade e em outro âmbito de ilegalidade. Franco explica o funcionamento desses âmbitos. No que se refere ao âmbito da legalidade, a autora assinala:

O caráter dual do sistema contra insurgente possui uma esfera de conformidade e aderência a lei, na qual se fundamenta parcialmente a legitimidade de sua ação repressiva. (...) repressão e legitimidade dão conta da existência de dois elementos estreitamente relacionados nesse âmbito de legalidade: um coercitivo e outro político-ideológico. Nessa perspectiva, o Estado pode recorrer a regulação por meio de medidas compensatórias para administrar a legitimidade, mas tende a priorizar o uso da coerção para enfrentar a dissidência ou para tratar de neutralizar aqueles elementos não assimiláveis.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 61, tradução nossa.

<sup>41</sup> Idem, p. 62, tradução nossa.

Ao agir no âmbito da legalidade, o Estado administra a repressão política por meio de seus dispositivos coercitivos ou, quando a ameaça insurgente é aguda, mediante a suspensão do estado de direito e a imposição de uma ordem de exceção. Esse aspecto demarca a clássica violência estatal, institucionalizada, prevista no código jurídico e aplicada principalmente pelas forças militares. Todavia, o Estado pode se valer da produção de discursos, da ideologia ou da comunicação política institucional para legitimar, frente à sociedade, o uso do poder de violência repressiva. Esses dois componentes da repressão operacionalizada pelo Estado no âmbito da legalidade também foram descritos por Franco:

Do *componente coercitivo* são próprias as ações coativas ordinárias de qualquer Estado moderno (sistema penal, poder de polícia...); todavia, mais importante do que essas ações, são as medidas excepcionais de ameaça e uso da força, as quais, embora a princípio assumidas em caráter transitório, tendem a ser objeto de *normalização* e *permanência* quando o conflito não é sufocado e se prolonga. Dentro das medidas usuais contempladas para a manutenção da ordem política, encontram-se as sanções aos atos de rebelião, terrorismo, traição ou conspiração, etc. e as ações propriamente militares contra a dissidência – realizadas pelas forças militares, policiais e outros organismos armados especializados em contra insurgência – tais como perseguição, aniquilamento e apreensão, dentro dos limites do direito moderno. Quando esses instrumentos são considerados ineficientes para a contenção da ameaça interna, se adotam medidas de exceção tais como a atribuição de funções judiciais às forças militares e policiais, assim como a abolição e restrição de direitos (como o devido processo [legal], por exemplo), das liberdades (de imprensa, circulação, associação etc.) e do estatuto político dos dissidentes. (...) Dentro do componente coercitivo legal no sistema contra insurgente, encontram-se também medidas de assistência militar externa (...) e até mesmo a celebração de acordos entre Estados.<sup>42</sup>

Um elemento político-ideológico também compõe o âmbito da legalidade em que opera a repressão estatal. Esse elemento, segundo Franco, é constituído por

(...) ações estritamente comunicativas, tais como sistemas de elaboração de discursos, estratégias massivas de comunicação, aberturas democráticas restringidas, inversão focalizada etc. Igualmente se consideram ações mistas: ações cívico militares, assistência cívica e humanitária, operações psicológicas, propaganda armada. As ações que combinam porte de armas com atividades propagandísticas objetivam gerar uma relação de identificação da população com as armas e com as forças contra dissidentes. Outro tipo de ações que se desenvolve sob esta perspectiva são as reformas do sistema judiciário para o endurecimento de penas ou a tipificação de novos delitos, o desenho de políticas contra as causas originárias da insurgência, as reformas demagógicas etc. Por último, deve-se considerar o apoio político externo.<sup>43</sup>

É fato que a instrumentalização dos mecanismos coercitivos clássicos seja a face mais

---

<sup>42</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 62 e 63, tradução nossa.

<sup>43</sup> Idem, p. 64, tradução nossa.

visível ou reconhecida da repressão política que o Estado administra no âmbito de legalidade, provavelmente pelo elevado grau de violência gerado. Mas a repressão estatal/legal, sem abdicar o caráter violento, atua no território da linguagem ao produzir um discurso oficial que classifica, criminaliza ou instiga a reação contra a dissidência política. É o que aconteceu com a prática de denominar os grupos dissidentes ou mobilizados como “subversivos” e “inimigos internos”. Essas categorias abstratas de representação do ator social rebelde, insurreto ou ativo politicamente, quando disseminadas publicamente pelos detentores do poder estatal, seja por meio do discurso político ou da propaganda governamental, serviram para justificar o uso arbitrário dos mecanismos coercitivos ou mesmo para suspender o estado de direito. Também serviram para convencer a população de que a repressão política era necessária para combater a ameaça de desintegração da ordem vigente, ganhando dessa maneira o apoio ou a adesão direta dos segmentos sociais na “luta antissubversiva”.

No que se refere à repressão operacionalizada no âmbito da ilegalidade, Franco assinala que

Este segundo nível está composto por estruturas armadas paralelas, conformadas eventualmente por unidades militares privadas, mercenários e alianças criminosas. Essas estruturas, que a princípio se encontram numa relação de subordinação ao poder estatal, desenvolvem atividades que contrariam o direito penal nacional e, provavelmente, o direito internacional que regula a atividade bélica nos conflitos não internacionais. (...) O mecanismo armado privilegiado dentro do nível ilegal-paralegal é o paramilitarismo. Este fenômeno, em algum momento, fez parte da estrutura dos conflitos armados internos, em particular na última metade do século XX (...). Dado que o prefixo “*para*” denota *continuidade* (“mais além de...”, “fora de...”, “ademais de...”), a palavra paramilitarismo implica uma condição de extensão ou apoio às forças militares oficiais, que opera fora do Direito.<sup>44</sup>

É importante notar que a violência repressiva ilegal funciona como um complemento da repressão legal administrada pelo Estado. Na impossibilidade desse último, pelo menos em tese, agir com arbitrariedade e uso excessivo da força, a atividade clandestina de esquadrões paramilitares, que desconhece o limite da Lei, penetra um território em que o estatal não pode penetrar em função de suas instituições e práticas formais estarem reguladas pelo Direito. O Direito impõe aos detentores do poder político estatal um freio no momento de mobilizar a aparelhagem coercitiva, padronizando e controlando a violência repressiva proveniente do uso dessa aparelhagem. A propósito dessa questão, Franco explica que

---

<sup>44</sup> FRANCO, Vilma Lilitana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 65-67, tradução nossa.

Um uso excessivo da força por parte do aparato coercitivo legal-institucional comprometeria tanto a legitimidade interna e externa, como a continuidade do poder político. A comunidade de Estados, embora seja regida por relações de poder, estabelece limites morais e jurídicos para o uso da força no interior dos Estados. E assim como a partir da opinião pública ou do direito internacional, os abusos de um exercício oficial em matéria de direitos humanos podem suscitar eventualmente uma série de sanções simbólicas, jurídicas e/ou econômicas sobre o Estado.<sup>45</sup>

Não são vantajosos, portanto, para os agentes que detém o poder estatal, os abusos, a arbitrariedade e a truculência excessiva ou escancarada da coerção. Para que sejam garantidos, então, o mínimo de sua legitimidade e seu apoio social, o Estado pode estender ou capilarizar a violência repressiva mediante ação de esquadrões paramilitares ou, se quisermos dizer assim, mediando o uso de estratégias violentas à margem da legalidade e das formalidades do Direito. Contudo, é importante observar que a relação entre Estado e paramilitarismo, ou repressão estatal/legal e repressão paraestatal/ilegal, não ocorre em nível direto e vertical, quero dizer, num plano em que os esquadrões estão totalmente subordinados ao poder estatal e agem obedecendo às lógicas repressivas impostas desde cima. Nesse sentido, o paramilitarismo também não pode ser pensado como uma política de Estado. Embora a violência ilegal orquestrada pelo paramilitarismo exerça uma função primária e fundamental na hora de complementar a violência legal, dando suporte ao Estado no uso dos mecanismos coercitivos convencionais, os esquadrões paramilitares podem atuar sob a lógica de uma relativa autonomia com base em interesses particulares dos grupos humanos que os operam. É o que Franco entende como uma “privatização” das funções estatais de defesa e segurança pública. Diz a autora:

Ao constituir uma forma de privatização das funções de defesa e segurança, que corresponderiam teoricamente ao monopólio do aparato de Estado, o que tradicionalmente se conhece como paramilitarismo constitui uma forma de mercenarismo corporativo. Esta definição (...) é pertinente (...) para nomear e sublinhar a participação proeminente e diretiva de interesses privados não estatais na formação de grupos militares não estatais para a luta contrainsurgente e/ou para favorecer o desenvolvimento de certas atividades econômicas.<sup>46</sup>

No caso mencionado pela autora, do que ela chama de “mercenarismo corporativo”, essa faceta da violência ilegal projeta em tela os seguintes elementos: 1) além da preservação do poder estatal contra a ameaça insurgente da dissidência política, há o objetivo de preservar o poder econômico de certas corporações privadas, garantindo a exploração de recursos ou de

---

<sup>45</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 66, tradução nossa.

<sup>46</sup> Idem, p. 68, tradução nossa.



atividades econômicas ilegais em certas zonas de interesse<sup>47</sup>; 2) os esquadrões paramilitares que funcionam como um “mercenarismo corporativo”, tendem a se respaldarem numa certa ideologia contra insurgente que os mobiliza para o combate à dissidência política<sup>48</sup>.

A lógica sob a qual opera o paramilitarismo, ou seja, uma lógica de clandestinidade nas franjas do poder estatal, com relativa autonomia e obedecendo a certos interesses privados e não estatais, não é sintoma de um Estado fraco em termos de repressão política. No cenário repressivo em que atua os esquadrões paramilitares, o Estado não abandona a sua qualidade hobbesiana de ente monopolizador da violência política, tampouco exerce esse monopólio com menor contundência. O que, na verdade, ocorre é a “*descentralização da força*”, entendida como uma *tendência* da hierarquia estatal a ceder *de fato* parte do monopólio da força a uma “unidade” especializada em luta irregular contra insurgente<sup>50</sup>. Essa concessão apenas garante que a repressão obtenha sucesso em seus objetivos de vencer o desafio ao poder estatal apresentado pela dissidência política e de sufocar a insurgência. Descentralizar a violência repressiva – emprestando aos setores contra insurgentes da sociedade um espaço clandestino para perseguir, controlar e matar – reforça ainda mais a soberania do Estado. Em que medida? Franco afirma que nessa descentralização da força que viabiliza a atividade dos esquadrões paramilitares, “O Estado se faz representar em outros a quem acredita ou absorve e a quem confia sua própria preservação e seus interesses, para reafirmar-se finalmente como soberano”<sup>51</sup>. Então, é possível pensar o paramilitarismo como porta voz da violência repressiva que o Estado organiza desde os seus mecanismos convencionais de coerção.

Na Argentina do triênio peronista, a atuação de um complexo contra insurgente é o fator responsável pelo “sucesso” da repressão política contra as militâncias revolucionárias e outros ativismos contestatórios. Às vésperas do golpe militar de 24 de março de 1976, todo um campo de lutas populares que havia se ativado no país desde a década de 1950<sup>52</sup>, já estava desarticulado e em rápido declínio. No início de 1976, as guerrilhas já não tinham capacidade de operação armada e se reduziram a um caso de polícia, ou seja, não afetavam a ordem pública como antes<sup>53</sup>. Ao mesmo tempo, outros grupos contestatórios fora do espectro guerri-

<sup>47</sup> FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002, p. 69.

<sup>48</sup> Idem, p. 69.

<sup>50</sup> Idem, p. 69, tradução nossa.

<sup>51</sup> Idem, p. 69 e 70, tradução nossa.

<sup>52</sup> Após a queda de Perón em 1955, a conflitividade social se elevou e delineou um combativo campo de lutas sociais. Esse campo ganhou novos contornos com a Revolução Cubana, a luta contra a ditadura de 1966-1973, passando pelo *Cordobazo* de 1969 e lançamento do disco de Mercedes Sosa, *Mujeres Argentinas* (1969).

<sup>53</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. O império da morte. **A ditadura militar argentina, 1976-1983**. Do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007, p. 94.

lheiro encerraram suas atividades e viram seus militantes se exilar antes das Forças Armadas chegarem ao poder<sup>54</sup>. O acúmulo de assassinatos e prisões de militantes políticos, guerrilheiros e sindicalistas era significativo e revelador do dismantelamento das lutas populares provocado pelo processo repressivo no decorrer do triênio. Marcos Novaro e Vicente Palermo descrevem esse quadro crítico:

(...) no período 1973-1976, até o golpe, os mortos vinculados de forma direta a organizações guerrilheiras somaram 918 (Marín, 1996), aos quais há que se agregar uma quantidade pelo menos igual de militantes políticos e sindicais de esquerda assassinados pela Três A (Aliança Anticomunista Argentina, também conhecida como Triple A), e vários milhares de detidos, entre os quais se misturavam, em proporções difíceis de determinar, militantes políticos ou sindicais e guerrilheiros (em março de 1976, havia 5.182 detidos “à disposição do Poder Executivo Nacional”, ou seja, sem que passasse sobre eles processo penal algum). Considerando a progressão ano a ano das baixas guerrilheiras, o quadro apresenta-se ainda mais dramático: elas somaram 32 em 1973, 192 no ano seguinte e 694 em 1975. Se estimarmos, seguindo as análises mais sérias sobre o tema, entre dois mil e três mil quadros armados da guerrilha (...), podemos concluir facilmente que, no princípio de 1976, a possibilidade substituir as baixas por novos quadros com formação política e militar adequada já estava muito diminuída.<sup>55</sup>

Todo esse aniquilamento físico e político foi possível porque repressão estatal/legal e repressão paraestatal/ilegal, ambas aplicando violência política em escala desproporcional, combinaram-se e cercaram as dissidências revolucionárias e várias outras militâncias. A seguir, aplico a teoria do complexo contra insurgente ao contexto do triênio peronista, de modo que seja possível entender as lógicas e dinâmicas do processo repressivo no período, como também a causa de seu sucesso.

### 1.1.1. Repressão estatal/legal

*Dos componentes coercitivos.* Destacarei dois aspectos entre os componentes coercitivos da repressão estatal/legal: as operações militares de perseguição, aniquilamento e prisão arbitrária; e as medidas de exceção.

No contexto do processo repressivo do triênio peronista, o primeiro aspecto teve como marca indelével a Operação Independência de 1975. No ano anterior, o ERP montara um foco guerrilheiro na província de Tucumán, norte do país, na tentativa de chamar a atenção das autoridades internacionais para um “estado de guerra” na fronteira com a Bolívia<sup>56</sup>. Em feve-

<sup>54</sup> Este é o caso da Frente de Libertação Homossexual.

<sup>55</sup> NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. O império da morte. **A ditadura militar argentina, 1976-1983**. Do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007, p. 95 e 96.

<sup>56</sup> BENSAÏD, Daniel. “A história morde-nos a nuca”. **Trotskismos**. Lisboa: Combate, 2008, p. 113 e 114.

reiro de 1975, a presidenta da República, Isabel Perón, assinou o primeiro “Decreto de Aniquilamento”<sup>57</sup>, convocando as Forças Armadas para ocupar Tucumán com o objetivo de desativar o foco revolucionário do ERP. A medida dava início a Operação Independência, respaldando legalmente uma repressão militar que, ao longo daquele ano, tomaria proporções genocidas. Em Tucumán, o Exército realizou um ensaio de terrorismo de Estado antes do golpe de 1976. Conforme descreve Constanza Cattaneo<sup>58</sup>, as Forças Armadas militarizaram a província dividindo o território em “zonas de operação” e montaram um sistema repressivo que integrava a polícia e o serviço penitenciário local, girando-os para a luta contra insurgente e subordinando-os ao controle das Forças Armadas. O cotidiano local foi submetido às lógicas de controle, restrição e vigilância e o assassinato político, como também o desaparecimento de corpos, passou a ser realizado sob a égide do alto comando de forma sistemática em centros clandestinos de detenção<sup>59</sup>. Tucumán se converteu, conforme menciona Carolina Meloni<sup>60</sup>, em uma “paisagem de terror”, na qual a reorganização espacial nos parâmetros da militarização e o controle da população local se deram com base em uma gestão do medo.

A Operação Independência demonstrou da maneira mais evidente e objetiva como se constitui e funciona um complexo contra insurgente. Como modalidade de repressão estatal, a operação legitimou-se juridicamente e foi levada realizada por meio de um sistema integrado de instituições públicas coercitivas. Mas também se valeu da ilegalidade com uso de técnicas genocidas e da paraestatalidade no momento em que grupos de interesse econômico da sociedade civil local se juntaram ao Estado para o extermínio físico e político da insurgência. Nesse ponto, é notável o apoio dado ao Exército pelos donos de engenhos açucareiros, estes

---

<sup>57</sup> Assim chamado por conter em seu texto a expressão “aniquilar”. O decreto assinado por Isabel em fevereiro de 1975 seria sucedido por mais três decretos, também assinados pelo governo peronista no decorrer daquele ano, que organizavam as Forças Armadas e os sistemas de segurança pública para levar adiante o combate contra a guerrilha do ERP. Esses decretos trouxeram as Forças Armadas para o centro do poder político, outorgando-lhes autoridade extensiva para reprimir as dissidências revolucionárias. Eles também forneceram base legal para o plano de genocídio sistemático levado adiante pelos militares na ditadura de 1976-1983.

<sup>58</sup> CATTANEO, Constanza; DEL BEL, Ezequiel; NEDER, Sofía Alejandra; SALVATORE, Bruno. Las doctrinas militares: la represión política en Tucumán, Argentina (1975-1977). **Kamchatka Revista de Análisis Cultural**, València, n. 13, pp. 373-394, jun. 2019, p. 380 e 381.

<sup>59</sup> O primeiro desses centros foi a *Escuelita de Famaillá*, aberto em fevereiro de 1975, logo no começo da Operação Independência. Cerca de 1500 pessoas foram concentradas na *Escuelita*, muitas delas foram mortas ou desapareceram. O centro de detenção encerrou suas operações no final de 1976 para terminar a construção do prédio que, a partir de 1978, sediou uma escola. Desde 2012, a *Escuelita de Famaillá* é um memorial para a promoção dos Direitos Humanos, aberto à visitação e onde se realizam atividades educativas em favor da memória, justiça e verdade. Essas e outras informações podem ser encontradas na página do memorial: [https://escuelitadefamailla.org/]. Para uma análise histórica de como funcionava o genocídio sistemático nesses campos de concentração instalados na Argentina a partir de 1975, ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013, 152 p.

<sup>60</sup> MELONI, Carolina. Fenomenología de un necrolugar. Huella, memoria y trauma en la provincia de Tucuman (Argentina). **Kamchatka Revista de Análisis Cultural**, València, n. 13, pp. 341-3371, jun. 2019, p. 356.

que foram cúmplices do assassinato sistemático ao permitirem que seus engenhos se transformassem em bases militares e campos de concentração<sup>61</sup>.

Importa assinalar que a parcela social aniquilada em Tucumán era composta em sua maioria por trabalhadores rurais que cortavam cana<sup>62</sup>. A província era um centro de mobilização social desde o início da década de 1970 e possuía um sindicalismo inspirado em pautas revolucionárias e anticapitalistas. Embora a instalação do ERP em 1974 representasse a justificativa para a intervenção militar em Tucumán, é possível que o perfil insurgente da classe trabalhadora organizada da província tenha colaborado para a Operação Independência avançar sobre os trabalhadores locais.

No que se refere às medidas de exceção, o governo peronista passou a encenar, a partir de 1974, uma cadeia de episódios que progressivamente minou o funcionamento regular do Estado Democrático de Direito e suspenderam as garantias constitucionais. Primeiro, deu apoio político e legal a uma série de golpes institucionais contra governadores provinciais apoiados pela Tendência Revolucionária, contribuindo dessa maneira para interromper o processo democrático em nível local<sup>63</sup>. Em seguida, adotou uma postura reacionária contra as universidades, de forma a neutralizar o ativismo revolucionário do movimento estudantil e restringir a liberdade de pensamento. Caso notável é o da Universidade de Buenos Aires, que em setembro de 1974 recebeu como reitor interventor Alberto Ottalagano. Nomeado pelo ministro da Educação, Oscar Ivanissevich, Ottalagano se declarava abertamente nazifascista e na gestão da universidade tomou uma série de medidas autoritárias para sanear a instituição das influências marxistas: exonerou professores por questões ideológicas (sobretudo, os de Ciências Humanas) e facilitou a ação de grupos armados da direita peronista na universidade

---

<sup>61</sup> CATTANEO, Constanza; DEL BEL, Ezequiel; NEDER, Sofía Alejandra; SALVATORE, Bruno.. Las doctrinas militares: la represión política en Tucumán, Argentina (1975-1977), p. 380, 384-389.

<sup>62</sup> Idem, p. 80.

<sup>63</sup> Nas eleições de 1973, várias províncias, incluindo a de Buenos Aires, elegeram políticos apoiados pela Tendência Revolucionária. A partir de janeiro de 1974, esses governadores “de esquerda” foram obrigados a renunciar, a exemplo do governador bonaerense, Oscar Bidegain, ou sofreram golpes encabeçados por autoridades policiais locais, com ampla participação dos grupos da direita peronista. Nesse último caso é emblemático o golpe contra o governador de Córdoba, Ricardo Obregon Cano, em fevereiro de 1974. Em efeito cascata, os golpes foram desfechados em outras províncias na forma de intervenções federais e obedeciam à lógica persecutória da depuração ideológica no peronismo, que também se propôs a eliminar o marxismo das instituições estatais. Perón, então presidente da República, teve centralidade nesse processo: ao governador de Buenos Aires dirigiu críticas e acusações de colaboração com a esquerda armada e, em seguida, enviou ao Congresso Nacional uma lei que autorizava a intervenção do Governo Federal em províncias que apresentavam risco de atividade subversiva, isto é, províncias em que as esquerdas possuíam inserção nas lutas populares locais. Para uma análise de todo esse processo e suas conseqüências no plano da interrupção do processo democrático provincial, ver: BONAVERA, Pablo Augusto. Guerra contra el campo popular en los '70. Juan Domingo Perón, la depuración ideológica y la ofensiva contra gobernadores. In: IZAGUIRRE, Inés (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**. 1973-1983. Antecedentes. Desarrollo. Complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 143-244.

para desarticular o movimento estudantil<sup>64</sup>. Ainda em 1974, o governo peronista acionou o dispositivo constitucional do estado de sítio para combater as operações armadas das guerrilhas, suspendendo dessa maneira a ordem jurídica democrática e estendendo um estado de exceção<sup>65</sup> a todo o país. A repressão estatal escalava para uma violência desproporcional e autoritária, acompanhando o recrudescimento da violência ilegal executada pelos esquadrões paramilitares.

*Dos elementos político-ideológicos.* Desta modalidade da repressão estatal/legal, prestaremos atenção nas reformas do sistema jurídico para fins contra insurgentes. Durante o processo repressivo do triênio peronista, foi sancionado e aplicado um conjunto de leis que afetaram diretamente as vertentes mais combativas do sindicalismo e contribuíram para combater as organizações revolucionárias. A promulgação da nova Lei de Associações Profissionais, cuja tramitação no Congresso gerou acalorado debate parlamentar e social, fortalecia o poder da burocracia sindical da CGT, em mãos da direita peronista, e restringia a atuação independente de sindicatos classistas, cuja linha programática orientava-se para pautas revolucionárias. Desse modo, a democracia interna no sindicalismo estava comprometida e seus setores revolucionários, limitados e transformados em alvos de perseguição política. Outra medida legal de caráter autoritário e persecutório, promulgada sob o governo peronista, era a Lei de Dispensabilidade, igualmente criticada por parlamentares progressistas. A lei versava sobre a perda da estabilidade no funcionalismo público, ensejando a exoneração de servidores que tinham orientação política à esquerda ou eram sindicalizados em agremiações classistas<sup>66</sup>. A Dispensabilidade foi mobilizada em diferentes ocasiões para promover perseguição ideológica sob a prédica de eliminar o marxismo das instituições

<sup>64</sup> BESOKY, Juan Luis. La gestión del ministro Ivanissevich y la derecha peronista: los 100 días de Ottalagano. **Folia Historica del Nordeste**, Chaco, n. 29, pp. 145-174, mai./ago. 2017.

<sup>65</sup> Nos termos colocados por Giorgio Agamben, o estado de exceção consiste em suspender a ordem jurídica para solucionar conflitos internos. No estado de exceção, o fundamento da Lei é a necessidade de combater o conflito político, resultando em usos arbitrários da força e em práticas ilícitas que passam a ser juridicamente legais. Um elemento basilar do estado de exceção é a suspensão do estatuto jurídico do indivíduo, este que perde seus direitos de cidadania garantidos pelo ordenamento constitucional, transformando-se dessa maneira em objeto de pura dominação. Assim, é viável ao Estado a adoção de medidas de violência repressiva indiscriminada que violam gravemente os direitos humanos. No triênio peronista, a imposição de um estado de exceção no decorrer do processo repressivo seria responsável por centenas de prisões políticas arbitrárias e sem garantias de um devido processo legal com direito a julgamento e ampla defesa. No limite, a suspensão do estatuto jurídico do indivíduo justificou o assassinato sistemático de militantes políticos, já que os mesmos deixaram de ser considerados cidadãos detentores de direitos e receberam a qualificação de “inimigos internos subversivos” que, por ameaçarem a ordem vigente, deveriam ser combatidos. Para uma análise da teoria do estado de exceção, ver: AGAMBEN, Giorgio. O estado de exceção como paradigma de governo. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 9-50.

<sup>66</sup> D'ANTONIO, Débora. Purga política de ativistas en (y por) el Estado argentino (1973-1983). **Revista Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago de Chile, v. 23, n. 2, pp. 132-168, jul./dez. 2019.

estatais, em nome da segurança nacional. Finalmente, a reforma no Código Penal em 1974 tipificava a atividade guerrilheira como uma nova modalidade de crime.

### 1.1.2. Repressão paraestatal/ilegal

Para compreendermos a violência repressiva ilegal no triênio peronista, executada pela atuação clandestina de esquadrões paramilitares, cabem algumas observações de fundo conceitual. Em primeiro lugar, o que pode ser definido como paramilitarismo? Ana Arjona e Stahis Kalyvas deram ao fenômeno a seguinte definição: “os paramilitares são grupos armados direta ou indiretamente ligados ao Estado e seus agentes locais, conformados pelo Estado ou tolerados por este, mas que se encontram fora de sua estrutura formal”<sup>67</sup>. Assim definido conceitualmente, o paramilitarismo, segundo os autores, é atravessado por algumas variantes, tais como a tipologia desses grupos, as condições políticas em que eles surgem, o grau de relação que estabelecem com o Estado e as direções ou proporções da violência que exercem.

Acerca de uma tipologia do paramilitarismo, Arjona e Kalyvas<sup>68</sup> sugerem a existência de quatro tipos de grupos paramilitares de acordo com dimensões de tamanho e território de atuação. O primeiro tipo é o dos “vigilantes”, de tamanho pequeno e atuação circunscrita a uma localidade; esses grupos são formados por civis e agem de forma espontânea no sentido de fazer cumprir determinadas normas sociais ou controlar o crime na região. O segundo tipo de grupo paramilitar é o dos “esquadrões da morte”, também pequenos, mas com atuação em uma geografia extensa; estão vinculados às instituições mais altas do Estado e possuem um caráter profissional, expresso na dedicação exclusiva e nas habilidades de seus membros. Já o terceiro tipo abarca os “guardiões”, ou milícias de auto defesa local; são grupos de grande porte, formados por membros da comunidade local e funcionam mais como uma instituição política do que militar, já que se constituem como parte de uma estratégia de governo e de estabelecimento do Estado na região. O quarto tipo é composto por exércitos irregulares ou milicianos, também de grande porte e com atuação em larga escala territorial. Esse último tipo de paramilitarismo apresenta comandos unificados, estruturas formais semelhantes às de um exército regular (unidades táticas, por exemplo) e capacidade de promover grandes operações

---

<sup>67</sup> ARJONA, Ana; KALYVAS, Stahis. Paramilitarismo: uma perspectiva teórica. In: SUAREZ, Alfredo Range (org.); TOBÓN, William Ramírez (org.). **El poder paramilitar**. Bogotá: Fundación Seguridad & Democracia, 2005, p. 29, tradução nossa.

<sup>68</sup> Idem, p. 31-34.

coordenadas. A essas características somam-se a possibilidade de envolvimento em conflitos armados de magnitude maior e a execução de atividades de policiamento, controle e repressão dos civis.

O paramilitarismo surge em condições políticas nas quais a conflitividade social atinge níveis agudos. Arjona e Kalyvas<sup>68</sup> explicam que tais condições também são variáveis, podem ser contextos de regime autoritário, momentos de insurgência étnica em que o Estado procede de acordo com práticas de eugenia social ou, como no caso do triênio peronista, um cenário em que atuam guerrilhas revolucionárias. Outra questão levantada pelos autores acerca das condições que viabilizam o fenômeno paramilitar, diz respeito ao grau de estabilidade e força do Estado. Se, na perspectiva weberiana, o Estado detém o monopólio da violência, por que então o paramilitarismo surge e atua de forma complementar a violência estatal? A hipótese dos autores é de que

(...) a formação dos grupos paramilitares está diretamente relacionada com a construção do Estado. Os Estados fortes não necessitam privatizar a violência ou contratar terceiros (*outsourcing*) para que a exerçam, já que podem controlar de maneira efetiva ou reprimir as ameaças internas utilizando seu aparato policial normal. Os Estados débeis, por outro lado, devem confrontar essas ameaças internas apelando para a privatização e o *outsourcing*. Paradoxalmente, os Estados devem dissolver o monopólio da violência para se preservarem.<sup>69</sup>

Na categoria de “Estados débeis”, Arjona e Kalyvas<sup>70</sup> elencam os Estados ocupados por agentes externos, sejam colonizadores ou invasores, o que admite a atividade paramilitar como estratégia de controle dos territórios internos ocupados; os Estados não centralizados, compostos por diferentes etnias e cujo grupo étnico dominante recorre à contratação de milícias para “pacificar” ou controlar as zonas periféricas; e, finalmente, os Estados que enfrentam organizações revolucionárias, sendo os esquadrões da morte, nesse caso, um tipo de atividade paramilitar comum usado na luta contra insurgente. Este último caso contempla a Argentina do triênio peronista.

Há que se considerar ainda as diferentes formas com as quais os grupos paramilitares se relacionam com a população. Conforme analisam Arjona e Kalyvas<sup>71</sup>, essas formas relacionais também variam de acordo com a tipologia do paramilitarismo: por exemplo, os

---

<sup>68</sup> ARJONA, Ana; KALYVAS, Stahis. Paramilitarismo: uma perspectiva teórica. In: SUAREZ, Alfredo Range (org.); TOBÓN, William Ramírez (org.). **El poder paramilitar**. Bogotá: Fundación Seguridad & Democracia, 2005, p. 27.

<sup>69</sup> Idem, p. 34 e 35, tradução nossa.

<sup>70</sup> Idem, p. 35 e 36.

<sup>71</sup> Idem, p. 38.

grupos que intencionam obter controle territorial, embora utilizem a violência, o fazem com maior diligência para minimizarem o custo desse controle, ao mesmo tempo em que estabelecem normas de conduta social em substituição do uso indiscriminado da força. Essa característica não encontra equivalências em esquadrões da mortes, cujo objetivo é assassinar pessoas de um segmento específico.

Ao aplicar essas considerações conceituais no quadro do triênio peronista, a repressão ilegal do período adquire estrutura, sentido e tipologia. A seguir, faço alguns comentários breves acerca da atividade paramilitar no processo repressivo de 1973-1976, baseando-me na discussão de Arjona e Kalyvas.

O principal aparato paramilitar atuante no triênio peronista é a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), também conhecida como Triple A. Segundo as investigações de Horácio Verbitsky<sup>72</sup> e Ignacio Gonzalez Janzen<sup>73</sup>, os primeiros sinais de formação da Triple A podem ser encontrados no Massacre de Ezeiza, em junho de 1973 (ver nota 8), mas a primeira aparição pública desse aparato terrorista ocorreu em 21 de novembro do mesmo ano, com o atentado contra o senador Hipólito Solari Yrigoyen. A Triple A operou até o final de 1975 e durante esses dois anos de atividade, o aparato assassinou centenas de pessoas ligadas às militâncias políticas de esquerda<sup>74</sup>. A memória social construída em torno da Triple A chegou a identificá-la como um esquadrão de choque composto pelos grupos da direita peronista, fundado e administrado pelo ministro do Bem Estar Social do governo peronista, José Lopez Rega. Embora seja factual a liderança de Lopez Rega sobre a Triple A e a participação de militantes da direita peronista nesse aparato paramilitar<sup>75</sup>, a trama constitutiva do mesmo tende a ser mais complexa. Conforme assinala Flavio Foresi,

A Triple A, em lugar de ser uma federação ou uma *umbrella organization*, aparece como uma espécie de *primus inter pares*. De fato, (...) a atividade repressiva na Argentina parece ter sido dirigida por uma nebulosa de organizações que atuavam de forma independente e firmavam suas ações com as iniciais do grupo mais influente, ou mais organizado. Esse método contempla um duplo benefício: extingue a responsabilidade do grupo que realiza a ação e, no campo da ação psicológica, se aumenta a sensação de onipresença da máquina repressiva.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 151 p.

<sup>73</sup> JANZEN, Ignacio Gonzalez. **La Triple A**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 143 p.

<sup>74</sup> Izaguirre observa que a identidade política dos militantes assassinados pela Triple A era de esquerda. Além disso, situa o número de mortos na faixa de mil pessoas. Ver: IZAGUIRRE, Inés. El mapa social del genocidio. In: IZAGUIRRE, Inés (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**. 1973-1983. Antecedentes. Desarrollo. Complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 91-102.

<sup>75</sup> Sobre a autoridade de Lopez Rega e o envolvimento de militantes à direita do peronismo na Triple A, ver: GASPARINI, Juan. La galáxia de las *Tres A*. **La fuga del Brujo**. Buenos Aires: Norma, 2011, p. 247-262.

<sup>76</sup> FORESI, Flavio. La represión en perspectiva transnacional. Las supuestas relaciones de la Triple A. **Anuario Instituto de Estudios Historico-Sociales**, Tandil, v. 32, n. 2, pp. 171-192, 2017, p. 177, tradução nossa.



Se a Triple A constituía uma sigla, utilizada por vários esquadrões paramilitares como assinatura de operações terroristas, ela não era, portanto, uma organização monolítica e submetida a um comando central. Conforme observa Foresi<sup>77</sup>, isso implica em que a atividade paramilitar operacionalizada sob a sigla “Triple A” não era de responsabilidade exclusiva do ministro Lopez Rega. No entanto, há indícios claros da relação entre a Triple A, o Estado argentino e o governo peronista. Citando relatórios da Central de Inteligência Americana (CIA) e do serviço de inteligência chileno sobre a Triple A, Foresi escreve:

Os vínculos com o poder parecem, portanto, imprescindíveis. Nesse sentido, as observações dos Montoneros estão corroboradas por um informe norte americano segundo o qual a Triple A seria uma “arma silenciosa do governo”, tal como deixa claro o serviço de inteligência do Chile, que afirma que “[até] o momento, nenhum militante da AAA fora detido. Não há indícios claros de quem são seus dirigentes. As hipóteses mais comuns indicam que a AAA conta com o apoio de alguma instituição de segurança” e que a Triple A “[atua] audaciosamente, revelando não temer consequências das atuações em suas operações. Operam a luz do dia e efetuam suas execuções em lugares abertos”.<sup>78</sup>

Sem desconsiderar a parcela de autoridade do ministro Lopez Rega na liderança da Tripla A, levando-se também em conta o fato de que o aparato paramilitar agia impunemente e com métodos de assassinato de militantes políticos, a Triple A pode ser identificada como um esquadrão da morte. Vale lembrar que, segundo a definição de Arjona e Kalyvas, esse tipo de paramilitarismo é caracterizado pelo seu vínculo com o alto escalão do Estado. Também é caracterizado por suas dimensões pequenas, o que no caso da Triple A se observa na estrutura de seu conjunto organizativo: segundo informações de Juan Gasparini<sup>79</sup>, cada uma das várias unidades de operação tática<sup>80</sup> da AAA era composta por uma chefia imediata e mais três pessoas. Outro ponto que favorece a classificação da Triple A como um esquadrão da morte é a ampla extensão geográfica de suas atuações. Ao que parece, diferentes grupos paramilitares que assinavam operações com a sigla AAA marcaram presença em províncias do interior<sup>81</sup>: em Córdoba, o Comando Libertadores da América; em Mendoza, o Comando Rucci; em Mar del Plata, a Concentração Nacionalista Universitária.

O sentido da existência da Triple A era, essencialmente, a eliminação física e política das organizações revolucionárias; portanto, um sentido de repressão contra insurgente. Isso

---

<sup>77</sup> FORESI, Flavio. La represión en perspectiva transnacional. Las supuestas relaciones de la Triple A. **Anuario Instituto de Estudios Histórico-Sociales**, Tandil, v. 32, n. 2, pp. 171-192, 2017, p. 178, tradução nossa.

<sup>78</sup> Idem, p. 178 e 179, tradução nossa.

<sup>79</sup> GASPARINI, Juan. La galáxia de las *Tres A*. **La fuga del Brujo**. Buenos Aires: Norma, 2011, p. 305.

<sup>80</sup> Gasparini identifica oito dessas unidades.

<sup>81</sup> IZAGUIRRE, Inés (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**. 1973-1983. Antecedentes. Desarrollo. Complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 91.

determinou uma atuação na sociedade argentina sem o objetivo de exercer o controle político dos territórios em que o aparato funcionava. A Triple A tinha um objetivo circunscrito: matar militantes políticos ligados às guerrilhas, aos sindicatos classistas e demais grupos encarados como subversivos. Esse é outro ponto que concorre para incluir a AAA na categoria de esquadrão da morte. Também o sentido da existência da Triple A evoca o cenário de insurgência política da Argentina no início dos anos 1970 e a fragilidade do Estado argentino em lidar com essa insurgência. Frente o crescimento da Tendência Revolucionária no peronismo e a capacidade de operação armada dos Montoneros, como também de outras guerrilhas, como o ERP, a adoção do método paramilitar correspondeu a uma tentativa de reforçar a contenção do avanço insurgente, algo que seria tecnicamente inviável apenas com o uso dos mecanismos coercitivos convencionais. Tal hipótese pode ser corroborada pela cadeia dos acontecimentos históricos do triênio peronista: a Triple A emerge e recrudesce sua violência clandestina no momento em que a Tendência Revolucionária e o ERP mostram-se em plenas condições de protagonizar atos de violência política que ameaçam o Governo, o poder político-sindical da direita peronista e a própria manutenção da ordem vigente.

## 1.2. A direita peronista: cultura política e atuações no processo repressivo

### 1.2.1. História e cultura política

A presença de uma “direita” no peronismo pode ser observada já nas origens históricas do movimento, nas décadas de 1940 e 1950. Esse período foi marcado pelos dois primeiros governos de Juan Domingo Perón<sup>82</sup> e pela formulação da doutrina política do movimento peronista que seria denominada de justicialismo<sup>83</sup>. É nesse momento que, de acordo com Besoky<sup>84</sup>, algumas organizações provenientes do nacionalismo conservador se aproximam de

---

<sup>82</sup> Perón governou a Argentina entre 1946 e 1955 com uma agenda desenvolvimentista, cujos tópicos centrais eram: o dirigismo estatal da economia, a nacionalização de setores estratégicos, o investimento em política social e a ampliação de direitos da classe trabalhadora. Foi derrubado em 1955 por um golpe civil-militar.

<sup>83</sup> Essa doutrina política se estruturou ao redor dos discursos de Perón proferidos nos anos 1940. Seus princípios estavam fundamentados em uma perspectiva ética que encorajava a solidariedade e a cooperação entre os diferentes segmentos sociais. Dois eixos ideológicos constituíam a doutrina justicialista: 1) a *comunidade organizada*, entendida como uma sociedade pautada pela harmonia entre as classes, a colaboração e a justiça social; 2) a *terceira posição*, que colocava o peronismo como um projeto civilizatório alternativo ao capitalismo e ao socialismo. BENEDINI, Giuseppe Federico. “Filosofía peronista”: as linhas ideológicas do justicialismo – análise do discurso de Juan Domingo Perón no encerramento do *Primer Congreso Nacional de Filosofía*. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 7, n. 2, pp. 1-21, mai./ago. 2010.

<sup>84</sup> BESOKY, Juan Luis. Nacionalismo y peronismo en los orígenes de la derecha peronista 1943-1959. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La

Perón e o nascente movimento peronista absorve um conjunto de ideias dessa direita nacionalista<sup>85</sup>, como as ideias de libertação nacional e de justiça social. A maior organização do nacionalismo conservador que, nos anos 1940, se aproxima de Perón é a Aliança Libertadora Nacionalista (ALN), um grupo que existia desde 1937 e que se definia por práticas e símbolos fascistas, pelo ataque à democracia liberal, o rechaço ao comunismo e ao capitalismo, por um notório antisemitismo e pelos constantes enfrentamentos com as esquerdas<sup>86</sup>. Esse processo, de intercâmbios ideológicos e aproximações políticas entre o nacionalismo conservador e o peronismo, estaria na raiz da formação e evolução de uma cultura política de direita no movimento peronista. Conforme assinala Besoky,

(...) a cultura política da direita peronista foi se conformando como produto, tanto do desengajamento de militantes procedentes de diversas correntes do nacionalismo de direita, que reinterpretaram a natureza e as possibilidades oferecidas pelo peronismo, como da evolução de agrupações e figuras que, provenientes do peronismo, incorporaram algumas representações e práticas da cultura política nacionalista e reinterpretaram o projeto do Movimento e a figura de seu líder [Perón].<sup>87</sup>

Nos primeiros anos que sucederam o golpe civil-militar contra Perón, em setembro de 1955, o peronismo foi submetido à ilegalidade e enfrentou perseguições violentas por parte do governo militar da Revolução Libertadora (1955-1958). Nesse contexto, formou-se um combativo movimento de resistência política peronista, do qual participaram ativamente integrantes da ALN e outros militantes de grupos do nacionalismo conservador. A atuação de parte da direita nacionalista na chamada “resistência peronista”, na segunda metade dos anos 1950, reforçou os intercâmbios entre peronismo e nacionalismo conservador, fazendo surgir novas organizações direitistas, como *Guardia de Hierro* e Movimento Nacionalista Tacuara<sup>88</sup>. Essa última organização experimentaria crescimento e influência sobre os jovens peronistas na década seguinte.

Os anos 1960 provocaram mudanças significativas no processo de simbiose entre peronismo e nacionalismo conservador. A década foi marcada pelo impacto da Revolução

---

Plata, 2016, p. 35-61.

<sup>85</sup> Ver nota 17 da Introdução. Consultar também: ORBE, Patrícia. El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por um territorio en exploración. *PolHis*, Buenos Aires, n. 8, pp. 27-35, jul./dez. 2011.

<sup>86</sup> BESOKY, Juan Luis. Nacionalismo y peronismo en los orígenes de la derecha peronista 1943-1959. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 37 e 38.

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_ Introdução general. **La derecha peronista**, p. 12, tradução nossa.

<sup>88</sup> \_\_\_\_\_ Nacionalismo y peronismo en los orígenes de la derecha peronista, p. 61-69.

Cubana de 1959, que atingiu o movimento peronista trazendo uma nova corrente de esquerda que associava as teses revolucionárias do marxismo com o peronismo. De acordo com Besoky, “O surgimento de uma corrente de esquerda no Movimento gerou o reposicionamento de outros setores que apelaram para a cultura política da direita peronista em um intento de “clarificação doutrinária””<sup>89</sup>. Assim, houve o que Besoky denominou como uma “direitização do peronismo”, materializada na proliferação de organizações de direita nacionalista que se identificavam como peronistas. Por esses tempos, surgiram e atuaram o Comando de Organização (CdO), o Movimento Nova Argentina (MNA), a Liga Árabe, o grupo Azul e Branco, a Guarda Restauradora Nacionalista (GRN), o Movimento Nacionalista Revolucionário Tacuara (MNRT), originário de uma cisão do Movimento Tacuara criado no contexto da resistência peronista, e a Concentração Nacionalista Universitária (CNU)<sup>90</sup>. Esse aglomerado produziu uma imprensa militante diversificada, publicando e fazendo circular vários periódicos ao longo dos anos 1960: *Huella, Retorno, Patria Libre, Patria Bárbara* etc.

A “direitização do peronismo” na década de 1960 reforçou todo um sistema de representações e práticas políticas que assinalava esse processo de reação à emergência de uma esquerda marxista no movimento peronista. Combinando elementos do nacionalismo conservador e do peronismo, fortaleceu-se então uma cultura política de direita à qual Besoky denomina de “direita peronista”. Essa cultura política constituiu-se basicamente por: 1) um revisionismo histórico<sup>91</sup> que reivindicava os líderes da construção do Estado nacional argentino no século XIX, José de San Martín e Juan Manuel de Rosas, associando a figura de Perón com esses “libertadores” e “caudilhos”, construindo dessa maneira uma narrativa da história argentina que tinha um conteúdo heróico e de luta pela soberania nacional; e 2) um discurso codificado<sup>92</sup> baseado em um vocabulário anticomunista, antiliberal e antisemita que forneceu os elementos para um imaginário conspirativo habitado pelo mito da Sinarquia.

A figura mítica da Sinarquia irradiou-se das fileiras da CNU, a partir do discurso intelectual de Carlos Disandro. Professor universitário e militante nacionalista, Disandro afirmava a existência de um poder oculto, no qual convergiam várias forças, que operava sobre o mundo desde a origem da humanidade e que, no século XX, construiria um “governo

---

<sup>89</sup> BESOKY, Juan Luis. La peronización de la derecha y la derechización del peronismo. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 142.

<sup>90</sup> No capítulo 3 de sua tese *La derecha peronista* (2016), Besoky analisa as origens e o desenvolvimento das organizações mencionadas, como também analisa os impressos que as mesmas produziram. Ver: BESOKY, Juan Luis. La peronización de la derecha y la derechización del peronismo. **La derecha peronista**, p. 110-160.

<sup>91</sup> BESOKY, Juan Luis. La cultura política de la derecha peronista. **La derecha peronista**, p. 161-169.

<sup>92</sup> Idem, p. 169-184.

mundial” para dominar os países subdesenvolvidos. Esse poder oculto era o que Disandro chamava de Sinarquia. Juan Iván Ladeuix explica que

Para Disandro, a convergência sinárquica estaria demarcada por uma série de acordos dos “pseudo impérios”, Estados Unidos e União Soviética, que, aparentando uma forte tensão, avassalariam a “essência espiritual” do restante das nações do globo. A esse complô, Disandro incluiria o catolicismo pós-conciliar e o judaísmo, através do que ele denominava de “o mito da tradição judaico-cristã”.<sup>93</sup>

Tratava-se, portanto, de uma leitura conspirativa do quadro mundial de Guerra Fria, no qual Estados Unidos e União Soviética disputavam a hegemonia política e econômica, e que concorreu para sublinhar o rechaço da direita peronista às matrizes liberal e marxista, como também aos seus respectivos sistemas (capitalismo e socialismo). O mito da Sinarquia representou, igualmente, uma estratégia narrativa antiperonista, ao fazer frente às potências globais (EUA e URSS) que, no contexto da Guerra Fria, valeram-se de diferentes modos de intervenção política e econômica, sobretudo, nos países do Terceiro Mundo. A inclusão do judaísmo nessa figura mítica traduziria a sensibilidade antissemita partilhada entre os grupos da direita peronista.

Conforme descrito, a partir da década de 1940 e ao longo das de 1950 e 1960, houve um processo histórico de formação e consolidação no peronismo de uma cultura política de direita, partilhada por um conjunto de organizações, militantes e impressos. Mas, afinal, o que significa pensar essa “direita peronista” como uma cultura política? Para respondermos a tal questão é necessário recorreremos a um aporte conceitual que apresenta uma definição do que seja cultura política e que enquadre os componentes desse fenômeno. Ao classificar a direita peronista como uma cultura política, Besoky lançou mão do conceito apresentado e discutido por Serge Bernstein, para quem a cultura política é

(...) uma visão dividida do mundo em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinária, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura política e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.<sup>94</sup>

<sup>93</sup> LADEUIX, Juan Iván. El General frente a la Sinarquia. El discurso de Carlos Disandro en la formación de la Concentración Nacionalista Universitaria y sus impactos en el peronismo. **X Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia**, Tucumán, pp. 1-21, 2007, p. 9.

<sup>94</sup> BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350 e 351.

Baseando-se nessa definição conceitual, Besoky identificou e analisou as principais representações e práticas partilhadas, entre as décadas de 1940 e 1970, pelas organizações e os impressos do campo denominado de direita peronista. No quadro a seguir, observa-se a aplicação teórico-metodológica do conceito apresentado por Berstein nos estudos de Besoky sobre a cultura política da direita peronista.

**Tabela 2.** A cultura política da direita peronista.

<b>Aporte conceitual de Berstein</b>	<b>Aplicações da análise de Besoky</b>
Substrato filosófico-doutrinário	Nacional-justicialismo, partidário da “terceira posição”
Leitura normativa do passado histórico	Revisionismo histórico e reivindicação da tríade San Martín, Rosas e Perón
Visão institucional	Comunidade organizada segundo o modelo nacional-sindicalista ou comunitarista
Concepção de sociedade ideal	Harmonia entre as classes e justiça social
Discurso codificado, vocabulário composto por palavras-chave	Justiça social, libertação nacional, independência econômica, conspiração judaico-maçônica, sinarquia, anticomunista, antiliberalismo, antimperialismo
Ritos e símbolos	Datas comemorativas, marchas do 1º de Maio e culto aos mártires do peronismo

**Fonte:** BERSTEIN, 1999, p. 350-351; BESOKY, 2016, p. 33-34.

Vale mencionar alguns pontos do conceito de cultura política, de forma que seja possível obter compreensão adequada acerca da experiência histórica da direita peronista. Em primeiro lugar, a cultura política é – para utilizar uma expressão de Berstein – um “fenômeno evolutivo”, ou seja, representações e práticas coletivas configuram uma cultura política quando são reiteradamente compartilhadas à escala de gerações ao longo do tempo histórico. A propósito dessa questão, Berstein escreve:

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala de algumas gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta e se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que influte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.<sup>95</sup>

<sup>95</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.

Há equivalência entre o fragmento citado e a experiência histórica da direita peronista. Conforme sintetizei nas páginas anteriores, baseando-me na pesquisa de Berstein, a cultura política da direita peronista não apenas se desenvolveu no curso de três décadas a partir dos anos 1940, sendo partilhada por algumas gerações de militantes, grupos e impressos no decorrer desse período, como também se apropriou das contribuições de outras culturas políticas, a do nacionalismo conservador e a do peronismo. Não menos importante é o fato de que a cultura política da direita peronista ofereceu respostas às problemáticas das conjunturas nas quais ela se desenvolveu, especialmente no que se refere às reconfigurações ideológicas no peronismo com a chegada e a expansão de uma esquerda marxista no movimento.

Um segundo ponto sobre cultura política: o compartilhamento de suas representações e práticas ocorre mediante a atuação de certos “vetores”, estes que, conforme observa Rodrigo Motta<sup>96</sup>, são responsáveis pela reprodução das culturas políticas e promovem a adesão dos indivíduos ao conjunto de valores partilhados por um coletivo humano. Na lista desses canais de socialização da cultura política, é possível incluir instituições privadas e públicas, como a família, a igreja, as forças armadas, a escola e o partido político, como também as mídias, sejam elas em formato impresso, como jornais, revistas e livros, ou audiovisuais, como emissoras de rádio e televisão. Em anos recentes, a tecnologia digital mostrou-se funcionar como um potente vetor de culturas políticas, em particular as redes sociais, por onde circulam representações e os indivíduos podem se identificar com valores políticos. No caso dos impressos, Motta afirma que os mesmos

(...) são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir.<sup>97</sup>

Embora tenham sucesso em influenciar a formação político-ideológica dos indivíduos, os vetores, conforme salienta Berstein<sup>98</sup>, não procedem por doutrinação. Frente os discursos ideológicos propagados, os indivíduos ainda resguardam a capacidade de questionar, inquirir ou resistir. Ademais, outras variantes concorrem para dar ao indivíduo uma cultura política:

<sup>96</sup> MOTTA, Rodrigo. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 23.

<sup>97</sup> Idem, p. 24.

<sup>98</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.

“Esta se adquire no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o torna sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos”<sup>99</sup>. Nesse sentido, é impossível que um jornal ou uma revista, por exemplo, façam todo o trabalho de construir as preferências ideológicas do indivíduo ou levá-lo obrigatoriamente a certos repertórios de ação política. Em todo caso, os canais de socialização das culturas políticas cumprem papel de divulgar valores e mobilizar para a ação.

No caso da direita peronista, as representações e práticas dessa cultura política foram difundidas por meio de um acervo de impressos militantes. Desde a década de 1940 e no decorrer das décadas subseqüentes, as organizações da direita peronista publicaram revistas e boletins dos quais emanavam seus programas de luta política e suas fontes ideológicas, tais como as interpretações da doutrina justicialista, narrativas históricas revisionistas, concepções de sociedade pautadas no ideal da comunidade organizada, as recusas do capitalismo e do socialismo, assim como as oposições às teses liberais e marxistas, estendendo esses elementos a um imaginário conspirativo anticomunista, antiliberal e antisemita. As análises de Besoky verificam a ocorrência desses elementos, com variações de acordo com a época, em diferentes periódicos produzidos pelas distintas gerações de militância da direita peronista.

Terceiro e derradeiro ponto sobre cultura política: a categoria da representação. Segundo uma definição proveniente da História Cultural, as representações correspondem a “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social”<sup>100</sup>, ou seja, uma lente por meio da qual o humano pode traduzir e interpretar sua própria realidade. Quem fornece esse conceito de representação é Roger Chartier, que também afirma: “São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”<sup>101</sup>. Assim definida, a representação funciona como estratégia simbólica para atribuir significado e organização a um mundo social contingente, nomeando os objetos e interpretando os processos desse mesmo mundo. Chartier prossegue dizendo que “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”<sup>102</sup>. Isso implica em que as representa-

---

<sup>99</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.

<sup>100</sup> CHARTIER, Roger. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, p. 17.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.



ções podem ser mobilizadas para criarem formas de exercício do poder e da dominação ou, nas palavras de Chartier, produzirem

(...) estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>103</sup>

Se, então, as representações produzem práticas sociais ou políticas que funcionam como mecanismo de dominação e poder de um grupo sobre o outro grupo, elas devem ser compreendidas em um âmbito de conflitividade, competição ou concorrência entre os atores sociais. Por isso, Chartier sustenta que “As lutas de representações tem tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”<sup>104</sup>.

A historiografia política bebeu na fonte conceitual de Chartier para construir suas definições de cultura política, onde a categoria “representação” adquire centralidade. Desse modo, os historiadores do político investiram no termo e levaram adiante sua discussão teórica. Motta é um desses historiadores, cuja definição de “representação” me parece bastante apropriada. O autor escreve:

Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida no sentido de “representar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, rerepresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (Falcon, 2000: 46). Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras etc.).<sup>105</sup>

Cada elemento citado por Motta, que conforma a categoria “representação”, é passível de análises e debates específicos. Todos eles possuem significados conceituais mais ou menos próprios, embora descrevam um fenômeno aparentemente unitário ou homogêneo. Em todo caso, a relevância da discussão recobra-se pelo desafio de encarar as representações em conexão com as práticas, ou, se é possível afirmar, o terreno do simbólico em processo de tro-

<sup>103</sup> CHARTIER, Roger. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, p. 17.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> MOTTA, Rodrigo. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 21.

ca e diálogo com a realidade material. Motta refletiu sobre essa problemática:

Mas não se deve opor práticas e representações, como se houvesse entre as duas dimensões uma clara linha de determinação. O melhor é considerar a existência de relações de mútua determinação, ou uma espécie de “via de mão-dupla”. As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade. Como sabemos, elas são invariavelmente incompletas e imperfeitas; no entanto, algumas implicam distorção maior da realidade, devido a interesse, paixão política ou sentimentos como o medo. Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que cegam.<sup>106</sup>

É eloqüente o modo como Motta percebe as representações e seus intercâmbios com a realidade, entendida aqui como as ações e escolhas humanas que modificam o mundo social. As práticas visíveis na realidade não apenas perdem uma parte de seu conteúdo racional, mas, sobretudo, indicam que o terreno do simbólico pode determiná-las. Nesse sentido, o comportamento dos indivíduos que partilham certa cultura política não pode ser apreciado a despeito do sistema de significações e percepções do mundo que constituem essa cultura política e que orientam os integrantes da mesma. O contrário também é verdadeiro: o sistema de significações e percepções do mundo de uma cultura política se desenvolve, se modifica e sobrevive no decorrer do tempo porque as práticas coletivas o reiteram.

No caso da direita peronista, suas representações anticomunistas, por exemplo, estiveram na disposição ao enfrentamento com as esquerdas que as militâncias dessa cultura política apresentaram ao longo do tempo. Suas imagens e narrativas que atribuíram uma estética negativa ao marxismo e o socialismo, concorreram para que organizações da direita peronista tivessem comportamentos radicalizados e se envolvessem em atos de violência política contra grupos de esquerda: a ALN nas décadas de 1940 e 1950<sup>107</sup>, os militantes de Tacuara nos anos 1960<sup>108</sup> e, para a década de 1970, temos o exemplo contundente do triênio 1973-1976 em que a direita peronista praticou ações de violência repressiva contra a Tendência Revolucionária.

Um estudo que se propõe a compreender as representações da direita peronista – sua

<sup>106</sup> MOTTA, Rodrigo. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 23.

<sup>107</sup> BESOKY, Juan Luis. Nacionalismo y peronismo en los orígenes de la derecha peronista 1943-1959. **La derecha peronista**: prácticas políticas y representaciones (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 38.

<sup>108</sup> \_\_\_\_\_ La cultura política de la derecha peronista. **La derecha peronista**, p. 190 e 191.

ideologia, linguagem, memória, vocabulário, cultura visual, entre outros elementos imbuídos na categoria “representação” – não pode dispor de uma visão que se negue a olhar para os reflexos desse sistema de significações e apreensões do mundo sobre o comportamento dos grupos que incorporaram essa cultura política. A maneira como eu procedo nesta pesquisa sobre um dos vetores da cultura política da direita peronista, isto é, a revista *El Caudillo*, segue na direção proposta por Motta que aponta para a relação de mútua determinação entre representações e práticas. Nesse sentido, eu entendo e procuro demonstrar, a partir da leitura analítica de *El Caudillo*, que o comportamento e as ações de violência repressiva da direita peronista, no triênio de 1973-1976, contaram, em parte, com as influências do acervo de representações dessa cultura política. O que poderia justificar os assassinatos de militantes de esquerda, cometidos por militantes da direita peronista, se não a forma como os primeiros eram classificados, decifrados ou imaginados pelos últimos?

É evidente que o processo de violência e repressão política na Argentina do triênio peronista não se explica apenas pela mobilização da cultura política da direita peronista para fins contra revolucionários. A aniquilação política e física do campo de lutas populares na Argentina antes do golpe militar de 1976 foi possível em função do envolvimento de vários e diferentes agentes do Estado e da sociedade civil, que colocaram em marcha estratégias de coerção convencional e de violência ilegal no contexto do que chamamos de complexo contra insurgente. A questão central deste trabalho é pensar a particularidade da direita peronista em sua inserção no dito complexo.

### 1.2.2. Atuações no processo repressivo

De acordo com Besoky, as militâncias à direita do peronismo atuaram, no processo repressivo de 1973-1976, com base em duas formas de violência política: uma violência “horizontal” e outra “vertical”. Afirma o autor:

No enfrentamento entre esquerda e direita peronista existiu um tipo de violência horizontal que tinha a ver com a luta por conservar os espaços de poder e a influência nos processos políticos. Esses enfrentamentos se deram em diversos âmbitos, tanto estatais (administração pública nacional, provincial, as universidades) como também em âmbitos privados (as empresas, os sindicatos, os meios de comunicação). Nesses enfrentamentos se fez presente um tipo de violência vertical que era exercida pelo Estado e seus aparatos de repressão tanto legais como ilegais (sendo um deles justamente a Triple A). O resultado desses enfrentamentos foi a desarticulação quase total dos setores de esquerda e o triunfo da direita peronista.<sup>109</sup>

<sup>109</sup> BESOKY, Juan Luis. El tercer gobierno peronista. **La derecha peronista: prácticas políticas y representacio-**

Entre as ações de violência horizontal praticadas pelas militâncias da direita peronista, vale mencionar as atuações políticas nos movimentos sociais de maior força combativa (sindical e estudantil) e as pressões exercidas sobre as instituições estatais que colaboraram na queda dos governadores provinciais de esquerda. É notória a relação que essas atuações tiveram com o programa da depuração ideológica no peronismo, a partir do final de 1973, e, em seguida, com a luta antissubversiva que estendeu a repressão política sobre vários ativismos insurgentes e contestatórios. Vejamos alguns episódios históricos que ilustram a violência horizontal da direita peronista.

*Atuações políticas no sindicalismo e no movimento estudantil.* É comum se referir à direita peronista com as expressões “direita sindical” ou “burocracia sindical”. Tal referência não é fortuita, haja vista que parte da militância peronista aderente a essa cultura política esteve, durante as décadas de 1960 e 1970, na liderança da Confederação Geral do Trabalho e de sindicatos provenientes da vertente do sindicalismo argentino chamada de “vandarismo”. Essa vertente se caracterizava por práticas autoritárias, pelo uso de grupos de choque para resolver conflitos internos das agremiações operárias e pelo diálogo com as elites governantes e o patronato. Também era composta pelas chamadas “62 Organizações”, um conjunto de sindicatos subordinados a CGT que, durante os anos em o partido peronista esteve dissolvido e seus nomes restritos de atuar na política institucional, funcionou como a única entidade de classe do peronismo que transitava nos espaços da negociação<sup>110</sup>. Esse “sindicalismo burocrático” demarcava diferenças e concorrências com a vertente sindical radicalizada, o “classismo”<sup>111</sup>, onde operavam militantes de esquerda, críticos à burocracia sindical da CGT. No começo dos anos 1970, o metalúrgico José Ignacio Rucci era um dos principais nomes da ala sindical da direita peronista: ele dirigia nacionalmente a CGT e gozava de amplo acesso a Perón. Sua morte provocada pelos Montoneros, em 1973, representou, portanto, um duro golpe no poder da direita peronista.

Em fevereiro de 1973, Rucci encabeçou os preparativos para a formação de um novo

---

nes (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 237, tradução nossa.

<sup>110</sup> Sobre o vandorismo, as 62 Organizações e a direita sindical peronista, ver: JAMES, Daniel. Sindicatos, burocratas y movilización. In: JAMES, Daniel (org.). **Nueva Historia Argentina**. Violencia, proscripción y autoritarismo: 1955-1976. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 117-168.

<sup>111</sup> Ganhou força a partir do final dos anos 1960 e atuou na primeira metade dos anos 1970. Pautava-se pela valorização da democracia interna e da autonomia política dos sindicatos, inspirava-se em ideias marxistas e criticava o capitalismo e suas formas de opressão à classe trabalhadora. Desse modo, o classismo convergia as lutas salariais e a crítica revolucionária antisistêmica. Para uma análise dessa vertente sindical e suas capacidades de organização e mobilização política, ver: BRENNAN, James; GORDILLO, Mónica. Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: el Cordobazo. **Estudios**, Córdoba, n. 4, pp. 51-74, dez. 1994.

núcleo do sindicalismo burocrático que deveria enfrentar a juventude mobilizada nas fileiras da Tendência Revolucionária. Esse núcleo recebeu o nome de Juventude Sindical Peronista (JSP) e, conforme observa Besoky<sup>112</sup>, seu modelo organizativo baseava-se em replicar a presença da JSP, através de “mesas”, nos lugares em que funcionavam as agremiações operárias. Besoky<sup>113</sup> também menciona que a JSP tinha como principal objetivo denunciar e combater a “infiltração marxista” no peronismo, sendo que o comportamento político de seus membros priorizava a ação direta contra os grupos de atuação sindical da Tendência Revolucionária.

No circuito do movimento estudantil, a direita peronista contou com a Concentração Nacional Universitária (CNU). Fundada em 1965 e tendo La Plata como epicentro de seu ativismo, a CNU defendia um programa político para as universidades alinhado aos princípios doutrinários do peronismo, que revogasse a Reforma Universitária de 1918<sup>114</sup> e eliminasse as influências ideológicas do marxismo no ensino superior<sup>115</sup>. Sua adoção à violência direta na luta contra as correntes de esquerda do movimento estudantil era visível desde suas origens, chegando a cometer assassinatos políticos de estudantes na Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Juan Luis Carnagui mostra que, no contexto da depuração ideológica no peronismo, a partir do final de 1973, “a CNU intensificou seus habituais ataques contra o movimento estudantil radicalizado”<sup>116</sup>. Em novembro daquele ano, escreve Carnagui, a CNU “perpetrou um atentado durante as eleições estudantis que ocorriam em toda a UNLP. (...) Na tarde de segunda-feira, 26, dia em que começaram os comícios, a CNU ingressou no pátio da Faculdade [de Arquitetura] efetuando disparos para interromper as eleições”<sup>117</sup>.

*Pressões exercidas sobre as instituições estatais.* As militâncias da direita peronista tiveram grande envolvimento nas crises políticas que desestabilizaram e derrubaram governos provinciais de esquerda, a partir do início de 1974. Ressalta-se que esses governos foram elei-

<sup>112</sup> BESOKY, Juan Luis. El tercer gobierno peronista. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 206.

<sup>113</sup> Idem, p. 206 e 207.

<sup>114</sup> Fruto de intensa mobilização política de estudantes cordobeses em favor da democratização do ensino superior na Argentina, a reforma foi instituída em 1918 sob o governo liberal de Hipólito Yrigoyen. Entre suas mudanças estavam: a criação de um “cogoverno” na gestão universitária, que seria liderado pela parceria entre estudantes e professores; a autonomia universitária e a assistência social aos estudantes.

<sup>115</sup> CARNAGUI, Juan Luis. Los orígenes y consolidación de la CNU 1965-1971. **Nacionalistas, católicos y peronistas. Auge, afianzamiento y reconfiguración de la Concentración Nacional Universitaria (CNU)**. La Plata, 1955-1974. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 110-132.

<sup>116</sup> \_\_\_\_\_ El regreso del peronismo y la reconfiguración de la CNU 1973-1974. **Nacionalistas, católicos y peronistas**, p. 195.

<sup>117</sup> Idem, p. 196, tradução nossa.

tos democraticamente em 1973 e recebiam o apoio da Tendência Revolucionária, chegando a oferecer cargos na administração provincial a alguns quadros da esquerda peronista. Um caso emblemático dessa atuação da direita peronista é o golpe contra o governador de Córdoba, Obregón Cano, em fevereiro de 1974. Na madrugada do dia 28, a polícia comandada pelo tenente coronel Antonio Navarro ocupou a sede do governo cordobês e as principais rádios da capital da província, anunciando a deposição de Cano. Conhecido como *Navarrazo*<sup>118</sup>, o golpe policial contra o governador de Córdoba era uma reação aos expurgos na polícia cordobesa promovidos por Cano, que exonerou os envolvidos em torturas, repressão e corrupção, a exemplo do próprio tenente Navarro. Imediatamente apoiado pela CGT e a direita peronista, o *Navarrazo* enfrentou a resistência da esquerda. Nos dias subsequentes ao golpe, Córdoba foi palco de uma série de conflitos armados entre guerrilheiros e grupos da direita peronista. Quando a ordem foi restabelecida, o governador interino deu início a depuração ideológica no funcionalismo público com a justificativa de eliminar o marxismo das instituições estatais, ademais de confirmar Navarro como chefe de polícia.

*Violência vertical e paramilitarismo.* O envolvimento de militantes e organizações da direita peronista na repressão ilegal/paraestatal é perceptível desde o Massacre de Ezeiza, em 20 de junho de 1973. Enquanto um ensaio de operação paramilitar contra a Tendência Revolucionária, o Massacre de Ezeiza foi articulado pelas altas agências do Estado (Polícia Federal e Ministério do Bem Estar Social) e teve a direita peronista atuando como grupo de choque armado com pesado equipamento bélico. Horácio Verbitsky<sup>119</sup> cita algumas das organizações à direita do peronismo que protagonizaram a violência de Ezeiza: a CNU, a ALN, a JSP e o CdO. Da mesma maneira, as lideranças do sindicalismo burocrático participaram ativamente nas articulações e nos comandos do que seria o massacre no aeroporto: José Ignacio Rucci, da CGT, e Lorenzo Miguel, dirigente da União Operária Metalúrgica (UOM), estão entre os principais. O Massacre de Ezeiza seria o que Ignacio Gonzalez Janzen<sup>120</sup> chamou de um “batismo de fogo” da Triple A, já que ali estavam combinados os elementos humanos e ideológicos do que, a partir de outubro de 1973, passaria a funcionar como um aparato paramilitar de repressão ilegal.

---

<sup>118</sup>Para uma análise das articulações golpistas do *Navarrazo*, bem como os fatos principais da sublevação policial ver: BONAVENTA, Pablo Augusto. Guerra contra el campo popular en los '70: Juan Domingo Perón, la depuración ideológica y la ofensiva contra los gobernadores. In: IZAGUIRRE, Inés (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**: antecedentes, desarrollos, complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 219-227.

<sup>119</sup> VERBITSKY, Horacio. El palco. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, p. 84.

<sup>120</sup> GONZALEZ JANZEN, Ignacio. La Triple A. **La Triple A**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, p. 13.

Contudo, a relação entre a direita peronista e os esquadrões da morte não foi direta ou integral. Se, por um lado, a Triple A incorporaria os militantes mais extremistas do peronismo de direita, a exemplo de Felipe Romeo (diretor de *El Caudillo*) e Julio Yesse (fundador da Juventude Peronista da República Argentina – JPRA – outro grupo da direita peronista)<sup>121</sup>; por outro lado, algumas organizações da direita peronista não atuaram junto a Triple A ou funcionaram como esquadrões da morte, embora protagonizassem episódios de violência aberta contra militantes de esquerda. Besoky esclarece que

Estas organizações de direita, que não formavam parte do aparato estatal, mas contribuían e colaboravam com a ação repressiva, tiveram um lugar destacado que não pode ser resumido simplesmente como parte da Triple A, basicamente, porque não se tratavam de esquadrões da morte, e sim de organizações de quadros que, em determinados momentos, recorreram ao uso da violência política para resolver conflitos. Dessa maneira, a ALN, a JSP, a JPRA, o CdO e a CNU, assim como outros militantes provenientes do nacionalismo de direita, somaram sua ação à luta contra a esquerda peronista em um primeiro momento e, em seguida, contra toda a esquerda.<sup>122</sup>

Desse modo, a direita peronista atuou como um agente importante da modalidade de repressão ilegal contra as esquerdas, mas não necessariamente funcionou como um fenômeno paramilitar. A ação repressiva dos grupos que partilhavam essa cultura política, conforme observa Besoky<sup>123</sup>, teve a violência política em seu cerne, mas também se irradiou para outras direções, como a participação nos golpes contra governadores provinciais, a perseguição de líderes sindicais em fábricas, os enfrentamentos de rua ou a depuração ideológica nas universidades e demais instituições públicas.

### 1.3. Revista *El Caudillo*: vetor de cultura política e agente de repressão

A imprensa militante consistiu em outra forma de ação da direita peronista, no cenário do processo repressivo de 1973-1976. Quando, em outubro de 1973, Perón e a cúpula do Partido Justicialista colocaram em marcha a depuração ideológica no peronismo, com vistas a eliminar a Tendência Revolucionária do movimento, a direita peronista abriu uma frente de combate no terreno da imprensa política, cujas publicações se orientavam pela linha persecu-

<sup>121</sup> GONZALEZ JANZEN, Ignacio. *La Triple A. La Triple A*. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, p. 13.

<sup>122</sup> BESOKY, Juan Luis. *El tercer gobierno peronista. La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 233.

<sup>123</sup> Idem.

tória e antimarxista do *Documento Reservado*. Besoky afirma que

Os meses de outubro e novembro [de 1973] trouxeram também a aparição de várias publicações alinhadas com a direita peronista: a revista *Alianza*, porta voz da ALN, em outubro, e em novembro mais duas publicações: *Primicia Argentina* e *El Caudillo de la Tercera Posición*, esta último apresentada como porta voz do Conselho Superior [do PJ]. Em ambas publicações eram freqüentes os ataques, denúncias e ameaças a figuras da esquerda peronista.<sup>124</sup>

Importa-nos analisar a experiência da revista *El Caudillo* nesse conjunto de impressos da direita peronista, que surgiu e atuou no momento em que a repressão passou a operar, de forma articulada, a partir de um complexo contra insurgente. O primeiro número de *El Caudillo* foi publicado em 16 de novembro de 1973, cinco dias antes da Triple A realizar seu primeiro atentado terrorista. Seu diretor era Felipe Romeo<sup>125</sup>, um jovem fascista admirador de Hitler e Mussolini e que já contava com uma trajetória militante em organizações da direita nacionalista<sup>126</sup>. *El Caudillo* teve uma sobrevivência razoável no triênio peronista: seu último número seria publicado em 18 de dezembro de 1975, quando as baixas no campo de esquerda já anunciavam a derrota da mobilização social insurgente e contestatória. No espaço de dois anos em que *El Caudillo* circulou, 73 números e uma edição especial foram publicados regularmente, com periodicidade semanal, embora a revista tenha suspenso suas atividades em março de 1975 e voltado a funcionar somente em outubro do mesmo ano. Portanto, é possível identificar duas fases de *El Caudillo* no triênio peronista: a primeira, que se estende de 16 de novembro de 1973 a 19 de março de 1975, quando se publicou um total de 67 números e uma edição especial; e a segunda fase, entre 15 de outubro e 18 de dezembro de 1975, quando foram publicadas as edições entre os números 68 e 73. Provavelmente, a maior parte da fonte de financiamento provinha do Ministério do Bem Estar Social, já que a revista cedeu amplo espaço a propagandas desse ministério<sup>127</sup> e ao apoio de seu ministro, José Lopez Rega.

<sup>124</sup> BESOKY, Juan Luis. El tercer gobierno peronista. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones** (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 223.

<sup>125</sup> Nascido provavelmente na Itália, em 1945, e radicado na Argentina, era militante de grupos radicais do nacionalismo conservador. Voltou a publicar *El Caudillo* em 1982, durante a Guerra das Malvinas, mas com curta duração. Em 1988, foi detido por carregar drogas ilícitas. Em 2006, quando foram reabertos os processos contra os crimes da Triple A, Romeo fugiu para Florianópolis, retornando à Argentina para tratamento médico, já que era soropositivo, e ficou sob custódia do Serviço Penitenciário Federal. Morreu em 2009. No tópico 3.4 do capítulo 3, elaborei um breve panorama da trajetória militante de Romeo.

<sup>126</sup> \_\_\_\_\_ Anexo biográfico. **La derecha peronista**, p. 298.

<sup>127</sup> SIMONETTO, Patricio. El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975). **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 133-138.



Do ponto de vista da cultura política, *El Caudillo* aderiu e divulgava as representações e práticas políticas da direita peronista. Seu próprio título anunciava tal adesão: “*de la tercera posición*” era uma referência contundente a um dos pilares da doutrina justicialista – a terceira posição do peronismo – que, na linguagem da direita peronista, assume a forma de um forte repúdio às matrizes políticas liberal e marxista e, por extensão, aos sistemas erigidos sobre tais matrizes (capitalismo e socialismo, respectivamente). A interpretação do justicialismo, realizada pela direita peronista em chave antiliberal e anticomunista, apareceria também ao longo de toda a publicação por meio de jargões, *slogans* e reafirmações constantes dos princípios da doutrina justicialista que pareciam indicar o peronismo como projeto radicalmente oposto ao capitalismo e ao socialismo. No editorial da edição nº 4 (07/12/1973), Felipe Romeo escrevia: “(...) em nosso movimento não tem que haver mais lugar (se é que houve alguma vez) para elementos alheios a nossa doutrina Justicialista. **NÃO SOMOS NEM YANKIS, NEM MARXISTAS, NEM FASCISTAS, NEM TROTSKISTAS**”<sup>128</sup>. O jargão “nem yankis, nem marxistas” era uma das expressões mais utilizadas por *El Caudillo* para afirmar a terceira posição do peronismo, dissociando-o do capitalismo liberal e do socialismo marxista, e já integrava o *slogan* de organizações da direita peronista atuantes nas décadas de 1950 e 1960, a exemplo de Tacuara<sup>129</sup>. Na edição nº 6 (21/12/1973), *El Caudillo* dedicou quase uma dezena de páginas para reproduzir fragmentos de *Doctrina Peronista*, coletânea de discursos de Perón publicada em 1948 que ajudou a sistematizar a doutrina justicialista:

Nossa postura ideológica. Nossa doutrina está EQUIDISTANTE tanto de UM COMO DE OUTRO dos IMPERIALISMOS DOMINANTES. Não aceitamos a exploração do homem pelo homem E MUITO MENOS ACEITAMOS A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO ESTADO. (...) Nós temos uma TERCEIRA POSIÇÃO, onde não queremos que o homem seja explorado nem em nome do CAPITAL nem em nome do ESTADO. Queremos que o homem dentro de sua liberdade seja um SER, princípio e fim em si mesmo, e não um instrumento dos apetites do capital ou dos apetites do ESTADO. Quando falamos de TERCEIRA POSIÇÃO não consideramos chamá-la de terceira porque estamos no meio das duas. Não. Nós somos a Terceira Posição porque chegamos atrás da segunda. Vale dizer, a primeira é o CAPITALISMO, que NOS LEVOU A ESTA SITUAÇÃO; a segunda, o COMUNISMO, que FRACASSOU COMO SOLUÇÃO.<sup>130</sup>

A constante reafirmação da doutrina justicialista em *El Caudillo*, como também o uso

<sup>128</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Perón + Isabel = ordem; marxismo + capitalismo = caos. Buenos Aires, n. 4, 07 dez. 1973, p. 3, tradução nossa.

<sup>129</sup> Sobre o Movimento Nacionalista Tacuara, ver: PADRÓN, Juan Manuel. “Ni yanquis, ni marxistas! Nacionalistas”. Nacionalismo, militancia y violencia politica: el caso del Movimiento Nacionalista Tacuara en la Argentina, 1955-1966. La Plata: Universidade Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento, 2017.

<sup>130</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Ética Justicialista. Buenos Aires, n. 6, 21 dez. 1973, p. 15, tradução nossa.

corriqueiro de jargões que tentava diferenciar o peronismo das tradições liberal e marxista e suas respectivas formações econômicas, parecia condizer com um dos pilares da depuração ideológica impulsionada a partir de outubro de 1973. Conforme mostrado anteriormente, o *Documento Reservado* propunha, em uma de suas diretrizes, que a depuração no movimento peronista também seria levada adiante por meio de “uma intensa campanha para difundir e reafirmar os princípios doutrinários do Movimento, esclarecendo suas diferenças fundamentais com o marxismo”<sup>131</sup>. *El Caudillo* obedeceu a essa diretriz, levando-a às últimas conseqüências.

Para o semanário de Romeo, marxismo/socialismo e liberalismo/capitalismo não eram apenas duas matrizes políticas e econômicas antagônicas em relação ao peronismo, que fracassaram em seus intentos de progresso civilizatório da humanidade. Eram, acima de tudo, inimigos do peronismo que intencionavam subjugar a Argentina. Assim escrevia Romeo no editorial da primeira edição (16/11/1973):

Os outros, os inimigos internos e externos do peronismo, são para nós um só inimigo. Eles tem o mesmo interesse. Tanto o capitalismo explorador quanto o marxismo escravista tem em nosso país seus mercenários. Porque não somos tão ingênuos de pensar que, se o mundo está dividido em dois, somente o capitalismo tem interesse na partilha. Por um lado, como assinalou o general, estão os apressados e por outro os retardatários. Os apressados querem violar a Argentina, os retardatários querem conservá-la virgem, nenhum dos dois aspiram permitir que a Argentina faça o que deseja através de seu povo.<sup>132</sup>

Essa visão de *El Caudillo* coadunava-se com um imaginário político que tinha no centro de sua narrativa a figura da Sinarquia, mencionada anteriormente. Isso se evidencia desde a edição inaugural de *El Caudillo*, em que a revista acusa os Estados Unidos e a União Soviética – representantes do capitalismo e do socialismo, respectivamente – de serem duas potências imperialistas que teatralizavam um conflito geopolítico para dominar as nações do sul global. Tal dominação, segundo a revista, seria instrumentalizada pelas ideologias provenientes dessas potências. Dizia *El Caudillo*:

Estados Unidos e Rússia não são dois países, são duas empresas industriais montadas sobre sólidas estruturas administrativas que, politicamente, tem como ideologia o capitalismo e o marxismo. Essas empresas se alimentam da exploração dos trabalhadores que vivem fora de suas fronteiras (...). Ambas empresas tem in-

---

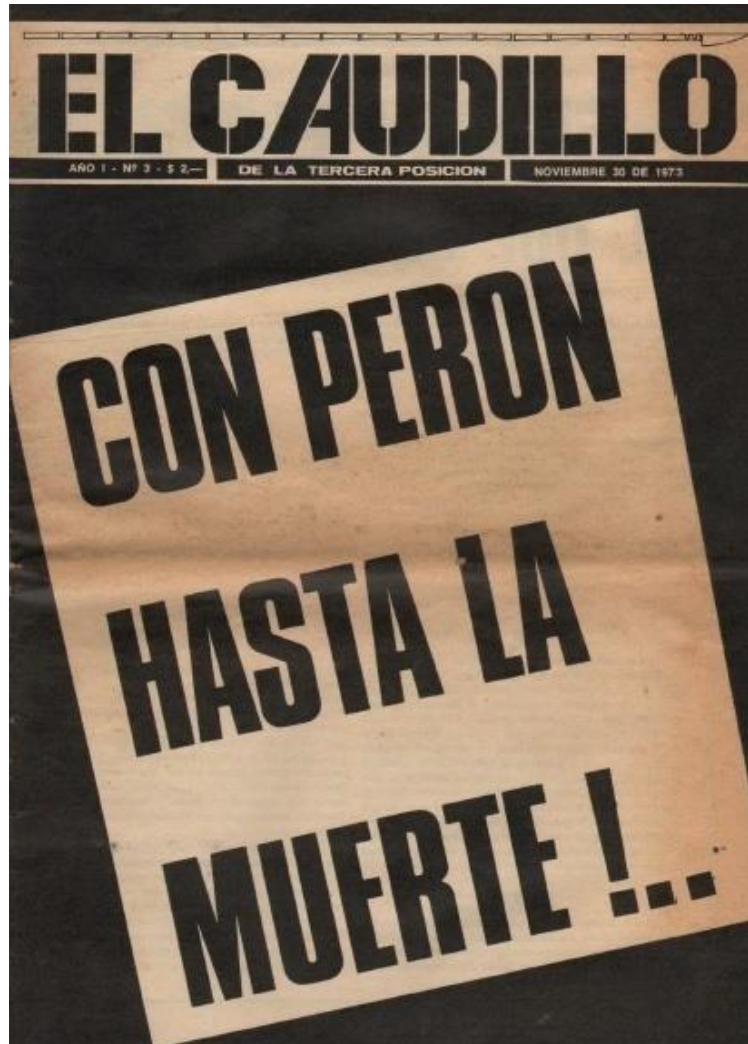
<sup>131</sup> CONSEJO SUPERIOR PERONISTA. Documento Reservado. 1º de octubre de 1973. *Online*. Disponível em: [http://www.elortiba.org/old/pdf/documento\_reservado.pdf]. Acesso em: 17/09/2022. Tradução nossa.

<sup>132</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acaba: el que manda es Peron. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 1, tradução nossa.

teresses comuns que as permitem exercera sem problemas essa pressão sobre o mundo.<sup>133</sup>

O inimigo, portanto, era grande: imperialista, conspirador, de interesses espúrios, exploratórios e infiltrado no próprio peronismo, mas que deveria ser enfrentado por aqueles que eram leais a Perón e assim lutavam para manter o peronismo limpo daquelas duas ideologias a serviço da conspiração sinárquica. Por isso, Romeo escrevia: “Não lutamos atrás de Perón “porque queremos copiá-lo” ou, o que é pior, porque queremos desprestigiá-lo. Estamos com ele ATÉ A MORTE e ATÉ A MORTE lutaremos pela fidelidade doutrinária da revolução”<sup>134</sup>.

**Imagem 1.** Capa da revista *El Caudillo*, edição nº 3 (30/11/1973).



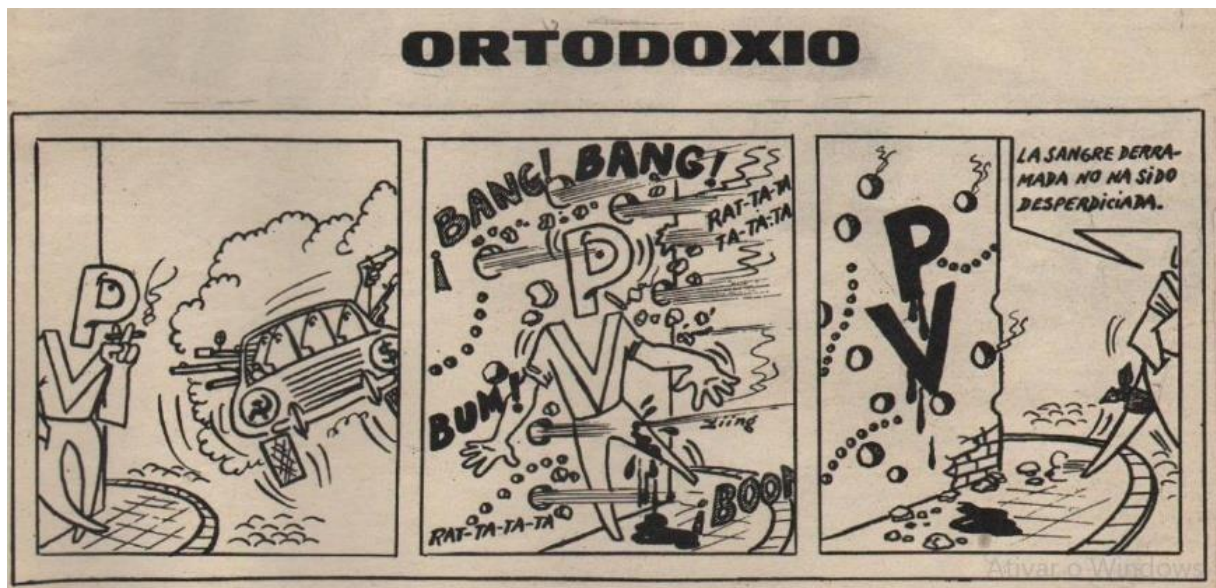
**Fonte:** Ruinas Digitales.

<sup>133</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Medio Oriente: capitalismo y marxismo dos ideologias empresarias. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 15, tradução nossa.

<sup>134</sup> \_\_\_\_\_ La Tendencia se acabo: el que manda es Peron. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 1, tradução nossa.

A prédica de uma luta para a morte era a expressão no plano da linguagem daquilo que ocorria no plano do comportamento político, isto é, as ações de violência direta praticadas pela direita peronista contra as esquerdas. De fato, a revista *El Caudillo* não escondia suas preferências pelo uso da violência direta na luta política, e fez isso não apenas como forma de expressar certo heroísmo militante (morrer pelos seus ideais), como também para incentivar e defender o assassinato de seus adversários políticos. Essa defesa da morte do outro começava em seu *slogan* principal, “o melhor inimigo é o inimigo morto”, com o qual Romeo encerrava os editoriais, e atravessava toda a espacialidade gráfica e textual da revista, chegando até a seção de humor *Chismes y entretenimiento*. Nessa mesma seção do número 9 (11/01/1974), aparecia na tirinha *Ortodoxio* uma cena na qual o personagem que representava a Tendência Revolucionária era fuzilado por homens armados dentro de um carro em alta velocidade, conforme se observa na imagem 2. Parecia representar um modo como a Triple A operava, circulando em carros pelas ruas, exibindo armas e espalhando o terror entre a população<sup>135</sup>.

**Imagem 2.** Tirinha *Ortodoxio* da revista *El Caudillo*, nº 9 (11/01/1974)



Fonte: Ruinas Digitales

Esses elementos informam a que *El Caudillo* se alinhava, ou como o seu coletivo produtor se comportava politicamente. O semanário apoiou e alinhou-se com a repressão política direcionada aos atores insurgentes e contestatórios no triênio peronista, divulgando as

<sup>135</sup> ARGENTINA, Ministerio Publico Fiscal. “Se empezó a naturalizar la muerte”, dijo Fortunato Mallimaci en el juicio a la Triple A. Buenos Aires, 09 set. 2020. Disponível em: [https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/se-empezo-a-naturalizar-la-muerte-dijo-fortunato-mallimaci-en-el-juicio-a-la-triple-a/]. Acesso em: 05/12/2021.

ações de violência direta praticadas pelas milícias à direita do peronismo contra esse atores ou legitimando a atividade clandestina dos esquadrões da morte.

O alinhamento de *El Caudillo* com a repressão sobre as esquerdas também se fez notar na intensa campanha do semanário contra os governos provinciais apoiados pela Tendência Revolucionária. Vejamos o caso de Buenos Aires. Desde maio de 1973, a província era governada por Oscar Bidegain, cuja administração havia entregado alguns cargos públicos à integrantes da esquerda peronista. Em matéria publicada na edição nº 8 (04/01/1974), *El Caudillo* denunciava a “influência nefasta” – expressão da própria revista – da esposa do governador, Toni Bidegain, sobre o poder político da província. Segundo a matéria, Toni era quem supostamente determinava as ações governamentais em Buenos Aires por meio da cúpula ministerial composta pela Tendência Revolucionária<sup>136</sup>. A matéria também veiculava uma fotografia de Oscar Bidegain com revólver na mão, em posição de atirar, o que parecia ser uma referência à suposta relação do governador com guerrilheiros. De fato, a direita peronista chegou a acusar Bidegain de fornecer armamento para as guerrilhas<sup>137</sup>.

**Imagem 3.** Fotografia de Bidegain publicada na edição nº 8 de *El Caudillo* (04/01/1974).



Fonte: Ruinas Digitales

<sup>136</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La gobernadora y sus muchachos. Buenos Aires, n. 8, 4 jan. 1974, p. 16.

<sup>137</sup> LADEUIX, Juan Iván. Las formas de la violencia política en espacios locales del interior bonaerense, 1973-1976. **Perón o muerte en la Aldea:** las formas de la violencia política en espacios locales del interior bonaerense (1973-1976). 2016. 726 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Humanidades, Universidade Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2016, p. 166.

Em janeiro de 1974, quando a crise política se instalou em Buenos Aires após o atentado do ERP contra o regimento militar de Azul, a revista *El Caudillo* subiu o tom contra Bidegain. Na edição nº 11 (25/01/1974), *El Caudillo* publicou a matéria “*El terror marxista en Azul*”, acusando o governador bonaerense de ser responsável pelo atentado guerrilheiro:

E dizemos responsáveis no plural porque não foi só o ERP o único instrumento a ver com isto. Estão aqueles que, usando a camiseta peronista, atacam os mesmos objetivos que os erpianos. Dentro do Movimento provocam a divisão, fazem da injúria o método que antecede o assassinato, fazem putaria com o Pacto Social e a Reconstrução Nacional e asseguram que Perón está cercado e sem poder de decisão. Tudo isso financiado por Paris e Cuba. E quando não chegam a roubar e seqüestrar. São a JP, JTP, JUP, os classistas e todo o espectro da esquerda nacional que veio ao peronismo à espera da morte de nosso Chefe para ficar com a massa peronista. E também está Bidegain: agora disse que sua função não é cuidar de quartéis. Por acaso, sua função é (...) entregar a estrutura do Estado Provincial aos marxistas. Agora se faz de otário. O covarde tem medo do trovão (...).<sup>138</sup>

Bidegain renunciou o governo provincial logo após o atentado em Azul, recebendo acusações do próprio Perón de ter sido conivente com a operação armada do ERP. Na edição nº 12 (01/02/1974), *El Caudillo* comemorava a saída do governador:

E, finalmente, se foi Bidegain. Bom, “se foi” é uma maneira de dizer, porque Perón o expulsou praticamente a ponta pés do cargo onde o colocara Cámpora. Nestas páginas dizemos tchau a Bidegain e a sua corja de canhotos (...).<sup>139</sup>

A revista *El Caudillo* também se alinhou à política persecutória do governo peronista contra as universidades públicas. Em agosto de 1974, a presidenta Isabel Perón deu posse ao novo ministro da Educação, Oscar Ivanissevich, um homem que acusava as universidades e escolas de funcionarem como ambiente de “lavagem cerebral” e agitação promovida pelas esquerdas<sup>140</sup>. Nesse contexto, *El Caudillo* se pronunciou com acusações de que a universidade formava guerrilheiros e doutrinava ideologicamente seus alunos. Em matéria publicada na edição nº 38 (09/08/1974), a revista dizia:

(...) na universidade é onde se preparam as inteligências que logo manejarão as

<sup>138</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. El terror marxista en Azul. Buenos Aires, n. 11, 25 jan. 1974, p. 4, tradução nossa.

<sup>139</sup> \_\_\_\_\_ El día que quisieron voltear a Peron. Buenos Aires, n. 12, 01 fev. 1974, p. 4 e 5, tradução nossa.

<sup>140</sup> Em sua gestão, Ivanissevich nomeou para as universidades reitores ligados à direita peronista, a exemplo da Universidade de Buenos Aires, a qual eu menciono no subtópico 1.1.1 deste capítulo. Para uma análise da gestão autoritário-repressiva de Ivanissevich no Ministério da Educação, ver: BESOKY, Juan Luis. La gestión del ministro Ivanissevich y la derecha peronista: los 100 días de Ottalagano. **Folia Historica del Nordeste**, Chaco, n. 29, pp. 145-174, mai./ago. 2017.

metralhadoras. Porque, não nos enganemos, dali saem os guerrilheiros que, à esquerda, servem ao imperialismo (...). A universidade, e isto tem que ser entendido, não é uma máquina polivalente de emissão de diplomas. Pelo menos, é isso o que ela não deve ser. Se a seriedade e a investigação dão lugar à irresponsabilidade e ao ativismo, sucede o que atualmente podemos ver momento a momento. O que acontecerá em breve quando saírem da Universidade de Buenos Aires centenas de milhares de profissionais que não arranjarão trabalho porque a oferta superará a demanda? Não é difícil supor, sobretudo se levarmos em conta a conveniente doutrinação a qual são submetidos durante vários anos. E a esses profissionais restarão dois caminhos: um é radicalizar-se e tomar as armas contra uma sociedade que eles julgam ser a culpada pelos seus males; e o outro é ir para o exterior. Qualquer desses dois caminhos é se colocar contra o país.<sup>141</sup>

**Imagem 4.** Fragmento de texto crítico à universidade, publicado no nº 44 de *El Caudillo* (20/09/1974)



**Fonte:** Ruinas Digitales

Não menos importante era o apoio que *El Caudillo* dava à Operação Independência de 1975<sup>142</sup>. Quando o Exército ocupou a província de Tucumán, em fevereiro daquele ano, a revista noticiou a campanha militar antissubversiva e afirmou que “a presença militar devolveu a confiança à população, que agora se anima em propiciar às forças repressivas toda a informação possível”<sup>143</sup>. A visão positiva e apoiadora de *El Caudillo* sobre a Operação Independência se expressou em matéria publicada na edição nº 63 (19/02/1975), onde se veiculava a fotografia de soldados do Exército em ação com a seguinte legenda: “Os soldados argentinos mais uma vez devem oferecer seu sacrifício para defender o país do invasor estrangeiro. A guerra de Tucumán é difícil porque o inimigo utiliza meios diversos”<sup>144</sup>.

Todo esse quadro de exemplos, descrito no presente tópico, mostra que a revista *El Caudillo* não apenas socializou as representações e práticas da cultura política da direita peronista, como também mobilizou esses mesmos elementos para se alinhar ao processo repressivo contra os setores insurgentes e contestatórios na Argentina de 1973-1976. O próximo capítulo aprofunda a análise sobre essa questão.

<sup>141</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La universidad contra el país. Buenos Aires, n. 38, 9 ago. 1974, p. 8, tradução nossa.

<sup>142</sup> Ver subtópico 1.1.1 do presente capítulo.

<sup>143</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Lo que ocurre en Tucuman. Buenos Aires, n. 63, 19 fev. 1975, p. 5, tradução nossa.

<sup>144</sup> Idem.

## 2 “COM PERÓN ATÉ A MORTE!”: REVISTA *EL CAUDILLO DE LA TERCERA POSICIÓN* E A CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA

“Estamos com ele até a morte e até a morte pelejamos pela fidelidade doutrinária da revolução.”

(*Felipe Romeo*)

### 2.1. Visões de Perón e do peronismo

O processo repressivo do triênio peronista que impôs a derrota às organizações revolucionárias não esteve dissociado do que Chartier chamou de “lutas de representações”. Para Chartier, as representações estão

(...) sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio.<sup>1</sup>

Na revista *El Caudillo*, observamos como a direita peronista tentou impor seus valores políticos ao construir uma leitura sobre o peronismo que o diferenciava do marxismo e do projeto revolucionário da Tendência, ao mesmo tempo em que considerou tal leitura como a única narrativa válida e “ortodoxa”, como a própria revista dizia. A revista também construiu uma imagem de Perón que encaixava a ambos na mencionada leitura sobre o peronismo.

*Peronismo e seu devir revolucionário*. É comum, e não sem razão, atribuir a revolução como proposta, ideia e prática das esquerdas latino-americanas, particularmente nas décadas de 1960 e 1970 nas quais a América Latina é sacudida pelos impactos da Revolução Cubana. Assim, as direitas na região são colocadas em um campo no qual a revolução social não faria parte da linguagem, do projeto e das ações de tais facções políticas, tornando pelo contrário uma proposta a ser combatida. Nesse sentido, não é incomum se atribuir às direitas latino-americanas os termos “contra revolução” e “contra revolucionário”, entendendo que o conservadorismo dessas direitas estaria em oposição à ideia de que a sociedade deveria passar por mudanças ou rupturas radicais em sua forma econômica e suas estruturas de poder. Esse

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, p. 17.



paradigma de entendimento perde algo de sua força explicativa quando adentramos o universo das culturas políticas socializadas pelos atores de direita na América Latina. A ideia de revolução não apenas assumiu centralidade no enunciado das direitas latino-americanas, especialmente em suas versões extremas, como também será apropriada pelos programas e as ações desses atores.

Eric Hobsbawm<sup>2</sup> mostrava como o período da Guerra Fria (1945-1990) experimentou mudanças revolucionárias em várias direções e sentidos: testemunhou revoluções políticas que fraturaram o sistema-mundo organizado pela dominação colonial do Norte; assistiu a revoluções sociais marcadas pelo êxodo rural e a urbanização sem precedentes, como também pela impressionante expansão das universidades; e tornou-se palco de uma revolução cultural, impulsionada, sobretudo, pela juventude, que assinalou a chegada de valores e modos de comportamentos distintos e questionadores da tradição burguesa patriarcal. O início da financeirização do capital também demarcava o rompimento com o modelo produtivo pautado pela indústria. Nas palavras de Hobsbawm, “A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade”<sup>3</sup>. É nesse cenário mundial de intensas transformações e rupturas que a revolução será absorvida e reinterpretada por diferentes vocabulários políticos.

Na América Latina das décadas de 1960 e 1970, a revolução é prestigiada pelas esquerdas particularmente sob a égide de dois acontecimentos: a chegada dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* ao poder em Cuba (1959) e a vitória eleitoral da Unidade Popular no Chile (1970). De acordo com Ricardo Mendes<sup>4</sup>, esses acontecimentos deram às esquerdas latino-americanas duas fórmulas de leitura da revolução: a “Revolução de Fidel”, caracterizada pelo recurso da violência política, e a “Revolução de Allende”, balizada pela via pacífica e institucional. Para Mendes, a ideia de revolução também é incorporada pelas direitas latino-americanas do período que apoiaram os golpes civil-militares no Cone Sul; a revolução será observada por esses atores por uma ótica positiva e, de um modo específico, seu significado no campo das direitas estará vinculado em certa medida com os sentidos de refundação e ruptura, provenientes da ideia de revolução partilhada entre as esquerdas.

Mendes analisa algumas experiências de direita na América do Sul, ao longo do século XX, para entender os modos como a ideia de revolução apareceu na linguagem desses atores.

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. *Revolução social. Revolução Cultural. Era dos extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 282-336.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_ *Revolução social. Era dos extremos*, p. 283.

<sup>4</sup> MENDES, Ricardo. Direitas revolucionárias no Cone Sul. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, pp. 365-389, 2021, p. 369.

O autor observa dois períodos históricos específicos nos quais a ação das direitas ganhou força, ou seja, um primeiro momento ao longo dos anos 1930 e meados dos anos 1940 e um segundo momento circunscrito nas décadas de 1960 e 1970. Mendes afirma que esses dois ciclos conservadores “foram momentos em que a ideia de revolução de caráter socialista assombrou profundamente esse segmento político. (...) em ambos os momentos também se amplia o emprego do termo revolução por parte das direitas”<sup>5</sup>.

Conforme observa Mendes<sup>6</sup>, na década de 1930 movimentos de extrema direita no Cone Sul apelaram à ideia de revolução para compor sua cartilha ideológica: o Movimento Nacional Socialista (MNS) no Chile, de inspiração nazifascista, considerava-se uma força revolucionária no que se refere à aspiração de uma nova ordem nacional e, ao mesmo tempo, defensiva (ou “contra revolucionária”, para utilizar um termo corrente) no sentido de fazer frente à ideia marxista de revolução enunciada pela esquerda. Na Argentina, a Aliança da Juventude Nacionalista (AJN), que se aproximou do peronismo nos anos 1940, assume a revolução como retórica para concorrer com as esquerdas na disputa pelo movimento operário, mas também insere de certa forma a revolução em sua utopia de um novo mundo. O integralismo brasileiro, por sua vez, será a renovação material e espiritual da sociedade, uma ruptura do século XX com o século XIX ou uma revolução totalitária cujo sentido não é compreensível aos liberais e aos socialistas.

As décadas de 1960 e 1970 também marcariam a ideia de revolução nas linguagens de direita. Mendes<sup>7</sup> trabalha os casos dos golpes de Estado desfechados pelas Forças Armadas no Brasil (1964), na Argentina (1966) e no Chile (1973), que derrubaram governos democráticos nesses países. No Brasil, o golpe civil-militar contra João Goulart, em março de 1964, receberá, por parte de seus autores, a denominação de “Revolução de Março de 1964” e já nas primeiras iniciativas para institucionalizar a ditadura aparecerá um sentido revolucionário do golpe: o Ato Institucional nº 1 (09/04/1964) declarará que o golpe é uma “autêntica revolução” e o governo militar criará órgãos como o Conselho Superior da Revolução e a Junta Militar Revolucionária. O autor assinala que a apropriação do enunciado revolucionário pelo grupo que golpeou a democracia brasileira tinha a ver com um artifício retórico, isto é, de mostrar que o movimento civil-militar em 1964, a semelhança de uma revolução, decorreu de um clamor popular para a ruptura da ordem vigente, ao mesmo tempo em que marcava o

---

<sup>5</sup> MENDES, Ricardo. Direitas revolucionárias no Cone Sul. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, pp. 365-389, 2021, p. 377.

<sup>6</sup> Idem, p. 378.

<sup>7</sup> Idem, p. 379-384.

golpe como um novo começo e uma libertação do país. De forma análoga na Argentina, o bloco civil-militar que derrubou o governo constitucional de Arturo Illia, em junho de 1966, denominará seu movimento de “Revolução Argentina”, tendo em vista a utopia de salvar a nação e colocá-la no caminho de sua grandeza, como pronunciava o novo governo militar. Dez anos depois, em março de 1976, o golpe contra Isabel Perón, embora deixasse de mencionar explicitamente a revolução em sua retórica, não deixou de incluí-la em sua utopia, já que o novo comando militar no Governo concebeu o golpe como momento de ruptura, ou de encerramento definitivo de um ciclo histórico e abertura de uma nova época. No Chile, ao derrubar o governo constitucional de Allende, em setembro de 1973, os militares não atribuíram ao golpe o termo revolução, mas o vivenciaram como momento de ruptura com o passado e refundação da ordem social.

Do ponto de vista historiográfico, não me cabe e nem é decisivo julgar se os processos mencionados, assim como seus protagonistas, se adéquam ao que comumente entendemos por revolução. É de interesse, primeiro, o fato de que a ideia de revolução foi amplamente apropriada e interpretada em diferentes chaves de leitura, em momentos históricos nos quais a mudança radical da sociedade era uma aspiração concreta e, em certa medida, realizável. No caso em que a ideia de revolução se manifesta nas expressões de extrema direita, importa notar o seu conteúdo de “refundação”, “renovação”, “ruptura”, de uma utopia de sociedade que apontava para um novo futuro, ou mesmo as ações radicalizadas de grupos extremistas que recorreram à violência para estabelecer uma nova ordem. Nesse sentido, vale mencionar o que afirma Mendes:

(...) entendo que a utilização do termo revolução, ou mesmo de outra palavra que considero aqui como equivalente – “refundação” –, por parte das direitas, apresenta indícios tanto de uma disputa pela apropriação de um termo quanto elemento indicativo da existência de um projeto de sociedade. (...) O uso da violência como elemento chave para o rompimento com o passado (imediato ou não), a ideia de utilizá-la como instrumento para a inauguração do novo, distinto do observável até então e com a presença de uma perspectiva positiva acerca da revolução, são algumas das questões colocadas pelas direitas que se apresentavam revolucionárias. Por fim, deve ser considerado que não cabe ao pesquisador estabelecer o uso correto ou apropriado do termo, mas tão somente identificar as formas, os usos, e a semântica empregadas.<sup>8</sup>

É com base nessa perspectiva que analisarei a revista *El Caudillo* e sua concepção do peronismo como projeto revolucionário.

---

<sup>8</sup> MENDES, Ricardo. Direitas revolucionárias no Cone Sul. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, pp. 365-389, 2021, p. 377.

Em primeiro lugar, é necessário compreender que *El Caudillo* se inscrevia em um tempo no qual a revolução, conforme exposto no início deste tópico, estava presente na realidade material por meio dos grandes processos de transformação e ruptura que marcaram o quadro global da Guerra Fria. A geração de *El Caudillo* olhava para o mundo e via guerrilhas tomando o poder, movimentos de resistência anticolonial desfazendo a dominação europeia, os comportamentos e valores culturais em mudança acelerada e o capitalismo assumindo novas configurações na acumulação de riqueza. Ao mesmo tempo, o coletivo produtor da revista, ou seja, as militâncias à direita do peronismo, estava diante de uma esquerda, autodenominada de Tendência Revolucionária, que rapidamente conquistou espaço no movimento, absorvendo grande parte da juventude radicalizada; que formou a maior organização guerrilheira da América Latina, os Montoneros, com capacidade de articular luta armada e ação de base, penetrando assim o movimento operário e estudantil; e que enxergava o peronismo a partir de uma ótica marxista, concebendo-o como o caminho para a construção do socialismo na Argentina. Nesse enquadre, a revista *El Caudillo* formulará e disputará a sua ideia de revolução.

Logo na primeira edição (16/11/1973), o diretor de *El Caudillo*, Felipe Romeo<sup>9</sup>, escrevia no editorial utilizando explicitamente o termo “revolução”: “estamos com ele [Perón] ATÉ A MORTE e ATÉ A MORTE lutaremos pela fidelidade doutrinária da **revolução**”<sup>10</sup> (grifo meu). Romeo escrevia sob a depuração ideológica<sup>11</sup> no peronismo, impulsionada em outubro de 1973, que estabelecia uma campanha de reafirmação doutrinária para definir as diferenças entre o marxismo e a doutrina política peronista, o justicialismo. O uso da expressão “fidelidade doutrinária” provavelmente caminhava no sentido proposto pela depuração ideológica. Portanto, é fácil observar que “revolução” – sobretudo porque está conjugada com o termo “fidelidade doutrinária” – se atribui ao peronismo e sua doutrina justicialista. No mesmo editorial, é possível auferir certa disputa de *El Caudillo* com a esquerda pelo significado de revolução, no momento em que a revista faz uma densa crítica à Tendência Revolucionária e ao pensamento de Karl Marx. Escreve Romeo:

Antes gritavam pátria socialista, como lema oposto a pátria peronista. Hoje se calam. O socialismo dogmático que pretendiam vender ao povo apodrece em suas gargantas. Eles ultrapassaram as indiscutíveis palavras de Perón e estouraram as 20 VERDADES que não conheciam, por falta de doutrina e militância. Perón teve que

<sup>9</sup> Sobre Romeo, ver tópico 3.4 do capítulo 3.

<sup>10</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acaba, el que manda es Peron. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

<sup>11</sup> Sobre a depuração ideológica no movimento peronista, voltar ao tópico 1.1 do capítulo 1.

dizer a eles que o dogma já existia para que deixassem de enganchar as mentiras que aprenderam lendo o capitalista Marx e o delirante Hegel.<sup>12</sup>

Notem que Romeo, curiosamente, chama Marx de “capitalista”. Essa associação não me parece ser literal, e sim uma estratégia conotativa e proposital para esvaziar o conceito de revolução proveniente do pensamento marxista, o qual a Tendência Revolucionária aderira. Vincular Marx ao capitalismo sugere que a revista *El Caudillo*, longe de desconhecer o teor antisistêmico de obras como *O manifesto comunista* (1848) e *O capital* (1867), pretendia provocar as esquerdas e, em seguida, afirmar que a ideia de revolução pautada pelo marxismo não era legítima e verdadeira frente à revolução proposta pelas “indiscutíveis palavras de Perón”. Postura semelhante aparece no editorial da edição nº 07 (29/12/1973):

O marxismo, essa teoria obsoleta de frívolos universitários de mochila, não circula mais. O tempo a superou. Os delírios do velho Karl não se cumpriram. Suas predições foram superadas pela ciência, que antes era a religião dos bolches. A luz da história, Karl Marx é uma criança ignorante perto de Perón. Seus seguidores, que perderam todas as batalhas, exceto aquela financiada pelo banco capitalista Loeb na Rússia, não tem mais espaço para se moverem. O povo volta contra eles suas espadas e o tempo os envelhece tanto que as suas barbas até cresceram.<sup>13</sup>

São notórias as expressões de desqualificação do pensamento marxista, de seu teórico e seus aderentes. Como poderia ser revolucionárias uma tese que não se confirmou, lutas políticas derrotadas e ideias provenientes de um delírio? A postura de Romeo em relação a Marx e a tradição política e militante que se desenvolve a partir de seu pensamento, indica que o conceito de revolução da revista *El Caudillo* e a direita peronista teve como ponto de partida a deslegitimação do mesmo termo no sentido que era enunciada pela esquerda.

Voltando ao editorial da edição nº 01, Romeo nos fornece outra pista sobre a visão que *El Caudillo* construiu do peronismo como movimento revolucionário. O diretor da revista dizia: “Como não existe imprensa peronista e todos os meios conspiram para a destruição, se unem com o negativismo e negam o triunfo do povo, por isso EL CAUDILLO sai para atingir a RECONSTRUÇÃO definitiva”<sup>14</sup>. O termo “reconstrução” parece indicar o processo de alcançar uma nova ordem, melhor, mais sólida e perene do que a ordem vigente, em um futuro próximo. Denota o erguimento de uma nova formação social pelo “triunfo do povo”, no lugar de uma velha ordem pautada pela injustiça social e a dominação das oligarquias.

<sup>12</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acabo, el que manda es Peron. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_ Con Peron o contra el país. Buenos Aires, n. 7, 29 dez. 1973, p. 2 e 3, tradução nossa.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_ La Tendencia se acabo, el que manda es Perón, p. 3, tradução nossa.

No editorial da edição nº 02 (23/11/1973), Romeo volta a utilizar o termo revolução. Após reproduzir, como epígrafe do texto, uma frase de Perón que denotava força e disposição para a luta política, Romeo escreve:

Poucas frases poderiam resumir melhor a atitude coerente de nosso caudilho ao longo de sua vida política e privada, chefe indiscutível e primeiro soldado da nossa revolução, a única que nos pode arrancar do atoleiro em que nos encontramos após 18 anos de desgoverno gorila, A REVOLUÇÃO JUSTICIALISTA.<sup>15</sup>

Os “18 anos de desgoverno gorila” é uma referência de Romeo ao período da história argentina compreendida entre 1955 e de 1972, em que o peronismo esteve proscrito, sua militância perseguida e Perón exilado na Espanha. Esse período também foi marcado por instabilidade política e econômica na Argentina, visível nas constantes intervenções das Forças Armadas no poder, na fragilidade de governos constitucionais e na implantação de agendas que promoviam a abertura ao capital estrangeiro e a liberalização da economia, com suas repercussões na perda de direitos trabalhistas conquistados nos primeiros governos de Perón (1946-1955). Para Romeo, os dramas desse período histórico seriam superados pelo grupo que chegara ao poder em maio de 1973, ou seja, os peronistas. Assim, o peronismo não era apenas a força política que implementaria agenda de corte desenvolvimentista, como também colocaria em marcha uma revolução, entendida nos termos de ruptura com aquele passado de “governos gorilas” de 1955 a 1972.

Na edição seguinte (nº 8, 04/01/1974), o diretor de *El Caudillo* convocava mais uma vez o termo revolução para compor um editorial crítico aos meios de comunicação:

A verdadeira revolução não é aquela que se faz em acordo com os grandes e barrigudos meios de difusão: *La Prensa*, *La Nación*, *La Opinión*, *Crónica*, *El Mundo*, *Radio Colonia*, *El Buenos Aires Herald* ou *Le Monde*... As revoluções se fazem apesar do que dizem esses infames vendedores de mentiras e também se fazem contra eles porque, acima de tudo, a revolução se faz com a verdade.<sup>16</sup>

Uma das marcas de *El Caudillo* era a crítica à chamada grande imprensa, ou seja, as empresas de comunicação midiática de ampla circulação e capilaridade nacional. Essas empresas eram vistas como mantenedoras do *status quo*, inimigas do peronismo e partes da conspiração sinárquica para submeter a Argentina aos domínios soviético e norte-americano. Na visão de *El Caudillo*, a luta contra esses oligopólios midiáticos era parte da autêntica revo-

<sup>15</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Con Peron o contra el pais. Buenos Aires, n. 7, 28 dez. 1973, p. 2 e 3, tradução nossa.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_ La prensa y la guerrilla: que tortilla!. Buenos Aires, n. 8, 04 jan. 1974, p. 3, tradução nossa.

lução encaminhada pelo peronismo.

A ideia de revolução em *El Caudillo* estava localizada no ponto em que o peronismo, liderado por Perón, lutaria contra todos os poderes, agentes e ideologias que representavam a ordem vigente, inaugurando uma nova ordem pautada pela justiça social. No cerne desta ideia repousava uma concepção escatológica e providencial de que o peronismo estava divinamente designado para transformar a sociedade argentina. Isso se percebe nas palavras de Enrique Gerez, diretor interino de *El Caudillo* em meados de 1974, que assim escrevia no editorial da edição nº 26 (10/05/1974):

Esta é a última oportunidade que a nossa Pátria tem de chegar ao destino que a Providência lhe atribuiu porque nós temos o General [Perón] no comando do processo. Então, defendamos o governo para garantir o resultado da estratégia de Perón. Combater a oligarquia, o neoperonismo, o marxismo e o extremismo gorila é o mandato do General. Somente assim nós chegaremos junto ao General para abraçar a Revolução Justicialista pela qual tanto sonhara Evita e pela qual tantos companheiros deram a vida nesses 18 anos de luta.<sup>17</sup>

Revoluções e revolucionários normalmente são lembrados, ou reverenciados e mitificados, pela sua história de luta árdua, sangrenta, como também pela bravura e entrega à causa. Mártires e heróis políticos saem de revoluções. É notório o uso desse mesmo artifício por *El Caudillo* quando salienta o fato de que muitos militantes peronistas morreram, durante os anos da proscricção do movimento (1955-1972), em nome dos ideais do justicialismo. Assim, o peronismo ganhava na revista um contorno revolucionário ainda maior, já que se tratava de um movimento detentor de um histórico combativo e que chegara ao poder em 1973 pela força das lutas heróicas de sua militância.

Também na edição nº 26, a seção *Una semana en política* evidenciava de forma mais contundente a visão de *El Caudillo* sobre o peronismo como força revolucionária e sobre Perón como o líder da “revolução justicialista”. A edição foi publicada em 10 de maio de 1974, uma semana após a famosa expulsão dos Montoneros da Praça de Maio pelo próprio Perón<sup>18</sup>. Ao se referir a esse acontecimento, a seção o qualificava como “o primeiro dia da revolução”, “a data definitiva da certidão de nascimento do Estado Nacional Justicialista”. Mais do que o gozo pelo acontecimento em si, que impunha derrota à esquerda peronista, im-

<sup>17</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Hay que destrozar a la oposicion. Buenos Aires, n. 26, 10 mai. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>18</sup> Esse fato ocorreu em 1º de maio de 1974, na ocasião das comemorações políticas do Dia do Trabalho. Milhares de pessoas se reuniam na Praça de Maio, em Buenos Aires, para ouvir o pronunciamento de Perón. O então presidente da Argentina, falando em público, expulsou os Montoneros do local, chamando-lhes de mercenários e traidores.

porta notar alguns elementos no discurso da seção que apontam para a ideia de revolução presente no enunciado de *El Caudillo*. Em primeiro lugar está a imagem de Perón como um estrategista revolucionário:

O Presidente da Nação vem desenvolvendo, há muitos anos, uma estratégia revolucionária, cuidadosamente planejada, concebida por etapas combinadas e simultâneas que buscam, ao mesmo tempo, a tomada do poder e a progressiva destruição do inimigo.<sup>19</sup>

Nesse trecho se tem também outro elemento, ou seja, o caráter processual da revolução justicialista, ideia que será desenvolvida nos parágrafos seguintes ao trecho:

Por isso, em Perón e sua conduta, tudo se dá progressivamente. (...) Os apressados (de boa ou má fé) preferem um Perón no governo mudando as coisas de um dia para o outro, de forma veemente ou desorganizada, a um Perón que colhe reações negativas e produza mudanças aos poucos. Eles não entendem um Condutor que vai impondo à realidade suas modificações transcendentais e definitivas e, por isso, paulatinas. Os apressados não o entendem porque não são peronistas.<sup>20</sup>

A essa característica progressiva ou processual da revolução justicialista, a seção atribuiu o termo “teoria do poder paulatino”. Isso indica uma ideia de revolução por dentro das instituições ou, para ser mais apropriado, no marco institucional, valendo-se de articulações políticas, mecanismos de pressão e estratégias reformistas, possíveis no interior do Estado. Essa concepção da revista estava em acordo com a política de institucionalização do peronismo<sup>21</sup>, proposta por Perón, ao mesmo tempo em que marcava uma diferença com a ideia de revolução presente na cartilha da esquerda peronista, isto é, uma revolução pautada pela luta armada, a ruptura brusca com a ordem vigente e em termos marxistas.

A seção também apresentava o objetivo final da revolução justicialista:

Qual é a revolução que Perón quer? Ele mesmo afirmou, resumidamente, em duas palavras: a **comunidade organizada**. Este é um conceito revolucionário de poder que implica a possibilidade de mobilizar todas as energias de um país em um único sentido proveitoso e sem falsas dissidências ou debates artificiais alheios aos verdadeiros objetivos do patriotismo autêntico.<sup>22</sup>

A “comunidade organizada”<sup>23</sup> era um dos principais fundamentos da doutrina justicialista-

<sup>19</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Claves para entender el 1º de Mayo. Buenos Aires, n. 26, 10 mai. 1974, p. 4, tradução nossa.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Sobre a institucionalização do peronismo, ver tópico 1.1 do capítulo 1.

<sup>22</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Claves para entender el 1º de Mayo, p. 4, tradução nossa.

<sup>23</sup> Ver Introdução e subtópico 1.2.1 do capítulo 1.



lista, reivindicada pela direita peronista, e correspondia a uma imagem ideal de sociedade em que imperavam a harmonia entre as classes, a justiça social e o funcionamento colaborativo e ordenado das instituições públicas e sindicais sob a égide de um Estado corporativo. Esse princípio doutrinário era contraproducente à leitura marxista da luta de classes e ao ideal de uma sociedade socialista sem divisões de classe. Portanto, *El Caudillo* diferenciava mais uma vez o conteúdo da revolução justicialista com o conteúdo da revolução socialista, mostrando que o projeto do peronismo, ao contrário do que imaginava a Tendência Revolucionária, não previa a construção de uma ordem em termos marxistas e sim de uma sociedade hierárquica, corporativista, mas justa e colaborativa em que todos os atores e as instituições trabalham em perfeita harmonia.

*El Caudillo* também incorporava em sua ideia de revolução outros elementos que se diferenciavam da tese marxista sobre a revolução, na tentativa de separar a revolução justicialista e a revolução socialista. Entre esses elementos, destacam-se os protagonistas da revolução justicialista: o “povo peronista” e as Forças Armadas. No editorial da edição nº 3 (30/11/1973), o diretor de *El Caudillo* escrevia: “o exército tem que decidir seu papel. Acreditamos na união do povo com as forças armadas. (...) Cada um já tem seu posto de luta. Quem está atrás ou na trincheira da frente, perde. Só o POVO ganha”<sup>24</sup>. O conceito abstrato de “povo” excluía a noção de uma “classe trabalhadora” enquanto segmento autonomizado e em luta contra a “burguesia”. Em *El Caudillo*, o povo era uma massa composta por diferentes segmentos e atores sociais, incluindo trabalhadores, sindicatos e empresários. Isso minava a noção socialista da revolução como processo encabeçado pela classe que produz para derrubar a classe que explora e lucra. Em *El Caudillo*, o que estava implícito não era uma luta entre esses dois segmentos sociais descritos por Marx (a classe trabalhadora e a burguesia), e sim uma conjunção de segmentos sociais que, identificados como peronistas, colaborariam para construir a “comunidade organizada”. A referência aos militares como protagonistas da revolução justicialista também é um elemento diferenciador da ideia de revolução propagada por *El Caudillo* e a ideia marxista reivindicada pelas organizações de esquerda armada. Na revista, o Exército não era compreendido como o aparato repressivo do Estado burguês, e sim como mais uma das instituições que colaboraria na construção da “comunidade organizada”: “(...) as forças armadas (...) são meramente o instrumento lutador dessa grande totalidade que constitui a Nação em armas”<sup>25</sup>, dizia *El Caudillo* na edição nº 70 (30/10/1975).

<sup>24</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Peron habla claro: el que se equivoca porque quiere. Buenos Aires, n. 3, 30 nov. 1973, p. 3, tradução nossa.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_ De actualidad: la defensa nacional. Buenos Aires, n. 70, 30 out. 1975, p. 16, tradução nossa.

## 2.2. Imaginário político

Uma das marcas principais da revista *El Caudillo* era sua narrativa conspiratória da realidade. As leituras que a revista de Felipe Romeo elaborava da conjuntura política e da forma como o mundo da Guerra estava configurado, passavam pela grade de interpretação de um imaginário político que enxergava a existência de imenso complô orquestrado pelos Estados Unidos e pela União Soviética com o objetivo de dominar os países, sobretudo, do Sul global. Essas duas superpotências, segundo a revista, operavam incansavelmente na encenação de uma disputa ideológica para confundir o resto do mundo, ou mesmo nas constantes intervenções que realizavam direta e indiretamente em outros territórios nacionais. Suas respectivas ideologias, que organizavam seus sistemas econômicos, isto é, o liberalismo/capitalismo e o marxismo/socialismo, eram ferramentas dessa conspiração imperialista e desagregadora do sistema-mundo. A força de tal conspiração estava na manutenção de uma extensa rede composta por diversos atores e instituições: os movimentos de direita e de esquerda, as oligarquias subordinadas aos interesses estrangeiros, os judeus, os bancos, a imprensa... Qualquer agente que não fosse um “verdadeiro peronista” poderia se incluir nessa rede de conspiração mundial a que *El Caudillo* chamava de Sinarquia. É pela ótica de que o mundo opera sob essa “conspiração sinárquica” que a revista de Romeo produz suas leituras dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais.

As militâncias que partilhavam a cultura política da direita peronista tiveram sua trajetória histórica marcada por um imaginário conspirativo. Besoky<sup>26</sup> mostra que a crença em uma conspiração judaico-marxista já estava presente no imaginário dos primeiros grupos do nacionalismo conservador que se aproximaram do peronismo nos anos 1940 e 1950. Vale lembrar que essa simbiose entre peronismo e nacionalismo conservador está na raiz da cultura política da direita peronista<sup>27</sup>. Todavia, será na década de 1960 que a imagem da Sinarquia ganhará forma conceitual e força política entre os militantes à direita do peronismo. O mentor intelectual dessa narrativa mitológica era o professor Carlos Disandro, que cuidou de sistematizar na forma de uma teoria a crença em poderes ocultos que regiam o destino histórico da humanidade.

Disandro formou-se na Universidade Nacional de La Plata e desenvolveu carreira do-

---

<sup>26</sup> BESOKY, Juan Luis. Cultura política nacionalista y peronismo. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones** (1943-1976). 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 86-92.

<sup>27</sup> Voltar ao tópico 1.2.1 do capítulo anterior.

cente no ensino superior, lecionando línguas clássicas em sua universidade de origem<sup>28</sup>. Fora da academia, organizou algumas associações de estudos independentes que congregavam nacionalistas católicos. Disandro se inspirava no catolicismo ultramontano<sup>29</sup> e isso influenciou sua oposição ao papado de João XXIII, pontífice reconhecido por suas visões progressistas e renovadoras da Igreja e a quem Dissandro chamava de comunista. Em meados dos anos 1960, o intelectual começa a se aproximar da direita peronista e a estabelecer contatos com Perón, que exilado em Madri lê alguns textos do professor e o convoca para um encontro na capital espanhola. Nesse mesmo período, Disandro desenvolve algumas conferências nas quais formularia o seu conceito de Sinarquia. Conforme assinala Juan Iván Ladeuix,

Sem dúvida alguma, as conferências mais importantes de Disandro foram aquelas referentes a *As estratégias do poder sinárquico*, que embora não constituíssem um conceito totalmente originário do nosso autor, foram, sem dúvida, o núcleo de todo seu pensamento político. (...) Para Disandro, a convergência sinárquica estaria demarcada por uma série de acordos entre os “pseudo-impérios”, Estados Unidos e União Soviética, que aparentando uma forte tensão, avassalariam a “essência espiritual” do restante das nações do mundo. A esse complô, Disandro incluía o catolicismo pós-conciliar e o judaísmo, através do que ele denominava de “o mito da tradição judaico-cristã”. A denúncia da sinarquia estaria presente no restante das conferências.<sup>30</sup>

Analisando o mesmo conceito no discurso intelectual de Disandro, Juan Luis Carnagui observa que

A caracterização traçada por Disandro apresenta a sinarquia como um poder velado, oculto, cujo aspecto principal é a convergência de opostos que conspiram contra aquelas manifestações que questionam sua supremacia mundial. Desse ponto, ele recorrentemente apontou (...) que a sinarquia funcionava por meio de seus agentes locais e atores estrangeiros, com o objetivo de acabar com a expressão anti-sinárquica por excelência: o peronismo.<sup>31</sup>

Em 1965, Disandro ajudou a formar a Concentração Nacionalista Universitária<sup>32</sup> (CNU), organização estudantil proveniente do nacionalismo conservador que se identificava

<sup>28</sup> Sobre a trajetória intelectual de Disandro, ver: LADEUIX, Juan Iván. El general frente a la Sinarquía. El discurso de Carlos Disandro en la formación de la Concentración Nacionalista Universitaria y su impacto en el peronismo. **XI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia**, Tucumán, p. 1-21, set. 2007.

<sup>29</sup> Movimento interno da Igreja Católica Romana de perfil conservador e reativo às mudanças sociais.

<sup>30</sup> LADEUIX, Juan Iván. El general frente a la Sinarquía, p. 8 e 9, tradução nossa.

<sup>31</sup> CARNAGUI, Juan Luis. La CNU: una cuestión sin estado?. **Nacionalistas, católicos y peronistas**. Auge, afianzamiento y reconfiguración de la Concentración Nacional Universitaria (CNU). La Plata, 1955-1974. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 37, tradução nossa.

<sup>32</sup> Sobre a CNU, voltar ao subtópico 1.2.2 do capítulo anterior.

como peronista, cuja ação militante era marcada pelo exercício da violência contra a esquerda do movimento estudantil nas universidades. A partir da experiência da CNU, a imagem da Sinarquia ganharia espaço na cultura política da direita peronista, aparecendo de forma contundente nas páginas de *El Caudillo*.

É provável que Disandro tenha colaborado com seus textos para a revista *El Caudillo*, escrevendo teorias sobre a conspiração sinárquica. Nas edições nº 31 (14/06/1974) e nº 32 (21/06/1974), *El Caudillo* produziu uma pequena série de estudos sobre a Sinarquia (ver imagem 5), na qual são apresentadas definições conceituais e os modos de operação mundial dessa figura mitológica. A hipótese de que seja textos autorais de Disandro cobra sentido no fato de que os mesmos tem uma linguagem semelhante à estrutura de um ensaio acadêmico, apresentando, inclusive, citações de outros autores e referências bibliográficas. As palavras cuidadosamente escolhidas, o objetivo de produzir conhecimento teórico sobre um objeto e o próprio perfil do discurso que parece pronto para ser publicado ou pronunciado em conferência, são alguns elementos que sugerem a origem intelectual dos textos publicados na mencionada seção. Vamos aos ensaios.

Imagem 5. *El Caudillo* nº 31 (14/06/1974) e nº 32 (21/06/1974): série de estudos sobre a Sinarquia



Fonte: Ruínas Digitales.

O primeiro ensaio, publicado na edição nº 31, dizia:

Quando o Justicialismo irrompe na Argentina, duas potências imperialistas se erguem no mundo, os EUA e a União Soviética. Através dessas duas potências e desses dois estados, irrompem no cenário político contemporâneo os poderes supraestatais ocultos ou visíveis em seitas, lojas e companhias, de ação internacional. O General [Perón] nos fala de cinco internacionais, a saber: a internacional comunista, a internacional capitalista, a maçonaria internacional, o sionismo internacional e a Igreja Católica. Essas internacionais se erguem, então, por cima dos estados e, através dos mesmos, exercem pressão sobre a vida dos povos. São potências supraestatais das quais emerge as decisões do poder. Este poder é “imperialista”, ou seja, de domínio, não de justiça e sim de exploração.<sup>33</sup>

Há, basicamente, três elementos neste trecho que caracterizavam a figura da Sinarquia. O primeiro diz respeito aos agentes que tramavam a conspiração: Estados Unidos e União Soviética, as duas superpotências armamentistas que no contexto da Guerra Fria disputavam zonas de influência geopolítica e atuavam com lógicas de intervenção direta ou indireta em outros territórios. O segundo elemento concerne à imagem de uma rede que se espalha sobre o mundo, incluindo diversos entes que funcionavam como tentáculos da trama conspirativa. Assim, era possível identificar a presença e operação da conspiração sinárquica em qualquer fenômeno de internacionalização, como a expansão ou integração mundial dos mercados, o projeto do socialismo de uma revolução mundial e as expressões político-religiosas de caráter transnacional (sionismo, maçonaria e ordens católicas, a exemplo dos jesuítas<sup>34</sup>). Associado a esse elemento, um terceiro elemento que definiria a Sinarquia é o “poder supraestatal”, ou seja, os agentes sinárquicos dispunham de um poder excessivamente maior do que o Estado-nação, tanto pela capacidade de operarem no contexto de uma rede global que ultrapassava o limite da fronteira geográfica, como também pelo imenso poderio financeiro e político que ensejava tais agentes a dominarem e explorarem os povos dos Estados nacionais.

É importante notar que esses agentes os quais o ensaio de *El Caudillo* atribui o termo de Sinarquia tem historicidade, existiram no tempo e de fato concentraram poder; e que no século XX, particularmente a partir dos anos 1970, o mundo começa a experimentar um processo de fragmentação da supremacia do Estado-nação com o aparecimento de entidades transnacionais, subvertendo dessa maneira a organização global que se estabeleceu desde o início da Modernidade na qual o Estado não concorria com nenhum outro ente de trânsito in-

<sup>33</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Para conocer el enemigo. Buenos Aires, n. 31, 14 jun. 1974, p. 16, tradução nossa.

<sup>34</sup> Essas expressões estavam em desacordo com o catolicismo ultramontano e possuíam um forte conteúdo político, o que é evidente no caso do sionismo como projeto de refundação da nacionalidade judaica, na Companhia de Jesus como trabalho missionário-educacional e na maçonaria como *locus* de valores liberais.

ternacional. Portanto, a imagem da Sinarquia não estava fora da ordem do real, no sentido de que o mito fazia referência a fatos e agentes históricos, que o seu conteúdo narrativo descrevia a dinâmica da realidade material, buscando interpretar essa realidade. Isso aponta diretamente para o conceito de mito político. Conforme assinala Raoul Girardet,

O mito político é fabulação, deformação e interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos.<sup>35</sup>

*El Caudillo* recorreu à estratégia do mito sinárquico para atribuir significado ao seu mundo de contingências complexas, balizado pelas fortes tensões geopolíticas ao redor da disputa entre EUA e URSS, como também por um processo gradual de internacionalização que desafiava a antiga hegemonia do Estado no exercício do poder sobre o território nacional. A Guerra Fria colocava abaixo o velho sistema-mundo fragmentado em Estados e girava os países para o conflito ideológico entre as duas superpotências nucleares, estas que de fato adotavam políticas externas intervencionistas ou, quanto muito, de pressão econômica e ideológica sobre suas zonas de influência. Tratava-se, portanto, de uma ordem mundial inteiramente nova, difícil de ser assimilada e, inclusive, assombrada pelo medo da guerra nuclear. Para atores ultranacionalistas e defensores de um projeto estatista, como é o caso dos produtores de *El Caudillo*, essa ordem global, desafiante ao Estado-nação e abalada pelas concorrências entre capitalismo e socialismo, impunha a esses atores colapso na compreensão do mundo, o que exigia alguma grelha de interpretação para todo esse “caos desconcertante dos fatos” do cenário da Guerra Fria.

Não me parece decisivo tentar entender o grau de deturpação da realidade que a revista *El Caudillo* promoveu com seu mito da Sinarquia. Certamente, a revista operou quebra com a realidade ao tentar interpretá-la pela ótica de uma narrativa conspiratória, por sinal, insistente e exagerada nas páginas do semanário. Tampouco me é concedido prerrogativa de alocar a mitologia de *El Caudillo* na ordem do irracional, como se não houvesse vínculos com o raciocínio ou com os acontecimentos concretos e reais. O mito é exatamente uma estratégia bem articulada e elaborada de contar sobre o real, ou de descrever como uma determinada forma de ordenação do mundo apareceu. Conforme assinala Mircea Eliade,

---

<sup>35</sup> GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

(...) o mito narra como (...) uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento. (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente.<sup>36</sup>

Ora, o que era a Sinarquia de *El Caudillo* se não a narrativa de como o mundo da Guerra Fria passou a existir e operar com aquela configuração de crises, remodelações e tensões no sistema-mundo? Em matéria da edição nº 01 (16/11/1973), *El Caudillo* elaborava uma leitura sobre os focos de tensão no Oriente Médio, atribuindo as problemáticas das guerras locais à conspiração sinárquica orquestrada pelos EUA e a URSS. A matéria dizia:

A guerra no Oriente Médio demonstra a clara intervenção do poder sinárquico no mundo. (...) Estados Unidos e Rússia não são dois países, são duas empresas industriais montadas sobre sólidas estruturas administrativas que, politicamente, tem como ideologia o capitalismo e o marxismo. Essas empresas se alimentam da exploração operários que vivem fora de suas fronteiras (...). Ambas empresas tem interesses em comum que as permitem exercer sem problemas essa pressão sobre o mundo.<sup>37</sup>

O fim da Segunda Guerra em 1945 provocou o colapso dos regimes de mandatos<sup>38</sup> no Oriente Médio, abrindo as portas para que as emergentes potências nucleares (EUA e URSS) embarcassem na tentativa de expandir suas respectivas influências econômicas na região, que atraiu os olhos do mundo pela sua riqueza petrolífera. Os norte-americanos, que lideravam a indústria mundial do petróleo, quiseram se impor como garantidores da estabilidade política, mas quando os nacionalistas árabes proclamaram repúblicas em vários locais da região, os soviéticos entraram em cena, alinhando-se aos novos governos radicais árabes. Desse modo, o Oriente Médio tornou-se o centro do palco das disputas entre EUA e URSS. Esse mesmo quadro geopolítico era interpretado por *El Caudillo* da seguinte maneira:

Os países com alto grau de desenvolvimento – como explica Perón – esgotam todos seus recursos naturais. Os recursos naturais estão fora de suas fronteiras. Por isso, hoje o petróleo ressuscita a Arábia. Com este panorama se encontra a empresa soviética e por isso faz intervenções. A empresa norte-americana, por sua vez, finalizou seu conflito armado no Vietnã. Suas fábricas de armamentos, que empregam milhões de norte-americanos, precisam continuar funcionando. A porrada de dólares que eles ganhavam tem decrescido perigosamente. Oriente Médio é objetivo chave para introduzir material de guerra. A nova inversão, por outro lado,

<sup>36</sup> ELIADE, Mircea. A estrutura dos mitos. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 9.

<sup>37</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Medio Oriente: capitalismo y marxismo, dos ideologías empresarias. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 16, tradução nossa.

<sup>38</sup> Após a queda do Império Otomano, no final da Primeira Guerra, as potências europeias passaram a dominar diretamente o Oriente Médio por meio de estatutos legais, firmados na Liga das Nações, que conferiam o controle administrativo de certa localidade a um país europeu. Esses estatutos eram chamados de Mandato das Sociedades das Nações.

pode ajudar a equilibrar sua balança e ajudar a América do Norte a negociar sua parcela de petróleo com a Rússia. Essas empresas armam os dois lados. Lançam um contra o outro em uma guerra que elas mesmas provocaram.<sup>39</sup>

Note a leitora que *El Caudillo* vislumbrava uma operação conjunta ou coordenada dos soviéticos e dos norte-americanos que, pautados por interesses imperialistas, moviam as peças do teatro de conflitos fora de suas fronteiras. O fato, porém, é que as tensões geopolíticas no Oriente Médio durante a Guerra Fria, se por um lado tiveram o toque intervencionista das potências nucleares, por outro lado fincaram raízes nas próprias circunstâncias locais, a exemplo do conflito na faixa de Gaza e da disputa entre Arábia Saudita e Irã pela hegemonia na região. Todavia, *El Caudillo* insistia em interpretar o quadro geopolítico do Oriente Médio pelo prisma de uma conspiração tramada pelos EUA e URSS. A matéria da edição nº 1 terminava dizendo:

Como funciona a coordenação dessas duas empresas monopólicas? Através de um poder supremo que ordena a ação dos imperialismos de acordo com sua própria conveniência. A sinarquia domina e canaliza todos os movimentos do mercado ao seu favor. Tendo estabelecido acordos entre as empresas mais importantes para o poder do mundo, agora se prepara para dar seu bote final. As duas ferramentas que maneja para confundir os povos do planeta (...) são as ideologias. (...) Só o povo pode optar na falsa escolha que sinarquia propõe entre capitalismo e marxismo.<sup>40</sup>

**Imagem 6.** Fragmento da matéria de *El Caudillo* sobre conflitos no Oriente Médio



**Fonte:** Ruinas Digitales

<sup>39</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Medio Oriente: capitalismo y marxismo, dos ideologías empresarias. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 16, tradução nossa.

<sup>40</sup> Idem.



Entre os mitos do imaginário político<sup>41</sup>, a conspiração tem certas particularidades. Conforme descreve Girardet<sup>42</sup>, a narrativa conspiratória se estrutura em torno dos seguintes elementos: 1) a centralidade de uma organização temível e temida, hierárquica e piramidal, no topo da qual descem as ordens e confabulações para a intriga; 2) o segredo e o pacto de silêncio entre os cúmplices, estes que são treinados para se esconder, como também para obedecerem passivamente às ordens do topo; 3) a vontade que a organização tem de firmar o seu poder em nível mundial, unificando o globo sob a sua única e total autoridade; 4) o uso de estratégias de manipulação e controle, como se apoderar dos meios de comunicação, do aparelho administrado do Estado, do sistema educacional ou influenciar os costumes, para estabelecer domínio sobre todo o conjunto social; 5) a atuação sombria da organização em espaços subterrâneos, na calada da noite e na clandestinidade; e 6) a subversão dos valores morais, das tradições sociais e dos costumes, sendo a criança o principal alvo.

Essa morfologia do mito conspiratório se corporificou na Sinarquia de *El Caudillo*. A edição nº 5 (14/12/1973) publicou um ensaio intitulado de “Currículo de uma tormenta chamada sinarquia”, no qual se constrói explicações sobre como se estrutura e opera a Sinarquia para estabelecer o seu domínio global. Nesse ensaio, estão visíveis alguns dos elementos do mito conspiratório expostos por Girardet. Vejamos:

*Centralidade de uma organização temível e temida, hierárquica e piramidal.* Para construir sua visão da Sinaquia, o ensaio cita alguns documentos apócrifos com o objetivo de conferir cientificidade ao seu argumento. Um desses documentos foi reproduzido pela revista, em um fragmento que dizia:

Esta estrutura piramidal implica a completa formação de cinco grandes federações imperiais (ou Sociedades condutoras das nações), já constituídas ou em vias de formação no mundo moderno:

- 1º) A Sociedade condutora das nações britânicas.
- 2º) A Sociedade condutora das nações panamericanas.
- 3º) A Sociedade condutora das nações paneurásicas da URSS.
- 4º) A Sociedade condutora das nações paneurafrianas.
- 5º) A Sociedade condutora das nações panasiáticas.

Na medida em que as nações atuais subsistam, não serão mais do que províncias no interior das sociedades condutoras, com governo próprio mas rigorosamente subordinado.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> Girardet (1987) apresenta quatro tipos de narrativa mitológica comuns ao imaginário político: a conspiração, o salvador da pátria, a idade de ouro e a unidade do corpo social. Neste tópico, concentro a análise no mito da conspiração.

<sup>42</sup> GIRARDET, Raoul. *A conspiração. Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 34 a 41.

<sup>43</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Curriculum de una atorranta llamada sinarquia. Buenos Aires, n. 5, 14 dez. 1973, p. 4, tradução nossa.

*Segredo, pacto de silêncio entre os cúmplices e atuação na clandestinidade.* No mito conspirativo, a organização que luta pela dominação do mundo deve agir de forma secreta, exigindo de seus membros o pacto de silêncio e atuando em subterrâneos e seus derivados, para que a organização conspirativa se mantenha em clandestinidade ou fora dos olhares externos. Era exatamente assim que *El Caudillo* representava a Sinarquia: um poder oculto, mantido pelo segredo, o silêncio de seus cúmplices e fora do conhecimento geral. O ensaio publicado na edição nº 5 dizia:

Vamos falar de algo que não é por ser oculto seja menos real: este é o caso da Sinarquia Internacional, a qual amparada em seu caráter de segredo, tem sua ação facilitada, na maior parte das vezes, pela negação obstinada de sua existência ou pelo desconhecimento total da mesma, pois os meios massivos de comunicação, que diga-se de passagem estão em suas mãos, não falam dela.<sup>44</sup>

*Vontade que a organização tem de firmar o seu poder em nível mundial, unificando o globo sob a sua única e total autoridade.* Esse aspecto se evidencia na própria definição de Sinarquia oferecida pelo ensaio. Vejamos:

Então, o que é a Sinarquia? Poderíamos dizer, arriscando uma definição, que é a unidade operativa de um conjunto de potências clandestinas, que em todas as ordens (política, econômica, cultural e religiosa) contribuem para a formação de um governo mundial invisível. Sinarquia é uma palavra grega que vem de “syn”, que significa “com”, dando a ideia de convergência, e “arquia”, derivado de “arjé”, cuja tradução é princípio, poder. De “arjé” vem arjonte, equivalente latino de “principis”, que significa príncipe. De modo que “arjé” é princípio de poder. Sinarquia, pois, em sentido etimológico, supõe a convergência radical de princípio de poder que governa o mundo. Ou seja, os poderes visivelmente contrapostos (syn) se coligam na sinarquia.<sup>45</sup>

Note que o autor do ensaio menciona “os poderes visivelmente contrapostos”. No contexto histórico de *El Caudillo*, e como a própria narrativa da revista diz, esses poderes opostos e, ao mesmo tempo, convergentes representam os Estados Unidos e a União Soviética, potências globais que sustentavam, respectivamente, o liberalismo e o marxismo como suportes ideológicos para suas formações econômicas (capitalismo e socialismo). Eis aí o motivo de a luta contra a Sinarquia, travada pela revista, estar direcionada a essas potências e seus sistemas ideológicos, políticos e econômicos. Qualquer movimento realizado por EUA e URSS no teatro das disputas geopolíticas da Guerra Fria, será interpretado sob a ótica de

---

<sup>44</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Curriculum de una atorranta llamada sinarquia. Buenos Aires, n. 5, 14 dez. 1973, p. 4, tradução nossa.

<sup>45</sup> Idem.

uma vontade de poder em nível mundial e de estabelecimento de um governo global para dominar as nações. Isso também aponta para a ausência de distinção entre liberalismo e marxismo que a revista propõe, já que, no imaginário de *El Caudillo*, os poderes sinárquicos, embora sejam aparentemente opostos, se convergem.

*Estratégias de manipulação e controle e subversão das tradições, para exercer o domínio sobre todo o conjunto do corpo social.* O mito da conspiração se vale de uma imagem segundo a qual a organização conspirativa, tentando subjugar toda a sociedade, se apossa dos veículos de informação e educação, como também das instituições estatais e do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que promove ruptura com as tradições. A Sinarquia de *El Caudillo* não poderia ser diferente:

#### ORDEM ECONÔMICA

Toda essa visão de mundo sinárquica move a realidade sobre a base de um poder real, concreto e efetivo como o é o poder econômico exercido pelos grupos financeiros ou bancos internacionais. (...) Vejamos, por exemplo, como (...) o Banco Kühn, Loeb & Cia. financiou a revolução russa de 1917.

#### ORDEM POLÍTICA

Em relação a esta ordem, o primeiro esboço de governo, e é nele que importantes sinarcas estão de acordo, é a transformação da Organização das Nações Unidas (ONU). (...) a denominada “Carta de Versalhes”, em que sob a aparência de defesa da paz e abolição total da guerra (coisa que pelo visto não aconteceu) se anula a soberania política das nações.

#### ORDEM RELIGIOSA-CULTURAL

A igreja universal sinárquica ou Ordem Cultural das Nações (...) é um conjunto sincretista (uma mescla) de todas as religiões, consideradas como iguais, com certa primazia atribuída à Cabala. As religiões a entrarem na igreja universal são:

- 1) Igreja Evangélica (catolicismo), com o Evangelho e suas autoridades, Episcopado, Papa, concílio.
- 2) Igreja Maçônica (judaísmo), com a Torá e sua autoridade (...).
- 3) Igreja dos Vedas e sua autoridade, a loja “Arghata”.

E, ainda: “O protestantismo de Lutero, o islamismo de Maomé e o Budismo de Cakya-Monni são os três ramos desse tronco universal”. Além disso, na ordem cultural estará determinada, principalmente, de tipo maçônica (...), uma educação democrática, aristocrática, ideocrática, hierocrática, até uma educação teocrática reservada a poucos.<sup>46</sup>

Essa imagem da Sinarquia é eloquente: uma rede de poderes opostos que se convergem para subjugar a sociedade em todos os aspectos. No aspecto financeiro, estão as grandes corporações bancárias financiando processos políticos de seu interesse; no aspecto político, as soberanias nacionais são atacadas por instituições transnacionais que determinam os rumos da política interna de um país; na ordem cultural, o diálogo ecumênico dissolverá a essência da tradição católica herdada do período colonial. Todas essas peças no tabuleiro do

<sup>46</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Curriculum de una atorranta llamada sinarquía. Buenos Aires, n. 5, 14 dez. 1973, p. 4 e 5, tradução nossa.

jogo internacional se movem na direção do governo mundial encabeçado pelos sinarcas, cujo fim não é outro que a subversão da essência espiritual e a quebra da soberania das nações.

A imprensa foi particularmente atacada por *El Caudillo*. Entendidos como cúmplices e ferramentas da conspiração sinárquica, os meios de comunicação (jornais, periódicos de esquerda e rádios) foram duramente desmoralizados, acusados de propagarem mentiras e tiveram o encerramento de suas atividades defendido por *El Caudillo*. Na edição nº 31 (14/06/1974), uma matéria denunciativa chamava o jornal *La Opinión*, periódico da grande imprensa liberal, de “cloaca do periodismo” e comemorava o fim de sua redação. A capa da edição nº 16 (01/03/1974) denunciava o jornal *El Mundo*, colocando-o como inimigo do povo.

**Imagem 7.** Fragmento da matéria sobre o *La Opinión* (*El Caudillo* nº 31, 14/06/1974) e capa da edição nº 16 (01/03/1974)



Fonte: Ruinas Digitales

Os produtores de *El Caudillo* eram objetivos ao dizer que esse mundo governado por poderes ocultos supranacionais – a Sinarquia – existia e representava perigo ao projeto de soberania nacional do peronismo. Recordemos o que o ensaio publicado na edição nº 5 dizia: “vamos falar de algo que não é por ser oculto seja menos real”. A revista parecia acreditar que, de fato, o mundo funcionava sob a orquestração maligna dos poderes sinárquicos; que as suas teorias da conspiração desenhavam o quadro da geopolítica global e da conjuntura nacional, movida pela ânsia dos sinarcas para dominar o mundo. Isso determinou toda uma lógica de ação denunciativa e combativa de *El Caudillo*, isto é, os produtores da revista se

mobilizaram intensamente para a luta política contra a Sinarquia, inspirados em suas narrativas mitológicas. A ideia de que o imaginário político tem força de mobilização social é sustentada por Girardet: “É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções”<sup>47</sup>.

O impulso dado pelo mito sinárquico para que a direita peronista se mobilizasse politicamente, é observável desde a tomada de posições de *El Caudillo* frente à Sinarquia. A revista deixava clara a sua oposição aos planos da conspiração sinárquica e assumia lugar nessa luta em nome da soberania nacional. O ensaio da edição nº 5 concluía:

Agora é a hora de darmos nosso parecer. Em relação ao plano das cinco divisões imperiais do mundo, opomos uma Argentina unida, uma América Hispânica unida, o terceiro mundo unido. Ou seja, a união dos desamparados da Terra frente os traficantes de escravos do mundo. Na ordem econômica, a Sinarquia nos submete a uma dependência econômica total. Frente a isso, hasteamos a bandeira da independência econômica, para nós e para os povos irmãos. Devemos passar a integrar o Pacto Andino. Na ordem política, a soberania não é um contra-senso como diz a Sinarquia, nem queremos governantes que sejam simples administradores dela. É por isso que a Soberania Política é a segunda das bandeiras que levantamos. Em relação a ordem cultural sincrética do Governo Mundial, opomos uma cultura nacional e popular e a religião de nossa tradição (...). Tudo isso porque queremos uma Argentina socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana.<sup>48</sup>

Essa tomada de posição na luta contra a Sinarquia marcaria a mobilização radicalizada da direita peronista contra a esquerda revolucionária. Na narrativa mitológica de *El Caudillo*, as organizações guerrilheiras não eram mais do que braços ou tentáculos da conspiração sinárquica. Um texto publicado na edição nº 14 (15/02/1974) dizia:

Que a guerrilha é uma das pinças da trança sinárquica está perfeitamente determinado, assim como também se sabe que a outra pinça da trança mencionada é a direita. Ambas empenhadas na mesma missão, tratam de asfixiar o Governo do Povo para beneficiar a Sinarquia Internacional.<sup>49</sup>

Vale aqui um parêntese. A menção à direita indica que *El Caudillo* e seu coletivo produtor não se identificavam como atores posicionados à direita do espectro político. Conforme assinala Besoky,

<sup>47</sup> GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

<sup>48</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Curriculum de una atorranta llamada sinarquía. Buenos Aires, n. 5, 14 dez. 1973, p. 5, tradução nossa.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_ Ayer: comandos civiles. Hoy: la guerrilla. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 8, tradução nossa.

Os indivíduos, organizações e publicações, que incluo dentro da direita peronista, jamais se assumiram como tais. A identificação que eles aceitavam era a de peronistas, ou inclusive de nacionalistas e católicos, já que para eles eram sinônimos. Em sua visão, a direita era outra coisa e aqueles que intentavam falar de um lugar antagônico à “esquerda peronista” simplesmente não eram peronistas. Em sua concepção, o peronismo não era nem de esquerda nem de direita.<sup>50</sup>

Regressando ao texto publicado na edição nº 14, depreende-se uma imagem da esquerda revolucionária que se compreende na visão da sinarquia como poder supranacional.

Não há dúvidas de que a guerrilha é um fenômeno mundial. (...) Os “guerrilheiros” de hoje, soldados de péssima qualidade, se encontram disseminados em toda a América Latina e em alguns países europeus. Essa gente, sejam os que lutam covardemente em nosso país ou as células que operam na América Latina, obedece a uma filosofia estrangeira e mundial, ou seja, com um nascimento completamente alheio a nossa idiosincracia e sentimento nacional. “Nossos guerrilheiros”... lutam e tratam de impor uma ideologia estrangeirizante (...). Não tem, nem casualmente, fibras de patriotas e menos, para esclarecer o panorama, tampouco tem nada de argentinos. (...) Respondem somente a uma bandeira: a vermelha; a um símbolo: uma bandeira de cinco pontas; a um hino: A Internacional. Corolário, se tem uma bandeira que não é a argentina; um símbolo que não são o Escudo e o Cocar nacional e um hino que não é nossa canção pátria (...).<sup>51</sup>

O projeto revolucionário da esquerda armada é sempre, portanto, subserviente ao princípio antinacional da conspiração sinárquica. E isso se confirma, na visão de *El Caudillo*, no fato de que as alas revolucionárias da esquerda organizavam-se em torno de entidades transnacionais, sediadas no exterior e desde as quais eram ditados os fundamentos intelectuais e os programas de luta política para as células revolucionárias de outros países. Era o caso da Internacional trotskista, sobre a qual *El Caudillo* dizia:

O Presidente Perón reiterou em várias oportunidades que a cabeça desta atividade guerrilheira se encontra na França e se oculta sob um nome “artístico”: JUAN POSADAS, que é, por sua vez, líder da QUARTA INTERNACIONAL TROTSKISTA. É ele o cérebro que dirige todos os movimentos guerrilheiros do mundo. Em nosso país, o autodenominado “Exército Revolucionário do Povo”, ERP, é a chave mestra do guerrilheirismo drogado e combatente.<sup>52</sup>

Desde Marx, a revolução socialista foi concebida como projeto em escala mundial – “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” – e, apesar da interpretação stalinista ter atribuído dimensões nacionais à revolução, esta não deixou de ser, no programa do socialismo, um fe-

<sup>50</sup> BESOKY, Juan Luis. Introducción general. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 33, tradução nossa.

<sup>51</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Ayer: comandos civiles. Hoy: la guerrilla. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 9, tradução nossa.

<sup>52</sup> Idem.

nômeno a ser espalhado pelo mundo. As internacionais comunistas surgiram com base nessa lógica, para congregar os partidos comunistas nacionais e mundializar a revolução proletária. No caso do trotskismo, dissidência marxista que emerge ao redor do pensamento intelectual de Léon Trotsky, a chamada Quarta Internacional se estabeleceu na França em 1938 para congregar as células socialistas contrárias ao modelo do totalitarismo soviético. Fora da Europa, a Argentina foi o país em que as variantes trotskistas ganharam relativa expressão política, chegando a constituir um movimento guerrilheiro – Exército Revolucionário do Povo (ERP) – que embora pequeno, ganhou projeção junto com os Montoneros no início dos anos 1970 pela sua capacidade de operação armada.

*El Caudillo* lia esse fenômeno da esquerda revolucionária sob a lente da conspiração sinárquica, entendendo que o projeto da “revolução mundial”, contraproducente ao projeto da “revolução justicialista” em escala nacional, era uma estratégia da União Soviética, em parceria com os Estados Unidos, para cumprir os planos de dominação imperialista da Sinarquia. Isso se evidencia na edição nº 1 (16/11/1973) em que a revista se refere à guerrilha como “cúmplice do equilíbrio sinárquico do mundo”:

Avanço ideológico do imperialismo soviético, [a guerrilha] intenta apoderar-se do poder político de Perón para colocá-lo em benefício do capitalismo econômico e, assim, poder manter o “status quo” de relações que equilibram a Rússia e os Estados Unidos. São os cúmplices do equilíbrio sinárquico do mundo.<sup>53</sup>

A lógica que operava nessa leitura amparava-se na reação ao poder supranacional que a Sinarquia representava. Parecia haver uma angústia em *El Caudillo*, decorrente do ultranacionalismo sustentado pelos seus produtores, aos fenômenos de internacionalização; uma angústia que, em parte, resolveria o mito sinárquico ao fornecer uma chave de leitura que não apenas simplificava o complexo fenômeno da esquerda revolucionária no mundo, mas justificava as ações de combate ou medidas repressivas contra esse fenômeno. Voltando ao texto publicado na edição nº 14 de *El Caudillo*, pode-se observar o papel de mobilização para a luta e a repressão política contra a esquerda revolucionária que o mito sinárquico exercia entre os grupos da direita peronista. O texto era categórico em dizer que

Indubitavelmente, aqui nós temos que “LIQUIDAR” este câncer que freia o processo de reconstrução e libertação nacional. Esse mal tem que ser operado, ou nós é que seremos operados. (...) Estamos em guerra ilimitada, mas atenção ao que Perón disse em sua casa no dia 7: “SEÑORES, PARA PELEJAR, SIM HÁ QUE

---

<sup>53</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Ayer: comandos civiles. Hoy: la guerrilla. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 9, tradução nossa.

PELEJAR, EU DECRETO A MOBILIZAÇÃO E ISTO SE ACABA RAPIDAMENTE. CONVOCO A TODOS PARA PELEJAR E VÃO PELEJAR ORDENADAMENTE, UNIFORMIZADOS E COM AS ARMAS DA NAÇÃO”, mas é claro... Agora o Governo tem suas armas legais para combater a guerrilha, apesar de muitos disfarçados que não votaram a reforma do Código Penal, tendo como desculpa que a dita legislação seria instrumentalizada contra o Povo.<sup>54</sup>

Esse fragmento é eloqüente ao mostrar como o mito da conspiração sinárquica mobilizou as militâncias à direita do peronismo para apoiarem a e atuarem na repressão contra os atores insurgentes e contestatórios, desencadeada pelo governo peronista a partir do final de 1973, conforme discutido no capítulo anterior. Note a menção do trecho à reforma no Código Penal, que implicaria na tipificação da atividade guerrilheira como crime, consistindo, portanto, em uma ferramenta de repressão legal/estatal sobre o campo insurgente. Para *El Caudillo*, se a esquerda revolucionária era um dos tentáculos da Sinarquia, isto é, de uma conspiração anti pátria, anti povo e imperialista, a única maneira de resolver o problema seria, nas palavras da revista, “liquidar este câncer” e “operar o mal” ou, em outras palavras, inabilitar a guerrilha mediante repressão política. Note também o conteúdo convocatório do trecho para se estar em uma “guerra ilimitada” e pelear contra esse tentáculo da Sinarquia que era a esquerda armada. Se, conforme assinalou Motta<sup>55</sup>, as representações influenciam as práticas políticas, não é difícil inferir que o imaginário conspirativo impulsionou os militantes da direita peronista a protagonizar atos de violência aberta contra expressões de ativismo de esquerda. Exemplo evidente disso eram as investidas violentas da CNU de Disandro, voz intelectual do mito sinárquico, conta o movimento estudantil na Universidade de La Plata<sup>56</sup>.

Ainda na edição nº 14, a seção *Oime!* seria um verdadeiro esbravejar de calúnias, críticas e ameaças contra um oligarca da comunicação no país<sup>57</sup>, qualificado como um membro da Sinarquia. Dizia o texto da seção: “Por isso, sinarca, convém você ir para outros países. A Argentina avança e pisa forte. E o risco de morrer esmagado não é nada agradável, não é mesmo, sinarca?”<sup>58</sup>. *El Caudillo* trabalhava na base da ameaça de morte contra seus ad-

<sup>54</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Ayer: comandos civiles. Hoy: la guerrilla. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 9, tradução nossa.

<sup>55</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 23.

<sup>56</sup> Ver subtópico 1.2.2 do capítulo 1, onde trato das atuações da direita peronista no processo repressivo de 1973-1976.

<sup>57</sup> A seção não menciona o nome da pessoa a quem ataca, mas publica uma fotografia. Não identifiquei quem era o homem, embora o texto da seção dê algumas pistas ao referir-se a ele como alguém que controlava os meios de comunicação. Ver imagem 8.

<sup>58</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Oime, sinarca!. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 10, tradução nossa.



versários políticos, e esse trecho extraído da seção *Oime!* me parece revelador de como essas ameaças, assim como as ações de violência aberta que delas se derivavam, cobram forças no mito da conspiração sinárquica.

Imagem 8. *El Caudillo* nº 14 (15/02/1974): seção *Oime!*

**¡OIME, SINARCA!**

¡Oime, sinarca, a vos te habeló! Y no mire para otro lado, porque te conozco. Aunque creías de darte una vez por tres, y aunque siempre jugaras de "hombre invisible" te juro. Porque al machete, la pólvora o la cantidad que te pongo, no consigas destruir la forma de actuar y ser lo debido. Porque sé que no te gusta que hablo de vos y la forma de actuar; porque sé que la fuerza está en las palabras de boca abierta y que y sólo dormido, porque sé que lo que me gusta es lo que sé y a la vez del día, por eso te grito todo esto.

Vos no sé si, sinarca, vos tenés experiencia de años, o quizás en algún día de años. Pero una vez te puse la cabeza con el tón y la volveré a pasar, y lo volveré a pasar. Aunque no me importa la edad, las neuronas y la organización. Pero tenés, los argentinos y los peronistas —que somos la vanguardia de nuestro Pueblo—, algo que a vos lo falta: resaca de condiciones y mandatos de hombre.

Peró no sé si vos y otros sé que la reconstrucción de nuestra Patria debe comenzar por el hombre. Y vos, sinarca, odias a Perón porque él es justo lo que vos no querés que se diga. Porque necesitás destruir la nación hasta otros cosas, para poder continuar con la obra de destrucción del hombre.

Vos, sinarca, tenés un cura que lo detalla. Claro que no lo llama así. Vos decís que usó una metodología. Pero es lo mismo. Vos empezás tratando de usar al hombre. Si no tiene una formación, él no sabe qué es ni qué quiere, vos se lo enseñás. La mala al momento que inventás para los giles. Lo formás a la fuerza. Como mandó la revista, el periodismo, el cine, la radio y la TV, no la revista difícil. Pero si el caso va tener algo dentro del mundo, agarrá por otro camino: le das la información que a vos le conviene. Por eso le avisó tanto al año pasado cuando el Gobierno del Pueblo le sacó el monopolio de las noticias que tenía para todo el interior del país, a través de las agencias noticiosas extranjeras.

Si todo eso lo hacés, sinarca, aparta el tipo que lo necesita y lo mandó a vos muerto, lo metés en un cargo donde no tenga capacidad de decisión. Le dejás, porque no le queda más remedio, al derecho al patulo, pero encerrado en una pieza acotada, como en el búnker.

Cuando no dan resultado estos recursos, pasás al segundo ataque y hacés romper al hombre. Podés usar primero el poder si te da poder, luego en lo que Cámpora se cree que es nada es un tipo importante y que se lo ha ganado "por sus propios méritos". Claro que en el fondo sabe que lo debe a vos y la respuesta. O un vez que poder, podés usar el dinero para comprarlo. Por eso, sinarca, siempre le levanta tanto carite a los grandes negocios, a las finanzas y al Ministerio de Economía. Perón, que le cala fondo, dijo que "una vez que se lo compró a un hombre, sólo hay que mejorar la oferta para hacerlo cambiar de bando". O podés usar también al sexo. La mujer, para vos, sinarca, también es una cosa y así la empleás. Esto lo sé muchas veces en los ambientes diplomáticos, entre los cursos mercaderías y, aunque parecés muy difícil de creer, un cierto anticuismo. Y todo esto, recursos malos como la salud y el alcohol. Pero también los usás, sinarca, para emplear a los soldados de los hombres que se le ponen en el camino. Un ejemplo que Perón había enseñado, en su primer gobierno, a colaborar con el País en la reforma de sus sistemas previsionales —reemplazando el seguro a las pensiones— me contó que hoy que volver, sin realizar lo previsto, porque "me habían me demandó que tenía cáncer". Claro que eso me lo contó 15 años después de haberme enterado que me casé con un tipo destructivo como el que desde hace más de 30 años le castigan a Perón, y en el que siempre están discutiendo a comer los argentinos, los Marzotas, los Lavasas y los Financeros de guerra.

Vos, sinarca, no le desentés tan fácilmente. Si no das resultado

... sino galletas, pasás a otros ataques, que consisten en atacar al hombre. Así si que se hace con todo lo que se quiere. Empezás, por ejemplo en un lugar que no le sirve; que viene demasiado grande o demasiado chico. Mandás ministro de Educación a un pobre ministro de escuela de Santiago del Estero o de Formosa; y en un par de semanas el pobre hombre se vuelve loco de la vida. Pero vos, sinarca, te lavás las manos: "Yo lo habré, sinarca no puedo decirlo". Y si no querés decir: "O recibí en un cargo chico y listo de problemas de conventillo a un especialista mundial, que en veinte días en pocos días. O me da como ministro de Salud Pública a un ingeniero. La cosa es que el hombre que vos querés atacar se le presentan problemas que no puede humanamente resolver. Y eso, sinarca, vos sabés hacerlo muy bien y lo hacés, a diario".

Otro recurso que vos empleás en esta etapa de enajenación del hombre es el de estarlo, hacer arribos o hacer alago, o un tanto ardido. Por ejemplo, la Fluctuación que inventó los rubros de la Tuti. Si ellos tuvieron la mano grande, la manitoa está al revés: cercano a Perón. Como no le tienen, salen con el cuento de que lo tienen mal y no qué van a Oime... Y así se va tu grito, sinarca, te saca para...

En el caso de que el hombre al que vos, sinarca, querés atacar pueda ser un tipo serio, inteligente, sea la fuerza los cambios de la cadena. Como los chicos del "Mito", hacés destruir su imagen. A los patronos marca los pató que frente a otros señores se sientan impotentes; no a los recursos, que la cosa obra mal en la vereda de arriba, cuando ellos dicen que son "los obreros del proletariado". Entonces, marzotas y patronos juntos se dedican a sembrar la semilla de la "buena vida sindical". A veces los mandan los obreros argentinos por ser obreros a los otros, por ser argentinos. Y así se da el caso que un par de semanas antes del aumento de Perón, concibieron un algarido con entusiasmo "La Nación" y "La Prens" por un lado y "Nuestro Pueblo" y "El Despertador" por el otro. Vos, sinarca, estás en las últimas etapas de enajenación del hombre.

Esta etapa incluye también el quitarle capacidad de acción, regalándole los medios para que lo desarrolle —recortándole un presupuesto, quitándole personal— o desafiándolo con políticas inconsistentes, o moviéndolo al paso continuamente para que no se haga lo que debe hacer, hasta sus energías en defendiendo lo puesto al que considera un sitio de batalla. O reduciendo de frecuencia que pasen en contra de lo que él quiere realizar.

Así, sinarca, al último recurso. A eso que no le gusta utilizar, no porque respeta un algo al hombre, sino porque sabe que "una cosa es el juego de convertirlo en héroe; la supresión física del hombre. Cuando a Perón no lo pueden comprar, al atacar, le amarran lo mismo.

¿Vos, sinarca, que lo conocemos? ¿Vos que Perón nos lo enseñó hasta mucho sobre esto? ¿Vos que siempre cambiás de camiseta una y otra vez, por los flecos de las medias se reconocen? Vos no tenés muchas alternativas: podés mandarlo como antargentino y antiperonista, así como vos, y otros a casa descubierta. Pero por ahí que le diste cuenta que la cosa no va. Podés, como lo usó haciendo ahora, sinarca, vestir la camiseta peronista y obrir (como antiperonista). Y Perón ya lo dijo que tiempo vos bien por ese camino. Y lo querías como último recurso al de delirio de peronista y obrir como peronista. Pero en ese caso, ya le habrás hecho un antargentino. Y vos sabés que los que lo mandan, castigan con mayor entusiasmo que el Pueblo. Porque el Pueblo a veces perdona, y la Sinarquía nunca.

Por eso, sinarca, la completa resaca para otros países. Argentina está sufriendo y por fuera. Y el riesgo de morir: apostado no se había apostado, verdad, sinarca?



Fonte: Ruinas Digitales.

A potência de mobilização política do mito sinárquico entre as militâncias à direita do peronismo se observa também na seção de humor de *El Caudillo*. Denominada de *Chismes entretenimientos*, essa seção de linguagem cômica trouxe, para a edição nº 21 (05/04/1974), uma charge que representava ações violentas de combate e repressão contra as forças convergentes na Sinarquia. Na próxima página, reproduzo a charge em tamanho 20x15 cm para que a leitora observe detalhes da iconografia. Há um elemento na charge que merece comentário: o seu conteúdo escatológico em chave bíblica. Tal elemento se nota no título da charge “cavalgam os cavaleiros do apocalipse justicialista” e, em seguida, no desenho de três guerreiros montados em cavalos, segurando escudos e hasteando bandeiras com frases que fazem referência ao vocabulário e aos valores políticos da direita peronista, como “terceira posição”, “San Martín, Rosas, Perón”, “nacionalismo justicialismo ou morte”, entre outros.

Imagem 9. El Caudillo nº 21 (05/04/1974): seção Chismes entretenimentos



Fonte: Ruinas Digitales

Trata-se claramente de uma cena inspirada nas visões do apóstolo João sobre o fim dos dias, registradas no livro bíblico do Apocalipse. Entre essas visões estava a dos quatro cavaleiros que trariam guerra, morte, fome, pestilências e enfermidades que eliminariam

grande parte da humanidade<sup>59</sup>. Na simbologia do Apocalipse bíblico, os cavaleiros representam o juízo de Deus sobre um mundo corrupto, vil e ímpio, sendo seus cavalos a representação da impetuosidade e da força com as quais o julgamento divino cairia sobre a Terra. Ao resgatar a cena apocalíptica com toda sua carga simbólica, a revista *El Caudillo* transmitia a mensagem de que a direita peronista travaria uma luta impetuosa, intransigente e com uso da força contra o mal da Sinarquia. Semelhante o juízo de Deus sobre uma humanidade vil e corrupta, o combate do peronismo contra a conspiração sinárquica se daria mediante ações de guerra, morte, extermínio e imputação de toda uma lógica de sofrimento contra aqueles que encarnavam a maldade do marxismo, do liberalismo e dos imperialismos norte-americano e soviético. Vejamos, na charge, as personagens que são pisoteadas pelos cavalos: elas representavam guerrilheiros, empresários, espões da CIA, oligarcas rurais, políticos, banqueiros, militantes da esquerda peronista, ou seja, todas as forças políticas e econômicas que eram vistas por *El Caudillo* como cúmplices da Sinarquia.

As noções políticas de *El Caudillo* eram carregadas por conteúdo religioso, já que o seu coletivo produtor estava afinado com a vertente mais conservadora do catolicismo. Mas o uso do gênero apocalíptico especificamente nessa charge indicava uma forma maniqueísta de representar a luta política, como se esta fosse a versão terrena da batalha metafísica do bem contra o mal. Também se relacionava com certa associação entre a vingança de Deus contra os homens ímpios e a violência repressiva contra a Sinarquia, de modo que essa violência adquiriria uma força imbatível e implacável contra o império sinárquico do mal, como também anunciaria a chegada de um novo tempo de paz e justiça – “E vi um novo céu e uma nova terra, porque já o primeiro céu e a primeira terra passaram”, dizia João no final do livro de Apocalipse, após o juízo de Deus sobre os homens.

A narrativa do mito sinárquico estaria no cerne das ações de violência aberta da direita peronista, no contexto do processo repressivo de 1973-1976. Em sua análise sobre os esquadrões da morte da Triple A, dos quais participaram alguns militantes da direita peronis-

---

<sup>59</sup> O texto do Apocalipse diz: “E, havendo o Cordeiro aberto um dos selos, olhei e ouvi um dos quatro animais, que dizia, como em voz de trovão: Vem e vê! E olhei, e eis um cavalo branco, e o que estava assentado sobre ele tinha um arco; e foi-lhe dada uma coroa, e saiu vitorioso e para vencer. E, havendo aberto o segundo selo, ouvi o segundo animal, dizendo: Vem e vê! E saiu outro cavalo, vermelho; e ao que estava assentado sobre ele foi dado que tirasse a paz da terra e que se matassem uns aos outros; e foi-lhe dada uma grande espada. E, havendo aberto o terceiro selo, ouvi o terceiro animal, dizendo: Vem e vê! E olhei, e eis um cavalo preto; e o que sobre ele estava assentado tinha uma balança na mão. (...) E, havendo aberto o quarto selo, ouvi a voz do quarto animal, que dizia: Vem e vê! E olhei, e eis um cavalo amarelo; e o que estava assentado sobre ele tinha por nome Morte; e o inferno o seguiu; e foi-lhes dado poder para matar a quarta parte da terra com espada, e com fome, e com peste, e com as feras da terra.” (BÍBLIA N.T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Pentecostal: Antigo e Novo Testamentos**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 1990 e 1991).

ta, Ignacio Gonzalez Janzen assinala que

A direita [peronista] propiciava uma caça às bruxas para eliminar a oposição interna [a Tendência Revolucionária], e os novos argumentos incluíam a “ameaça” da sinarquia, “sinistra conspiração” na qual era possível englobar todas as crenças e dissidências. O próprio general Perón contribuiu para essa situação ao se referir, em mais de uma oportunidade, à sinarquia... E, em uma oportunidade, ao se reunir com um grupo de sacerdotes católicos em Vicente López, descreveu a Sinarquia como uma aliança secreta do capitalismo, do comunismo, do sionismo e a Igreja Católica, manipulada desde as Nações Unidas.<sup>60</sup>

### 2.3. Violência política

Quando observamos o desenvolvimento histórico da cultura política da direita peronista, verifica-se a centralidade da violência em suas práticas e representações. Uma violência, aliás, notoriamente direcionada às militâncias de esquerda e, em certa medida, à comunidade judaica. Já nas décadas de 1940 e 1950, a Aliança Libertadora Nacionalista (ALN) esboçava uma metodologia violenta, manifesta nos enfrentamentos de rua com os comunistas e em cenas de atentados com explosivos, protagonizadas pelos seus militantes<sup>61</sup>. Essas ações diretas não estavam dissociadas de representações anticomunistas e antisemitas partilhadas entre os aliancistas: enquanto o comunismo simbolizava o perigo da subversão das tradições ocidentais e da coletivização dos bens, o judaísmo participava de uma conspiração mundial para dominar a Argentina. Na década de 1960, as franjas fascistizadas do Movimento Nacionalista Tacuara (MNT) elegeriam como alvo de violência política grupos de esquerda, comerciantes judeus e sinagogas, também sob a égide de uma retórica anticomunista e antisemita<sup>62</sup>. Nos anos precedentes a volta do peronismo ao poder em 1973, a formação e o crescimento da Concentração Nacional Universitária (CNU) trouxeram ao movimento estudantil uma militância da direita peronista que protagonizou episódios de violência contra universitários mobilizados. Em dezembro de 1971, integrantes da CNU mataram a estudante Silvia Filer em uma assembléia na faculdade de Arquitetura da Universidade de Mar La Plata, um crime político que chocou o país na época.

<sup>60</sup> JANZEN, Ignacio Gonzalez. Los cazadores de sinarcas. **La Triple A**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, p. 91 e 92, tradução nossa.

<sup>61</sup> BESOKY, Juan Luis. Cultura política nacionalista y peronismo. **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 86-108.

<sup>62</sup> PADRÓN, Juan Manuel. Militancia y violencia política. **Ni yanquis, ni marxistas! Nacionalistas: nacionalismo, militancia y violencia política – el caso del Movimiento Nacionalista Tacuara en la Argentina, 1955-1966**. La Plata: Universidade Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento, 2017, p. 201-246.

Um levantamento realizado por Juan Iván Ladeuix<sup>63</sup> sobre fatos armados na cidade de Mar del Plata, no começo da década de 1970, mostra que as militâncias à direita do peronismo foram responsáveis por cerca de 22% dos crimes violentos registrados em âmbito municipal, entre agosto de 1971 e dezembro de 1974. A maior parte desse percentual foi produzida pela CNU, seguida pela Juventude Sindical Peronista (JSP), responsável por 14 fatos armados; pela organização 22 de Agosto, que registrou em sua ficha 6 fatos armados; e pela ALN, responsável por 3 ocorrências. Ladeuix conclui que

(...) o alto componente de violência dentro das representações culturais do peronismo de direita, não resulta surpreendente. Constitui, na realidade, uma manifestação da consciência prática dentro da estrutura de sentimento que, por sua vez, forma parte de uma cultura política geral durante essa década. A construção de um outro a partir da imagem do “infiltrado”, não é mais que a construção cultural necessária ao desenvolvimento do conflito armado.<sup>64</sup>

De acordo com o autor, há relação entre a forma como a alteridade adversária era representada e as práticas de violência direta, exercidas pelas militâncias à direita do peronismo contra essa alteridade. De fato, a experiência da revista *El Caudillo* deixa nítida essa relação. Herdeira de uma cultura política que, no curso de seu desenvolvimento histórico, prestigiou a truculência, *El Caudillo* terá o seu discurso marcado a ferro e fogo pela violência política, enraizada nas representações partilhadas entre os militantes da direita peronista.

A operação retórica que *El Caudillo* realizou com a violência política, é compreendida a partir de certos balizadores, a saber: o cenário discursivo em que a revista estava imersa; a confecção de uma identidade peronista em torno da divisão entre o “nós” e o “eles”, como também em torno da relação entre Perón e Verdade; e, finalmente, a construção da alteridade inimiga encapada por uma imagem fantasmagórica à qual se dirige a agressão. Desses balizadores se desprendem as justificativas da revista para as ações violentas e a divisão entre uma violência “legítima” e outra “ilegítima”. Antes de analisar esses balizadores, é importante perceber a manifestação da violência na espacialidade gráfica e no conteúdo de *El Caudillo*.

*Formas da violência em El Caudillo.* Coluna vertebral do discurso de *El Caudillo*, a violência política percorreu as páginas da revista, apresentando-se em suas capas, editoriais, seções, imagens, matérias, denúncias e humor político. A linguagem truculenta do semanário transitava entre o louvor à morte do militante nacionalista em combate e a incitação ao assas-

<sup>63</sup> LADEUIX, Juan Iván. La mazorca de Perón: prácticas y ideologías de la derecha peronista. Una aproximación a partir de un estudio de caso. Mar del Plata 1970-1976. **X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**, Universidade Nacional de Rosario; Universidade Nacional do Litoral, Rosário, s/p, 2005.

<sup>64</sup> Idem, tradução nossa.

sinato do adversário político, passando por ameaças de linchamento e perseguição, calúnias e desumanização do *outro*. As rajadas de ódio provenientes do discurso de *El Caudillo* eram tão intensas que o diretor da revista, Felipe Romeo, chegou a receber advertências judiciais e denúncias para o encerramento das atividades da revista<sup>65</sup>. Mesmo sob a política de censura do governo peronista<sup>66</sup>, *El Caudillo* teve o seu funcionamento regular mantido.

A ode à morte permeava o discurso truculento da revista, atribuindo um significado de heroísmo e coragem àqueles que dão a vida em combate na defesa do peronismo e da nação. Havia uma construção retórica e imaginária do martírio e do militante mártir, digno de honrarias e tributos pela sua bravura em combater até a morte o inimigo político. Assim, a atividade militante na direita peronista se dava em termos de uma disposição para morrer, e também para matar, em nome da causa justicialista. Tratava-se de um discurso semelhante o da esquerda revolucionária da época que, como bem observou Luis Alberto Romero, admitia que “as qualidades do real militante eram o heroísmo e a disposição para uma morte gloriosa e redentora, caminho da verdadeira importância “entre os heróis da pátria amada””<sup>67</sup>.

A construção do martírio e do mártir político em *El Caudillo* se expressava na iconografia, com imagens que conclamavam o militante a dar a vida por Perón (imagem 10).

**Imagem 10.** *El Caudillo* nº 1 (16/11/1973)



**Fonte:** Ruinas Digitales

<sup>65</sup> O próprio Romeo admitiu ter recebido advertências jurídicas e denúncias da imprensa em relação as atividades de *El Caudillo*. No editorial da edição nº 72, o diretor do semanário escrevia: “Sobre a minha mesa de trabalho há comunicados judiciais que me informam de várias reclamações, recortes periodísticos contendo as mais profanas infâmias sobre esta publicação. (...) Tudo isso ocorre porque EL CAUDILLO cometeu o “delito” de ter se convertido na única voz que alçou à defesa do Peronismo e a Causa Nacional”. (EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Hacia una forma distinta de pelear. Buenos Aires, n. 72, 21 nov. 1975, p. 3, tradução nossa).

<sup>66</sup> Sob a presidência de Isabel Perón (1974-1976), houve censura ao cinema e aos meios de comunicação, levando à proibição da exibição de vários filmes e o encerramento de periódicos de esquerda, como a revista *El Descamisado* dos Montoneros.

<sup>67</sup> ROMERO, Luis Alberto. Dependência ou libertação, 1966-1976. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 175.

Também se expressava nos editoriais assinados por Romeo, carregados de sentenças como “nossa será a vitória ou a morte”<sup>68</sup> ou “combater a subversão já não é uma questão ideológica, é uma questão de vida ou morte”<sup>69</sup>. No editorial da edição nº 65 (05/03/1975), escrevia Romeo: “A morte para nós é um ato de serviço e mais um prêmio pela satisfação de morrer conforme vivemos: PELEJANDO”<sup>70</sup>. Na edição nº 56 (26/12/1974), o diretor de *El Caudillo* reafirmava o sentido sacrificial da militância política:

Nós não fazemos política para ganhar a vida, como se fosse mais uma profissão; para nós é um ato de serviço, onde a covardia é um delito. Nossa honra é a lealdade aos nossos princípios. Nossa única alternativa: VENCER OU MORRER.<sup>71</sup>

É sempre um flerte com a morte que se opera nos termos de uma relação entre a luta política e o auto sacrifício, indicando que a vida do corpo não tem valor maior que a causa política, ou que a morte dignifica o combatente.

Como todo mártir merece estar em um panteão de heróis, a revista *El Caudillo* prestou homenagem e eternizou a memória dos caídos em combate na luta contra os guerrilheiros. Na edição nº 11 (25/01/1974), *El Caudillo* lembrava a morte de um militar do Exército em uma operação armada da guerrilha do ERP, destacando a bravura do soldado e chamando-o de “verdadeiro herói popular”. Dizia a revista:

O Soldado González é o Soldado Desconhecido, é o Soldado do Povo, que foi degolado pelos mercenários da sinarquia. Frente a agressão covarde e traiçoeira contra um estabelecimento militar, o soldado ofereceu heróica e patriótica resistência. Os inimigos do povo então o mataram. A luta armada tinha renascido, as circunstâncias o colocaram entre o ERP e a Pátria. Ele escolheu a Pátria e foi degolado. Este é um verdadeiro herói popular que começou defendendo Perón em um posto militar.<sup>72</sup>

A heroização do soldado era acompanhada de uma promessa de vingança pela sua morte: “Nenhum soldado González voltará a cair. Para cada degolado haverá cinco decapitados. (...) Os degoladores tem que pagar por isso. (...) Os mercenários da Sinarquia não serão perdoados”<sup>73</sup>. Uma página inteira trazia publicada a foto do militar (ver imagem 11).

<sup>68</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. El que a hierro mata... Buenos Aires, n. 65, 05 mar. 1975, p. 3, tradução nossa.

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_ El que las hace tiene que pagar. Buenos Aires, n. 50, 08 nov. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>70</sup> \_\_\_\_\_ El que a hierro mata, p. 3, tradução nossa.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_ La oposicion esta de mas. Buenos Aires, n. 56, 26 dez. 1974, p. 4, tradução nossa.

<sup>72</sup> \_\_\_\_\_ La agresión de la izquierda y la derecha. Buenos Aires, n. 11, 25 jan. 1974, p. 12, tradução nossa.

<sup>73</sup> Idem.

Imagem 11. *El Caudillo* nº 11 (25/01/1974)



Fonte: Ruinas Digitales

Da mesma maneira como fez ao seu “soldado desconhecido”, González, a revista *El Caudillo* ofereceu tributo a Alberto Villar. Comandante da Polícia Federal, Villar era um dos líderes dos esquadrões da morte atuantes sob a sigla Triple A. Em novembro de 1974, ele foi assassinado em Buenos Aires pela guerrilha dos Montoneros. Frente a esse fato, *El Caudillo* dedicou amplo espaço de sua edição nº 50 (08/11/1974) para homenagear o chefe da PF. A

Imagem 12. *El Caudillo* nº 50 (08/11/1974): capa em homenagem a Villar



Fonte: Ruinas Digitales



capa da revista já revelava o conteúdo daquela edição e logo nas primeiras páginas, a seção *Una semana en política* noticiava a morte de Villar com um tom saudoso, mas determinado a colocar o chefe da Polícia Federal no panteão dos heróis que lutaram contra a subversão.

Na sexta-feira passada, voaram pelos ares os corpos despedaçados do chefe de polícia, Alberto Villar, e de sua esposa. O funcionário pagara com a vida sua ousadia em haver adotado uma atitude confrontadora, sem concessões, frente à subversão. É que Villar não estava acostumado a posições brandas, claudicantes ou negociadoras. (...) Desde que Villar se instalou em seu despacho em Moreno 1500, começou uma guerra sem quartel contra as forças antinacionais da subversão. (...) É claro que tudo isso aconteceu ao policial assassinado porque ele estava respaldado por uma firme formação ideológica, nacional e cristã, que lhe servia para ser coerente em sua ação. (...) De fato, foi um golpe duro. Precisamos admitir isso. Mataram-no em momento em que mais falta faz. Por isso, a silenciosa homenagem de todo um povo que lamentou essa morte porque identificou em Villar o seu autêntico defensor.<sup>74</sup>

Ousadia, atitude sem concessões, firme formação ideológica, autêntico defensor do povo: ora, são as forças de caráter que somente um militante heróico poderia ter. Mas é preciso assinalar que o chefe da PF, nomeado por Perón em abril de 1974, era um homem pouco afeito à legalidade, como mostram os episódios de intimidação, agressão contra policiais provinciais e roubo de cadáveres de guerrilheiros, nos quais Villar se envolvera durante a ditadura da Revolução Argentina (1966-1973)<sup>75</sup>. Villar também tinha um currículo com vasta experiência na luta antissubversiva: ele organizou as brigadas antiguerrilheiras da Polícia Federal no contexto da ditadura mencionada e foi integrado por Lopez Rega na Triple A<sup>76</sup>. Para *El Caudillo*, eram justamente essas qualificações que transformavam Villar em um herói. Ainda na edição nº 50, a revista levantava um altar de reverência a Villar na seção *Oigame*:

Sua morte, chefe Villar, foi um ato de serviço. Você sabia que isso poderia acontecer. Soube desde o dia em que prestou o juramento que te fez polícia. Mas soube, sem dar lugar às dúvidas, desde o dia em que reafirmou sua vontade de ser um policial argentino ao serviço da segurança de sua Pátria e de seu Povo. Soube desde quando ouviu da boca de nosso Caudilho a ordem de guerra até a morte contra a subversão (...). E ainda que você soubesse, não tirou seu corpo fora. (...) Em vida, você, chefe Villar, mostrou aos seus homens como se deve conduzir o combate. Com a sua morte, deu a última e suprema ordem do dia: não é chefe apenas por se ter um cargo ou vestir um uniforme, e sim por exercer uma autoridade conquistada ainda que ao preço de sua vida. Seu sacrifício, chefe Villar, renova a fé do Povo na polícia. (...) sua morte não foi uma derrota. Foi apenas uma mudança de guarda, a do herói.<sup>77</sup>

<sup>74</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Se vienen con todo!. Buenos Aires, n. 50, 08 nov. 1974, p. 4, tradução nossa.

<sup>75</sup> VERBITSKY, Horácio. Los fierros. **Ezeiza**. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1986, p. 55 e 56.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Se viene con todo!, p. 4, tradução nossa.

**Imagem 13. *El Caudillo* n° 50 (08/11/1974): seção Oime em homenagem a Alberto Villar**

## ¡OIGME, JEFE VILLAR!

¡A usted le hablo! Sincera y sencillamente, con la serenidad que nuestro Pueblo mantiene frente a la historia de sus agresores y los cómplices que éstos tienen. Con la inquebrantable fe en la victoria final, en esa victoria por la que usted dio su vida y la de su señora esposa; en la victoria de nuestro Pueblo que tiene Dios, Patria y Hogar y que aplastará a los secuítos, a los oportunistas y a los bastardos sin hogar.

Su muerte, jefe Villar, fue un acto de servicio. Usted sabía que podía llegar. Lo supo el día que prestó el juramento que lo hizo policía. Pero lo supo sin lugar a dudas, el día en que refirió su voluntad de ser un policía argentino al servicio de la seguridad de su Patria y de su Pueblo. Lo supo cuando oyó de labios de nuestro Caudillo la orden de guerra a muerte contra la subversión, y la respuesta que el mismo Caudillo dio a los cuatro traidores que fueron a cuestionar su presencia: "el jefe de policía cumple con las órdenes del gobierno".

Y aunque lo sabía, no le esquivó el cuerpo. Usted sabía que muchos hombres de tropa de la Policía Federal habían sido asesinados sólo porque la subversión necesitaba una pistola, un cargador o un uniforme. Usted sentía en carne propia la muerte de esos oficiales que marchaban al frente de sus hombres a cumplir con su juramento de enfrentarse al delito —y el delito disfrazado de político no es menos delicto— hasta las últimas consecuencias. Por eso aceptó el riesgo de que los delincuentes prendieran de su pecho, como lo hicieron, la máxima condecoración que pueda recibir un jefe policial: cado en cumplimiento del deber.

A las numerosas derrotas que usted asistió a los delincuentes, le puso bríocho de oro con su muerte. Porque les mostró que la Policía Federal tiene a sus jefes en primera línea de fuego, y no como ellos, escondidos en los refugios de su cobardía y su mentira. En vida, jefe Villar, mostró a sus hombres cómo debía conducirse y desarrollarse el combate. Con su muerte, dio la última y suprema orden del día: el jefe no lo es por tener un cargo o vestir un uniforme, sino porque ejerce una autoridad ganada sin el precio de su vida.

Su sacrificio, jefe Villar, renueva la fe del Pueblo en la policía. Entronca con esa tradición que encarnó el coronel Ramón Falcón, cuyo asesinato tiene tantos puntos de coincidencias con el presente. No fue un argentino quien mató a Falcón. Simón Radowski era tan extranjero y tan mercenario como sus verdugos de hoy. Y Simón Radowski, el matador de Falcón, también se refugió en México luego de haber servido a sus patronos extranjeros. Como que se refugian hoy en México los Cámpora, los Puigros, los Righi, los Laguzzi, que tan bien sirvieron a la conjura internacional marxista contra la Argentina.

Mientras usted, jefe Villar, iba hacia la muerte en ese día en que la le cristiana de nuestro Pueblo recordaba a los mártires, quedaban afuera los subversivos y los bienhechores de la ley. Y usted iba a dar su vida también por los perseguidos y los acomodaticios, por los burocratas de civil o de uniforme. Por los ateos devotos del "no te metas", que justifican su falta de honra con razonamientos políticos, estratégicos o tácticos.

Usted, jefe Villar, iba a dar su vida también por los que hacen la ley con suficientes vencidos como para que el delincuente pueda acumular impunidad. E iba a dar la vida por los que deben aplicar la ley y no la hacen por miedo o por compromisos inconfesables. Y por los que consideraron una inmunda que le devolviera a la subversión

lo más perverso de sus cuadros militantes. Por todos esos iba usted a dar su vida y lo sabía.

Y con usted, jefe Villar, iba su esposa. Porque así debía ser. Porque esta guerra cruda e inhumana que la antipatria nos ha declarado, apunta hacia el corazón de cada una de nuestras familias. Buscan la disgregación de la Patria comenzando por la destrucción del Hogar. Quieren enfrentar hijos contra padres y a esposas contra esposos. La "liberación" que proponen es la misma que se hizo dentro del Átomo: la que desecó la fuerza inconsciente que pueden sentir para hacer una guerra al resto de seres humanos de miles de vidas inocentes, de la producción de monstruos deformes como lo son quienes raptan, asesinan o amenazan a niños y mujeres. El sacrificio de su esposa, jefe Villar, también fue necesario para demostrar que tendrían que llegar hasta ese extremo en su pretensión de aniquilar a nuestro Pueblo; porque cada esposa, cada madre, cada hija, cada novia y cada hermana, recogen el arma del ser querido asesinado y la ampuñarán contra los enemigos del Pueblo en el momento en que no quedan ya hombres para hacerlo. Como Isabel de Perón es un símbolo y un ejemplo para millones de mujeres argentinas, Elsa Marina Pérez de Villar lo será para decenas de miles que han jurado fidelidad a esos hombres en quienes el Pueblo confía la custodia de la seguridad y el orden público. "Me siento orgullosa", dijo una de sus hijas, jefe Villar cuando le dieron el pésame junto a los restos de su padre y su madre. Y el Pueblo se sintió orgulloso de ese mujer.

Eso es lo que consiguen sus asesinos. Avergonzadamente a los hombres de la policía (juro a sus jefes. Unir al Pueblo con esta policía que sabe cumplir con su juramento. Unir a las familias de los que luchan por la paz y la libertad de nuestra Nación.

Usted y cada uno de los hombres de la policía, jefe Villar, supo en determinado momento el dolor que era para la institución sentirse sola frente al Pueblo. Salir a la calle y ver en cada rostro el de un enemigo. Los mismos "padrones" que hoy atacan desde arriba, ayer lo hacían desde arriba, provocando ese enfrentamiento fratricida. Pero eso ha terminado. Caminamos de glorias, flores, miradas de personas silenciosas en las calles rindiendo su homenaje al cortejo, millones de argentinos doloridos por un crimen cobarde y oscuro, lo están diciendo a la Policía que ahora no está sola. Y ese Pueblo sabrá reponer cada balía que se produzca en la guerra contra la antipatria. Serenamente, ordenadamente, disciplinadamente. Por las vías habituales mientras convenga. Y haciendo tronar el escaramiento en todo su fragor, si algún día esas vías habituales resultan estrechas y el gobierno del Pueblo llama a la lucha total contra la subversión.

Cuando el campesino boliviano que "no nos entiende" en su confesión propia del "Ch'o" Gobierno, se unió a las fuerzas de seguridad para acabar con los barbudos invasores extranjeros, murió el "Ch'o" y la guerrilla desapareció por muchos años en Bolivia. No se reclutó marcando con facilidad. Pocas horas tardó en cambiar, la Policía "el tener nuevo jefe", con el mismo espíritu que lo animara usted, jefe Villar. Esa es la diferencia. Esa es la seguridad que alimenta la esperanza de nuestro Pueblo. Cuando bajen los infantes, cuando se acata la confesión, cuando caen las caretas y los disfraces, a la subversión marxista se le acaban los relevos. Al Pueblo nunca se le acata. Usted, jefe Villar, lo había descubierto y por eso su muerte no fue una derrota. Fue sólo un cambio de guardia, a lo héroe.



¡A usted le hablo! ¡A usted, jefe de la Policía Federal, comisario general Alberto Villar, caído en cumplimiento del deber! ¡A usted que dio su vida y la de su esposa por cumplir con el mandato que recibiera del Caudillo! ¡A usted que supo hacer honor a su juramento policial de luchar, sin compenones, con el delito! ¡A usted que, con su muerte, logró el póstero victoria contra la guerrilla oportuna al unir en un sentimiento común de dolor a Policía y Pueblo! ¡A usted le hablo!

Fonte: Ruinas Digitales.

Outro mártir da direita peronista seria homenageado por *El Caudillo* na edição n° 65 (05/03/1975). Tratava-se de Miguel Castofini, que segundo a revista integrou o Movimento Nova Argentina (um dos grupos da direita peronista atuantes nos anos 1960) e trabalhou na comitiva que preparou o retorno de Perón à Argentina em 1973. Castofini foi assassinado pelos guerrilheiros do ERP em março de 1974. Sobre sua morte, *El Caudillo* dizia:

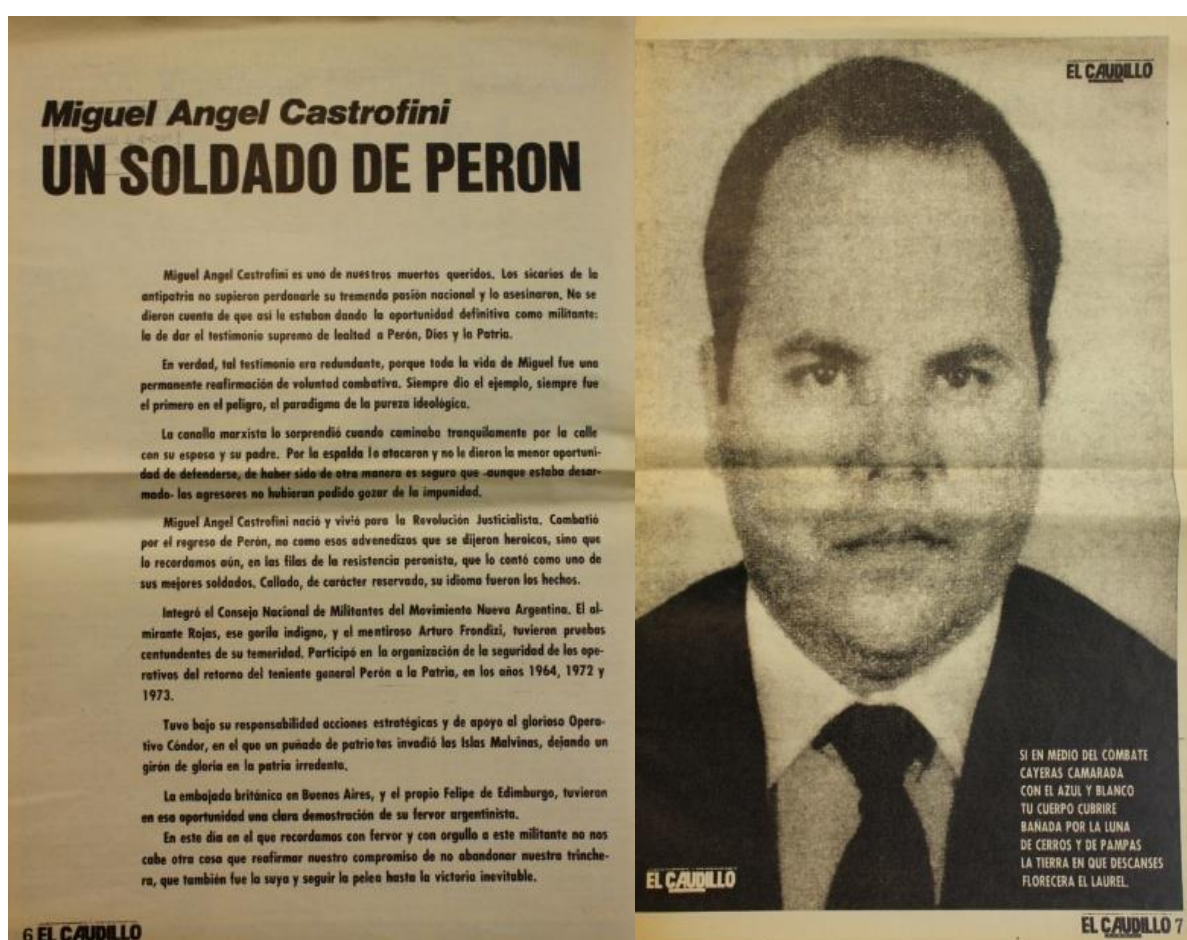
Miguel Angel Castofini é um dos nossos mortos queridos. Os assassinos de aluguel da antipátria não souberam perdoar a sua tremenda paixão nacional e o mataram. Não se deram conta de que assim estavam lhe dando a oportunidade definitiva como militante: a de dar o testemunho supremo de lealdade a Perón, Deus e a Pátria. Na verdade, tal testemunho era redundante porque toda a vida de Miguel foi uma permanente reafirmação da vontade combativa. Sempre deu o exemplo, sempre foi o primeiro no perigo, o paradigma da pureza ideológica. O canalha marxista o surpreendeu quando caminhava tranquilamente na rua com sua esposa e seu pai. Pelas costas o atacaram e não lhe deram a menor oportunidade de se defender (...). Neste dia em que recordamos com fervor e com orgulho a este militante, não nos cabe outra coisa que reafirmar nosso compromisso de não abandonar nossa trincheira, que também foi a dele, e seguir na peleja até a vitória inevitável.<sup>78</sup>

O mártir é construído não apenas pela sua morte em combate, mas também pelas qua-

<sup>78</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Miguel Angel Castofini un soldado de Perón. Buenos Aires, n. 65, 05 mar. 1975, p. 6, tradução nossa.

lidades morais que lhe são atribuídas. A sua dignidade está na fidelidade e no compromisso com a causa, assim como na coragem de se expor ao perigo. Sua vida é um testemunho; sua morte, pedagógica; e sua história se faz eterna no tempo para que as gerações futuras se espelhem. *El Caudillo* potencializou todos esses elementos ao construir Castrofini como mártir do peronismo, salientando do militante suas qualidades de lealdade a Perón, exemplo de vida ou, como a própria revista diz, “paradigma de pureza ideológica”. É sempre no nível da santidade e da retidão que se localiza a figura do mártir político.

**Imagem 14.** *El Caudillo* nº 65 (05/03/1975): homenagem a Miguel Castrofini



Fonte: Ruinas Digitales

Interessante notar como os exemplos mencionados – o do soldado González, o de Villar e o de Castrofini – operam um deslocamento retórico nas circunstâncias do assassinato desses homens, no sentido de não atribuir-lhes a condição de vítimas de um crime político, resignificando suas mortes pela ótica do martírio. O crime político é fenômeno social e localizado na ordem do humano, já o martírio é metafísico, sacro, heróico e pedagógico, ou seja, no martírio político se combinam todos os elementos necessários a criação de afetos e

sensibilidades que unem o grupo, arregimentam para a ação e conferem um significado transcendente à luta política violenta.

Se o culto à morte constituía a membrana da valorização do martírio e do mártir, um discurso ofensivo e direcionado ao adversário constituiria a outra forma da violência política em *El Caudillo*. Essa violência de caráter ofensivo ocorreu na incitação ao assassinato do inimigo político, esta que se dava desde o *slogan* da revista “o melhor inimigo é o inimigo morto”, passando pelos editoriais em que Romeo disparava fogo contra os adversários e também em diferentes seções da publicação.

Desejando vingança pelo assassinato de Villar, o diretor de *El Caudillo* escrevia no editorial da seção nº 50: “Não podemos ser tolerantes com o inimigo, porque o inimigo não é tolerante conosco. Quem a ferro mata, a ferro tem que morrer”<sup>79</sup>. Na edição nº 56, Romeo dizia imperativamente: “Sabemos que a derrota para nós tem a forma de um paredão; que o saiba também o inimigo; não temos compaixão por nada, não pedimos nem damos trégua, o pranto de nossas viúvas nos comove mais do que os ais do inimigo”<sup>80</sup>. Na mesma edição, a revista ocupava uma página inteira com uma frase provavelmente oriunda do Movimento Nacionalista Tacuara: “Peço a Deus para que guie a minha mão, para que meu tiro seja certo. Peço a Deus para que guie a minha alma, para que meu tiro seja sem ódio” (ver imagem 15). A “dialética dos punhos e das pisolas” que regia a prática política da direita peronista ganhava em *El Caudillo* tonalidades de uma guerra santa.

Tiros, fuzilamentos, explosões, corpos voando pelos ares... Era esse o cenário que emergia do discurso de *El Caudillo*; um cenário parecido com uma trincheira, onde o barulho da morte se faz audível pelas rajadas de metralhadora, de fuzil, pelas detonações de bombas. No editorial da edição nº 14, Romeo dava a sentença ao inimigo político, o “juízo sumário”, e escrevia: “Agora, a inconsciência criminosa dos traidores merece um só castigo: o fuzilamento nas costas. (...) Não lhes daremos mais oportunidades. Pagaremos na mesma moeda. E se querem sangue, terão”<sup>81</sup>. Na edição nº 18 (14/03/1974), o editorial desenhava praticamente a cena de um atentado terrorista: “Nós os perseguiremos até suas tocas e faremos com que voem pelos ares até que alcancem finalmente o inferno que merecem”<sup>82</sup>. É intrigante a semelhança entre essas ameaças de *El Caudillo* em perseguir e explodir adversári-

<sup>79</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. El que las hace las tiene que pagar. Buenos Aires, n. 50, 08 nov. 1974, p. 3, tradução nossa.

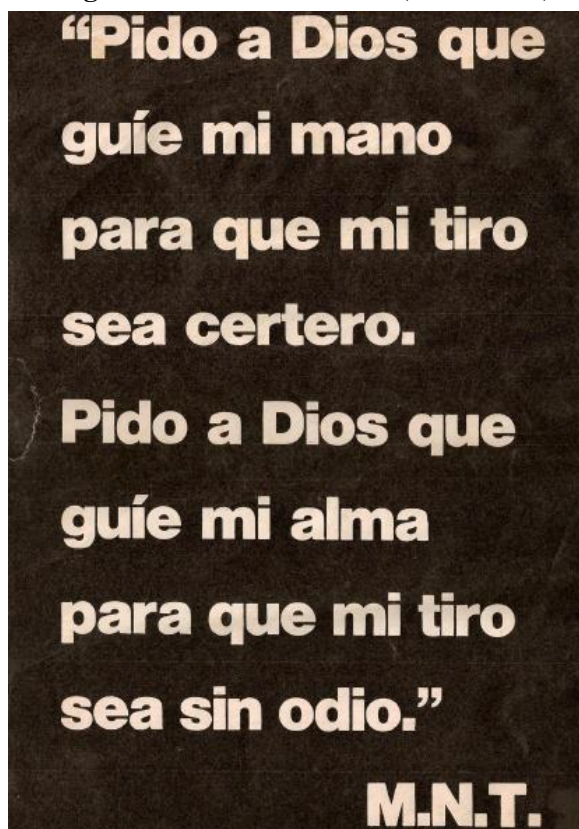
<sup>80</sup> \_\_\_\_\_ La oposicion esta de más. Buenos Aires, n. 26 dez. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>81</sup> \_\_\_\_\_ El enemigo no ha cambiado... Juicio sumario a los traidores!. Buenos Aires, n. 14, 15 fev. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>82</sup> \_\_\_\_\_ Peronistas en pie de guerra!. Buenos Aires, n. 18, 14 mar. 1974, p. 2, tradução nossa.

os políticos e a prática terrorista dos esquadrões da morte da Triple A. Vejamos o caso dos atentados terroristas cometidos pela AAA contra o senador Hipólito Solari Yrigoyen. Em novembro de 1973, a Aliança Anticomunista Argentina instalou uma bomba no motor do carro de Yrigoyen, que explodiu tão logo a chave foi girada na ignição. “A bomba era para me matar. O carro voou contra a parede de frente e começou a incendiar-se. Deus me ajudou porque consegui sair, caí envolto de sangue e vieram me socorrer”<sup>83</sup>, recordava Yrigoyen o atentado que quase lhe ceifou a vida. Em abril de 1975, a Triple A implantou duas bombas na casa de Yrigoyen, mas apenas uma delas explodiu, arremessando o corpo do senador contra o teto. Yrigoyen sobreviveu. Ameaças terroristas como a do editorial da edição nº 18 não apenas revelam a constante incitação de *El Caudillo* para o exercício da violência direta contra adversários políticos, mas sugere que a própria revista estabelecia vínculos com o paramilitarismo da Triple A.

**Imagem 15.** *El Caudillo* nº 56 (26/12/1974)

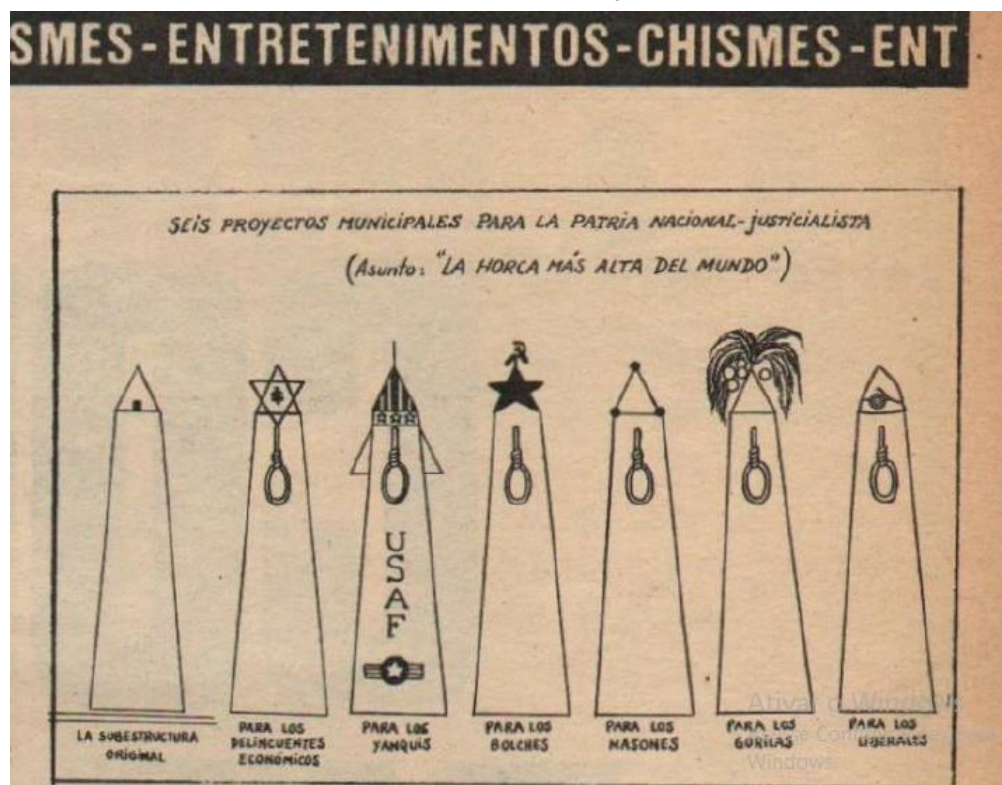


**Fonte:** Ruinas Digitales

<sup>83</sup> LARRAQUY, Marcelo. Se cumplen 44 años del estallido de la primera bomba de la Triple A. **Infobae**, 20 de noviembre de 2017, *online*. Disponível em: <<https://www.infobae.com/historia/2017/11/20/se-cumplen-44-anos-del-estallido-de-la-primera-bomba-de-la-triple-a/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Na constante provocação a assassinar o inimigo político, parecia haver uma lógica de imputação de morte dolorosa e cruel, a exemplo da decapitação. No editorial da edição nº 12 (01/02/1974), Romeo escrevia: “(...) exterminaremos sem piedade os exploradores que tem feito da injustiça o modo de vida. E decapitaremos definitivamente e para o exemplo do mundo a cabeça cruel e sinárquica que tem o bolso na direita e o coração na esquerda”<sup>84</sup>. A morte sofrida do inimigo também era motivo de riso. Na edição nº 7 (28/12/1973), a seção de humor *Chismes entretenimientos* trazia uma charge que sugeria o enforcamento dos conspiradores sinárquicos. Nessa charge, há uma forca para cada um desses inimigos da direita peronista, assim qualificados: “delinqüentes econômicos” (os judeus), “yankis” (os norte-americanos), “bolches” (comunistas e suas derivações ideológicas), os maçons, “gorilas” (os grupos políticos antiperonsitas) e os liberais. Vejam a imagem:

**Imagem 16.** *El Caudillo* nº 7 (28/12/1973): seção *Chismes entretenimientos*



Fonte: Ruinas Digitales

*El Caudillo* publicava “listas da morte”. Nelas, uma espécie de “ficha criminal” contendo a foto, o nome e as ações políticas de pessoas consideradas como inimigos, no mais

<sup>84</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Caras y caretas. Buenos Aires, n. 12, 01 fev. 1974, p. 3, tradução nossa.



*O cenário discursivo de El Caudillo.* Um ponto a ser destacado na compreensão do discurso violento de *El Caudillo* é o cenário de relações políticas e de enunciados no qual a revista se inseriu. Esse cenário viabilizaria a produção do discurso de *El Caudillo* com toda a carga violenta que acabamos de observar. A propósito dessa questão, Natalia Silva afirma que

Para refletir sobre a potencialidade de um discurso político, devemos considerar o contexto de relações dadas que o fazem inteligível, as práticas que o tornam em ato e os mecanismos que o legitimam. Este processo de legitimação é chave para entender o porquê, em determinadas conjunturas, um discurso, ainda que pertença à extrema direita, é justificado e realizado.<sup>85</sup>

Em sua análise de *El Caudillo*, Silva aponta para dois componentes do cenário em que se tornou possível o discurso violento da revista: 1) o contexto histórico de acirramento da conflitividade política na Argentina da primeira metade dos anos 1970, que potencializou os enfrentamentos entre setores políticos antagônicos e desatou uma violência política sem precedentes; e 2) o perfil do campo discursivo do peronismo, constituído na relação entre Perón como enunciador do discurso e as organizações militantes como ressignificadoras do discurso do líder. Combinados, esses dois elementos deram a *El Caudillo* as características de uma linguagem extremista e tornaram em ato a violência pronunciada pela revista. Priorizarei aqui o perfil do campo discursivo do peronismo, haja vista que o capítulo 1 discorre sobre o contexto histórico da revista.

De acordo com Silva, as organizações de esquerda e de direita do peronismo, em enfrentamento acirrado, “reconhecem Perón como voz privilegiada, como ator e enunciador político de maior importância”<sup>86</sup>. Isso dava a Perón o privilégio da palavra e o lugar de “primeiro enunciador” do campo discursivo do peronismo, de modo que somente Perón poderia definir quem são os inimigos do movimento. Afirma Silva:

A característica de pertencimento a esse movimento é a LEALDADE a Perón. Então, somente o líder pode assinalar o traidor e diferenciá-lo do autêntico peronista. A designação do “inimigo” é uma operação exclusiva de Perón. Enquanto Perón não se pronuncie, as frações em conflito estão condenadas a se enfrentarem. Mas se o general designa o “inimigo”, este se coloca não apenas como inimigo de Perón e do peronismo, mas também do povo. É isso o que está em jogo na disputa pela camisa peronista.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> SILVA, Natalia. El papel de la revista El Caudillo. Aproximaciones al discurso político de la derecha peronista durante el régimen democrático de los setenta. **X Jornada de Sociología**, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, pp. 1-14, 2013, p. 12, tradução nossa.

<sup>86</sup> Idem, p. 7, tradução nossa.

<sup>87</sup> Idem, p. 9, tradução nossa.



Posto que Perón detém o privilégio da palavra, definindo a alteridade inimiga, é necessário compreender como o general se comportava nesse lugar de “primeiro enunciador” do campo discursivo do peronismo. De acordo com Svampa, Perón adotou uma postura político-discursiva marcada pela ambivalência, ou seja, suas palavras davam margem para distintas interpretações entre as facções antagônicas do movimento. Svampa diz:

Na prática política do líder, o Movimento Nacional Justicialista era, sobretudo, a arte da contradição discursiva. De fato, no decorrer dos anos e das gerações, o discurso de Perón foi se transformando em uma espécie de livro sagrado em cujas páginas sempre era possível responder, para uma mesma pergunta, duas sentenças diferentes, geralmente contraditórias entre si. Tanto a esquerda como a direita do movimento souberam explorar essa característica própria do discurso populista para autenticar suas posições e proceder na desqualificação do outro.<sup>88</sup>

De fato, enquanto esteve no exílio, Perón acenou para ambas as partes peronistas. No início dos anos 1970, recebia os Montoneros em Madri, em claro sinal de apoio ao setor revolucionário do peronismo, além de pronunciar publicamente que a luta armada deveria ocorrer para derrubar o governo castrense da Revolução Argentina<sup>89</sup>. Contudo, ao regressar da Espanha em junho de 1973, Perón abriu mão da ambivalência em sua postura e em seu discurso, colocando-se em nítida oposição à esquerda peronista elencada na Tendência Revolucionária. No dia seguinte ao Massacre de Ezeiza, ocorrido em 20 de junho de 1973, Perón proferiu um discurso em que chamava os militantes da esquerda peronista de “inimigos escondidos, encobertos ou dissimulados”<sup>90</sup>. Em seguida, procedeu com a institucionalização do peronismo para conter os enfrentamentos intrapartidários, mas beneficiando os setores da direita<sup>91</sup>. E, finalmente, em outubro de 1973, o general impulsiona a depuração ideológica no peronismo sob o discurso do combate à “infiltração marxista” no movimento<sup>92</sup>. Outro evento não menos significativo foi o do 1º de Maio de 1974, quando em um discurso na Praça de Maio, Perón expulsa os Montoneros do local, chamando-os de “mercenários, traidores e estúpidos”.

Como se percebe, a partir de meados de 1973, Perón procedeu com uma operação discursiva que definiu o “inimigo”: a Tendência Revolucionária. É sob a égide do discurso de

<sup>88</sup> SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores 1973-1976. In: JAMES, Daniel (org.). **Nueva Historia Argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 403 e 404, tradução nossa.

<sup>89</sup> ETULAIN, Carlos. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, pp. 317-337, out. 2006.

<sup>90</sup> SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores 1973-1976, p. 405.

<sup>91</sup> Ver tópico 1.1 do capítulo 1.

<sup>92</sup> Ver subtópico 1.1.1 do capítulo 1.

Perón que a revista *El Caudillo* construirá suas imagens do inimigo político em relação à esquerda peronista e demais esquerdas. Porém, é necessário observar que entre o discurso de Perón que delimita o inimigo e a interpretação desse discurso pela revista *El Caudillo*, haverá uma diferença. Conforme assinala Silva:

Quando *El Caudillo* designa a um “inimigo”, está assinalando os inimigos dessa fração do peronismo [a direita]. Quando Perón designa os inimigos, está assinalando os inimigos do movimento peronista e do governo do povo que encabeça. *El Caudillo* e Perón, embora coincidam, são enunciadores qualitativamente distintos. Suas intervenções se direcionam em um mesmo sentido, mas o campo de efeitos possíveis que cada um tem é diferente.<sup>93</sup>

Em todo caso, nota-se que a revista *El Caudillo* e sua facção política de origem identificou especificamente a Tendência Revolucionária como “inimigo” no momento em que Perón operou um corte em sua ambivalência discursiva e adotou posturas cada vez mais reativas em relação a esquerda do movimento. O reconhecimento de Perón como o primeiro enunciador, aquele que tem o privilégio da palavra, é observável no editorial da edição nº 1, em que Romeo escreve:

Perón é o nosso caudilho. Ele que elege os seus aliados, elege também a condução. Só a verticalidade assegura qual é a verdadeira condução. A confirmação do Conselho Superior do Movimento Peronista é eloqüente. Perón confirmou os que sempre lhe demonstraram fidelidade.<sup>94</sup>

O “*nós*” e o “*eles*”. Em *El Caudillo*, a produção do inimigo a ser eliminado – politicamente e fisicamente – também se deu nos marcos de uma divisão entre o “*nós*” e o “*eles*”, que resultava em noções de “*verdade*” e “*aliado*”. Conforme observa Patricio Simonetto,

O peronismo configurou em torno de suas alianças de poder uma identidade política (*nós/eles*) na qual articulou, sob uma conotação positiva, a ideia de Perón-Verdade-Nação como expressão de uma sinonímia (Veron y Sigal, 2010). Esta construção seria levada ao extremo na escrita de *El Caudillo* e a ela seriam adicionadas outras como a igualação de Perón-Nação-Verdade-Lopez Rega-Isabel Martínez de Perón, entre outros componentes do núcleo da “*verdade*” peronista. O sujeito associado ao caudillo era um “*verdadeiro peronista*”, o qual implicava uma posição ética, moral e política (...).<sup>95</sup>

<sup>93</sup> SILVA, Natalia. El papel de la revista *El Caudillo*. Aproximaciones al discurso político de la derecha peronista durante el régimen democrático de los setenta. **X Jornada de Sociología**, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, pp. 1-14, 2013, p. 10, tradução nossa.

<sup>94</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acaba: el que manda es Perón. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

<sup>95</sup> SIMONETTO, Patricio. El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975). **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 139, tradução nossa.

Essa oposição radical entre o campo do “nós” e o campo do “eles” se percebe ao longo de toda a revista, mostrando-se eloquentemente no editorial da edição nº 1:

Companheiros, a luta é clara. Só existem nela duas frentes: a dos aliados e a dos inimigos. A do povo e a do antipovo. A Sinarquia, força da oligarquia financeira internacional, é a capanga da frente opositora. Perón é o nosso caudilho. (...) Os outros (...) os tem castigado, porque não observam a lealdade, nem a pátria, nem o movimento e seus homens.<sup>96</sup>

No campo do “nós”, a “verdade” era materializada na relação Perón-Pátria e nos fundamentos doutrinários do justicialismo. *El Caudillo* insistiu em todo momento nessa ideia, tanto que o editorial da edição nº 7 era categórico ao afirmar: “Por isso, se está com Perón ou contra o país”<sup>97</sup>, não havendo, portanto, alternativas ou espaços para a oposição. Opor-se a Perón não era menos que opor-se ao próprio país, e isso demarcava uma postura combativa em defesa do peronismo que era lida como a defesa não de um movimento, mas da nação. A essa associação Perón-Pátria, incluíam-se outras figuras: a de Isabel Perón, esposa e vice presidenta do general até sua morte em julho de 1974, e a de Lopez Rega, ministro do Bem-Estar Social e uma das cabeças da Triple A. Essa somatória é percebida no editorial da edição nº 38 (09/08/1974), que diz:

ESTAMOS COM ISABEL, porque ela esteve, está e estará para nós, os peronistas, acima de toda discussão, em seus erros e acertos, porque ninguém melhor que ela para continuar a obra de Perón. ESTAMOS COM LOPEZ REGA, porque gozou da confiança do nosso líder e porque dedicou sua vida a obedecê-lo fanaticamente, o Ministério do Bem Estar Social é a ponta de lança da nossa revolução.<sup>98</sup>

Não poderia haver “verdade” fora dessas figuras, tampouco fora dos princípios da doutrina justicialista, esta que era inquestionável e não admitia interpretações. Como dizia a seção *Oime* da edição nº 34 (12/07/1974) ao tributar homenagem a Perón, na ocasião de sua morte: “Você, meu general, deixou para nós uma doutrina monolítica que é plano de batalha; que não admite “interpretações”, “alternativas” ou “tendências””<sup>99</sup>. Em várias edições, *El Caudillo* levou adiante a campanha de reafirmação doutrinária proposta pelo *Documento Reservado*, cujo objetivo era diferenciar o peronismo e o marxismo. Nessa campanha, a revista compilou vários trechos dos discursos de Perón que mencionavam os valores do justi-

<sup>96</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acabo: el que manda es Perón. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

<sup>97</sup> \_\_\_\_\_ Con Perón o contra el país. Buenos Aires, n. 7, 28 dez. 1973, p. 3, tradução nossa.

<sup>98</sup> \_\_\_\_\_ [Sem título]. Buenos Aires, n. 38, 09 ago. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>99</sup> \_\_\_\_\_ Oigame, general. Buenos Aires, n. 34, 12 jul. 1974, p. 12, tradução nossa.

cialismo, como na edição nº 06 (21/12/1973). Nessa edição, após uma longa exposição dos discursos de Perón reunidos nos livros *Doctrina peronista* (1955) e *Temas de doctrina* (1955), a revista concluía: “Existe um só nacionalismo que resume todas as expectativas da Pátria: o Nacional-Justicialismo. Quem se afasta dessa verdade, ignora a realidade”<sup>100</sup>.

Se a “verdade peronista” estava no campo do “nós”, o qual pertenciam *El Caudillo* e a direita peronista, o que restava no outro lado, no campo do “eles”? A mentira, a falsidade, a dissimulação, a traição e todas as desqualificações morais que pudessem assinalar a imagem de um inimigo a ser exterminado. Voltando à seção *Oíme* da edição nº 34, é possível observar essa construção do “eles”, o inimigo, em bases de uma oposição radical entre “verdade” e “mentira”. Dizia o autor do texto:

Você, meu general, nos mostrou o inimigo e, para que não restasse nenhuma sombra de dúvida, o expôs diante dos seus, para que esses inimigos atirassem contra você, atacassem você. Assim, ficaram marcados a fogo para sempre. Assim, ficaram desarmados de seu principal instrumento de luta: a mentira, o disfarce e a confusão traiçoeiramente fomentada.<sup>101</sup>

*A imagem fantasmagórica do inimigo.* Ademais da delimitação do “inimigo” realizada na operação discursiva de Perón e da construção de um campo do “nós”, onde habita toda a “verdade peronista”, a simbolização da alteridade adversária como categoria de “inimigo político” a ser exterminado dependeu, também, de uma construção imagética que, primeiro, reduziu a condição humana do outro e, em seguida, transfigurou esse *outro* em uma visão fantasmática para qual a violência física e verbal foi direcionada. O exercício político da violência fundo se enraíza no solo do espectral, do fantasmagórico, isto é, da representação que se faz do outro. Essa representação, o espectro que se atribui a esse outro, é o combustível para a descarga de ódio e força bruta, não sobre o que o outro realmente é, mas sobre a imagem que nele é projetada. Um critério mais didático para compreendermos a complexa relação entre violência política e representação é o critério da “desumanização”, que implica recorrentemente no desenho de imagens animalizadas do outro ou na recusa em emprestar subjetividade a esse outro. Em ambos os casos, o que se nega é a própria condição humana da alteridade. Quando o outro é seqüestrado da condição humana, o mais básico direito humano à vida já não lhe pertence. Esse processo de desumanização se faz presente em *El Caudillo*. No editorial da edição nº 12, Romeo escrevia: “Fumigaremos ideologicamente os ratos mar-

<sup>100</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Ética justicialista. Buenos Aires, n. 6, 21 dez. 1973, p. 14, tradução nossa.

<sup>101</sup> \_\_\_\_\_ Oigame, general. Buenos Aires, n. 34, 12 jul. 1974, p. 12, tradução nossa.

xistas”<sup>102</sup>. Fumigar é aplicar inseticida, matar com veneno as pragas urbanas e, assim, tornar o ambiente limpo e anti-séptico. O substantivo “rato” é auto explicativo. Atribuída aos marxistas, a palavra qualifica o adversário de esquerda como um animal popularmente conhecido por trazer infecções, por viver em ambientes sujos e, por isso, ter um aspecto repulsivo. Há todo um esforço em se eliminar pragas urbanas como ratos, seja no controle populacional ou na eliminação física desses animais. É toda essa carga simbólica que será projetada na imagem do militante de esquerda revolucionária, justificando, portanto, o extermínio desse militante. Nesse processo de desumanização operado por *El Caudillo*, não há qualquer traço de condição humana no adversário de esquerda, não se faz a esse adversário o empréstimo de uma subjetividade; ele não é subjetivado, ele não existe como um ser humano real, apenas como praga a ser eliminada mediante um trabalho de saneamento.

Isso me faz pensar acerca de como a violência, em particular o seu exercício político, é concebida de um modo incompleto. Por um lado, se nega a violência como parte da política, deslocando-a para o terreno do desvio ou do excepcional, já que, conforme assinala Luis Felipe Miguel, “As correntes hoje predominantes da teoria política preferem ver a política sob o prisma da produção de consensos e do reconhecimento intersubjetivo recíproco, exilando as noções de conflito de interesses e disputa pelo poder”<sup>103</sup>. Por outro lado, se enxerga a violência em sua superfície, isto é, no ponto em que ela aparece como agressão física ou morte. Muitas vezes, e como testemunha a própria revista *El Caudillo*, o que se chama de “violência direta” é o resultado derradeiro de um longo processo representacional que constrói figuras sobre o objeto alvo da agressão. Em todo caso, pouco se observam as profundidades oceânicas da violência nas quais submergem a linguagem e a simbolização.

Para mergulharmos nessas profundezas da violência, vale recorrer a Slavoj Žižek quando o mesmo sugere que nem sempre a linguagem será o meio de coexistência pacífica, sendo, pelo contrário, também um mecanismo mediante o qual se exerce violência. Nesse ponto, é interessante mencionar a provocação do autor: “Muito bem, mas e se os homens superassem os animais em sua capacidade de violência precisamente porque falam?”<sup>104</sup>. A provocação indica um corte absoluto no que Žižek chama de uma “ideia prevalecente da linguagem e da ordem simbólica”, segundo a qual

<sup>102</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Caras y caretas. Buenos Aires, n. 12, 01 fev. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>103</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, pp. 29-45, jun. 2015, p. 29.

<sup>104</sup> ŽIZEK, Slavoj. Allegro moderato – Adagio. *Teme o teu próximo como a ti mesmo! Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 49.

Na linguagem, em vez de exercermos uma violência direta uns nos outros, procuramos debater, trocar palavras, e esta troca de palavras, mesmo quando agressiva, pressupõe um mínimo de reconhecimento da outra parte. A entrada da linguagem e a renúncia à violência são muitas vezes entendidas como dois aspectos de um mesmo gesto: “Falar é o fundamento e a estrutura da socialização, e caracteriza-se pela renúncia à violência”, como lemos num texto de Jean-Marie Muller escrito para a Unesco.<sup>105</sup>

E quando a violência infecta a linguagem, complementa Zizek, a lógica imanente da comunicação simbólica é distorcida, ou seja, há uma perda na própria natureza da linguagem como renúncia à violência. Mas essa não seria uma abordagem um tanto idealista? Talvez seja, já que, segundo Zizek,

(...) há algo de violento no próprio ato de simbolização de uma coisa, equivalendo à sua mortificação. É uma violência que opera em múltiplos níveis. A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior. Quando chamamos o ouro de “ouro”, extraímos violentamente um metal de sua textura natural, investindo nele nossos sonhos de riqueza, poder, pureza espiritual etc., ao mesmo tempo que nada disso tem relação com a realidade imediata do ouro.<sup>106</sup>

Ora, é exatamente essa a operação que a revista *El Caudillo* realizava em sua construção da alteridade inimiga. No editorial da edição nº 1, a revista assim se dirigia aos militantes da Tendência Revolucionária: “Dizemos a eles as verdades na cara e os chamamos, para dar-lhes nome e apelido, TRAIADORES INFILTRADOS”<sup>107</sup>. *El Caudillo* também não se furtava de designar o adversário/inimigo com uma série de expressões desmoralizantes e inquistórias, a exemplo do que fez na edição nº 18 com um militante, provavelmente, trotskista: “nada menos que um mercenário”, “assassino de aluguel”, “especialista em matar e odiar” – essas eram algumas expressões utilizadas pela revista para designar a pessoa de Karmi Rainsenstadt<sup>108</sup>.

O que está implícito nesses exemplos é a simbolização do outro que equivale à sua mortificação. O outro deixa de ser um indivíduo complexo e portador de vida interna, de subjetividade, passando a ser “o infiltrado”, “o mercenário”, “o assassino”, “o especialista em odiar”; ele não tem nome próprio e não existe internamente como significado psíquico, sendo, portanto, simplificado e reduzido a esses únicos traços. Não há a valorização de toda uma rea-

<sup>105</sup> ZIZEK, Slavoj. Allegro moderato – Adagio. *Teme o teu próximo como a ti mesmo! Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 49.

<sup>106</sup> Idem, p. 50.

<sup>107</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acaba: el que manda es Perón. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

<sup>108</sup> Nada menos que un mercenario. Buenos Aires, n. 18, 14 mar. 1974, p. 16.

lidade da vida ou da existência desse outro que vai além de sua prática militante ou ideologia política. A vida desse outro não abarca o amor, a amizade, o trabalho, a socialização comum, não tem nenhum significado complexo e que possa ir além desse viver para trair, se infiltrar, conspirar, matar, odiar, se vender... Ele não tem uma história pessoal que o constitua como “unidade orgânica”. Ele é somente um infiltrado, mercenário e assassino. Além disso, esse processo de mortificação se opera também na simplificação dos movimentos políticos os quais pertence a alteridade inimiga. A Tendência Revolucionária é extraída de sua complexidade histórica, ideológica e militante, sendo reduzida ao simples traço da “infiltração” no peronismo. Essa corrente à esquerda do movimento, que sequer é reconhecida como parte do movimento peronista, não tem atrás de si uma trajetória histórica forjada nos vários anos de desenvolvimento das lutas populares antisistêmicas na Argentina; não tem uma cartilha programática baseada em um *corpus* filosófico complexo, tais quais os diversos marxismos; não é dotada de ações políticas discutidas em reuniões, assembléias ou coletivos e estrategicamente montadas a partir de leituras da conjuntura política. A Tendência é simplesmente a “traição”, a “infiltração” ou a “subversão”.

Quando se mortifica o outro pela linguagem, a sua morte torna-se possível. Pilar Calveiro<sup>109</sup> relata que nos centros clandestinos de detenção da última ditadura militar argentina (1976-1983) – esses centros, vale lembrar, começaram a funcionar já na fase do governo constitucional peronista, em 1975 – o assassinato sistemático de presos políticos precedia o que a autora chama de uma “quebra do homem”, isto é, a submissão das pessoas encarceradas a toda uma lógica de animalização, seqüestro dos traços de personalidade, esgotamento psíquico e físico mediante seções em série de tortura, rompimento com a realidade externa, para que dessa maneira a pessoa perdesse o sentido de sua existência como ser humano digno e potencialmente resistente. Tendo toda a sua humanidade reduzida a nada, a pessoa não tinha condições físicas e emocionais de lutar pela própria vida, o que dava ao seu algoz a facilidade para matá-la. Nesse sentido, antes de matar o corpo era necessário que se matasse a vida interna, a subjetividade, a personalidade, isto é, o extermínio da condição humana antecedia o extermínio físico.

O processo de mortificação orquestrado na linguagem supõe o desaparecimento da noção de que o outro seja um sujeito próximo a mim, no sentido de partilhar comigo a condição humana. Pelo contrário, esse outro adquire a imagem de uma “coisa próxima”, sem

---

<sup>109</sup> CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

profundidade ou espessura, sendo não mais que uma máquina biológica. Assim,

Esse sujeito pressuposto não é, portanto, outro ser humano com uma vida interior rica e cheia de histórias pessoais, que narra a si mesmo a fim de adquirir uma experiência de vida dotada de sentido, uma vez que uma pessoa assim não pode, em um última análise, ser um inimigo. “Um inimigo é alguém cuja história não se ouviu”.<sup>110</sup>

Se a categoria do inimigo emerge de uma negação da subjetividade e da condição humana do outro, a violência contra ele também cobra forças no que Zizek chama de “visão fantasmática”. Tomando como exemplo o caso da violência antissemita, o autor afirma:

Consideremos o exemplo do *pogroms* antissemitas, que podem representar aqui toda a violência racista. O que os perpetradores dos *pogroms* acham intolerável e enfurecedor, aquilo que os faz reagir, não é a realidade imediata dos judeus, mas a imagem/figura do “Judeu” que circula em sua tradição e foi por esta construída. O problema, evidentemente, é que um indivíduo isolado não pode distinguir de maneira simples entre os judeus reais e a sua imagem antissemita: essa imagem sobredetermina o modo como eu faço a minha experiência dos próprios judeus reais, além de afetar ainda o modo como os judeus se experimentam a si próprios. O que torna intolerável um judeu real que um antissemita venha a encontrar na rua, o que o antissemita tenta destruir quando agride o judeu – o verdadeiro alvo de sua fúria – é essa dimensão fantasmática.<sup>111</sup>

Essa forma de abordar a agressão contra a alteridade imaginada como inimiga, a meu ver, opera um corte cirúrgico nas noções correntes sobre a violência como o resquício do estado de natureza hobbesiano e que na cultura será reprimido. Na verdade a violência, se nós concordamos com Zizek, torna-se intrigantemente coerente com as práticas sociais da cultura, já que a violência deixará de ser impulso natural do humano, ou “pré-hobbesiana”, para adquirir contornos de simbolização ou representação que se desenham no contexto das tradições sociais. Não precisamos de muito aprofundamento para ver que a história das sociedades humanas é a história da própria violência, que o Estado moderno hobbesiano se funda na violência das revoluções, que as invasões coloniais foram essencialmente violentas. A violência parece adquirir um aspecto mais complexo e requintado com a cultura, que lhe oferece o fermento simbólico ideal para suas representações e práticas. Ela não entrará em discordância com o projeto da Modernidade que buscou canalizar para as instituições republicanas a potência truculenta dos conflitos de interesse entre os grupos humanos. Pelo contrário, ela integra a moderna burocracia estatal, como bem observou Zygmunt Bauman na

<sup>110</sup> ZIZEK, Slavoj. *Allegro moderato – Adagio. Teme o teu próximo como a ti mesmo!* **Violência:** seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 42.

<sup>111</sup> Idem, p. 52.



sua metáfora do “Estado jardineiro”<sup>112</sup>.

Contudo, a questão central aqui é perceber a dimensão fantasmática do inimigo que estimula a violência sobre o mesmo. Nesse sentido, a destruição física do outro não é apenas um impulso de natureza animal, e sim o resultado de uma intolerância ou ódio da imagem construída e projetada sobre o outro. É essa imagem que se tenta eliminar com a eliminação do corpo da alteridade. Não é o judeu em si, mas a imagem antissemita do judeu que levará às explosões de fúria e, no limite, ao crime de lesa humanidade. Da mesma maneira, o que não se tolera é um comunismo subversor de absolutamente todos os valores morais, políticos, econômicos e culturais do Ocidente; um comunismo ateu que deseja destruir a religião, um comunismo totalitário que dilui o indivíduo num coletivo homogeneizante submisso ao Estado, um comunismo libertino que perverte a moralidade sexual heteronormativa, ou um comunismo coletivista que rouba os bens materiais do indivíduo. Claro, essa descrição é a fantasmagoria inventada sobre o comunismo no século passado, que não corresponde com as teses marxistas. Motta elaborou um excelente estudo sobre o imaginário anticomunista e constatou que as representações sobre o comunismo no século XX apelaram para imagens fantasmáticas de demônios, inferno e doenças. O autor mostra, por exemplo, como os comunistas foram identificados como “agentes patológicos”:

A caracterização do comunismo como coisa ruim, maléfica possui uma outra ordem de representações que tem importância significativa. Trata-se de referências associando a ação revolucionária a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer etc. Este tema se fez presente no imaginário anticomunista de modo muito constante, ocorrendo pouca alteração de intensidade no decorrer do tempo. (...) A ação dos comunistas era apresentada como similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos (...) A militância dos revolucionários seria comparável a microorganismos ou elementos que agredem o corpo humano (...) Às vezes, não se tratava de comparar o comunismo a doenças ou a agentes infecciosos, mas de afirmar que os comunistas eram indivíduos doentes, cujas enfermidades os levaram a assumir posições ideológicas revolucionárias (...).<sup>113</sup>

Em *El Caudillo* ocorrem operações semelhantes. Entre as imagens fantasmagóricas do inimigo está a imagem da sujeira, ou seja, a revista associou a Tendência Revolucionária e seu projeto socialista a tudo que se refere à imundície, ao mau odor e ao nojo. Assim, *El Caudillo*

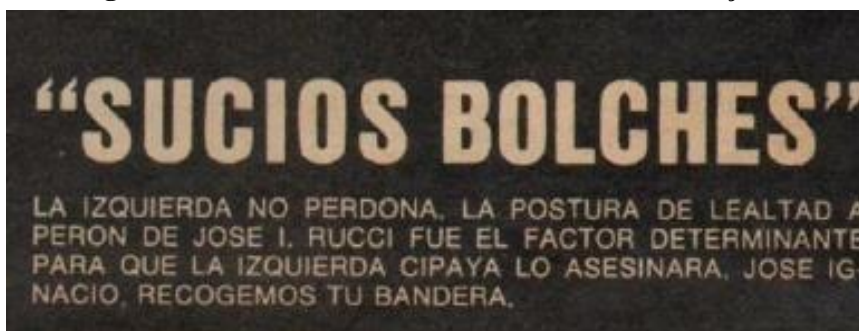
---

<sup>112</sup> Segundo Bauman, o moderno Estado “jardineiro” “vê a sociedade sob seu comando como objeto de planejamento, cultivo e extirpação de ervas daninhas”. Isso estaria na raiz de projetos de genocídio, como o Holocausto, orquestrado pela própria burocracia estatal moderna. Ver: BAUMAN, Zygmunt. Introdução. *A Sociologia depois do Holocausto. Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 22.

<sup>113</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Imaginário anticomunista. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 78 e 79.

investiu em trocadilhos como “sujialismo”, em referência ao socialismo (ver imagem 18), e em desqualificações como “sujos bolches”, em referência aos militantes de esquerda identificados com o bolchevismo (ver imagem 19).

**Imagem 18.** Título de um box da revista *El Caudillo*, edição nº 3



**Fonte:** Ruinas Digitales

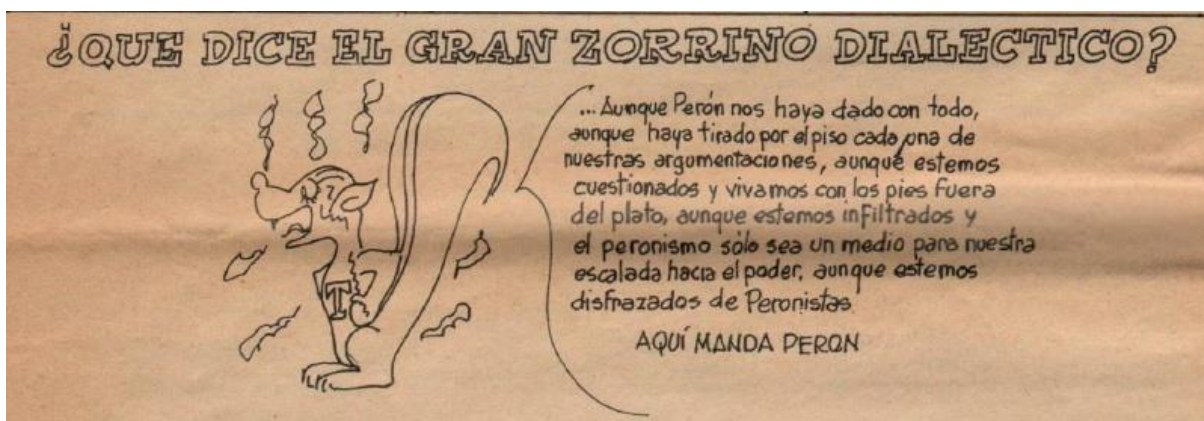
**Imagem 19.** Título de matéria crítica ao governo da província de Córdoba (*El Caudillo*, nº 10)



**Fonte:** Ruinas Digitales

No contexto da repulsa a uma esquerda que era vista como imunda, a figura de um gambá aparecia na seção de humor *Chismes y entretenimientos* da edição nº 3 (30/11/1973), representando a Tendência Revolucionária. Observe a imagem 20: há um “T” marcado no peito do animal, possivelmente se referindo a “Tendência”, e o apelido dado ao bicho é igualmente provocativo e sugestivo, “gambá dialético”. A palavra “dialético” está no coração do marxismo, repousando na principal doutrina filosófica formulada por Marx e Engels no século XIX, o materialismo dialético. Em *El Caudillo*, o termo assume uma conotação pejorativa quando associado ao mau cheiro, à impureza e ao selvagem.

**Imagem 20.** Fragmento da seção *Chismes y entretenimientos* (*El Caudillo*, nº 3)



**Fonte:** Ruinas Digitales

A mesma seção, *Chismes y entretenimientos*, prosseguiu em suas associações da esquerda com o impuro e na edição nº 6 (21/12/1973) representou a Tendência Revolucionária como excremento. Na imagem 21 é possível perceber tal associação: na tampa de um vaso sanitário estão inscritas abreviações de grupos da Tendência – PB (Peronismo de Base), JP (Juventude Peronista) e JTP (Juventude Trabalhadora Peronista) –, enquanto um homem, com estereótipo de militante de esquerda, puxa a descarga descartando a si próprio.

**Imagem 21.** Fragmento da seção *Chismes y entretenimientos* (*El Caudillo*, nº 6)



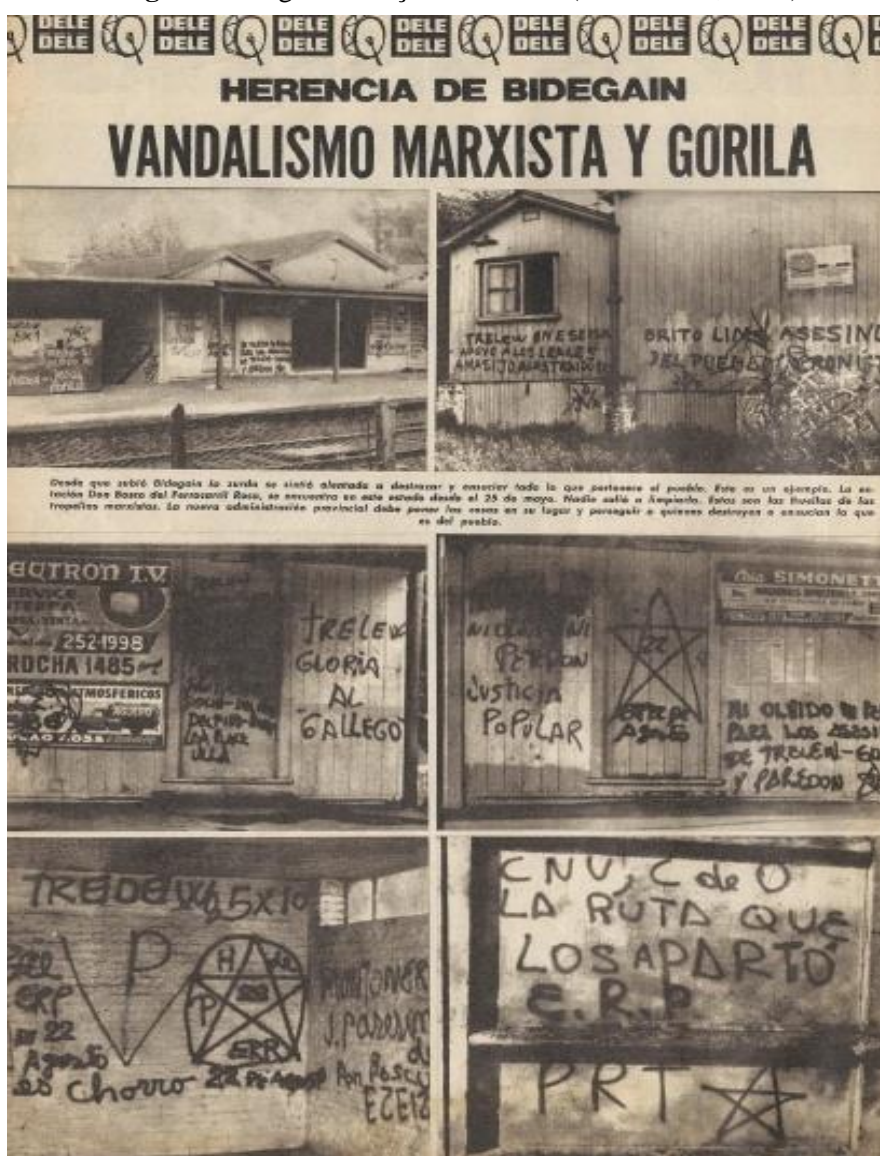
**Fonte:** Ruinas Digitales

Em *El Caudillo* o impuro se encontrou com a desordem, montando um esquema de denúncia contra formas de expressão política da esquerda que fugia ao ideal de pureza. O caso do picho é emblemático dessa questão. Na edição nº 12 (01/02/1974), a revista denunciou o que ela considerava ser um “vandalismo marxista”: as pichações com mensagens políticas

feitas em nome de grupos revolucionários. A denúncia veio em forma de fotografias da estação de metrô Don Bosco, em Buenos Aires, mostrando as paredes pichadas com símbolos da JP e do ERP e com mensagens acusatórias aos grupos e líderes da direita peronista. Na legenda das fotografias podia-se ler:

Desde que subió Bidegain, a *esquerda* se sentiu encorajada a destruir e sujar tudo o que pertence ao povo. Este é um exemplo. A estação Don Bosco de Trem Roca se encontra neste estado desde 25 de maio. Ninguém foi limpá-la. Estas são as marcas do ultraje marxista. A nova administração provincial deve por as coisas em seu lugar e perseguir quem destrói ou suja o que é do povo.<sup>114</sup>

**Imagem 22.** Página da seção *Dele Dele* (*El Caudillo*, nº 12)



**Fonte:** Ruinas Digitales

<sup>114</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Herencia de Bidegain: vandalismo marxista y gorila. Buenos Aires, n. 12, 01 fev. 1974, p. 14, tradução nossa.

Observe como os termos “destruir” e “sujar” são associados a uma prática da esquerda e a palavra “perseguir” complementa a frase “A nova administração provincial deve por as coisas em seu lugar”. Pois bem, o picho como ato político foi visto por *El Caudillo* pela ótica da depredação do patrimônio público, do vandalismo e da poluição visual, mas o que me parece ser emblemático é o incentivo da revista à perseguição de quem picha, isto é, dos grupos da esquerda. Para *El Caudillo*, ordem e pureza pareciam ser alcançadas mediante a repressão política.

A dicotomia ordem/desordem também apareceu no editorial da edição nº 4, onde o marxismo e o capitalismo foram associados ao caos (ver imagem 23). Assim, a imagem que *El Caudillo* construía sobre a suposta conspiração sinárquica era a de que a mesma intentava contra Perón e o peronismo promovendo o caos e a violência na Argentina para privar o país de seu desenvolvimento, soberania e respeito na comunidade internacional. Como escrevia Romeo,

A onda de violência tem um só objetivo: promover o caos. Desde alguns governos [provinciais], armam-se mãos irresponsáveis, desde outros se intenta conflitar o país. Córdoba, uma província tradicionalmente importante na vida política do país, parece ser outra vez o centro tático de um pronunciamento militar-guerrilheiro que teria como objetivo o desprestígio internacional do governo que o povo soube conseguir (...).<sup>115</sup>

**Imagem 23.** Títulos do editorial da edição nº 4, revista *El Caudillo*



Fonte: Ruinas Digitales

## 2.4. Gênero e sexualidade

*El Caudillo* era uma revista machista e homofóbica. Sua linguagem verbal e visual es-

<sup>115</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Isabel + Perón = ordem / marxismo + capitalismo = caos. Buenos Aires, n. 4, 7 dez. 1973, p. 2, tradução nossa.

corava-se na masculinidade hegemônica que sustenta a economia sexual do patriarcado<sup>116</sup>. Escrita por homens e para homens, a revista *El Caudillo* construía um tipo de homem, o do “macho viril”, ao mesmo tempo em que deslegitimava outras tipologias masculinas, especialmente aquelas associadas com a feminilidade. Essa era a base sobre a qual a homofobia de *El Caudillo* se erigia. Havia, portanto, uma hierarquização das masculinidades que sustentava um paradigma de homem, que legitimava a dominação desse paradigma sobre outros formatos do masculino e, finalmente, que justificava a opressão das sexualidades dissidentes.

Antes de observarmos esse fenômeno nas páginas de *El Caudillo* é necessária uma breve discussão sobre a masculinidade, o masculino e os formatos ou tipologias de homem que tais categorias engendram. É comum associarmos a masculinidade ao paradigma do homem heteronormativo, detentor de força bruta e virilidade erótica, como também de certos caracteres emocionais, a exemplo da solidão e da não dependência de ninguém (principalmente da mulher). Mas esse paradigma, o qual nós podemos chamá-lo de uma “masculinidade hegemônica”, não é mais que um formato de homem no amplo espectro das identificação com o gênero masculino. Eis a razão pela qual o termo masculinidade é utilizado aqui no plural. Rogerio Tilio discutiu em sua dissertação a pluralidade e fluidez implícitas no conceito de masculinidade:

O conceito de masculinidade utilizado neste trabalho é um conceito plural, em que a masculinidade hegemônica é apenas mais uma entre os vários tipos de masculinidades existentes (...). Por isso trabalho com uma visão não-essencialista de gênero, entendendo que diferentes masculinidades são construídas em diferentes contextos sociais e em diferentes épocas. Entendendo que as identidades sociais são múltiplas (...), e reconhecendo a masculinidade como um dos aspectos da identidade social, as masculinidades também devem ser entendidas como sendo múltiplas, variando não só de acordo com contexto social e época, mas também com classe social, idade, raça, sexualidade, etc.<sup>117</sup>

Nesse sentido, não é possível afirmar a existência de um único homem dentro do qual residem todos os atributos do que convencionalmente entendemos como masculino e

<sup>116</sup> Para uma análise do patriarcado e seu sistema de distribuição das violências sobre o gênero feminino, ver: RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 31 jan. 2023. LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

<sup>117</sup> TILIO, Rogerio Casanovas. *Masculinidades e identidade social. Masculinidades hegemônicas e subalternas: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida*. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 68.

masculinidade. O tipo do homem viril e heteronormativo é, portanto, uma entre as várias possibilidades da experiência do gênero masculino e da sexualidade. Associado a essa questão, Tilio observa nas masculinidades uma condição elástica, plástica ou ambivalente:

Como parte das identidades sociais de um indivíduo, as masculinidades também são fragmentadas, contraditórias e em fluxo (...). Fragmentadas porque dependem de vários aspectos (classe social, idade, raça, etc.), não apenas do sexo biológico; contraditórias porque, por serem múltiplas, podem incorporar simultaneamente aspectos contraditórios (por exemplo, um homem pode ser casado com uma mulher e ter sexo casual com outro homem); e em fluxo porque identidades de gênero, assim como outras identidades sociais, não são fixas (um heterossexual convicto pode, com o passar do tempo e ao experimentar novas práticas sociais, passar a viver experiências homossexuais [...]).<sup>118</sup>

Posto que o ser homem abre-se ao diverso e ultrapassa o paradigma hegemônico do masculino, ou seja, estar no mundo se identificando como homem não é o mesmo que assumir a tipologia viril, heterossexual e associada com o pênis, cabe pensar sobre os aspectos que definem uma masculinidade como sendo hegemônica. O ponto de partida dessa “masculinidade hegemônica” é a dinâmica das práticas sociais que estabelece a dominação coletiva do gênero masculino sobre o gênero feminino. Adiciona-se a isso a valorização cultural do tipo do homem viril e heterossexual. Contudo, deve-se complexificar essa noção, o que é possível fazer recorrendo ao texto de Robert Connell e James Messerschmidt<sup>119</sup>. Para os autores, a hegemonia dessa masculinidade implica em violência ativa, isto é, no uso da força bruta, mas também reside em uma “luta ativa pela dominância”, já que a masculinidade hegemônica não configura um sistema de opressão de gênero auto reprodutor. Para que ela exista enquanto paradigma do masculino e sistema de dominação coletiva sobre o feminino, deve reiterar-se mediante um gasto enorme de energia social, política e cultural. A propósito dessa questão, afirmam Connell e Messerschmidt:

A “dominação masculina” é aberta à contestação e requer um esforço considerável na sua manutenção. (...) Há evidências consideráveis de que a masculinidade hegemônica não é uma forma autorreprodutora, seja através de *habitus* ou outros mecanismos. Para se sustentar um dado padrão de hegemonia é necessário o policiamento de todos os homens, assim como a exclusão ou o descrédito das mulheres.<sup>120</sup>

<sup>118</sup> TILIO, Rogério Casanovas. Masculinidades e identidade social. **Masculinidades hegemônicas e subalternas**: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 69.

<sup>119</sup> CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 241-282, jan./abr. 2013.

<sup>120</sup> Idem, p. 260.

Portanto, a masculinidade hegemônica impõe ao próprio homem que a adere uma carga de ações e repressões voltadas a si mesmo. O sustento da virilidade, por exemplo, vem acompanhado de um enorme esforço psíquico e social para enquadrar o comportamento e o corpo no paradigma do homem heterossexual. E tal esforço decorre de uma vigilância autoritária que os homens estabelecem sobre outros homens. A saída ou fuga desse paradigma é penalizada, seja com a exclusão das sociabilidades masculinas, com a humilhação ou com a violência. A masculinidade hegemônica não admite qualquer traço que não seja os traços da virilidade e da heterossexualidade, incorrendo na própria anulação da existência de outras tipologias de masculino. A feminilidade, nesse sentido, não apenas deixa de pertencer ao homem, como também é atribuída àquele homem que experimenta o sexo com outros homens.

A homofobia nasce do policiamento e da inadmissão da masculinidade hegemônica em aceitar outras tipologias de masculino. É na hierarquização das masculinidades, na qual a tipologia hegemônica está no topo e em constante luta para se manter, que a violência homofóbica cobra força. De acordo com Connell e Messerschimidit, “a ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais”<sup>121</sup>. Assim, a violência homofóbica aparece como mais uma estratégia de manutenção da masculinidade hegemônica.

Finalmente, cabe observar que essa masculinidade hegemônica não implica em maioria, isto é, o fato de ser paradigmática não significa que todos os que se identificam com o gênero masculino de corte heterossexual e viril adotem seus hábitos e estratégias de manutenção ou policiamento. A propósito dessa questão, Connell e Messerschimidit afirmam:

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.<sup>122</sup>

Em *El Caudillo*, a masculinidade hegemônica aparecerá em seu discurso verbal e em sua iconografia. A quase total ausência de uma comunicação dirigida às mulheres, como também a idealização da tipologia do homem heterossexual e viril, denotam a androgenia em

<sup>121</sup> CONNELL, Robert; MESSERSCHIMIDIT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 241-282, jan./abr. 2013, p. 244.

<sup>122</sup> Idem, p. 245.



torno da qual a revista se constitui. Simonetto analisou a construção da masculinidade hegemônica em *El Caudillo* e observou que

(...) a identidade de *El Caudillo* encontrava um centro de seu discurso na figura masculina clássica herdada das tradições e da moral católica conservadora. Em suas páginas, lia-se uma constante apelação à moral em rechaço a todo emprego da sexualidade que não cabia nas normas da família cristã. O olhar androcêntrico promulgava uma virulência contra tudo o que escapasse aos cânones estabelecidos como horizontes da vida social e cultural.<sup>123</sup>

O autor demarca alguns balizadores do discurso androcêntrico, machista e homofóbico de *El Caudillo*, a saber: a política como atividade própria de homens, o exercício da violência política como estatuto de masculinidade e prática associada ao masculino, o peronismo como movimento masculinizado e a homofobia<sup>124</sup>, esta que se abre a alguns aspectos específicos. No caso do discurso homofóbico da revista, Simonetto<sup>125</sup> observa os seguintes aspectos: a figura do subversivo construída mediante uma estética feminina, afeminada e histérica; a caracterização do homem homossexual como sujeito indigno da condição humana e da vida, o que levou em certos momentos às convocatórias para o extermínio de homossexuais; e as intimidações aos militantes da Frente de Libertação Homossexual (FLH). Vejamos na revista a correspondência desses elementos mencionados.

*Masculinidade hegemônica e violência política.* Um dos momentos emblemáticos da relação que *El Caudillo* estabeleceu entre masculinidade hegemônica e violência política está na capa da edição nº 12 (01/03/1974), na qual se lê “os fatos são machos” (ver imagem 24). A revista costumava utilizar a palavra “fato” para se referir ao enfrentamento direto ou o exercício da violência aberta, e ao associar essa palavra ao “macho”, *El Caudillo* demonstrava sua concepção de que a tipologia hegemônica de homem carregava a disposição para a violência.

*Militância de esquerda e estética afeminada.* Definitivamente, o ideal de homem e de masculino que a revista *El Caudillo* sustentava não admitia a existência de outros tipos de masculinidade. Isso se percebe na seção *Chismes entretenimentos*, na qual o feminino e os trejeitos afeminados foram associados com a homossexualidade, sendo que tal associação estava impregnada por homofobia. Assim, as militâncias de esquerda, tanto da Tendência Revolucionária quanto da própria Frente de Libertação Homossexual, foram caricaturadas

<sup>123</sup> SIMONETTO, Patricio. *El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975)*. *Sociedad y Discurso*, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 143, tradução nossa.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Idem, p. 144-147.

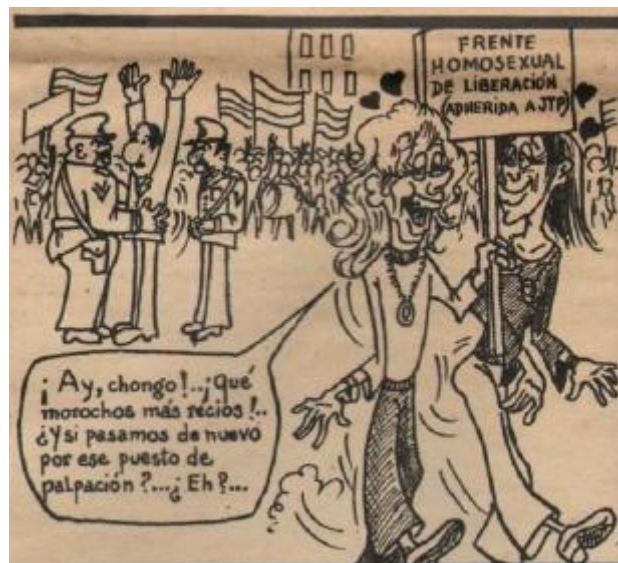
com uma estética afeminada que cumpria funções de afirmar o masculino hegemônico, mas também de deslegitimar a ação política das esquerdas mediante discurso homofóbico.

**Imagem 24.** *El Caudillo* nº 12 (01/03/1974): capa



**Fonte:** Ruinas Digitales.

Imagem 25. Recortes da seção *Chismes entretenimentos*



Fonte: Ruinas Digitales.

### 3 A MATERIALIDADE DA REVISTA *EL CAUDILLO*

“Seja como for, a sintaxe da revista rende um tributo ao momento presente justamente porque sua vontade é intervir para modificá-lo.”

(*Beatriz Sarlo*)

#### 3.1. Considerações prévias

Este é um capítulo experimental, de caráter mais metodológico e menos dissertativo. As páginas que se seguem trazem uma aplicação da metodologia para análise de revistas culturais latino-americanas, proposta por Alexandra Pita González e María del Carmen Grillo<sup>1</sup>. Na introdução deste trabalho, apresentei um esquema elementar dessa proposta metodológica<sup>2</sup> e citei alguns fragmentos escritos pelas autoras que indicam os principais componentes da metodologia, ou os caminhos que o pesquisador pode percorrer na análise de revistas culturais. Embora a revista *El Caudillo de la Tercera Posición* não tenha sido uma revista cultural propriamente, já que o termo tende a ser atribuído àquelas publicações de vanguarda intelectual e literária do século XX latino-americano, o método exposto por Grillo e Pita González é aplicável ao estudo da minha fonte/objeto em razão de ser abrangente: coloca em análise diversos elementos de materialidade gráfica comuns ao periodismo, como capas, editoriais, seções, periodicidade, *design*, coletivo produtor, entre outros elementos.

Especificamente, chamou-me a atenção a ideia que as autoras trouxeram sobre o repertório de análise. Grillo e Pita González sugerem que o pesquisador proceda com base em um repertório de “decomposição” do impresso para recompô-lo novamente. Isso significa esquadrihar a revista, desmontá-la em seus pedaços técnicos, ideológicos e humanos para obter compreensão acerca de seu dinamismo interno. Esse processo analítico

(...)implica definir certas unidades de leitura próprias do periodismo, dispostas em polaridade: estabilidade e regularidade (periodicidade, desenho, composição) frente à variação (vai-vens na periodicidade proposta, redesenho, renovação periódica de seu conteúdo); o individual (a autoria pessoal dos artigos) frente ao coletivo (a revista como produto de um grupo editor, a produção como uma tarefa integrada de redatores, editores, ilustradores, desenhistas, impressores etc.); singularidade (cada texto, cada número) e totalidade (a coleção completa); harmonia (a monologia de um

<sup>1</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015.

<sup>2</sup> Ver tabela 1 da Introdução.

discurso unificado a partir do coletivo “revista”) frente à discordância (as vozes em divergência); o lingüístico frente ao não lingüístico (o icônico, como ilustrações, fotografias); o publicado frente ao implícito (especialmente quando se trata da atualidade imediata, que dar-se por conhecida somente para o leitor); o conceitual (as ideias) frente ao material (papel, uso de cor, impressão, encadernação). Estas polaridades podem sobrepor-se, alinhar-se harmonicamente, complementar-se e se opor. Por tratar-se de um objeto dinâmico a revista representa tensões, equilíbrios e oposições entre um pólo e outro, às vezes publicamente, a partir de suas páginas.<sup>3</sup>

Essas são as senhas para se chegar a uma operação mais técnica, em que é possível selecionar unidades, categorias e componentes para análise, conformando um esquema metodológico. Grillo e Pitta González sugerem tal operação técnica seja realizada a partir de três dimensões dos impressos: 1) dimensão material, que elenca elementos propriamente da espacialidade gráfica; 2) dimensão material e imaterial, que coloca em relação a espacialidade gráfica com os conteúdos do impresso; e 3) dimensão imaterial, que evidencia a constituição e os movimentos internos do grupo de pessoas responsável pela produção do projeto editorial. Cada dimensão é composta por “variáveis”, conforme o esquema abaixo:

*Dimensão material:* a) lugar de guarda (repositório); b) formato; c) quantidade de páginas e desenho; d) impressão, papel e encadernação; e) quantidade de números e etapas; f) periodicidade; g) preço e venda; h) tiragem e zona de difusão. *Dimensão material e imaterial:* a) título e subtítulo; b) manifestos, programas e notas editoriais; c) índice, seções e distribuição de páginas; d) temas e problemas; e) ornamentação, publicidade e novidades. *Dimensão imaterial:* a) diretor, comitê editorial e administração; b) amigos e impressor; c) colaboradores (de textos e gráficos); d) corresponsáveis e distribuidores; e) leitores /ou assinantes; f) tradutores e referentes.

Tomo nota dessas variáveis nos tópicos subseqüentes, no momento de aplicá-las à análise da materialidade de *El Caudillo*. Devo acrescentar que não mobilizarei todo esse conjunto de variáveis descrito, embora eu tenha selecionado alguns que, a meu juízo, são de importância primária para compreendermos as forças internas e externas que atravessaram *El Caudillo*, como também para providenciar referência de aplicação metodológica a possíveis futuros pesquisadores que queiram levar adiante o debate sobre essa revista ou sobre outras. Finalmente, afirmo de antemão que farei pequenas modificações no esquema, pertinentes ao estudo de *El Caudillo*.

<sup>3</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 6, tradução nossa.

<sup>4</sup> Idem, p. 6 e 7.

### 3.2. Aspectos técnicos

*Repositório.* O primeiro passo da pesquisa histórica é encontrar a fonte, identificar o arquivo no qual a fonte está preservada e, em seguida, descrever o estado de conservação da mesma. Esse passo também implica descobrir a trajetória do documento histórico até o momento de sua guarda e preservação no arquivo. Não é uma tarefa simples, já que, no caso de impressos, as coleções podem estar incompletas ou fragmentadas, com edições espalhadas em outros arquivos pessoais ou institucionais. Grillo e Pita González dão a esse processo a denominação de “trabalho arqueológico”, cuja importância está no levantamento de dados sobre o itinerário do documento até o arquivo e suas condições de conservação para facilitar a busca e o trabalho de outros pesquisadores no futuro. Afirmam as autoras:

Este trabalho arqueológico é necessário para formar registros exaustivos, que permitem uma eficiente recuperação do dado de localização. Frente a possibilidade de que [a coleção da revista] se encontre incompleta, a pesquisa por numerosos centros de documentação no país onde se publicou inicia um itinerário maior que inclui, geralmente, reservatórios no estrangeiro. Encontrar a fonte é, portanto, um trabalho múltiplo que pode se converter em uma parte significativa do trabalho de investigação, tanto por suas implicações diretas como pelo que significa a trajetória da busca. A descrição e análise da rota que resultaram no encontro do objeto de estudo são não apenas um passo indispensável para iniciar a pesquisa, como também constituem uma valiosa informação em si mesma sobre a trajetória que a publicação realizou para chegar a nossas mãos na atualidade. Seguindo a lógica historiográfica, a importância de saber por quais reservatórios públicos e privados [a fonte] transitou, nos remete ao valor que em determinado momento teve sua existência para grupos específicos.<sup>5</sup>

A revista *El Caudillo* foi encontrada no arquivo *Ruinas Digitales*, um repositório digital, disponível em uma página da Internet, construído e mantido por estudantes de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires. Recentemente, o *site* saiu fora do ar e, portanto, não é possível acessar a massa documental que havia nele. Tratava-se de uma massa grande, composta por dezenas de coleções de revistas e jornais da história do peronismo, entre os quais se encontrava *El Caudillo*. A página tinha um *design* arrojado (ver imagem 2), mas guardava uma riqueza histórica incomensurável, já que seus muitos acervos eram constituídos por publicações raras e que informavam a diversidade da imprensa política peronista. Certamente, para um pesquisador estrangeiro como eu, que se interessa nas temáticas da história do peronismo e, particularmente, na atividade militante dessa tradição política por

---

<sup>5</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 8, tradução nossa.

meio de sua própria imprensa, o *Ruinas Digitales* cumpria um papel fundamental ao disponibilizar gratuitamente várias coleções completas de impressos peronistas que foram publicados em diferentes períodos históricos. Uma, duas, várias teses de doutorado saíam facilmente dos acervos de *Ruinas Digitales*, e o que penso ser mais importante é que a diversidade documental do arquivo viabilizaria estudos em perspectiva comparada. Exemplo: em *Ruinas Digitales* estava disponibilizada a coleção completa da revista *El Descamisado*, produzida pelos Montoneros entre 1973 e 1974, e com a qual a revista *El Caudillo* travou um intenso debate. Aproveito para parabenizar a equipe que manteve o *Ruinas Digitales* no ar, tanto pela consciência que a equipe mostrou ter sobre a relevância histórica e política da massa documental ali disponibilizada, quanto pelo trabalho, certamente exaustivo, de reunir, organizar, descrever e digitalizar as coleções, na maioria das vezes, completas. Algumas revistas possuíam mais de vinte páginas e edições que ultrapassavam os 70 números, como é o caso de *El Caudillo*, e a equipe do *Ruinas Digitales* cuidou de digitalizar página por página, como também cuidou de reunir as edições digitalizadas em domínios próprios, seqüenciados e com informações acerca das origens, aspectos materiais e ideológicos da publicação. O link de acesso ao *Ruinas Digitales* era este: [<http://www.ruinasdigitales.com/>].

**Imagem 26.** Logomarca do arquivo *Ruinas Digitales*.



**Fonte:** Redes Editoriales.

Em meados de 2018, encontrei casualmente a revista *El Caudillo* entre os acervos do *Ruinas Digitales*. O arquivo me era desconhecido, assim como a revista. Ao percorrer o olhar

sobre algumas edições de *El Caudillo*, percebi que se tratava de uma revista de direita, com identidade peronista e discurso anticomunista e autoritário. A coleção da revista estava quase toda completa<sup>6</sup>, disponibilizada em formato digital (PDF) e em excelentes condições materiais para leitura. Enxerguei possibilidade científica na coleção, haja vista que seu posicionamento à direita do espectro político (peronista, no caso) poderia levantar questões e discussões de particular relevância histórica e política para a nossa época marcada por um ciclo de conservadorismo e extremismos de direita. Era uma tentativa de confrontar o presente com o passado, de entender prováveis continuidades e descontinuidades históricas no campo de direita latino-americano ou mesmo de promover debate público sobre efeitos do extremismo de direita em nossa região.

**Imagem 27.** Design da página do arquivo *Ruinas Digitales*.



**Fonte:** El Topo Blindado.

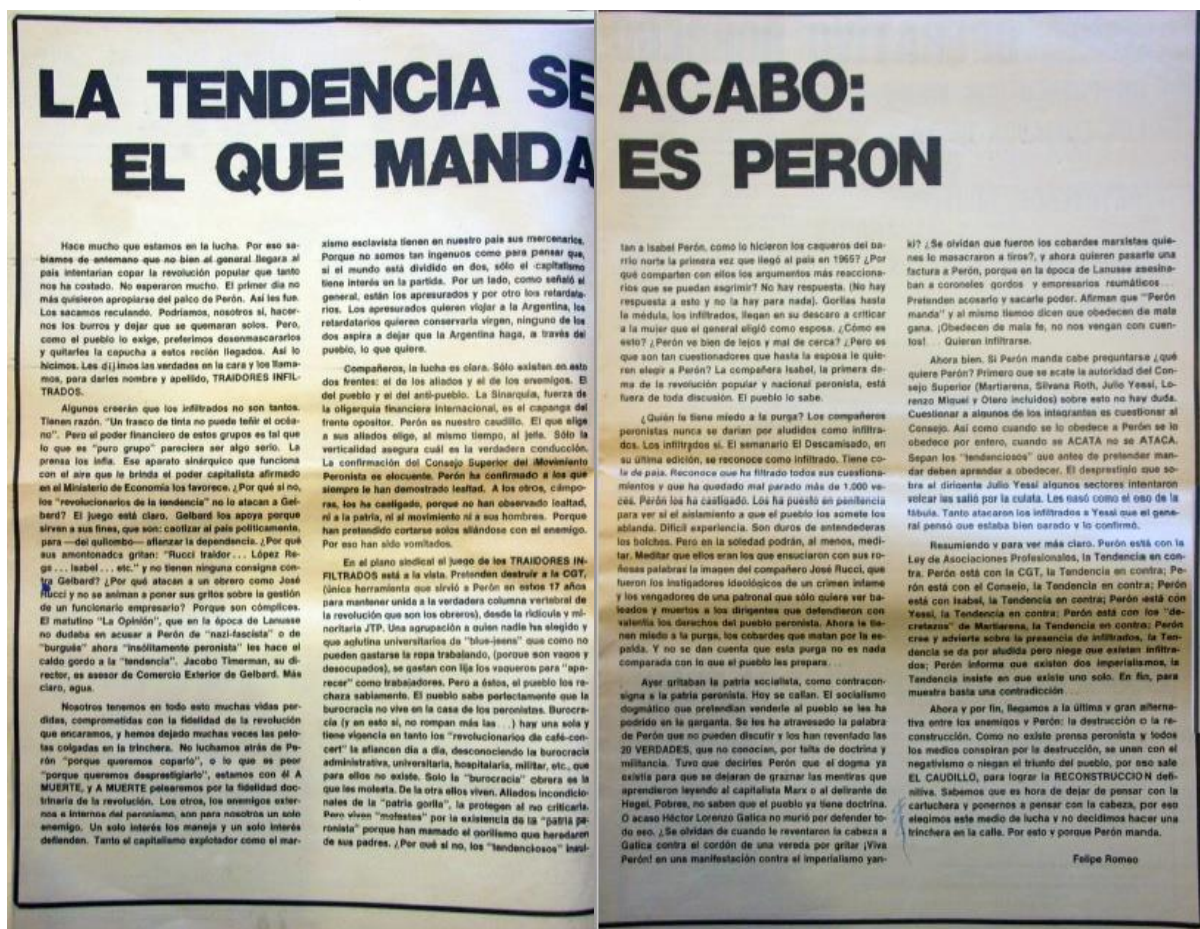
Desde o meu primeiro contato com *El Caudillo*, a minha fonte/objeto seria olhada desde a perspectiva de alguém inserido numa temporalidade na qual o anticomunismo se repa-

<sup>6</sup> Falta a edição nº 49. *El Caudillo* publicou duas edições como sendo as de número 48: nº 48 de 18/10/1974 e nº 48 de 01/11/1974. Houve um interregno entre tais edições, e no *Ruinas Digitales* não encontrei uma possível edição nº 49. Eu penso em duas hipóteses para esse problema: ou os originais não chegaram à equipe do arquivo, ou a administração da revista errou na contabilização dos números.



ginou, o autoritarismo pretendeu concorrer com a democracia e a violência política legitimou-se e capilarizou-se a partir do discurso de ódio. Influenciado pelos grandes dramas do nosso tempo e vendo as possibilidades oferecidas por *El Caudillo* para uma discussão dessa natureza, imediatamente realizei o *download* de todos os números da coleção disponibilizada em *Ruinas Digitales*. Na área de trabalho do meu *notebook* abri uma pasta reservada ao mestrado e nela uma pasta apenas para guardar a coleção da revista em PDF. Para não ser surpreendido com eventuais problemas técnicos no computador, carreguei para o *Google Drive* toda a coleção digitalizada da revista. A seguir, apresento aleatoriamente algumas edições de *El Caudillo* para mostrar o bom estado de conservação e digitalização das fontes.

Imagem 28. *El Caudillo* nº 1 (16/11/1973): editorial.



Fonte: Ruinas Digitales

As distorções na folha física de se devem, provavelmente, ao momento da digitalização, mas isso não compromete a visualização e leitura do texto. O documento digitalizado já veio em tamanho apropriado que facilitou a leitura, ademais de o recurso de *zoom*, no programa PDF, ensinar o aumento da página sem distorções significativas.

**Imagem 29.** *El Caudillo* n° 4 (07/12/1973), n° 25 (03/05/1974), n° 50 (08/11/1974) e n° 73 (18/12/1975): capas





*Formato e desenho da página.* Esta variável da dimensão material descreve o tamanho e o tipo do papel utilizado na impressão da revista, como também descreve o *layout* da página. Em relação ao tamanho do papel, Grillo e Pita González sugerem que se note se o papel utilizado é grande ou pequeno, do tipo diário ou do tipo caderno, já que nem todas as publicações apresentaram o mesmo tamanho e ao longo do tempo é possível identificar variações nesse aspecto, ou seja, algumas revistas diminuíram de tamanho no século XX para comportar maior quantidade de páginas. As autoras também afirmam que

Identificar o tamanho do papel (...) serve para conhecer se a publicação manteve-se estável durante os anos em que era publicada, e pode, inclusive, ajudar a determinar os momentos de crises econômicas pelas quais atravessou o grupo editor caso o pesquisador encontre uma redução na quantidade de páginas.<sup>7</sup>

Outro ponto merecedor de destaque: o tamanho do papel fornece pistas sobre o grau de conservação do documento.

(...) enquanto o tamanho de papel grande, tipo diário, é dobrado em uma ou duas folhas (e aí onde, com o tempo, se produzem as quebras e perdas de parte do material), as dimensões de um caderno que, na maioria das vezes, continha uma capa dura, protege melhor as páginas.<sup>8</sup>

Essas informações são valiosas a presente análise, em razão da natureza do documento o qual tive acesso. Um documento histórico digitalizado – particularmente se for o caso de uma revista – apresenta certos desafios e impõe alguns limites ao pesquisador, na hora de realizar a descrição analítica da materialidade. Na ausência dos originais físicos, resta ao pesquisador de um documento digitalizado trabalhar com as pistas e os dados presentes na própria réplica, ou então deduzir com base em teorias, modelos e comparações com outras fontes.

A revista *El Caudillo* tinha um papel do tipo diário, ou seja, de tamanho grande. Embora eu não tenha acesso aos originais físicos, deduzo que seja assim pelo fato de que as imagens digitalizadas mostram um material que sofreu dobraduras, seja no manuseio ou na guarda, conforme se percebe nas imagens anteriores (3, 4 e 5). Outro indício que corrobora essa hipótese são as fotografias encontradas na plataforma de compras digitais Mercado Livre, em que se encontram disponíveis para venda algumas edições de *El Caudillo*. Nessas imagens

---

<sup>7</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 8, tradução nossa.

<sup>8</sup> Idem, p. 8 e 9, tradução nossa.

observa-se um material de porte grande e também com dobras no meio da página. Vejamos:

**Imagem 31.** Edições de *El Caudillo* para venda na plataforma de compras digitais Mercado Livre



Fonte: Mercado Libre.

Se colocadas lado a lado todas as edições, de forma que se possa observar o tamanho do papel e a quantidade de páginas, emerge um dado relevante: o da estabilidade na produção. A revista *El Caudillo* manteve em todos os seus números a mesma dimensão física, do tipo diário, e apresentou regularidade em seu número de páginas. O semanário contava com 23 páginas e mais a capa, sendo que algumas edições ultrapassaram sensivelmente esse número para além. Isso informa que o projeto editorial não sofreu com crise econômica, ou seja, contou com recursos financeiros o suficiente para manter a produção já que suas fontes de financiamento não se reduziram ou esgotaram.

No que se refere o *layout* de uma revista, Grillo e Pita González observam que a forma como o *design* da publicação foi concebido indica o impacto que a mesma desejava exercer sobre o público leitor. Por esse motivo, assinalam,

(...) é necessário descrever se a capa é apenas texto, texto e imagem, ou imagem somente; se as notas começam na capa ou se os títulos são mencionados apenas com uma breve baixada de linha. Da mesma maneira, deve-se registrar se as páginas estão numeradas, se existem nota de rodapé ou cabeçalho, se há arte na página com uso de ornamentações, coroações ou fitas; quantas colunas existem por página; como são preenchidos os espaços em branco e cheios (se há “ar”, espaço, ou se os textos se amontoam desordenadamente, com pouca margem).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 9, tradução nossa.

Na revista *El Caudillo* esses elementos apareceram na forma de um *layout* razoavelmente bem estruturado. As capas continham apenas textos, estes que funcionavam como manchetes bombásticas para possivelmente causar a sensação de que o país enfrentava uma guerra interna contra os grupos insurgentes, a exemplo da capa da edição nº 14 (ver imagem 8). Nelas, a parte superior trazia o título e o subtítulo da publicação, assim como as informações de ano, número, preço e data da edição. Atenção particular merece o desenho acima do título “*El Caudillo*”: na imagem 7, se observarmos atentamente, veremos uma lança de bambu. Essa lança era um dos símbolos visuais do Movimento Nacionalista Tacuara (MNT), uma das maiores organizações da direita peronista que atuou entre o final dos anos 1950 e a primeira metade da década de 1960, e representava as lanças utilizadas pelas milícias montoneras no contexto do caudilhismo no século XIX<sup>10</sup>.

**Imagem 32.** *El Caudillo* nº 1 (16/11/1973), nº 33 (28/06/1974) e nº 70 (30/10/1975): parte superior das capas



Fonte: Ruinas Digitales.

<sup>10</sup> GALVÁN, María Valéria. O Movimento Nacionalista Tacuara e suas ramificações: uma análise de suas representações figurativas. In: BEIRED, José Luis (org.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2010, 256 p., p. 96 e 97.

**Imagem 33.** *El Caudillo* n° 14 (15/02/1974), n° 39 (16/08/1974): capas



Fonte: Ruinas Digitales.

Essas capas são eloquentes do impacto que *El Caudillo* intencionava provocar em seu público leitor. Elas indicam uma construção do cenário político marcado por lutas internas de caráter violento e, ao mesmo tempo, demarcam o inimigo que deve ser combatido, ou seja, as organizações insurgentes. Basta observarmos a referência que a capa da edição n° 39 fez à guerrilha trotskista Exército Revolucionário do Povo (ERP). A construção de um cenário político beligerante, noticiado por meio de uma manchete bombástica, possivelmente informa sobre a intenção de mobilização política do público leitor para travar ou apoiar a guerra contra a insurgência. Finalmente, as expressões beligerantes das capas estavam de acordo com toda a linguagem política de *El Caudillo*, isto é, uma linguagem de violência política, que levava o antagonismo ao limite do confronto direto e que representava a alteridade adversária como um inimigo a ser exterminado política e fisicamente.

Internamente, *El Caudillo* possuía espacialidade gráfica bem distribuída e organizada, com seções fixas, matérias sobre acontecimentos nacionais e internacionais, publicidade financiada por instituições do Estado, sindicatos e iniciativa privada, como também possuía muitas imagens e fotografias. Os textos tinham dimensões médias e longas, estando

organizados em colunas e dialogando com os demais recursos gráficos, como as fotografias ou as caricaturas. Desse modo, *El Caudillo* tinha toda a sua espacialidade gráfica preenchida e impressa com qualidade. Essas características sugerem que a revista contava com bom financiamento e certo nível de profissionalismo midiático.

*Impressão e encadernação.* Conforme assinalam Grillo e Pita González, a forma como a revista foi impressa não apenas revela o grau de modernização das técnicas utilizadas, como também informam acerca de como a revista se concebeu no sentido de seus usos.

O uso de tipografia convencional, inovadora, clássica ou de criação original especialmente para revista, fala do cuidado com que se pensa o projeto. (...) Uma revista impressa em papel diário (...) está comunicando algo mais a respeito de como ela se concebe em termos de duração, de certo caráter auxiliar ou de serviço; uma revista impressa em cores e em um papel de alta qualidade, concebe a si mesma como objeto material que busca a perduração e o usufruto.<sup>11</sup>

Da mesma forma, a maneira como uma revista é encadernada indica seus modos de auto concepção, utilização e perduração temporal. A propósito dessa questão, as autoras escrevem que

(...) o tipo de encadernação, que pode ser uma ou várias folhas, ou um caderno, com folhas em brochura ou uma revista livro, refere-se a como [a revista] apresenta a si mesma e como se concebe em termos de uso, circulação entre leitores e de perduração no tempo.<sup>12</sup>

Conforme descrito e exemplificado com imagens anteriormente, a revista *El Caudillo* foi impressa em papel do tipo diário, e sua diagramação indica o uso de tipografia convencional no processo da impressão. Chama também atenção a estrutura monocromática da revista, assim como sua encadernação na forma de brochura (ver imagem 10), elementos que indicam a ausência de uma diagramação mais artística e com menor cuidado na possível futura preservação do material. Esses dados sugerem que o periódico se concebia como material de uso imediato e descartável, não se propondo a uma permanência no tempo para além da semana em que eram publicadas as edições. Isso, talvez, possa ter alguma relação com o caráter militante da revista. Nesse sentido, *El Caudillo* necessitava apenas comunicar sua mensagem contra insurgente e repressiva, arregimentando os grupos da direita peronista

---

<sup>11</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 9, tradução nossa.

<sup>12</sup> Idem, p. 9 e 10, tradução nossa.



para a ação contra as esquerdas e fazendo frente, sobretudo, à Tendência Revolucionária no plano da linguagem impressa. Se era esses os objetivos da publicação, isto é, objetivo imediatos, não haveria necessidade de se montar um projeto editorial com ornamentação artística ou com capas duras para proteger a espacialidade interna, deixando assim o material para uso e contemplação póstumas.

Imagem 34. *El Caudillo* nº 70 (30/10/1975): detalhes de encadernação.



Fonte: Ruinas Digitales.

*Periodicidade, números e etapas.* Para Grillo e Pita González, analisar a variante da periodicidade “implica registrar com atenção a regularidade do aparecimento de cada número (quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral)”<sup>13</sup>. De acordo com as autoras, levantar essa informação permite observar transformações no itinerário da revista provocadas pela escassez de recursos financeiros, mudança na direção ou mesmo na conjuntura externa<sup>14</sup>. As autoras afirmam que

<sup>13</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 11, tradução nossa.

<sup>14</sup> Idem.

Em vista do perfil militante de muitas dessas revistas, não é um dado que aparece de maneira constante em suas páginas. “Sai quando pode” foi uma advertência de muitas publicações anarquistas do final do século XIX e princípios do XX, mas em outros casos as variações podem ser registradas ao indicar se [a revista] se tratava de um semanário, quinzenal ou mensal. Corresponde descrever se cumpria ou não com a periodicidade estipulada, e se havia mudanças na periodicidade estipulada (por exemplo, passando de quinzenal para mensal).<sup>15</sup>

Outro dado importante que pode se combinar com a periodicidade são os números e as etapas da publicação. A propósito disso, Grillo e Pita González escrevem que

(...) as vezes é difícil determinar qual tem sido a quantidade de números de uma revista, pois, apesar de que se pode identificar com certa facilidade o primeiro número pelas características de seu conteúdo expostas na forma de manifestos ou editoriais, maior dificuldade se encontra para determinar qual é o último, salvo os casos em que o penúltimo ou o último número tem um encerramento formal. (...) Uma via de aproximação pode dar-se ao estabelecer as etapas ou séries de uma publicação, as quais não necessariamente se explicitam em suas páginas, o que implica para o investigador colocar atenção às mudanças discursivas que podem aparecer ao se recompor o grupo editor e colaborador. Formalmente registradas ou não, as etapas se vinculam não apenas com a anualidade, como também se vinculam às mudanças na direção, na conformação do grupo editor, com separações significativas, com mudanças no tema da revista, na periodicidade ou no formato.<sup>16</sup>

Esses dados são relativamente fáceis de ser levantados e identificados na revista *El Caudillo*, haja vista que a publicação contou com frequência quase regular e suas mudanças no comitê editorial, assim como a suspensão ou o encerramento de suas atividades, são verificáveis por meio de muitas informações contidas na própria revista.

*El Caudillo* circulou entre 16 de novembro de 1973 e 18 de dezembro de 1975, publicando um total de 73 números. Esse período foi marcado por duas fases: a primeira, que se estende até 19 de março de 1975, quando foi publicada a edição número 67, e a segunda fase compreendida entre 15 de outubro de 1975 e 18 de dezembro do mesmo ano, quando se publicaram as edições entre os números 68 e 73. Na primeira fase, *El Caudillo* saiu toda semana na sexta-feira, mas essa regularidade sofreu sensível alteração nos dias, pois a partir de novembro de 1974 e até o encerramento dessa fase, em março de 1975, a saída da revista variou entre segunda e quinta-feira<sup>17</sup>. *El Caudillo* deixaria de publicar apenas na segunda se-

<sup>15</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 11, tradução nossa.

<sup>16</sup> Idem, p. 10, tradução nossa.

<sup>17</sup> Entre as edições de número 51 (08/11/1974) e 55 (17/12/1974), *El Caudillo* saiu às terças-feiras. A edição nº 56 (26/12/1974) saiu na quinta-feira, a de nº 57 (08/01/1975) voltou para a terça-feira e a de nº 58 (14/01/1975) na segunda-feira. A edição de nº 59 não se encontra entre os meus materiais, mas o original provavelmente existe já que se publicou a edição de nº 60 (29/01/1975), esta que saiu na terça-feira. Os dois últimos meses da primeira fase (fevereiro e março de 1975) teriam suas edições (entre os números 61 e 67) publicadas na quarta-feira.

mana de julho de 1974 e na terceira semana de outubro desse ano. Apesar dessas variações, o quadro que se desenha na primeira fase confirma a frequência regular no que tange a periodicidade semanal da revista. Na edição nº 67 (19/03/1975), o diretor Felipe Romeo dava por encerrada a atividade de *El Caudillo*. No editorial intitulado de “*La razon de un adios*”, Romeo escrevia:

A partir deste momento EL CAUDILLO interromperá, por um tempo que ainda é difícil de precisar, seu diálogo semanal com os companheiros peronistas. Esta decisão tem sido pensada largamente e responde a uma detida análise de nossas obrigações e deveres como militantes do Nacional-Justicialismo. Qualquer um que nos acompanhou nessas 67 edições percebeu uma temática constante em nossa mensagem. Primeiro foi a denúncia vigorosa dos infiltrados em nosso movimento, e o desmascaro daqueles que se escondiam por trás do peronismo e de seu líder tentando impor ao povo argentino uma bandeira antinacional e antipopular. Depois foi a reafirmação de uma verdade que muitos se atreveram a colocar em dúvida. Sintetizamos essa verdade em duas palavras: PERÓN MANDA. Assim, vivemos horas de peleja fervorosa defendendo um dos valores que é chave na definição do nosso movimento: a verticalidade. (...) A essa altura da discussão, o leitor pode se autorizar a perguntar: então por que desaparecem? Explicaremos. Consideramos que nossa mensagem está o suficientemente explicitado e provado na história destes dias. O povo argentino, com seu alto nível político, já nos entendeu. E se não entendeu, não vale a pena insistir. Acabaram-se os dias das palavras. AGORA VIRÃO TEMPOS DE FATOS.<sup>18</sup>

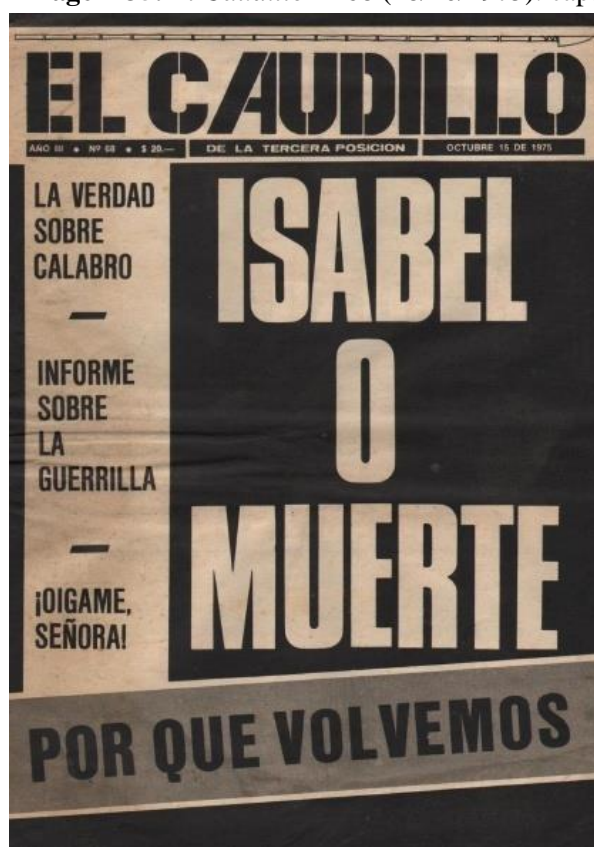
A revista considerava que sua atuação militante contra as organizações insurgentes e contestatórias já havia cumprido o seu papel e que sua mensagem de reafirmação dos pilares doutrinários do peronismo, diferenciando o movimento e as correntes marxistas da Tendência Revolucionária, já estava concretizada. A expressão “agora virão tempos de fatos” é um indicativo da escolha que o grupo produtor de *El Caudillo* fez em radicalizar suas ações contra as esquerdas, deixando de atuar no terreno da imprensa para aprofundar em práticas de violência direta na luta contra o campo popular mobilizado. Todavia, Romeo deixava a advertência de um possível retorno da revista à cena pública. Nesse mesmo editorial, ele dizia: “Nossa auto desapareição será comemorada por muitos. CUIDADO! PODEMOS VOLTAR A QUALQUER MOMENTO!”<sup>19</sup>. E, de fato, *El Caudillo* retornou. Em 18 de outubro de 1975, a revista publicou sua edição de nº 68, inaugurando a segunda fase. A capa dessa edição, mantendo a mesma linha de manchetes bombásticas da fase anterior, trazia a mensagem em letras garrafais: “ISABEL OU MORTE PORQUE VOLTAMOS” (ver imagem 11). No editorial, escrevia Romeo:

<sup>18</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La razon de un adios. Buenos Aires, n. 67, 19 mar. 1975, p. 2 e 3, tradução nossa.

<sup>19</sup> Idem, p. 3, tradução nossa.

EL CAUDILLO volta para marcar com fogo os que, refugiados em um “antiverticalismo”, pretendem negociar com os valores definitivos de nosso Movimento. (...) EL CAUDILLO volta para apoiar o Exército argentino em sua luta contra o exército invasor que pretende trocar a nossa Bandeira por um sujo trapo vermelho. EL CAUDILLO volta para castigar sem piedade os “Guerrilheiros da retaguarda” (...). EL CAUDILLO volta para se constituir como a ÚNICA VOZ que rompe com o coral unânime e canalha da imprensa sinárquica, fruto da conjuração liberal-marxista. (...) NÓS NÃO SOMOS PERIODISTAS PROFISSIONAIS, somos revolucionários acostumados a pelear em todos os terrenos (...). Por enquanto, nos limitaremos a escrever, mas se nos obrigarem, abriremos mão, com muito gosto, da Pena e da Palavra. (...) Nossa vontade é de serviço. Nosso estilo é lacônico e militar. Nossa causa é a do povo. (...) O MELHO INIMIGO É O INIMIGO MORTO. ISABEL PERÓN OU MORTE! VENCEREMOS!<sup>20</sup>

**Imagem 35.** *El Caudillo* nº 68 (18/10/1975): capa



Fonte: Ruinas Digitales.

A volta de *El Caudillo* para uma segunda fase ocorreu no final de 1975, em um momento delicado de crise no governo peronista e de rápido avanço em direção ao golpe militar. A presidenta Isabel chegava ao limite da corrosão de sua base de apoio, estando isolada politicamente no Governo, enquanto as Forças Armadas se aproximavam cada vez mais do poder com a centralidade que ganharam na repressão estatal contra as guerrilhas<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Volvemos para triunfar o morir junto a Isabel. Buenos Aires, 18 out. 1975, p. 1, tradução nossa.

<sup>21</sup> Ver tópico 1.1 do capítulo 1.

Nesse cenário, a democracia estava praticamente inoperante e com seus dias contados, e os assassinatos e as prisões no campo de lutas populares já assinalavam a derrota das organizações insurgentes e dos ativismos contestatórios. Não é casual que a revista *El Caudillo* tenha regressado justamente nesse cenário para demarcar seu posicionamento, primeiro à favor do governo de Isabel Perón como forma de defender a continuidade do peronismo no poder, e, em seguida, em apoio aos militares que, naquele momento, já lideravam a repressão contra insurgente encaminhando o assassinato sistemático de presos políticos. Nessa segunda fase da revista, compreendida entre 18 de outubro e 18 de dezembro de 1975, o balizador principal da periodicidade seria a irregularidade: foram publicadas as edições entre os números 68 e 73, cujas saídas pendularam entre quarta e sexta-feira e os interregnos entre as publicações foram maiores<sup>22</sup>. Possivelmente, a renúncia de Romeo ao cargo de direção da revista, ocorrida em novembro de 1975, provocou o enfraquecimento do projeto editorial, fazendo com que a revista se publicasse com menor frequência até, finalmente, encerrar sua atividade em dezembro. No editorial da penúltima edição (nº 72, 21/11/1975), Romeo escrevia sobre sua saída da administração de *El Caudillo*:

Por isso, hoje faço subir ao grupo de periodistas que compõe a equipe de redação, a minha renúncia ao cargo de diretor desta publicação. (...) Agora eu volto ao plano, à luta no anonimato de tantas centenas de milhares de companheiros Nacional-Justicialistas, com o mesmo fervor de sempre. E estou a disposição de todos e cada um dos que quiserem pedir que eu preste contas. Receberão a resposta que lhes fora dada antes. Eu não me deserto. Eu não me afasto de EL CAUDILLO, seguirei na redação como mais um, como todos. Isso não é uma despedida, é fruto de uma decisão pessoal. Uma forma diferente de lutar.<sup>23</sup>

A última edição (nº 73, 18/12/1975) já trazia a informação de que Luiz Fontana e Eduardo Diz estavam na direção de *El Caudillo*. Como havia prometido em continuar a compor o comitê editorial da revista, Romeo publicou uma coluna nessa edição criticando o Congresso Nacional. *El Caudillo* não seria publicada mais na década de 1970. Somente em 1982, no contexto da Guerra das Malvinas, a revista fez o pequeno ensaio de uma terceira fase, com a publicação irregular de poucos números.

*Zona de difusão.* Esta variável da dimensão material indica a extensão e o impacto geográfico da revista. De acordo com Grillo e Pita González, “a primeira zona de difusão é a

<sup>22</sup> A edição nº 68 publicada numa quarta-feira; as edições entre os números 69 e 71, em dias de quinta-feira; a de nº 72, na sexta-feira e a edição final de nº 73, publicada em uma quinta-feira. Entre a penúltima e a última edição se passaria quase um mês de intervalo.

<sup>23</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Hacia una forma distinta de pelear. Buenos Aires, n. 72, 21 nov. 1975, p. 1, tradução nossa.

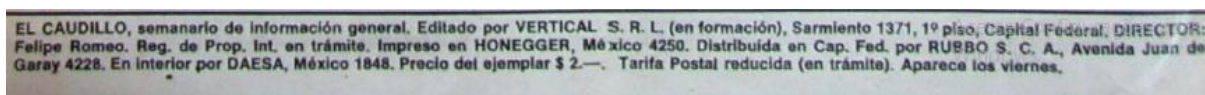
da cidade em que se edita a revista, mas quando há intercâmbios, distribuição internacional ou coresponsáveis, a revista expande sua zona até a lugares distantes ou talvez inesperados<sup>24</sup>. No caso de *El Caudillo*, a zona de difusão era aparentemente ampla: seu epicentro era Buenos Aires, mas circulava no interior da Argentina e chegou a ter correspondentes no Paraguai, na Espanha e na Itália. Esses dados são coletados do box de informações gráficas no final de cada edição (ver imagem 12), por meio do qual se identificam os lugares de edição e impressão, os responsáveis pela distribuição e os nomes que dirigiam a revista. Para facilitar a análise desses dados, organizo as informações do referido box no quadro a seguir.

**Tabela 3.** Informações gráficas de *El Caudillo*: zona de difusão

EDIÇÃO			IMPRESSÃO			DISTRIBUIÇÃO		
Responsável	Endereço	Nº EC*	Responsável	Endereço	Nº EC	Responsável	Endereço	Nº EC
Vertical S.R.L.	R. Sarmiento, 1371, 1º andar, Buenos Aires	01 a 38	Honneger	R. México, 4250, Buenos Aires	01 a 49	Rubbo S.C.A.	Av. Juan de Garay, 4228, Buenos Aires	01 a 08
	R. Lavalle, 1942, Buenos Aires	39 a 73					Codex	R. Dobias, 965, Buenos Aires
<b>DIFUSÃO INTERNACIONAL</b>			Rotog-Arg	R. Perú, 1760, Buenos Aires	68 a 73	Fernando L. Barrera		
<b>Paraguai</b>						<b>DISTRIBUIÇÃO NO INTERIOR</b>		
<i>Corresponsáveis</i>		<i>Nº EC</i>	Prof. Bruno Passarelli	48 a 67	Daesa	R. México, 1848 [sem referência à cidade]	01 a 41	
Julio Salinas Bernádez, teniente Fariña, general Bruguez	17 a 67							
<b>Itália</b>			Juan Van Halen, Humberto Plaza Orlate	48 a 67	Sadye S.A.C.I.	R. Belgrano, 355 [sem menção à cidade]	43 a 67	
<i>Corresponsáveis</i>		<i>Nº EC</i>						
<b>Espanha</b>								
<i>Corresponsáveis</i>		<i>Nº EC</i>						

Fonte: elaboração própria.

**Imagem 36.** *El Caudillo* nº 01 (16/11/1973): box de informação gráfica



Fonte: Ruinas Digitales.

<sup>24</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 12, tradução nossa.

\*Número de edições de *El Caudillo*.

A tabela 1 mostra que o epicentro da revista *El Caudillo* era Buenos Aires, já que a maior parte de sua estrutura de produção e circulação encontrava-se nessa cidade. Isso sugere que a capital argentina funcionou como centro de comando das atividades de *El Caudillo*, ou como a localidade em que era articulado o discurso da violência repressiva contra insurgente da revista. É possível que isso tenha a ver com o fato de o grupo produtor da revista querer estar mais próximo do centro do poder político para acompanhar de perto os processos da conjuntura, ou manter vínculo com esse mesmo centro para participar nas decisões e ações do processo repressivo contra o campo de lutas populares. Todavia, não é de importância menor o fato de que os produtores de *El Caudillo* cuidaram de expandir a zona de difusão da revista, buscando entidades que pudessem fazer o serviço da distribuição no interior da Argentina ou pessoas que assumissem o compromisso de se responsabilizarem pela revista no exterior. Nesse ponto, vale mencionar o que Grillo e Pita González observam acerca da distinção entre uma “geografia real” e uma “geografia desejada”, no contexto da zona de difusão de uma revista. Afirmam as autoras:

(...) além do dado concreto sobre onde circulou a revista estudada, é necessário levar em conta, como afirma Beatriz Sarlo, que as revistas forjam uma geografia cultural dual, isto é, “um espaço intelectual concreto onde circulam e o *espaço-bricolagem* imaginário onde se projetam idealmente” (Sarlo, 1992: 12). Desse modo, ambos espaços podem se encontrar em uma vinculação estreita, ou podem se encontrar em tensão caso seja muito distinta a geografia real da desejada, a qual se pode chegar.<sup>25</sup>

*El Caudillo* não se concebeu para ser uma publicação local, isto é, operante em uma zona de difusão restrita a capital Buenos Aires, e os dados apresentados na tabela 1 mostram isso de forma eloqüente. O próprio discurso da revista também é um indicativo dessa questão: *El Caudillo* se apresentava para toda a população argentina, seja no momento de atribuir a si mesma a qualidade de defensora dos interesses do “povo peronista” ou na cobertura dada aos acontecimentos políticos em províncias do interior. A seleção de correspondentes estrangeiros parece indicar o desejo de *El Caudillo* em internacionalizar sua mensagem, mas essa vontade de internacionalização era dirigida a países específicos, ou seja, que atravessavam processos de autoritarismo e violência política. Nos anos 1970, o Paraguai estava sob a ditadura militar de Alfredo Stroessner e a Espanha ainda vivia sob o jugo do franquismo; a Itália, por sua vez, passava pelos seus “anos de chumbo”, um período de forte turbulência política em que grupos

---

<sup>25</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 12, tradução nossa.

extremistas de direita e de esquerda promoveram uma onda de terrorismo.

Uma hipótese possível para que *El Caudillo* estendesse sua zona de difusão particularmente a esses países, está nas prováveis conexões transnacionais da Triple A<sup>26</sup>. Flario Foresi<sup>27</sup> mostra que o ministro do Bem Estar Social do governo peronista, José Lopez Rega, a quem se atribui a administração da Triple A e ao qual a revista *El Caudillo* ofereceu amplo apoio político, mantinha relações com a loja maçônica italiana *Propaganda Due* (P2), vinculada a organizações criminosas da extrema direita italiana, como *Ordine Nuovo* (ON). A ON atuava ilegalmente na Itália dos anos 1970, com ações terroristas e com intentos de revitalizar o projeto fascista na Europa. No caso da Espanha, *El Caudillo* tinha identificação ideológica com o franquismo e o falangismo, algo notório na seção *Oíme!* da edição nº 73 (18/12/1975), que agradecia ao ditador espanhol Francisco Franco por ter aberto a Espanha para Perón se exilar: “nós, peronistas, temos uma dívida de honra e gratidão com Francisco Franco e a Espanha. Porque foi a Pátria Mãe, seu Caudilho e seu povo espanhol que acolheram com amor e respeito o nosso General no exílio”<sup>28</sup>. Na mesma seção, José António Primo de Rivera, fundador da Falange espanhola nos anos 1930, era lembrado como um valente herói da Espanha.

Cabe pensar se essas conexões transnacionais de *El Caudillo* constituíram uma “geografia real” ou uma “geografia desejada” da revista, nos temos colocados por Grillo e Pita González. Se parece ser factual que *El Caudillo* pensou a si mesma como um veículo impresso de impacto para além do epicentro, Buenos Aires, já que cuidou de se estabelecer em outros países mediante correspondentes, tentando concretizar sua “geografia desejada”, resta saber se a revista realmente realizou sua idealização e impactou outras regiões com sua produção e circulação. Não disponho de dados sobre impressão, edição e circulação de *El Caudillo* no exterior, mas uma informação me parece relevante para resolver essa questão. Trata-se do número de vendas da revista, que segundo Juan Luis Besoky<sup>29</sup> esteve por volta dos 9500 exemplares vendidos. Patricio Simonetto<sup>30</sup> também confirmou esse número, e obser-

<sup>26</sup> Ressaltando que os esquadrões paramilitares atuantes sob a sigla AAA tinham em suas fileiras alguns membros do comitê editorial de *El Caudillo*, como também militantes de organizações da direita peronista, das quais *El Caudillo* foi uma porta voz. Ver subtópico 1.1.2 do capítulo 1 e tópico 3.3 do presente capítulo.

<sup>27</sup> FORESI, Flavio. La represión en perspectiva transnacional. Las supuestas relaciones de la Triple A. **Anuario Instituto de Estudios Historico-Sociales**, Tandil, v. 32, n. 2, pp. 171-192, 2017, p. 185-188.

<sup>28</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Oíme, generalísimo!. Buenos Aires, n. 73, 18 dez. 1975, p. 10, tradução nossa.

<sup>29</sup> BESOKY, Juan Luis. La revista El Caudillo de la Tercera Posición: órgano de expresión de la extrema derecha. **Conflicto Social**, Buenos Aires, n. 3, pp. 7-28, jun. 2010, p 11.

<sup>30</sup> SIMONETTO, Patricio. El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975). **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015, p. 127.



vou que, em comparação com a revista *El Descamisado* dos Montoneros, adversária de *El Caudillo* e produzida na mesma época, o impresso da direita peronista teve uma venda pequena. *El Descamisado* chegaria a uma tiragem de 100 mil exemplares. Esse dado talvez indique que, em termos de circulação, *El Caudillo* não teve impacto transcontinental e, possivelmente, nem impacto nacional, o que aponta para a hipótese de que a revista de Romeo atuou imaginando uma extensão geográfica maior do que aquela que de fato tinha, ou seja, a zona de difusão de *El Caudillo* correspondia a uma “geografia desejada”.

**Imagem 37.** *El Caudillo* nº 73 (18/12/74): seção *Oíme!* dirigida ao ditador espanhol Francisco Franco



Fonte: Ruinas Digitales.

### 3.3. Aspectos de conteúdo

*Título e subtítulo.* Esta primeira variável da dimensão material/imaterial é de relevância fundamental. O título de uma revista, conforme observa Grillo e Pita Gonzalez, condensa a identidade da publicação, evocando o projeto político da revista, seus objetivos a que veio e a presença na esfera pública como ator de transgressão ou manutenção da ordem vigente. Como afirmam as autoras,

O nome da revista é um *senal do programa*, de como os editores concebem a si mesmos, de como eles formulam a missão da revista no campo intelectual frente a outras revistas com as quais compete ou se opõe, ou seja, implica uma busca permanente de demonstrar ante os demais se a sua aparição significa uma irrupção para transgredir ou se essa aparição se incorpora na continuidade do *status quo*. A identidade da publicação se encontra condensada, de algum modo, no título (...).<sup>31</sup>

No caso de *El Caudillo*, seu título marcava o alinhamento da revista com práticas e representações autoritárias, anticomunistas e antiliberais. A expressão “o caudilho” era atribuída a Perón, como escrevia Romeo no editorial da primeira edição: “Perón é o nosso caudilho”. Havia uma carga histórica na palavra “caudilho”: no processo da construção dos Estados nacionais na região do rio da Prata, em meados do século XIX, eram chamados de caudilhos aqueles homens de poder local que firmavam sua liderança política sobre práticas personalistas, autoritárias e violentas. Juan Manuel de Rosas, militar que governou a província de Buenos Aires entre 1835 e 1852, era o representante argentino desse fenômeno político chamado de caudilhismo que marcou o período pós-independência da América do Sul. Nas páginas de *El Caudillo*, Perón era constante associado a Rosas. Essa associação correspondia a uma das principais representações da direita peronista: o revisionismo histórico rosista<sup>32</sup>, herdado do nacionalismo conservador, que consistia na leitura do passado argentino ancorada em uma narrativa positiva da figura de Rosas. Besoky<sup>33</sup> mostra que no triênio peronista, o rosismo cobrou forças no cenário das disputas pela narrativa oficial da história argentina, especialmente com o projeto de lei para repatriação dos restos mortais de Rosas, em tramitação no Congresso e no Senado a partir do final de 1973. *El Caudillo* também entrou nessa disputa de narrativa histórica, mobilizando o revisionismo rosista de sua cultura política<sup>34</sup>, a direita peronista. Em matéria publicada na edição nº 01 (16/11/1973), a revista mostrava o seu apoio fervoroso ao projeto de repatriação dos restos mortais de Rosas, como também explicitava sua adesão ao rosismo. Dizia *El Caudillo*:

<sup>31</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 13, tradução nossa.

<sup>32</sup> Besoky analisou amplamente o revisionismo histórico em sua versão rosista na cultura política da direita peronista, observando suas raízes no nacionalismo conservador e suas repercussões no campo à direita do peronismo entre as décadas de 1940 e 1970. Para uma análise desse fenômeno, ver: BESOKY, Juan Luis. *Cultura política nacionalista y peronismo. La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 72-79.

<sup>33</sup> BESOKY, Juan Luis. *La patria peronista versus la patria socialista. La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016, p. 239-244.

<sup>34</sup> Sobre o revisionismo histórico rosista em *El Caudillo*, ver tópico 2.1 do capítulo 2.

Oficialmente, há poucos dias, Dom Juan Manuel de Rosas deixara de ser um “maldito”. Derrogaram-se as medidas legislativas que (na histeria liberal depois de Caseros) o declaravam traidor da Pátria. Ninguém menos que Dom Juan Manuel. Os unitários daquela época e seus herdeiros políticos de agora, sempre manipularam – ao seu favor, é claro – o absurdo político com insolência inevitável. Eles é quem são os traidores (...) O certo é que esta é uma batalha há muito tempo vencida pelo revisionismo histórico. Foi um combate de mais de cem anos contra a falsidade sistematizada, contra a adulteração constante dos fatos. Mas o povo sempre entendeu – e as vezes intuiu – a verdade. O advento do peronismo significa o advento definitivo da causa do Restaurador. Não apenas porque ficou patentemente marcada a continuidade de suas ideias políticas, mas também porque o movimento de massas de 1945 entronca com o Partido Federal de Rosas. (...) Porque nós sempre estivemos com Rosas, entendendo que essa era uma maneira a mais de estar com Perón. Ou, se preferir, que estar com Perón é impossível se não se entende o feito de Rosas. (...) Queremos mais, porque é justo: queremos que seus restos descansem na Catedral de Buenos Aires junto aos do general Dom José de San Martín.<sup>35</sup>

Se o título principal exprimia a identificação de *El Caudillo* com as raízes históricas do autoritarismo argentino<sup>36</sup>, o subtítulo elucidava o resgate que a direita peronista fazia, em chave anticomunista e antiliberal, de um dos princípios elementares da doutrina justicialista: a terceira posição do peronismo. Esse princípio era extraído dos discursos de Perón, proferidos nos anos 1940, no momento em que o peronismo nascia enquanto movimento social/político. Sua ideia principal era a de que o peronismo representaria um projeto civilizatório superior – em termos éticos, econômicos e políticos – ao capitalismo e ao socialismo, consequentemente condenando o suporte ideológico dessas duas formações políticas, ou seja, o liberalismo e o marxismo. Ao analisar os discursos de Perón que fundaram a doutrina justicialista nos anos 1940, Giuseppe Benedini afirma que

Ao ideal revolucionário marxista, Perón contrapunha outro, que sustentava uma evolução pacífica em que o progresso material e a liberdade fossem acompanhados pela conscientização por parte de cada indivíduo, do conceito de bem comum. Da doutrina marxista, Perón considerava particularmente perniciosa, para o estabelecimento de uma sociedade baseada na justiça, a ideia da luta de classes. No seu entender, ela crescia ao grau de mal social absoluto, produzido por doenças morais, tais como o rancor e o egoísmo. A luta de classe representava uma fonte perpétua de ódio e de aflições profundas, ou seja, as mais graves ameaças à organização comunitária que ele se propunha defender a todo custo.<sup>37</sup>

Na cultura política da direita peronista, o resgate dessa visão contrária às teses marxis-

<sup>35</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La patria peronista es la patria federal. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 12, tradução nossa.

<sup>36</sup> O governo de Rosas (1835-1852) correspondeu a uma espécie de ditadura militar, fundamentada em práticas de terrorismo estatal. Rosas organizou um esquadrão militarizado denominado de *mazorca*, responsável por reprimir e matar centenas de civis.

<sup>37</sup> BENEDINI, Giuseppe Federico. “Filosofia peronista”: as linhas ideológicas do justicialismo – análise do discurso de Juan Domingo Perón no encerramento do *Primer Congreso Nacional de Filosofía*. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 7, n. 2, pp. 1-21, mai./ago. 2010, p. 13.

tas e à via revolucionária ocorreu a partir da potencialização da sensibilidade anticomunista que essa cultura política herdou do nacionalismo conservador<sup>38</sup>. No triênio de 1973-1976, a atuação da Tendência Revolucionária no peronismo – cujo suporte ideológico era proveniente de um marxismo bastante eclético e cujo projeto de construir o socialismo pela via da revolução encarnava-se na luta armada dos Montoneros – representou desafio às militâncias da direita peronista. Essas militâncias assumiram a convocatória do *Documento Reservado* de 02 de outubro de 1973, que dava início à depuração ideológica no peronismo com vistas a combater a esquerda do movimento<sup>39</sup>. Uma das propostas da depuração era a campanha de reafirmação da doutrina justicialista para distinguir os conteúdos ideológicos do peronismo em relação ao marxismo. Filha da depuração ideológica, *El Caudillo* levou adiante a campanha de reafirmação doutrinária conclamada pelo *Documento Reservado*, lendo a doutrina justicialista pela ótica do anticomunismo da direita peronista. Assim, o subtítulo “*de la Tercera Posición*” indicava o retorno do semanário ao fundamento da doutrina justicialista pela via de um profundo rechaço ao comunismo e ao marxismo, o que explica o discurso de ódio da publicação dirigido à Tendência Revolucionária, em particular, e às demais esquerdas.

A ideia da terceira posição contida na doutrina justicialista também pronunciava uma crítica ao liberalismo e ao capitalismo. Benedini observa que Perón se opunha a ideia do individualismo propagado nas teses liberais e consubstanciado na formação socioeconômica do capital. Segundo o autor, “Marxismo e liberalismo, na opinião de Perón, longe de excluïrem-se, derivam, ambos, de uma mesma visão da sociedade, onde o materialismo liberal não se coloca em oposição ao materialismo marxista”<sup>40</sup>. Diante disso,

(...) a doutrina justicialista ganha forma: como justo equilíbrio entre os extremos (a *tercera posición*, nesse sentido sinônimo de justicialismo, será representada como ponto no centro de um arco cujas extremidades são o individualismo e o coletivismo) (...).<sup>41</sup>

De modo análogo ao que ocorreu com o anticomunismo, a cultura política da direita

---

<sup>38</sup> Vale lembrar que a simbiose entre o nacionalismo conservador e o peronismo, a partir dos anos 1940, forneceu as bases para a origem e o desenvolvimento da cultura política da direita peronista, conforme mencionei no tópico 1.2 do capítulo 1. Esse “nacionalismo de direita” alimentava-se de representações anticomunistas, antiliberais e antisemitas. Ver: ORBE, Patrícia. El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por un territorio en exploración. *PolHis*, Buenos Aires, n. 8, pp. 27-35, jul./dez. 2011.

<sup>39</sup> Ver tópico 1.1. do capítulo 1, em que eu analiso a depuração ideológica no peronismo a partir do *Documento Reservado*.

<sup>40</sup> BENEDINI, Giuseppe Federico. “Filosofia peronista”: as linhas ideológicas do justicialismo – análise do discurso de Juan Domingo Perón no encerramento do *Primer Congreso Nacional de Filosofía*. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 7, n. 2, pp. 1-21, mai./ago. 2010, p. 14.

<sup>41</sup> Idem, p. 21.

peronista herdava do nacionalismo conservador um forte sentimento antidemocrático e antiliberal, como também anticapitalista. *El Caudillo* absorveu e potencializou esse sentimento, saindo várias vezes em defesa da repressão aos meios de comunicação e criticando as instituições da democracia liberal.

Se o subtítulo da publicação encarnava a interpretação anticomunista e antiliberal da doutrina justicialista, título e subtítulo somavam-se para a conformação de uma revista cuja identidade política se demonstraria autoritária e profundamente reativa ao socialismo e ao capitalismo. Essa identidade que descia do título e subtítulo percorreu toda a revista, dando forma um discurso violento contra qualquer ator ou ativismo que transitassem no espectro marxista ou liberal. A tônica anticomunista e antiliberal da revista poderia ser observada tanto em seus textos programáticos, como os editoriais, quanto em seu bordão preferido: “NEM YANQUIS<sup>42</sup>, NEM MARXISTAS! PERONISTAS!”.

*Manifestos*. Periódicos de natureza militante, a exemplo das revistas culturais ou político-partidárias, possuem um aspecto de combativo e formação política. Em face dessa questão, Grillo e Pitta González afirmam:

Dado o caráter formativo mais do que informativo desse tipo de publicação, é indispensável detectar o manifesto ou programa inicial, aquele em que se apresentam os objetivos a que se propõem os editores. (...) Ali se encontra o DNA da revista que pode se cortejar com suas realizações concretas.<sup>43</sup>

A revista *El Caudillo* não foi fundada por um manifesto, mas o editorial da primeira edição (16/11/1973) fornece elementos para compreendermos os objetivos pelos quais *El Caudillo* começou a ser publicada e que guiaram as ações de seu coletivo editor. Assinado por Romeo, diretor da revista, o editorial dizia:

Companheiros, a luta é clara. Só existem nela duas frentes: a dos aliados e a dos inimigos. A do povo e a do antipovo. A Sinarquia, força da oligarquia financeira internacional, é o capanga da frente opositora. Perón é o nosso caudillo. Quem elege seus aliados, elege também quem conduz. Só a verticalidade assegura qual é a verdadeira condução. A confirmação do Conselho Superior do Movimento Peronista é eloqüente. Perón confirmou os que sempre lhe demonstrou lealdade. Os outros, cámporas, ele os tem castigado porque não observam a lealdade, nem a pátria, nem o movimento e seus homens. Porque quiseram lutar alinhando-se com o inimigo. Por isso foram vomitados.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Referência aos norte-americanos, cuja sociedade é o centro do capitalismo liberal.

<sup>43</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 14, tradução nossa.

<sup>44</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La Tendencia se acaba: el que manda es Perón. Buenos Aires, n. 1, 16 nov. 1973, p. 2, tradução nossa.

Há algumas informações imprescindíveis nesse trecho. Em primeiro lugar, *El Caudillo* expunha a sua visão maniqueísta da política – “só existem nela duas frentes: a dos aliados e a dos inimigos”. Essa visão conferia um substrato beligerante ao discurso da revista, já que com a frente opositora, o inimigo, deveria ser travado um combate violento. Não havia espaço para o diálogo, o consenso ou a discordância democrática, e a alteridade adversária não seria tratada como o diferente com o qual se discorda, mas como o antagonico a quem se elimina. O discurso de violência política, isto é, toda a campanha que *El Caudillo* fez para perseguir e matar os adversários políticos, começava em uma concepção da política que eliminava a possibilidade do debate com o campo oposto e que representava a oposição como um ente maligno conspirador contra os interesses nacionais – “A Sinarquia, força da oligarquia financeira internacional, é o capanga da frente opositora”.

Outro elemento importante é a menção que Romeo fez à verticalidade. Esse princípio estava relacionado com a política de institucionalização do peronismo que Perón colocou em marcha após o seu retorno do exílio. A institucionalização previa a contenção das disputas facciosas no interior do peronismo e a desradicalização do movimento, isto é, a supressão da militância combativa de esquerda, a partir da imposição da autoridade suprema de Perón e do estabelecimento de um comando central do movimento, organizado por Perón. Esse comando era o Conselho Superior, no qual foram empossados militantes da direita peronista. Tratava-se, portanto, de uma verticalização do peronismo para alinhar toda a militância do movimento aos valores doutrinários do justicialismo e à liderança de Perón, sem haver discordâncias ideológicas ou programáticas no processo de aplicar a agenda de reformas do governo peronista. Mas, o custo dessa verticalidade implicaria na exclusão de toda a corrente de esquerda revolucionária do movimento.

Esses elementos representavam parte do “DNA” de *El Caudillo*: uma luta que se trava com violência contra o adversário político e um programa cujo ponto basal era excluir do peronismo as militâncias combativas da Tendência Revolucionária.

*Seções.* Esta variável representa a forma como os conteúdos da revista se dividem e informa sobre a linha política da publicação. Grillo e González assinalam que “As seções são princípios de organização do conteúdo, de classificação temática, e instauram rotinas de leitura por se tratar de elementos estáveis da publicação”<sup>45</sup>. Embora apresentem a tendência de serem fixas, isto é, publicadas pela revista com regularidade, há seções que não são publi-

---

<sup>45</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 15, tradução nossa.

cadadas em todas as edições, aparecendo de forma irregular.

*El Caudillo* apresentou certa irregularidade no quadro geral da publicação de suas seções, já que a maioria delas teve intervalos às vezes extensos. Havia seções que percorreram todo o período de circulação da revista, enquanto outras seções apareceram e desapareceram ao longo desse período ou publicadas uma única vez. A tabela 2 descreve esse movimento de publicação das seções de *El Caudillo*, com base no levantamento de dados acerca dos números em que determinada seção se inicia e se encerra, como também os números em que não fora publicada, demarcando assim um intervalo. A partir dessas informações, as seções são classificadas em “fluxo de publicação contínuo” e “fluxo de publicação descontínuo”, sendo o intervalo o critério para a definição desses fluxos. Embora algumas seções apresentem intervalos, elas são classificadas como “fluxo de publicação contínuo” em decorrência de sua constância, ou seja, apareceram mais do que se ausentaram.

**Tabela 4.** Seções de *El Caudillo*

Seção	Fluxo de publicação	Início N° EC	Fim N° EC	Intervalos N° EC	Conteúdo
Oíme!	Contínuo	01	73	—	Mensagens de ameaças, crítica ou apoio político
Cuento peronista	Descontínuo	01	73	2 a 43, 45 a 71	Fábulas de caráter político-pedagógico
Dele Dele	Contínuo	01	71	34	Críticas às esquerdas mediante notas, matérias, poemas, cânticos, acusações; celebração de mártires da direita peronista; espaço de mensagens de organizações da direita peronista
Una semana en política	Contínuo	12	73	15, 16, 25 e 34	Análise dos principais fatos políticos que marcaram a semana
Gano El Caudillo	Descontínuo	02	72	3 a 9, 11 a 38, 40 a 46, 48 a 50, 52 a 66, 68 a 71	Comemoração de derrotas políticas no campo de lutas populares
Chismes entretenimiento	Descontínuo	02	67	10, 34, 39, 40, 43 e 44, 46 e 61	Humor político de caráter anticomunista, antissemita e homofóbico
Leyendo	Contínuo	08	08	—	Resenha de mensagens de impressos adversários
Denuncia	Descontínuo	02	72	3 a 9, 12 a 17, 19 a 32, 34, 37 e 38, 40 a 66, 69 a 72	Denúncias de atividades subversivas, conspirações da Sinarquia e infiltração marxista no peronismo
Solicitada	Descontínuo	01	73	2, 3, 5 a 10, 12 a 20, 22, 25 a 27, 29 a 31, 33 a 46, 48 a 50, 52, 63, 66 e 67	Convocatórias para atos e notas oficiais do Conselho Superior, de grupos da direita peronista ou de instituições estatais (diretivas, deliberações, apoio político)
Hoy-Tango-Hoy	Contínuo	71	72	-----	Texto literário de ofensa à esquerda

Quiero retruco!	Contínuo	51	55	—	Respostas às declarações da classe política
-----------------	----------	----	----	---	---

**Fonte:** elaboração própria.

A seção *Oíme* chama a atenção pela sua estabilidade. Publicada do início ao fim do período de circulação de *El Caudillo*, sem sofrer nenhuma interrupção, *Oíme* costumava trazer um texto longo de advertência, sobretudo, aos militantes e políticos de esquerda. A advertência, no entanto, não possuía apenas um conteúdo crítico, mas se dava em tom de ameaça, como ocorreu com o padre Carlos Mugica, um dos principais nomes na militância católica argentina alinhada à Teologia da Libertação. Na edição nº 4, *Oíme* se dirigia à Mugica: “Há alguns anos, não muitos, o vejo convertido num político de pleno direito. Até vi, da última vez, levando muita gente à Virgem de Luján para fazer reivindicações políticas. E a verdade, padre, é que você não anda do lado bom, mas do lado oposto”<sup>46</sup>. Em 11 de maio de 1974, Mugica foi metralhado pela Triple A na porta de uma igreja. Mas *Oíme* também publicava textos e mensagens àqueles com os quais se identificava ideologicamente, chegando a saudar o ditador espanhol Francisco Franco, conforme mostrado anteriormente, ou demonstrar apoio político a presidenta Isabel Perón. De um modo geral, o que se pode extrair de *Oíme* para compreendermos a linha política de *El Caudillo* é um visceral anticomunismo e a orientação às práticas de violência política contra os adversários.

*El Caudillo* também publicava séries especiais de notícia, análise de conjuntura, informes e formação política. Eis algumas dessas séries:

**Tabela 5.** Séries de *El Caudillo*

Série	Nº EC	Conteúdo
Un estudio sobre la Sinarquia	31 e 32	Artigos de caráter pseudo-teórico sobre a conspiração sinárquica
Análisis de los medios de comunicación	36 e 37	Artigos sobre as supostas manipulações da grande mídia argentina
Plan de acción de enemigo	55 e 56	Exposição das estratégias de ação política de organizações revolucionárias
Radiografía del desabastecimiento	63 e 64	Análise do desabastecimento provocado pela falha na política econômica do governo de Isabel
Cuadro de situación	41 e 60	Pequenas análises de conjuntura política interna e externa

**Fonte:** elaboração própria

Vale comentar sobre a seção de humor político *Chismes entretenimientos*. Essa seção

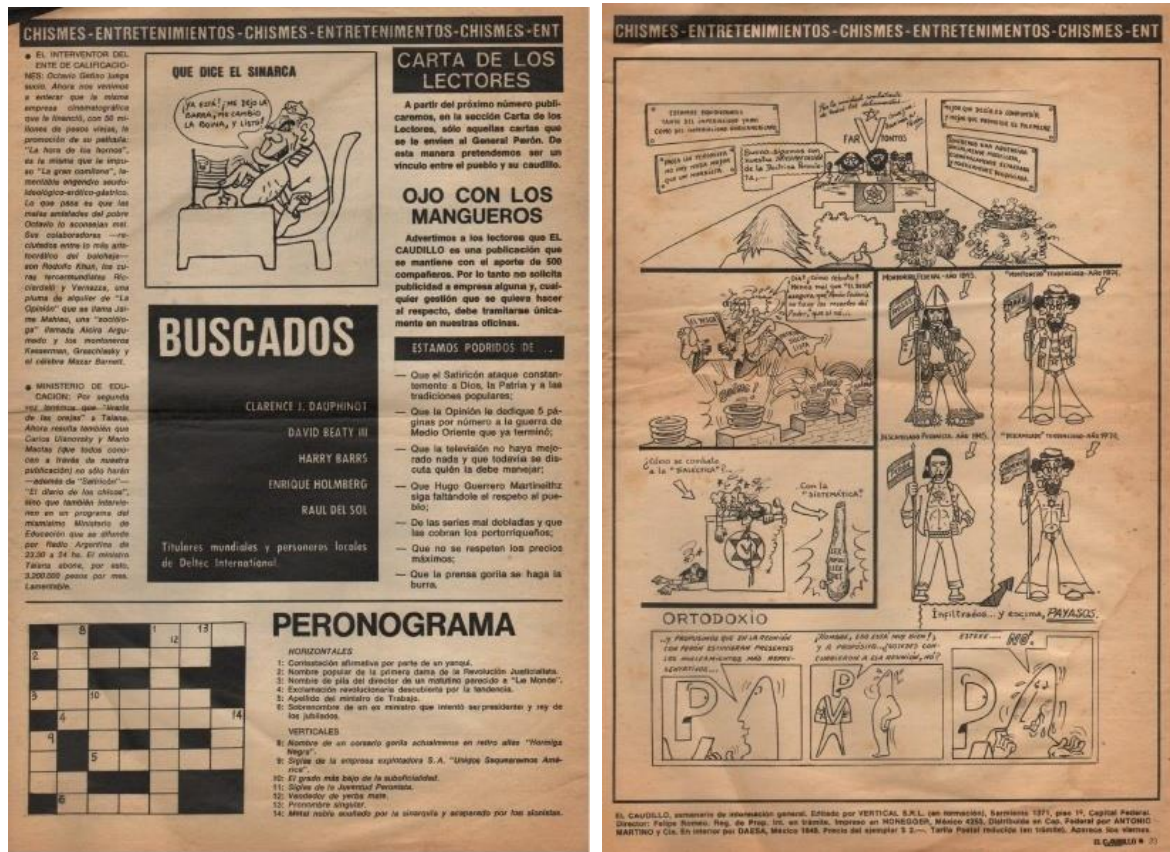
<sup>46</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Oíme padre!. Buenos Aires, n. 4, 07 dez. 1973, p. 10, tradução nossa.



foi estudada por Besoky em seu artigo *La derecha también ríe* (2016), onde o autor observa que as tirinhas e caricaturas de *Chismes entretenimientos* cumpriram importante papel na divulgação de representações e práticas da cultura política da direita peronista. Na conclusão do estudo, Besoky afirma que

Justamente através da análise das tiras cômicas e das caricaturas, nos foi possível observar a maneira em que a revista concebeu determinadas características de seus inimigos políticos. A denúncia do comunismo, do judaísmo e do complot sinárquico, que eram constantes nos artigos escritos do semanário, tinham no humor uma rápida e concreta explicação. Era o que também se sucedia com o antiperonalismo e o revisionismo histórico, que incluía a reivindicação da figura de Rosas e seus *mazorqueros*. Mediante sua incorporação, El Caudillo buscou também justificar e agitar o uso da violência contra seus inimigos.<sup>47</sup>

Imagem 38. *El Caudillo* nº 01 (16/11/1973) e nº 15 (22/07/1974): seção *Chismes entretenimientos*



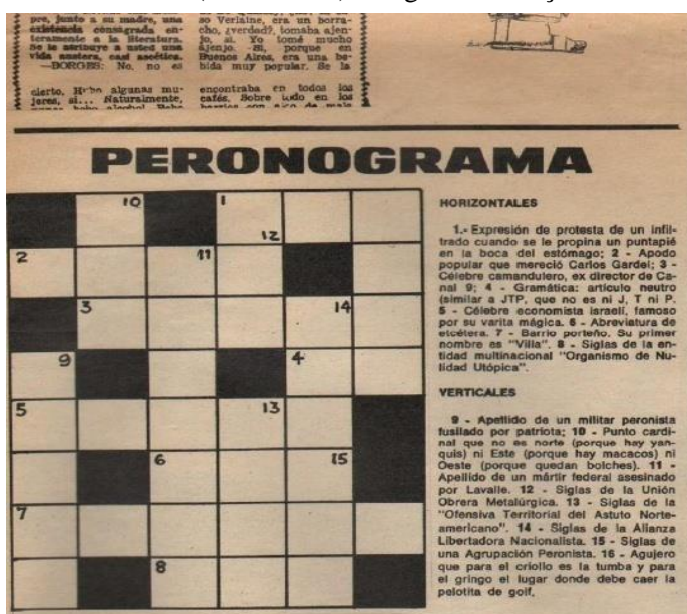
Fonte: Ruinas Digitales

A seção começou pequena, dividindo o espaço da página com outros textos e tendo uma formação visual simples, mas evoluiu rapidamente nas edições posteriores, ao ponto de

<sup>47</sup> BESOKY, Juan Luis. *La derecha también ríe: el humor gráfico en la revista El Caudillo de la Tercera Posición. Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, pp. 291-316, mai./ago. 2016, p. 313, tradução nossa.

lhe ser reservada uma página inteira da revista. Esse rápido desenvolvimento se verifica a partir da edição nº 04 (07/12/1973) e não se altera ao longo do período de circulação de *El Caudillo*. Embora tenha apresentado vários intervalos, demarcando um fluxo de publicação descontínuo, conforme exposto na tabela 2, *Chismes entretenimientos* saiu na maioria das edições correspondentes à primeira fase da revista (novembro de 1973 a março de 1975), não reaparecendo na segunda fase (outubro a dezembro de 1975). Entre suas animações principais estiveram um anagrama, intitulado de “*peronograma*”, e a tirinha *Ortodoxio*. Essa última tinha dois personagens: Ortodoxio, representante da direita peronista, e Tendencio, representante da Tendência Revolucionária e desenhado com o símbolo da Juventude Peronista (o “PV”). Tratava-se de um diálogo irônico, sarcástico, ridicularizador e, por vezes, violento entre esquerda e direita peronistas, diálogo sempre vencido por *Ortodoxio*.

**Imagem 39.** *El Caudillo* nº 03 (30/11/1973): anagrama da seção *Chismes entretenimientos*



Fonte: Ruinas Digitales.

**Imagem 40.** *El Caudillo* nº 51 (19/11/1974): tirinha *Ortodoxio* da seção *Chismes entretenimientos*



Fonte: Ruinas Digitales

### 3.4. “Geografia humana”

Enquanto projetos coletivos, revistas são produzidas por um conjunto de pessoas que, conforme observam Grillo e Pitta González, se ramifica entre “aqueles que produzem sentido, que o divulgam e que o torna possível”<sup>48</sup>. É nesse momento que se constitui o que as autoras denominaram de uma “geografia humana” da publicação, cujos elementos incluem as mentes pensantes do projeto editorial, ou seja, diretores e editores, mas também incluem aqueles grupos que viabilizam a circulação territorial da revista, a saber: os financiadores, distribuidores, corresponsáveis, leitores, assinantes, entre outros. A seguir, analiso um desses elementos que compuseram a “geografia humana” de *El Caudillo*: a direção. A seleção é pensada para estabelecer os vínculos políticos de *El Caudillo* com organizações da direita peronista ou com a Triple A, de forma que se obtenha pistas sobre quem fazia circular o discurso da violência repressiva ilegal ou paralela ao Estado contra o campo de lutas populares, na Argentina de 1973-1976.

*Direção.* De acordo com Grillo e González<sup>49</sup>, a informação sobre a direção da revista colabora em duas questões. A primeira delas é que a mudança do diretor pode refletir deslocamentos no próprio programa da revista, enquanto que a outra questão é relativa ao fato de que o diretor imprime sua marca na publicação. Vejamos como isso ocorre em *El Caudillo*.

Conforme mencionado anteriormente, o diretor de *El Caudillo* era Felipe Romeo. Romeo nasceu em 1945<sup>50</sup> e, em sua juventude nos anos 1960, fez passagem por grupos do núcleo mais radical da direita peronista, militando no Movimento Nacionalista Tacuara e, em seguida, na Guarda Restauradora Nacionalista<sup>51</sup>. Cumpriu serviço militar obrigatório na Aeronáutica<sup>52</sup> e segundo diz uma matéria publicada no portal *Perfil*, “após a volta do peronismo ao poder, Romeo se acercou do Ministério do Bem Estar Social para oferecer seus serviços e realizar o sonho de publicar um periódico nacionalista”<sup>53</sup>. Em 20 de junho de 1973,

<sup>48</sup> GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015, p. 18, tradução nossa.

<sup>49</sup> Idem, p. 18.

<sup>50</sup> Há divergências nas informações encontradas sobre o local de seu nascimento. Besoky, no anexo biográfico de sua tese, informa a Itália, enquanto Sergio Kiernan, em matéria do *Pagina 12*, fala sobre a zona sul de Buenos Aires.

<sup>51</sup> KIERNAN, Sergio. El órgano oficial de la Triple A del Brujo. **Página 12**, *online*, 07 jan. 2007. Disponível em: [https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-78773-2007-01-07.html]. Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>52</sup> SALINAS, Juan José. Felipe Romeo, el vocero de la Triple A murió de SIDA. Rosario, *online*, 04 mai. 2009. Disponível em: [http://colectivoeprosario.blogspot.com/2009/05/felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple.html]. Acesso em: 15 jan. 2023.

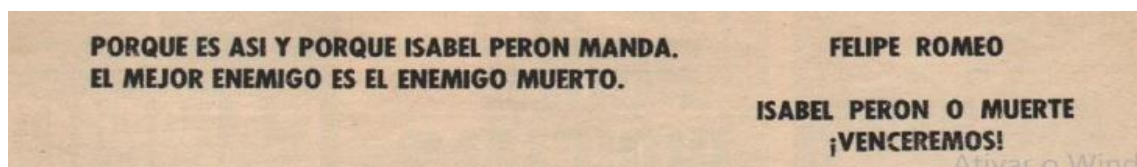
<sup>53</sup> PERFIL. Murió Felipe Romeo, el vocero de la Triple A. Buenos Aires, *online*, 05 ma. 2009. Disponível em: [https://www.perfil.com/noticias/politica/murio-felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple-a-20090505-0018.phtml#



de maior confiabilidade acerca de Romeo, pelo menos no que diz respeito à sua militância na direita peronista, são os editoriais de *El Caudillo*, todos assinados por ele<sup>57</sup>. Através dos editoriais o que se observa é um homem de linguagem agressiva e truculenta, patenteada na defesa intransigente que ele fazia do assassinato de seus adversários políticos. Autêntico extremista de direita e antidemocrático, Romeo nutria profunda admiração por Hitler e pela Falange Espanhola<sup>58</sup>, além de reivindicar um patriotismo fervoroso baseado no que havia de mais autoritário e anticomunista no nacionalismo conservador argentino.

Romeo consagrou nos editoriais o *slogan* da revista *El Caudillo*, “o melhor inimigo é o inimigo morto”. Os editoriais, carregados de um discurso de ódio, não apenas elucidavam a militância de ultradireita extremista de Romeo, como também davam a linha política e ideológica da publicação. Vejamos como os editoriais fornecem pistas para uma compreensão da identidade política extremista assumida por Romeo.

**Imagem 42.** *El Caudillo* nº 72 (21/11/1975): fragmento do editorial



**Fonte:** Ruinas Digitales.

Na edição nº 8 (04/01/1974), o diretor de *El Caudillo* marcava a sua concepção sobre o processo repressivo contra as militâncias revolucionárias e contestatórias, iniciado com a depuração ideológica no peronismo a partir de outubro de 1973. Escrevia Romeo:

Tenha claro o inimigo que a nossa luta não é uma simples reafirmação doutrinária, mas tem também implicância prática de uma guerra levada até o extermínio contra todos os que atentam contra a verdade do povo e da pátria. Porque nós somos machos e porque Perón manda.<sup>59</sup>

Recordemos que uma das diretrizes do *Documento Reservado* (02/10/1973), impulsionador da depuração ideológica no movimento peronista<sup>60</sup>, era precisamente a

<sup>57</sup> Os editoriais foram os únicos textos de *El Caudillo* que continham alguma assinatura. A escrita do semanário se deu em anonimato.

<sup>58</sup> SALINAS, Juan José. Felipe Romeo, el vocero de la Triple A murió de SIDA. Rosario, *online*, 04 mai. 2009. Disponível em: [http://colectivoeprosario.blogspot.com/2009/05/felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple.html]. Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>59</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. La prensa y la guerrilla: que tortilla!. Buenos Aires, n. 8, 04 jan. 1974, p. 2, tradução nossa.

<sup>60</sup> Ver tópico 1 do capítulo 1.

reafirmação doutrinária, ou seja, uma campanha de distinção entre as teses marxistas e os valores justicialistas. Também o *Documento Reservado* deixava clara a sua visão beligerante do que seria a depuração ideológica, tratando-a como uma guerra contra a subversão marxista. Romeo e *El Caudillo* não apenas faziam coro com o programa depurador do *Documento Reservado*, mas potencializaram o seu caráter beligerante ao extremo, afirmando que a luta antissubversiva seria uma guerra levada até o extermínio. De fato, Romeo e sua revista tinham no assassinato do adversário o mote de sua luta política.

Em julho de 1974, a Triple A matou o deputado Rodolfo Ortega Peña, intelectual e militante da Tendência Revolucionária e cofundador da revista *Militancia Peronista*. No editorial da edição nº 38 (09/08/1974), Romeo tratava com profundo desprezo a morte do deputado:

(...) Ortega Peña não morreu por ser peronista, (...) não é um dos nossos mártires, já que nós não velamos os nossos mortos com bandeiras do ERP, nem dizemos adeus aos caixões com o punho esquerdo cerrado. Nós não matamos Ortega Peña. Mas sua morte não nos entristece já que era um inimigo de Perón. A revista “Militancia” dirigida por Ortega Peña e Duhalde foi fechada por um decreto do Poder Executivo que leva a assinatura do Tenente General Dom Juan Domingo Perón. A dita publicação foi com as revistas “El Descamisado”, “Ya” etc. (...) postas à margem da lei por incitar a violência, fazer apologia ao crime e servir como órgãos de difusão da guerrilha. Por isso não fomos ao funeral. Diante disso a nossa posição é clara. A gente não vai para o convés, nem enviaremos telegramas de condolências à viúva (...). O melhor inimigo é o inimigo morto. Porque é assim e porque Perón manda. FELIPE ROMEO. VENCEREMOS.<sup>61</sup>

O desprezo explícito revestido com a defesa implícita do assassinato de Ortega Peña pela Triple A levou a Câmara dos Deputados a debater a prisão de Romeo<sup>62</sup>, o que não se concretizou. Romeo e *El Caudillo* atuavam impunemente, sob as vistas grossas do governo peronista e das forças de segurança pública, uma vez que a própria Triple A, cujo terrorismo era celebrado por *El Caudillo*, contava com a blindagem de seus administradores, o ministro Lopez Rega e o chefe da Polícia Federal, Alberto Villar<sup>63</sup>. Quando Villar foi assassinado pelos Montoneros, em novembro de 1974, a atitude de Romeo era diferente daquela que teve em relação a morte de Ortega Peña. O diretor de *El Caudillo* não apenas se consternou com a morte de um dos comandantes da Triple A, como também demonstrou revanchismo feroz e conclamou a reação contra a guerrilha em bases de violência aberta e morte. No editorial da

<sup>61</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. [Sem título]. Buenos Aires, n. 38, 09 ago. 1974, p. 2, tradução nossa.

<sup>62</sup> SALINAS, Juan José. Felipe Romeo, el vocero de la Triple A murió de SIDA. Rosario, *online*, 04 mai. 2009. Disponível em: [http://colectivoeprosario.blogspot.com/2009/05/felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple.html]. Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>63</sup> Sobre a liderança de Villar nos esquadrões da morte da Triple A, ver: GONZÁLEZ JANZEN, Ignacio. **La Triple A**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 143 p.

edição nº 50 (08/11/1974), cujo título era uma expressão clara de revanchismo truculento – “QUEM FAZ TEM QUE PAGAR” –, Romeo escrevia:

Os subversivos são poucos, mas matam sem piedade a quem se opõem a eles. Os policiais são muitos, mas não podem matar qualquer um. Essa diferença marca a desvantagem do aparato defensivo do Estado. (...) Para combater esse tipo de guerra, as forças de segurança precisam se despojar de todas as travas mentais e legais que lhes atam as mãos. O Código Penal em muitos casos é insuficiente. O paredão é mais efetivo. O futuro do país não pode ser posto em perigo impunemente. Quem faz tem que pagar. (...) Esta é uma guerra santa. É a guerra do povo. Tem que haver vencedores e vencidos. Não podemos ser tolerantes com o inimigo, porque o inimigo não é tolerante com a gente. O que a ferro mata, a ferro deve morrer. Os terroristas usam o pânico para impor suas próprias ideias. Temos que semear o pânico entre os terroristas. (...) COMBATER A SUBVERSÃO NÃO É MAIS UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA, É UMA QUESTÃO DE VIDA OU MORTE. O MELHOR INIMIGO É O INIMIGO MORTO. PORQUE É ASSIM E PORQUE ISABEL PERÓN MANDA. ISABEL PERÓN OU MORTE. FELIPE ROMEO. VENCEREMOS.<sup>64</sup>

Morte e extermínio se cruzavam em uma concepção de disputa política na qual a esquerda revolucionária não era uma simples adversária, ou um caso a ser tratado pelo Estado nos termos da lei e de possível acordo de desarmamento, e sim um inimigo público e nacional que deveria ser fisicamente eliminado. Por isso, Romeo reforçava no editorial da edição nº 69 (23/10/1975) que

Nesses momentos onde cada argentino que vista o uniforme da pátria é um alvo ambulante, O DIÁLOGO É TRAIÇÃO. O sangue nos separa. SOMENTE O DESAPARECIMENTO FÍSICO DO INIMIGO NOS DARÁ A VITÓRIA. Por isso, reiteramos nosso lema: O MELHOR INIMIGO É O INIMIGO MORTO. PORQUE É ASSIM E PORQUE ISABEL PERÓN MANDA.<sup>65</sup>

Romeo dirigiu *El Caudillo* em grande parte do período de circulação da revista, ausentando-se temporariamente nos meses de maio e junho de 1974. Nesse interregno, o semanário esteve a cargo de Enrique Mario Gerez, militante da JPRA. Gerez assinou os editoriais das edições entre os números 25 (03/05/1974) e 33 (28/06/1974), mantendo a mesma linguagem extremista de Romeo. “É preciso destruir a oposição! (...) É preciso evitar a todo custo a organização da oposição, qualquer que seja ela”<sup>66</sup> – Gerez escrevia nos editoriais, denotando a mesma postura beligerante e autoritária do diretor oficial.

Romeo deixou a direção da revista em novembro de 1974, assinando seu último edito-

<sup>64</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. El que las hace las tiene que pagar. Buenos Aires, n. 50, 08 nov. 1974, p. 3, tradução nossa.

<sup>65</sup> Entre enemigos y adversarios. Buenos Aires, n. 69, 23 out. 1975, p. 3, tradução nossa.

<sup>66</sup> Hay que destrozar a la oposicion!. Buenos Aires, n. 26, 10 mai. 1974, p. 2 e 3, tradução nossa.

rial na edição nº 72 (21/11/1975). No texto, ele sugeria que o motivo de sua saída era de ordem persecutória, já que havia recebido uma série de advertências judiciais, críticas da imprensa e pressões de parlamentares por manter a revista *El Caudillo*. Escrevia Romeo:

(...) uma campanha tremenda se lançou sobre EL CAUDILLO. Em minha mesa de trabalho há comunicados judiciais que me informam de várias reclamações, recortes jornalísticos contendo as mais profanas infâmias sobre esta publicação. Algum deputado se atreveu a defender uma questão de privilégio na defesa de seu foro mal utilizado. Tudo isso porque EL CAUDILLO cometeu o “crime” de ter se convertido na única voz que se alçou a defender o Peronismo e a Causa Nacional. O inimigo, logicamente, se enfurece comigo e não pretende menos do que me levar para a cadeia. (...) A situação não me surpreende, tampouco é nova, já que nesses dois anos de vida da revista vem se repetindo incansavelmente fatos semelhantes.<sup>67</sup>

Com o golpe militar de 1976, Romeo se exiliou na Espanha, onde permaneceu durante os anos da ditadura. Ao retornar para a Argentina, no início dos anos 1980, tentou reeditar *El Caudillo*, uma terceira fase sem êxito. Longe da política, Romeo atuaria como restaurador de prédios antigos. Em 2006, a justiça argentina reabriu a causa da Triple A, pedindo a prisão de Romeo pelos seus supostos envolvimento com os esquadrões da morte. Ele fugiu para o Brasil, onde viveu em Florianópolis até ser capturado em 2009. Morreu naquele mesmo ano, em um hospital de Buenos Aires.

\*\*\*

---

<sup>67</sup> EL CAUDILLO de la Tercera Posición. Hacia una forma distinta de pelear. Buenos Aires, n. 72, 21 nov. 1975, p. 3, tradução nossa.

<sup>68</sup> PERFIL. Murió Felipe Romeo, el vocero de la Triple A. Buenos Aires, *online*, 05 ma. 2009. Disponível em: [https://www.perfil.com/noticias/politica/murio-felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple-a-20090505-0018.phtml#:~:text=A%20los%2064%20a%C3%B1os%20falleci%C3%B3,a%20mediados%20de%20los%2070.]. Acesso em: 16 jan. 2023.



## CONCLUSÃO

Olhar para *El Caudillo* foi como ver refletido no retrovisor o rosto da nossa época. Como eu poderia escrever uma dissertação, cujo tema é a extrema direita, imerso em um cenário político abalado por esse tipo de extremismo e deixar de fazer certas analogias ou estabelecer pontes? Como não minerar o subsolo do autoritarismo contemporâneo em busca de imagens para minha reflexão? Afinal, a temporalidade de *El Caudillo* parece guardar semelhanças desconfortáveis com o nosso tempo e seu extremismo de direita. A revista *El Caudillo* fala de um país cindido entre antagonismos irreconciliáveis à direita e à esquerda do espaço político; descreve uma sociedade marcada pela violência política e caminhando a passos largos para uma ditadura; e conta sobre como o avanço reacionário e desproporcional sobre as esquerdas resultou em genocídio sistemático. Evidente que o Brasil recente não se aproxima nem de longe do que era a Argentina de *El Caudillo*; são temporalidades e regiões diferentes. Mas os sinais que a nossa época emitiu são claros e funcionais a uma reflexão comparativa. O passado nos informa, e com ele a revista *El Caudillo*, sobre o resultado dos extremismos, do autoritarismo e da violência política. É sugestivo que a nossa época olhe para o retrovisor, que não repita os momentos mais sofridos do passado e mude de vez a direção rumo a uma “democracia para sempre”.

Olhada dentro de seu contexto histórico – a Argentina do triênio peronista (1973-1976) –, *El Caudillo* faz uma ponte entre o extremismo de direita e o golpe de Estado de 1976. Em suas páginas, observa-se um discurso de apoio ao processo repressivo contra as organizações revolucionárias que provocou o colapso de todo um campo de lutas populares estabelecido na Argentina há décadas, assim como o fechamento do espaço democrático que providenciou a volta dos militares ao poder em março de 1976. As militâncias à direita do peronismo, das quais *El Caudillo* era uma porta voz, atuaram diretamente nesse processo repressivo, cujo resultado se mediu em centenas de mortos e na perda da democracia. A maneira como atuaram essas militâncias é o que constitui o substrato argumentativo da presente dissertação.

*Com Perón até a morte* analisou como a chamada direita peronista mobilizou sua cultura política para atuar no processo repressivo contra as esquerdas, na Argentina de 1973-1976. A via de acesso para essa análise foi a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, publicada semanalmente em Buenos Aires entre 16 de novembro de 1973 e 18 de dezembro de 1975. Entendida aqui como vetor da cultura política da direita peronista, *El Caudillo* teve

percorrida sua espacialidade gráfica e composição ideológica, de modo que esse caminho levou às conclusões a seguir.

A primeira conclusão é a de que o processo repressivo na Argentina anterior ao golpe de 1976 não foi apenas uma disputa facciosa entre correntes internas do peronismo em estado de radicalização, ou uma luta encarniçada entre “dois terrorismos” – um de extrema direita e outro de extrema esquerda –, conforme consagrou o discurso oficial da transição democrática dos anos 1980. Pelo contrário, o levantamento bibliográfico e a própria análise de *El Caudillo* elucidam que, a partir do final de 1973, o alvo das operações repressivas, por parte do Estado e de aparatos paramilitares, esteve bem demarcado: os movimentos insurgentes e ativismos contestatórios da sociedade civil. Chama a atenção a desproporcionalidade no emprego da violência repressiva contra tais movimentos, visível no alto percentual de mortes, prisões e desaparecimentos entre militantes de esquerda. A repressão inabilitou praticamente todo o campo das lutas populares antes mesmo que os militares dessem o golpe em 24 de março de 1976, e isso foi possível, conforme discutido no capítulo 1, graças ao funcionamento de um complexo contra insurgente. O termo faz menção a certo compartilhamento do poder de violência repressiva entre Estado e franjas reacionárias da sociedade, ensejando a repressão sobre a insurgência adquirir capilaridade e intensidade. Agindo no marco do Direito, o Estado move seus recursos institucionais (normalmente, os mecanismos coercitivos convencionais) para aplicar uma modalidade de repressão legal; mas na impossibilidade de, em tese, agir com arbitrariedade, o Estado cede parte de sua prerrogativa ao uso da força para outros agentes sociais que levarão a violência repressiva adiante, valendo-se de métodos ilegais e de operações móveis. Esta seria a origem do paramilitarismo, cuja expressão eloqüente são os esquadrões da morte. Na Argentina do triênio peronista, o processo repressivo contou com a atuação do Estado a partir da coerção convencional e, portanto, legal, como também contou a atuação de esquadrões paramilitares e organizações da direita peronista que complementaram a repressão estatal com uso de mecanismos mais agudos de violência.

Disso se desprende outra conclusão. *El Caudillo* registra que as militâncias à direita do peronismo, ao atuarem como agentes de repressão contra as esquerdas, estiveram pautadas pela cultura política que partilhavam. Anticomunista, antiliberal e orientada ao exercício político da violência, a cultura política da direita peronista era o combustível para essas militâncias. Ao avançar sobre a Tendência Revolucionária, a direita peronista recorre ao seu aporte de representações e práticas políticas: disputou o significado de revolução com a Tendência, atribuindo ao peronismo um caráter revolucionário distinto da compreensão marxista; moveu-se de acordo com um imaginário político que vislumbrava uma conspiração

tramada pela União Soviética e os Estados Unidos para dominar a Argentina; e colocou em marcha suas práticas de violência, exercidas dentro e às margens dos esquadrões da morte, como também na produção de *El Caudillo*, decisiva na construção de uma imagem do inimigo político, sob a lente de representações anticomunistas e antiliberais, que tornava esse mesmo inimigo um alvo de morte. É, portanto, sobre um forte conteúdo representacional que as militâncias à direita do peronismo se engajaram no processo repressivo contra o campo de lutas populares na Argentina antes do golpe de 1976.

Isso nos informa acerca de como os modos em que os indivíduos atribuem significados ao mundo repercutem direta e objetivamente na realidade material, ou, de forma mais elucidativa, como as representações coletivas determinam práticas políticas. Um discurso não é apenas um jogo de retórica, ele pode se materializar na realidade; assim como um mito político tem força para mobilizar as massas. Da mesma maneira, a violência se exerce desde a linguagem, mediante a imagem construída para representar o *outro*; é essa imagem para a qual a violência se dirige e tenta eliminar.

De modo a finalizar, se não é possível atingirmos uma sociedade ideal, que pelo menos o nosso tempo redescubra o valor da democracia para que, de fato, cheguemos a uma “democracia política” na qual a cidadania seja exercida toda pujança e liberdade. Isso não será viável se insistirmos no que deveria estar apenas nos livros de História: o extremismo, a violência política e o autoritarismo.

## REFERÊNCIAS

### Bibliográficas

AGÜERO, Laura Rodríguez. Violencia paraestatal e construcción del “enemigo interno”. El caso de Mendoza (Argentina, 1973-1976). **A Contracorriente**, Carolina do Norte, v. 11, n. 1, pp. 191-218, 2003.

\_\_\_\_\_ Represión ilegal y mujeres em prostitución en la Mendoza predictatorial: el caso del Comando Moralizador Pío XII (1974-1976). **Labrys Études Feministes**, *online*, jan. / dez. 2009. Disponível em: [https://www.labrys.net.br/labrys15/laura.htm]. Acesso em: 13/09/2022.

ALTAMIRANO, Carlos. **Peronismo y cultura de izquierda**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017, 270 p.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004, 142 p.

ÁGUILA, Gabriela (org.); GARAÑO, Santiago (org.); SCATIZZA, Pablo (org.). **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina**. Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2016. Livro digital. Disponível em: [http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/63].

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, 268 p.

BEIRED, José Luis (org.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2010, 256 p.

BENEDINI, Giuseppe Federico. “Filosofia peronista”: as linhas ideológicas do justicialismo – análise do discurso de Juan Domingo Perón no encerramento do *Primer Congreso Nacional de Filosofía*. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 7, n. 2, pp. 1-21, mai./ago. 2010.

BENSAÏD, Daniel. **Trotskismos**. Lisboa: Combate, 2008, 135 p.

BESOKY, Juan Luis. La revista El Caudillo de la Tercera Posición: órgano de expresión de la extrema derecha. **Conflicto Social**, Buenos Aires, n. 3, pp. 7-28, jun. 2010.

\_\_\_\_\_ **La derecha peronista: prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

\_\_\_\_\_ La derecha también ríe. El humor gráfico en la revista El Caudillo de la Tercera Posición. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, pp. 291-316, mai./ago. 2016.

\_\_\_\_\_ La gestión del ministro Ivanissevich y la derecha peronista: los 100 días de Ottalagano. **Folia Historica del Nordeste**, Chaco, n. 29, pp. 145-174, mai./ago. 2017.

BOETTO, María Belén. **Cámpora y la Tendencia Revolucionaria: entre la normalización partidaria y el regreso de Perón a la Argentina (1971-1972)**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Avançados e Investigação em História) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2019.

BRENNAN, James; GORDILLO, Mónica. Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: el Cordobazo. **Estudios**, Córdoba, n. 4, pp. 51-74, dez. 1994.

BUDUBA, Matías. **Leales y traidores**. Los peronismos antagônicos de los años setenta leídos en dos revistas de la época: *El Descamisado* y *El Caudillo*. 2014. 116 f. Monografía (Licenciatura em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013, 151 p.

CARNAGUI, Juan Luis. **Nacionalistas, católicos y peronistas**. Auge, afianzamiento y reconfiguración de la Concentración Nacional Universitaria (CNU). La Plata, 1955-1974. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

CATTANEO, Constanza; DEL BEL, Ezequiel; NEDER, Sofía Alejandra; SALVATORE, Bruno. Las doctrinas militares: la represión política en Tucumán, Argentina (1975-1977). **Kamchatka Revista de Análisis Cultural**, València, n. 13, pp. 373-394, jun. 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 2002, 244 p.

CONNEL, Robert; MESSERSCHIMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 241-282, jan./abr. 2013.

D'ANTONIO, Débora. Purga política de ativistas en (y por) el Estado argentino (1973-1983). **Revista Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago de Chile, v. 23, n. 2, pp. 132-168, jul./dez. 2019.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972, 184 p.

ETULAIN, Carlos. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, pp. 317-337, out. 2006.

FRANCO, Vilma Liliana. El mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 21, pp. 55-82, jul./dez. 2002.

FORESI, Flavio. La represión en perspectiva transnacional. Las supuestas relaciones de la Triple A. **Anuario Instituto de Estudios Historico-Sociales**, Tandil, v. 32, n. 2, pp. 171-192, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 382 p.

GASPARINI, Juan. **La fuga del brujo**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2011, 347 p.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologías políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 201 p.

GONZÁLEZ, Alejandra Pita; GRILLO, María del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, La Plata, v. 5, n. 1, pp. 1-30, jun. 2015.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 563 p.

IRIBARNE, Maria Clara. Los semanarios “El Descamisado” y “El Caudillo”: antagonismos y filones de una cultura política compartida. **Estudios**, Buenos Aires, n. 34, pp. 51-78, jul./dez. 2015.

IZAGUIRRE, Inés. Los desaparecidos: recuperacion de una identidad expropiada. **Cuadernos**, Buenos Aires, n. 9, pp. 1-42, 1992.

\_\_\_\_\_ (org.). **Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina**. 1973-1983. Antecedentes. Desarrollo. Complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009, 461 p.

JAMES, Daniel (org.). **Nueva Historia Argentina: violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, 439 p.

JANZEN, Ignacio Gonzalez. **La Triple A**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 143 p.

LADEUIX, Juan Iván. La mazorca de Perón: prácticas y ideologías de la derecha peronista. Una aproximación a partir de un estudio de caso. Mar del Plata 1970-1976. **X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**, Universidade Nacional de Rosario; Universidade Nacional do Litoral, Rosário, s/p, 2005.

\_\_\_\_\_ El general frente a la Sinarquía. El discurso de Carlos Disandro en la formación de la Concentración Nacionalista Universitaria y su impacto en el peronismo. **XI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia**, Tucumán, p. 1-21, set. 2007.

\_\_\_\_\_ **Perón o muerte en la Aldea**: las formas de la violencia política en espacios locales del interior bonaerense (1973-1976). 2016. 726 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Humanidades, Universidade Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2016.

MELONI, Carolina. Fenomenología de un necrolugar. Huella, memoria y trauma en la provincia de Tucuman (Argentina). **Kamchatka Revista de Análisis Cultural**, València, n. 13, pp. 341-3371, jun. 2019.

MENDES, Ricardo. Direitas revolucionárias no Cone Sul. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, pp. 365-389, 2021.

MERELE, Hernán. **La “depuración” ideológica del peronismo en General Sarmiento (1973-1974)**. Una aproximación al proceso represivo durante los años setenta constitucionales

a partir del caso de Antonio Tito Deleroni. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2017, 156 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, pp. 29-45, jun. 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_ (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, 232 p.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina, 1976-1983**. Do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007, 752 p.

ORBE, Patrícia. El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por um territorio en exploración. **PolHis**, Buenos Aires, n. 8, pp. 27-35, jul./dez. 2011.

PADRÓN, Juan Manuel. “**Ni yanquis, ni marxistas! Nacionalistas**”. Nacionalismo, militancia y violencia política: el caso del Movimiento Nacionalista Tacuara en la Argentina, 1955-1966. La Plata: Universidade Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento, 2017, 313 p.

PUCCIARELLI, Alfredo (org.). **La primacía de la política**. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN. Buenos Aires: Eudeba, 1999, 393 p.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 31 jan. 2023.

RIOUX, Jean-Pierre (org.); SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, 363 p.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, 309 p.

ROSTICA, Julieta. Apuntes Triple A. Argentina, 1973-1976. **Desafíos**, Bogotá, v. 23, n. 2, pp. 21-51, jul./dez. 2011.

SILVA, Natalia. El papel de la revista El Caudillo. Aproximaciones al discurso político de la derecha peronista durante el régimen democrático de los setenta. **X Jornada de Sociología**, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, pp. 1-14, 2013.

SIMONETTO, Patricio. El Caudillo de la Tercera Posición. Aproximaciones a la cultura de la derecha peronista (1973-1975). **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 26, pp. 126-154, 2015.

\_\_\_\_\_ **Entre la injuria y la revolución**. El Frente de Liberación Homosexual. Argentina, 1967-1976. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2017, 195 p.

SUAREZ, Alfredo Range (org.); TOBÓN, William Ramírez (org.). **El poder paramilitar**. Bogotá: Fundación Seguridad & Democracia, 2005, 330 p.

TILIO, Rogerio Casanovas. **Masculinidades hegemônicas e subalternas: uma análise sócio-discursiva de uma história de vida**. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986, 151 p.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014, 200 p.

### Documentais

ARGENTINA, Ministerio Publico Fiscal. “Se empezó a naturalizar la muerte”, dijo Fortunato Mallimaci en el juicio a la Triple A. Buenos Aires, 09 set. 2020. Disponível em: [<https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/se-empezo-a-naturalizar-la-muerte-dijo-fortunato-mallimaci-en-el-juicio-a-la-triple-a/>]. Acesso em: 05/12/2021.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Pentecostal: Antigo e Novo Testamentos**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

CONSEJO SUPERIOR PERONISTA. Documento Reservado. 1º de octubre de 1973. *Online*. Disponível em: [[http://www.elortiba.org/old/pdf/documento\\_reservado.pdf](http://www.elortiba.org/old/pdf/documento_reservado.pdf)]. Acesso em: 17/09/2022.

KIERNAN, Sergio. El órgano oficial de la Triple A del Brujo. **Página 12**, *online*, 07 jan. 2007. Disponível em: [<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-78773-2007-01-07.html>]. Acesso em: 15 jan. 2023.

LARRAQUY, Marcelo. Se cumplen 44 años del estallido de la primera bomba de la Triple A. **Infobae**, 20 de novembro de 2017, *online*. Disponível em: <<https://www.infobae.com/historia/2017/11/20/se-cumplen-44-anos-del-estallido-de-la-primera-bomba-de-la-triple-a/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PERFIL. Murió Felipe Romeo, el vocero de la Triple A. Buenos Aires, *online*, 05 ma. 2009. Disponível em: [<https://www.perfil.com/noticias/politica/murio-felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple-a-20090505-0018.phtml#:~:text=A%20los%2064%20a%C3%B1os%20falleci%C3%B3,a%20mediados%20de%20los%2070.>]. Acesso em: 15 jan. 2023.

RUINAS DIGITALES. El Caudillo de la Tercera Posición. Coleção. Buenos Aires, n. 1-73, nov. 1973/dez. 1975.

SALINAS, Juan José. Felipe Romeo, el vocero de la Triple A murió de SIDA. Rosario, *online*, 04 mai. 2009. Disponível em: [<http://colectivoeprosario.blogspot.com/2009/05/felipe-romeo-el-vocero-de-la-triple.html>]. Acesso em: 15 jan. 2023.